



Relatório e Contas'15

## **O BFA manteve a sua identidade financeira: a Fortaleza BFA.**

Como temos sublinhado inúmeras vezes, Fortaleza é sinónimo de solidez; de organização; de sustentabilidade; de determinação; de distinção.

Uma Fortaleza constrói-se mediante um plano e colocando uma pedra após outra pedra.



Crescimento da rede de balcões atingiu em Dezembro um total de

**191**

Pontos de Atendimento

**159**

Agências

**16**

Centros Empresa

**9**

Centros de Investimento

**7**

Postos de Atendimento Bancário



+8,4%

Número de Clientes em Dezembro de 2015 atingiu

**1.410.378**



BFA primeiro membro da BODIVA e com mais de 70% da quota de mercado em nº e volume de operações transaccionadas.

+70%

Quota de mercado



O Banco readquiriu o 1º lugar do ranking nos Depósitos em Angola

**16,7%**

Quota de Mercado de Depósitos



Aumento de **126.584**

Em Milhões de AKZ em Títulos (OT e BT)

O Banco mantém a posição compradora a nível de Títulos,

**39,4%**

Quota de Mercado de Títulos



Nova funcionalidade no BFA Net: Documentos Digitais; permite aos aderentes consultar e descarregar comprovativos de algumas das operações realizadas neste canal.



Lançamento da plataforma de eLearning: eFormar



Prémio Sirius na categoria "Melhor Empresa do Ano do Sector Financeiro".

Prémio "Banco do Ano em Angola 2015" atribuído pela revista britânica The Banker.

Prémio Euromoney na categoria "Melhor Banco em Angola".

#### Relatório e Contas BFA

O acesso a este relatório pode ser feito através do Computador ou do Tablet.

Pode fazer o download em [www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)

The English version of this Report can be found at [www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)



Líder de mercado na oferta de serviços em Dezembro 2015 obtendo as seguintes quotas de mercado:

**23,7%**

Quota de Cartões de Débito

**26,5%**

Quota de TPA's

**72,4%**

Quota de Cartões VISA



Constituição legal do BFA Gestão de Activos – SGOIC, S.A., que se dedicará ao comércio e gestão de Fundos de Investimento.



Implementação do novo Sistema de Compensação de Cheques.



Crescimento da Carteira de Activo

**1.229.579**

Em Milhões de AKZ



Aumento de Clientes com BFA Net

**+65.164**



## ÍNDICE

### RELATÓRIO

Mensagem do Presidente	4
A nossa estratégia	8
Visão, Valores e Compromissos	8
Estratégia	9
Como acrescentamos valor	10
Principais Indicadores	12
Evolução do Negócio: 2013 – 2015	14
Expectativas para 2016	16

### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Economia Internacional	20
Economia Angolana	22
Alterações Regulamentares	28

### O BFA

<b>Governo Societário</b>	34
Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno	34
Princípios Orientadores da Governança Corporativa	34
Estrutura Societária e Modelo de Governo	35
Ambiente de Controlo	36
Composição dos Órgãos Sociais	40
Organigrama	40
Comissão Executiva do Conselho de Administração	42
Sistema de Controlo Interno	46
Remuneração dos Órgãos Sociais	46
Política de Distribuição de Resultados	47
Sistema de Gestão do Risco	49
Informação Interna	50
Monitorização	50
<b>Principais Áreas de Negócio</b>	52
Particulares e Negócios	54
Centros de Investimento	58
Empresas	60
Oil & Gas	64
Mercado de Capitais	65
Unidade de Business Development	67
<b>Recursos Humanos</b>	69
Inovação & Tecnologia	72
Sistema de Pagamentos	76
BFA no Digital	80
Comunicação	83
Responsabilidade Social	89
Prémios	92

### GESTÃO DE RISCO

Governança e Organização da Gestão dos Riscos	96
Risco de Crédito	99
Risco de Liquidez	106
Risco Cambial	110
Risco de Taxa de Juro	113
Risco Operacional	115
Risco de Compliance	119

### ANÁLISE FINANCEIRA

Análise Financeira	126
Proposta de Aplicação de Resultados	137

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

Demonstrações Financeiras	140
Notas às Demonstrações Financeiras	144
Relatório de Auditoria	188
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	190

### ANEXOS

Contactos BFA	194
---------------	-----

## Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

**“Somos uma equipa unida e disciplinada e valorizamos acima de tudo a competência, a dedicação, a atitude e o rigor profissional.”**

No início desta mensagem sobre a afirmação do BFA no exercício de 2015 vale recordar os objectivos para o triénio em curso (2014-2016): a continuada afirmação do BFA no mercado que serve, mantendo-se como Banco de referência do sistema bancário angolano pela solidez e modelo de gestão, com enfoque cada vez maior nos nossos Clientes, na qualidade e segurança do serviço que lhes prestamos e na inovação dos produtos e serviços que disponibilizamos. Tem também como objectivo primordial, a adopção plena e em condições de eficácia de gestão, das novas regras prudenciais e das normas internacionais IAS/IFRS e da abrangência e eficácia do programa de Combate ao Branqueamento de Capitais e a Financiamento ao Terrorismo.

Esta afirmação do BFA é particularmente relevante num ano em que a economia sofreu o forte impacto da redução do preço do petróleo que muito condicionou as opções das Autoridades, do Banco e dos Clientes.



As causas e as consequências da redução do preço desta *commodity* são detalhadamente analisadas nos capítulos sobre o enquadramento económico.

O ano de 2015 foi o melhor para o Banco em dois importantes aspectos: o reconhecimento dos nossos Clientes que temos vindo a monitorar através de inquéritos independentes sobre a qualidade de serviço e através da metodologia do Cliente Mistério; por outro lado a imprensa especializada atribuiu-nos um número recorde de prémios. Simbolizamos a nossa satisfação através de uma campanha em que afirmamos que para ganhar esses prémios foram precisas muitas mãos.

De facto, somos uma equipa unida e disciplinada e valorizamos acima de tudo a competência, a dedicação, a atitude e rigor profissional o que se traduz na adesão aos nossos Valores e ao nosso Código de Conduta.

Em resultado de tudo isto, não poderíamos deixar de manifestar a nossa satisfação por o BFA ter passado a liderar o ranking das instituições financeiras com maior volume de depósitos.

O BFA manteve a sua identidade financeira: a **Fortaleza BFA**. Como temos sublinhado inúmeras vezes, Fortaleza é sinónimo de solidez; de organização; de sustentabilidade; de determinação; de distinção: em suma uma verdadeira referência. Uma fortaleza constrói-se mediante um plano e colocando uma pedra após outra pedra.

Ora, é nos momentos de adversidade que se pode confirmar a solidez e a consistência da construção.

Ao longo do Relatório poderemos constatar como o BFA soube posicionar-se para tirar partido do difícil contexto que enfrentou criando novas áreas de negócio e aproveitando para melhorar a sua postura comercial.

# “Os nossos Colaboradores são a peça essencial no relacionamento com os Clientes.”

Tal como já constatado em anos anteriores, a continuada pressão exercida por via de legislação e regulamentação, bem como, por parte dos Clientes e do sistema financeiro internacional, no que diz respeito ao Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, mantiveram esta área no topo das preocupações da gestão, com a implementação de ferramentas mais eficazes e de melhorias na actuação.

A melhoria da qualidade de serviço constitui um elemento central dos objectivos de gestão. A formação dos Colaboradores e das equipas continuará a ser uma das áreas de investimento para a concretização deste objectivo. A par de iniciativas de formação externa, em 2015 lançamos a nossa plataforma de *eLearning* que se irá revelar como instrumento central de aceleração e de maior abrangência de cobertura das necessidades de formação interna.

A Linha de Atendimento BFA – 923 120 120 – cumpriu plenamente os seus objectivos ao aproximar o BFA dos seus Clientes e ao permitir um tratamento muito mais eficaz das reclamações e das questões colocadas pelos Clientes.

Ao nível de negócio, a área digital manteve-se central como instrumento da construção do futuro do BFA, desta vez materializado com a disponibilização na nossa BFA App, quer na versão IOS quer na versão Android.

O número de visitantes ao novo Site Público do BFA ([www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)) cresceu todos os meses. O nosso Site Transaccional ([www.bfanet.ao](http://www.bfanet.ao)) que já tinha beneficiado de novas funcionalidades, nomeadamente, o pagamento de impostos e o pagamento de serviços, recargas de operadores de telemóveis e TV, etc., passou a ter uma nova capacidade: a produção e armazenamento de documentos digitais.

Na área de crédito, o BFA consolidou o seu Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade, antecipando a resposta aos desafios regulamentares e aproximando-se das práticas internacionalmente aceites. Este é um passo essencial para a adopção das regras IAS/IFRS já no exercício de 2016.

No Mercado de Capitais, o BFA esteve muito activo no mercado secundário de Títulos de Dívida Pública, fazendo a intermediação entre compradores e vendedores tirando o maior partido da entrada em funcionamento do Mercado de Registos de Títulos do Tesouro (MRTT). Destaca-se que o BFA foi o primeiro membro registado na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), já no início de 2015.

No exercício de 2015 dedicamos atenção especial às medidas de mitigação do risco operacional, de que destaco:

- A migração para o novo CPD das operações e programas mais críticos;
- Aumento da largura de banda em fibra óptica para todos os balcões;
- Migração para o Windows 8.1 de todas as estações de trabalho e substituição de cerca 2.000 postos de trabalho;
- Para além do processo de abertura e alteração de contas, inclusão de novos processos no eMudar@bfa designadamente a gestão de cheques e outros meios de pagamento.

O activo cresceu 14.6%. A criteriosa gestão dos riscos e o eficaz aproveitamento das oportunidades conjugada com uma rigorosa gestão de custos, traduziu-se num aumento do resultado líquido de 19.1%, que atingiu 37,9 mil milhões de Kwanzas (312 milhões de USD) mantendo-se todos os indicadores de rentabilidade e de solvabilidade que dão corpo à Fortaleza BFA em terreno francamente positivo:

- Rentabilidade do Activo: 3.2%
- Return on Equity: 32.0%
- Rácio de Solvabilidade Regulamentar: 24.3%

Uma palavra sobre 2016. A descida muito acentuada e rápida do preço do petróleo que se iniciou no final de 2014 e acentuou ao longo de 2015, teve impacto muito profundo na economia angolana e na actividade de todos os agentes económicos,

quer quanto ao volume dos seus negócios e condições de cobrança quer quanto ao acesso a divisas para suportar as responsabilidades com o estrangeiro. Este cenário irá manter-se no essencial ao longo de 2016, embora sejam esperadas melhorias no mercado da energia bem como resultados positivos de iniciativas de diversificação da economia.

Uma nota aos nossos Colaboradores pelo empenho, dedicação e zelo com que lidaram com os desafios enfrentados em 2015. Os nossos Colaboradores são a peça essencial no relacionamento com os Clientes e por isso requerem uma atenção especial. A nossa revista BFA YETU é feita a pensar neles, divulgando o que fazemos, quem somos e mostrando o lado muitas vezes escondido das grandes organizações e dos seus protagonistas.

Finalmente, um especial agradecimento aos nossos Clientes pela preferência e confiança sempre demonstradas, e pelo privilégio de os servir, ficando assegurado o compromisso do BFA de continuar a fazer tudo para a melhoria constante e sustentada da qualidade do atendimento e do nível e segurança do serviço prestado.



Emídio Pinheiro

# A nossa Estratégia

VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS





## ESTRATÉGIA

Em Março de 2015 foram apresentados os desafios e as prioridades estratégicas do Banco, para fazer face às rápidas mudanças do mercado actual. Nesta secção resumimos a nossa estratégia que tem como foco o Cliente.

### OBJECTIVO:

Criar diferenciação através de um maior envolvimento com os Clientes.

### COMPROMISSO COM O CLIENTE:



Melhorar o atendimento.



Aumentar os canais digitais.



Simplificar processos.



Diversificar os produtos.

### PRIORIDADES ESTRATÉGICAS:

**1.** Apostar no relacionamento com os Clientes.

**2.** Desenvolver competências analíticas para uma melhor compreensão dos Clientes.

**3.** Aumentar a inovação para acompanhar as necessidades dos Clientes.

**4.** Apostar na banca digital.

### FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO:

**Rapidez nos processos**

Para melhor servir os nossos Clientes, precisamos ser ágeis nos processos e tomar decisões no menor tempo possível.

**Excelência operacional**

A excelência operacional é a chave para servir melhor os nossos Clientes no mundo digital.

**Cultura BFA**

A Cultura é o nosso terceiro factor crítico de sucesso. Precisamos atrair e reter talentos que nos possibilitem alcançar os nossos objectivos. Pretendemos desenvolver uma Cultura em que o foco é o nosso Cliente.

# Como acrescentamos valor

A proposta de criação de valor do BFA é sustentada nos valores e compromissos com que o BFA se comprometeu desde a sua génese.

Os 4 eixos de actuação da proposta de criação de valor são os Colaboradores, Clientes, Accionistas e Comunidade.

## Melhor Banco para trabalhar

Atrair, reter e fortalecer a relação com os nossos colaboradores através de uma aposta forte no seu crescimento pessoal e profissional.

## Melhor Banco para os nossos clientes

Construir relações de lealdade, garantir a oferta das soluções mais adequadas e assegurar a sua satisfação e serviço de excepção através dos nossos balcões e canais digitais.

## Melhor Banco para os nossos Accionistas

Gerar retorno atractivo e sustentável para os nossos accionistas através de receitas elevadas, controlo dos riscos e utilização eficiente do capital do banco.

## Melhor Banco a Comunidade

Contribuir para o desenvolvimento da economia e progresso social em Angola, particularmente no envolvimento educacional.

### Melhor Banco para trabalhar

- Diversidade de géneros e igualdade de oportunidades nas carreiras profissionais;
- Gestão de talentos através de formações gerais, de acolhimento e especializadas;
- Constituição da plataforma de *eLearning* e outras formações internas;
- Preocupação no acolhimento dos estagiários através de duas sessões de formação com foco sobre a história do BFA, os produtos, serviços e principais características e as normas e procedimentos de adesão e utilização dos produtos oferecidos;
- Qualificação avançada de recursos com elevado potencial através de MBA, Executive Master em Gestão Bancária e Pós-graduações em Contabilidade e Finanças Empresariais;
- Aposta em formações sobre os principais temas em foco como *Compliance* e Combate ao Branqueamento de Capitais.

### Melhor Banco para os nossos Clientes

- Oferta de produtos e serviços simples, acessíveis e ajustados às necessidades de cada Cliente individualmente;
- Utilização de linguagem clara e concisa, tanto na oferta de produtos e serviços como no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas;
- Inovação dos meios de pagamento e canais digitais que garantem segurança e conforto aos clientes;
- Cumprimento das promessas e responsabilidades tomadas com os Clientes;
- Rentabilização e segurança das poupanças das famílias;
- Criação do Cliente Mistério com o intuito de identificar áreas de melhoria com impacto no nível de serviço das agências.

### Melhor Banco para os Accionistas

- Gestão idónea e controlo dos riscos para garantir a sustentabilidade do negócio;
- Segurança de um balanço sólido;
- Aumento contínuo do valor económico do Banco.

### Melhor Banco para a Comunidade

- Desenvolvimento de parcerias com universidades através da distinção e premiação dos melhores alunos;
- Promoção de eventos regionais através de patrocínios;
- Participação em campanhas solidárias;
- Criação e gestão de um Fundo Social com uma dotação de 17 milhões de USD em Dezembro de 2015. Este fundo foi provisionado com 5% dos lucros totais do BFA num período de 5 anos.
- Redução da pegada ambiental através do aumento da digitalização dos processos e eficiência energética dos balcões.

# Principais Indicadores

## PRINCIPAIS INDICADORES

Montantes expressos em Milhões de AKZ

	Dez.13	Dez.14	Dez. 15	Δ%13-14	Δ%14-15
Activo Total	868 032,2	1 073 056,4	1 229 579,2	23,6%	14,6%
Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>	144 013,1	229 478,5	220 796,0	59,3%	-3,8%
Depósitos de Clientes	763 025,2	929 382,2	1 017 159,6	21,8%	9,4%
Capitais Próprios e Equiparados	84 640,5	104 487,3	126 455,5	23,4%	21,0%
Produto Bancário	42 755,6	53 919,3	69 769,6	26,1%	29,4%
Margem Financeira	24 497,1	30 728,8	41 022,1	25,4%	33,5%
Margem Complementar	18 258,6	23 190,4	28 747,5	27,0%	24,0%
Custos de Estrutura <sup>2</sup>	17 031,1	19 585,0	25 043,8	15,0%	27,9%
Resultado de Exploração	28 124,7	37 047,1	48 760,5	31,7%	31,6%
Resultado Líquido	23 898,6	31 796,1	37 866,3	33,0%	19,1%
Rendibilidade do Activo Total [ROA]	3,0%	3,4%	3,2%	0,4 p.p.	-0,2 p.p.
Rendibilidade dos Fundos Próprios [ROE]	31,6%	34,8%	32,0%	3,1 p.p.	-2,8 p.p.
Rácio de Eficiência	39,8%	36,3%	35,9%	-3,5 p.p.	-0,4 p.p.
Activo Total / Colaborador	357,51	424,8	471,1	18,8%	10,9%
Rácio de Transformação	18,9%	24,7%	21,7%	5,8 p.p.	-3 p.p.
Rácio Solvabilidade Regulamentar	25,8%	24,0%	24,3%	-1,8 p.p.	0,3 p.p.
Crédito Clientes Vencido / Total Crédito Clientes	4,6%	3,3%	4,6%	-1,2 p.p.	1,2 p.p.
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões de Crédito	143,9%	136,0%	146,5%	-7,9 p.p.	10,5 p.p.
Cobertura do Crédito por Provisões de Crédito	6,5%	4,5%	6,7%	-2 p.p.	2,1 p.p.
Número de Balcões <sup>3</sup>	175	186	191	6,3%	2,7%
Número de Colaboradores	2428	2526	2 610	4,0%	3,3%
Taxa Penetração BFA Net	33,8%	38,8%	40,4%	5 p.p.	1,6 p.p.
Taxa Penetração Cartões de Débito	53,3%	53,5%	57,6%	0,2 p.p.	4,1 p.p.

(1) Crédito líquido de provisões.

(2) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração, depreciações e amortizações.

(3) Agências + CE + CI + PAB.

## PRINCIPAIS INDICADORES

Montantes expressos em Milhões de USD

	Dez.13	Dez.14	Dez. 15	Δ%13-14	Δ%14-15
Activo Total	8 892,0	10 431,9	9 086,8	17,3%	-12,9%
Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>	1 475,3	2 230,9	1 631,7	51,2%	-26,9%
Depósitos de Clientes	7 816,4	9 035,1	7 517,0	15,6%	-16,8%
Capitais Próprios e Equiparados	867,0	1 015,8	934,5	17,2%	-8,0%
Produto Bancário	443,0	547,0	574,8	23,5%	5,1%
Margem Financeira	253,8	311,6	340,6	22,8%	9,3%
Margem Complementar	189,2	235,4	234,2	24,4%	-0,5%
Custos de Estrutura <sup>2</sup>	176,6	198,7	206,6	12,6%	4,0%
Resultado de Exploração	291,3	375,8	401,0	29,0%	6,7%
Resultado Líquido	247,3	322,0	312,1	30,2%	-3,1%
Rendibilidade do Activo Total [ROA]	3,0%	3,4%	3,2%	0,4 p.p.	-0,2 p.p.
Rendibilidade dos Fundos Próprios [ROE]	31,6%	34,8%	32,0%	3,1 p.p.	-2,8 p.p.
Rácio de Eficiência	39,9%	36,3%	35,9%	-3,5 p.p.	-0,4 p.p.
Activo Total / Colaborador	3,66	4,1	3,5	12,8%	-15,7%
Rácio de Transformação	18,9%	24,7%	21,7%	5,8 p.p.	-3 p.p.
Rácio Solvabilidade Regulamentar	25,8%	24,0%	24,3%	-1,8 p.p.	0,3 p.p.
Crédito Clientes Vencido / Total Crédito Clientes	4,6%	3,3%	4,6%	-1,2 p.p.	1,2 p.p.
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões de Crédito	143,9%	136,0%	146,5%	-7,9 p.p.	10,5 p.p.
Cobertura do Crédito por Provisões de Crédito	6,5%	4,5%	6,7%	-2 p.p.	2,1 p.p.
Número de Balcões <sup>3</sup>	175	186	191	6,3%	2,7%
Número de Colaboradores	2428	2526	2 610	4,0%	3,3%
Taxa Penetração BFA Net	33,8%	38,8%	40,4%	5 p.p.	1,6 p.p.
Taxa Penetração Cartões de Débito	53,3%	53,5%	57,6%	0,2 p.p.	4,1 p.p.

(1) Crédito líquido de provisões.

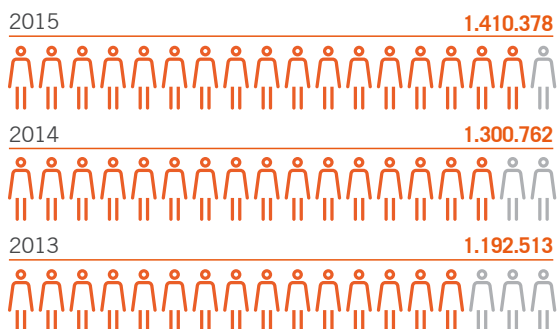
(2) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração, depreciações e amortizações.

(3) Agências + CE + CI + PAB.

# Evolução do Negócio: 2013-2015

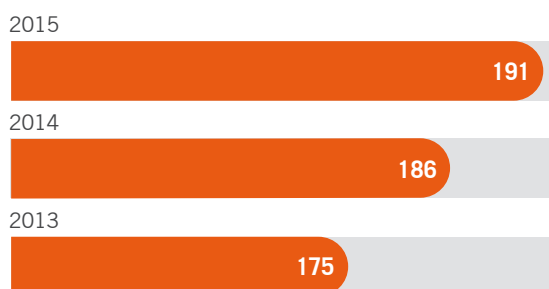
## Clientes

Crescimento continuado do número de clientes do BFA.



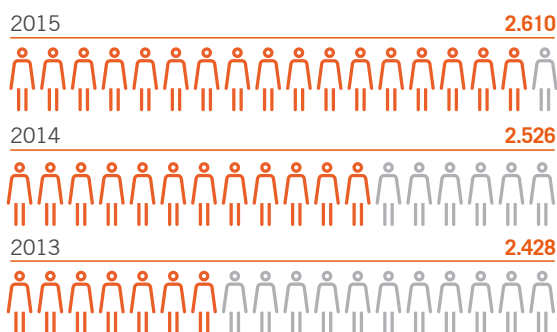
## Balcões

Maior presença do BFA no território nacional, dispondo de um total de 191 balcões, entre Agências, Centros de Empresas, Centros de Investimento e Postos de Atendimento.



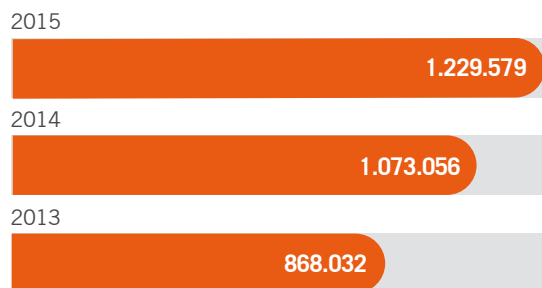
## Colaboradores

O crescimento da equipa é uma consequência do crescimento do negócio e do aumento de produtividade, tendo registado em 2015 uma variação superior a 3% no número de Colaboradores.



## Activo Total

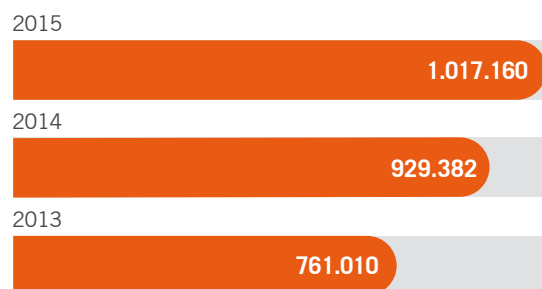
O aumento do Activo Total do BFA traduz o crescimento da actividade e da forte captação de depósitos.



Un.: MAKZ

## Depósitos Totais

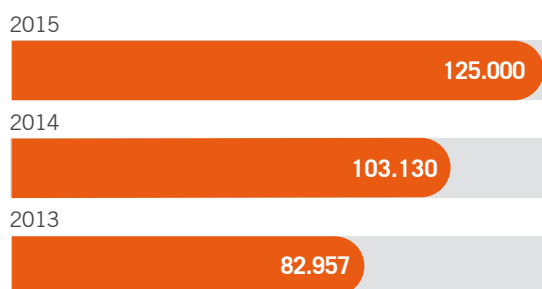
O aumento contínuo na captação de recursos evidencia a confiança do mercado no Banco, tendo os depósitos aumentado quase 10% face a 2014.



Un.: MAKZ

## Fundos Próprios Totais

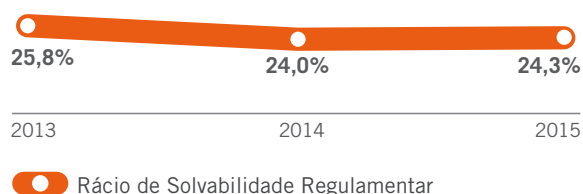
Os Fundos Próprios do BFA mantêm o ritmo de crescimento, consolidando a posição e segurança do Banco no suporte financeiro às necessidades dos seus clientes.



Un.: MAKZ

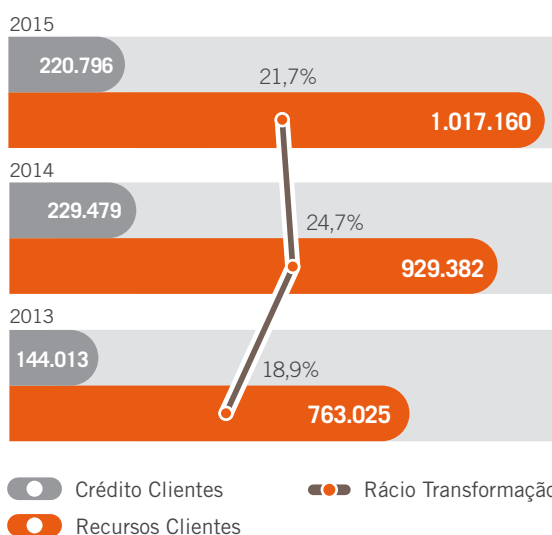
## Rácio de Solvabilidade

Solidez financeira do Banco com manutenção de um rácio de solvabilidade 2,4 vezes superior ao mínimo exigido (10%).



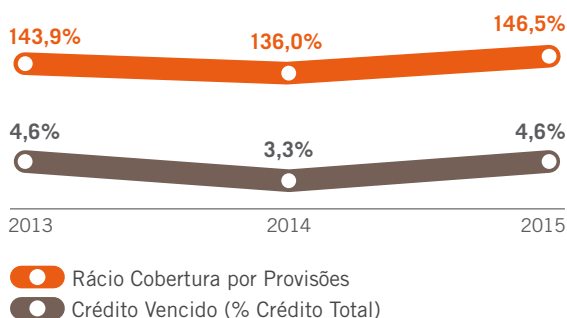
## Actividade com Clientes

Redução do Rácio de Transformação, consequência do aumento da captação de recursos e diminuição do crédito concedido.



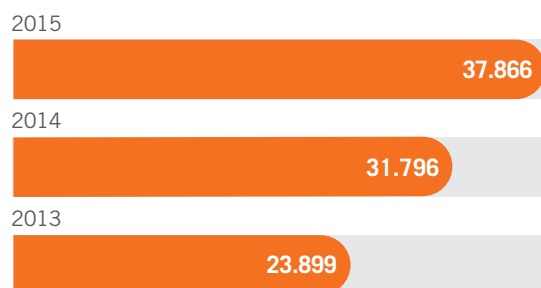
## Qualidade do Crédito

Fraco aumento dos rácios de Crédito Vencido e Cobertura por Provisões, o que traduz uma ligeira deterioração da qualidade do crédito concedido.



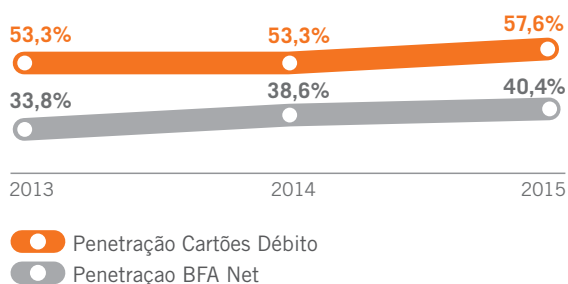
## Resultado Líquido

Em 2015 o BFA atingiu o resultado mais elevado do seu historial ultrapassando os 37 mil milhões de AKZ, uma variação de 19% face ao ano transacto.



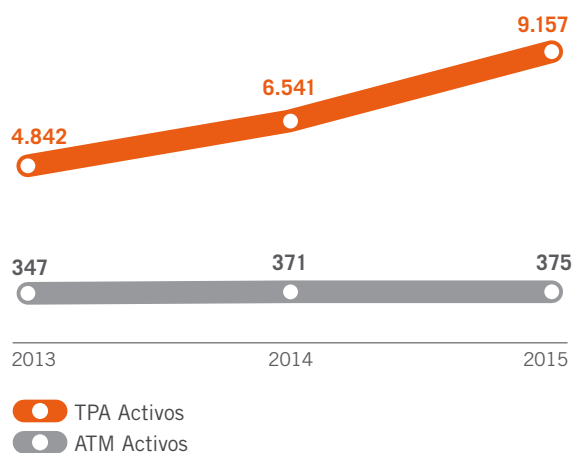
## Serviços

Taxas de penetração dos serviços representativas da confiança depositada pelos seus clientes e da eficácia da acção comercial.



## ATM e TPA

Crescimento do parque de ATM e TPA, como prova do empenho na disponibilização de um maior número de canais alternativos de relacionamento com o Banco.



# Expectativas para 2016

Num ano que será marcado por um cenário macro-económico condicionado pelo fraco crescimento do produto e por forte inflação e desvalorização da moeda, o crescimento do negócio será sempre moderado. Por isso, o ano de 2016 será sobretudo dedicado a melhorar o desempenho operacional do Banco e a prepará-lo para um próximo novo ciclo de crescimento e de maior sofisticação do mercado e exigência dos Clientes.

## I. Inovação e Tecnologia

A aposta na inovação tecnológica é um dos pilares da estratégia do BFA. Os investimentos em sistemas de informação e os projectos desenvolvidos nesta área têm demonstrado um retorno muito positivo, permitindo não só que os sistemas do Banco acompanhem, mas também que sejam indutores do seu crescimento. Dando sequência aos desenvolvimentos realizados, pretende-se para 2016:

- Dar continuidade ao projecto eMudar@BFA para que abarque os processos mais relevantes para os Clientes, nomeadamente criando as condições para uma gestão eficaz e segura de todos os meios de movimentação das contas;
- Continuar o processo de renovação do parque tecnológico das Agências e dos Serviços Centrais, aumentando a sua resiliência e eficácia;
- Reforçar a estratégia de proximidade com o Cliente, disponibilizando soluções ágeis de acesso às plataformas móveis e a novas funcionalidades no Site Público, BFA Net, BFA Net Empresas e BFA App;
- Implementar soluções tecnologicamente evoluídas para dar resposta às necessidades crescentes de reporte oficial e divulgação de informação;
- Continuar com o desenvolvimento do Sistema Automático de Compensação de Cheques, evoluindo para um processo de descentralização da digitalização de cheques, passando esta valência aos balcões.

## II. Qualidade de Serviço

Em 2016 o BFA irá reforçar e desenvolver novos processos e mecanismos que melhorem a qualidade de serviço ao Cliente. Para tal pretende-se:

- Dar continuidade ao estudo Cliente Mistério, realizando novas vagas durante o ano 2016 com o objectivo de avaliar em permanência o serviço e atendimento oferecido pelo Banco;
- Promover a diversificação e desenvolvimento dos diferentes canais de contacto com o Banco, não só reforçando a estratégia de proximidade através da remodelação e modernização da rede de balcões, mas também as funcionalidades dos sites transaccionais e site público, das soluções de mobile banking e do canal de contacto telefónico, tendo como objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes;
- Evoluir o processo de gestão de reclamações, capacitando a estrutura em termos técnicos e humanos, alinhando com as melhores práticas internacionais.
- Investir na capacitação e formação dos Colaboradores da rede comercial tendo como objectivo melhorar a qualidade de serviço e a proximidade com os Clientes;

## III. Recursos Humanos

O BFA pretende continuar a desenvolver uma estratégia de captação de novos talentos, recrutando Colaboradores com elevado potencial de desenvolvimento no ano de 2016. Desta forma a actuação do Banco passará por:

- Reforçar a sua estratégia de recrutamento online, apostando em novas abordagens através dos canais digitais;
- Criar um programa de acompanhamento específico para os novos Colaboradores que tem por base um plano de visitas ao local de trabalho;

A nível de formação, o Banco continuará a aposta no desenvolvimento dos seus quadros:

- Proporcionando a participação em programas de pós-graduação e mestrados nas áreas de gestão, contabilidade e finanças;
- Promovendo a formação continua nas temáticas mais relevantes para a actividade do Banco, em parceria com o IFBA;
- Integrando na plataforma de *eLearning* formações técnicas sobre processos de negócio específicos ou novas funcionalidades (por exemplo, transferências, depósito de cheques e compensação).

#### IV. Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

No sentido de promover a conformidade com a legislação pelos países e entidades estrangeiras aos EUA, o BFA actualizou e reformulou os seus processos de abertura e manutenção de conta para garantir a recolha e reporte da informação exigida.

Em 2016 o BFA irá:

- Assegurar que adopta integralmente a legislação e a regulamentação em vigor, melhorando aspectos que devam ser tratados e introduzindo novas técnicas e metodologias com respeito pelas melhores práticas internacionais na matéria.
- Dar continuidade à remediação dos Clientes existentes, anteriores à implementação do FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*), por forma a garantir a recolha da documentação relevante.
- Desenvolver novas acções de formação sobre este tema específico, quer em contexto de sala, quer na plataforma de *eLearning*;
- Disponibilizar informação exclusiva sobre os temas de *Compliance* na Intranet e no seu Site Público.

#### V. Mercado de Capitais

O ano de 2014 ficou marcado pela tomada de medidas operacionais que resultaram na entrada em funcionamento do Mercado de Registos de Títulos do Tesouro (MRTT). Destaca-se que o BFA foi o primeiro membro registado a garantir a adesão à Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), no início de 2015.

Ao nível da gestão de activos do BFA, o Banco irá tomar as diligências necessárias para garantir a operacionalização da Gestão de Activos por intermédio da criação de uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões e uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, estabelecendo a sua posição enquanto parceiro de destaque de Intermediação Financeira.





# 02

## **ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Economia Internacional	20
Economia Angolana	22
Alterações Regulamentares	28

# Economia Internacional

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em ligeira baixa a previsão de crescimento económico global, que contudo deverá manter a trajectória ascendente. O PIB mundial deverá ter registado uma expansão de 3.1% em 2015, antecipando a instituição que a economia global regresse em 2016 ao ritmo de expansão registado no ano anterior de +3.4%. A tendência mais moderada de crescimento fica a dever-se a uma recuperação mais tímida e heterogénea nas economias desenvolvidas, enquanto a performance dos países emergentes ou em desenvolvimento desapontou, evidenciando os efeitos do ciclo de baixa das principais commodities, com destaque para o petróleo, ou reflectindo

efeitos de desequilíbrios estruturais e necessidade de imposição de medidas de política económica adequadas, com impacto restritivo na actividade.

Num contexto de queda significativa e sustentada das expectativas de inflação e receios de um ciclo depressivo de actividade e emprego, o Banco Central Europeu reforçou o cariz expansionista da sua política monetária, sendo provável que venha a adoptar novas medidas de estímulo – alargamento do programa de compra de activos de longo prazo e redução da taxa marginal de cedência de fundos – ainda no primeiro trimestre de 2016.

### PIB – eventos e exposições

Países Desenvolvidos	EUA	Registo de ligeira aceleração do crescimento do PIB de 2,4% em 2014 para 2,5% esperados em 2015, onde o gradual fortalecimento do mercado de trabalho e a robustez da procura interna justificaram o aumento das taxas de juro directoras pela Reserva Federal, a primeira subida em mais de uma década, em Dezembro. Em 2016, o FMI estima que a resiliência da actividade económica, o fortalecimento do mercado de trabalho e a permanência de condições financeiras acomodáticas favorecerão a aceleração do ritmo de expansão do PIB para 2,6%, mais 0,1 ponto percentual do que no ano anterior.
	Europa	A economia acelerou de 0,9% em 2014 para 1,5% estimados em 2015 mas o crescimento manteve-se tímido e desigual entre os estados membros. Em 2016, a permanência do preço do petróleo em níveis reduzidos tenderá a traduzir-se em mais consumo, o que associado a condições de financiamento ultra-acomodáticas poderão traduzir-se num avanço de 1,77% do PIB, mais 0,2 pontos percentuais do que em 2015.
Países Emergentes	China	Gradual desaceleração da economia, sendo que o FMI projecta crescimento do PIB de 6,3% em 2016 e 6% em 2017.
	Brasil	Em 2016 deverá registar-se nova recessão, com igual dimensão da verificada em 2015, -3,6%.
	Rússia	Retracção do PIB em -1% em 2016.
	África do Sul	Redução do crescimento do PIB em 0,7% em 2016.

## MERCADO MONETÁRIO E OBRIGAÇÕES

Os mercados financeiros continuaram condicionados pelas políticas ultra-expansionistas dos principais bancos centrais, mas também pela materialização de divergências no andamento da actividade nas economias anglo-saxónicas e da zona do Euro. Este facto reflectiu-se em posicionamentos diversos dos principais bancos centrais, com impacto no comportamento dos principais activos financeiros.

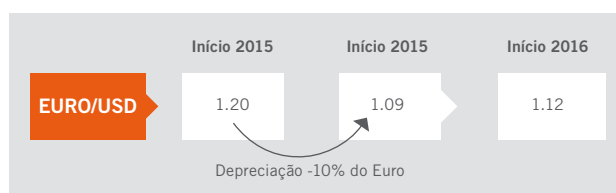
No mercado de dívida soberana periférica os prémios de risco mantiveram-se contidos face ao observado em anos anteriores, reflectindo essencialmente o efeito do programa de compra de dívida pública do BCE. Considerando a dívida pública a dez anos, o prémio exigido a Portugal iniciou e

encerrou o ano em torno dos 190 pontos base (pb), tendo o mínimo sido observado em Março (130 pb) e o máximo em Julho (250 pb). Em Espanha e Itália os movimentos foram idênticos ainda que os prémios de risco exigidos se situem em níveis inferiores ao da dívida portuguesa. Com efeito, em Espanha o prémio de risco situava-se pouco acima dos 100 pb e em Itália ligeiramente abaixo daquele nível. Na Grécia a assinatura de um terceiro programa de assistência financeira em Agosto de 2015, reflectiu-se na redução do prémio exigido à dívida pública grega para níveis em torno de 770 pb, o que contrasta com níveis em torno de 1840 pb em Julho de 2015. No início de 2016, perante um cenário de maior incerteza nos mercados financeiros está a assistir-se ao alargamento dos spreads da dívida destes países.

Mercado Interbancário	<b>Euribor</b>	Queda das taxas Euribor para níveis negativos, inicialmente apenas nos prazos mais curtos mas que até ao final do ano afectou todos os prazos até aos seis meses. Este movimento acentuou-se no início de 2016 e alargou-se a todos os prazos, reflectindo o reforço do cariz ultra-acomodatório da política monetária do BCE e a sinalização de que tal cariz se poderá acentuar ainda mais em 2016. No final do ano, a taxa Euribor a três meses situava-se em -0,13% e a de seis meses em -0,04%. Já em 2016, o registo de taxas negativas estendeu-se à Euribor a um ano, que no início de Fevereiro se situava em 0,006%.		
	<b>Libor do Dólar</b>	Nos EUA, a sinalização de que a Reserva Federal iniciaria o ciclo de normalização da taxa de juros dos fed-funds, reflectiu-se num movimento de subida da Libor do dólar. De facto, a Libor do dólar a três meses iniciou o ano em 0,26% e encerrou-o em 0,61%.		
Dívida Pública	<b>Yields</b>	As <i>yields</i> dos principais benchmarks mantiveram-se em níveis reduzidos	▶ Nos EUA, contrapõe-se ao cenário macro-económico mais positivo.	▶ No final do ano, as <i>yields</i> mantinham-se próximo dos mínimos.
			▶ Na Europa reflecte os efeitos associados ao Programa de compra de Dívida Pública do BCE e o facto de a taxa de inflação permanecer em valores muito baixos.	
	<b>Taxas de rendibilidade de títulos a 10 anos</b>	Nos EUA, variaram num intervalo entre 1,68% e 2,467% e no início de Fevereiro de 2016 caiu para 1,6%. O Bund alemão a 10 anos transaccionou num intervalo entre 0,077% e 0,945% ao longo do último ano, tendo encerrado o ano em torno de 0,6%. No início de Fevereiro de 2016 caiu para 0,2%.		

## MERCADO CAMBIAL

No mercado cambial, o dólar beneficiou da divergência entre os ciclos económicos e de política monetária. Depois de atingir um nível máximo de 1.3992, o EUR/USD caiu de 1.20 no início de 2015 para 1.09 no final do ano, o que representa uma depreciação de cerca de 10% da moeda única. Nos primeiros meses de 2016 a tendência alterou-se, tendo o EUR/USD recuperado para níveis em torno de 1.12.



Face à libra esterlina o euro perdeu 6% no último ano, reflectindo o fortalecimento da economia britânica, bem como perspectivas de que o Banco de Inglaterra siga o rumo da Reserva Federal norte-americana, iniciando em 2016 o ciclo de normalização das taxas de juro de referência.

# Economia Angolana

## ACTIVIDADE ECONÓMICA

### INDICADORES ECONÓMICOS E PROJECCÕES

	2010	2011	2012	2013	2014P	2015E	2016E
Crescimento real do Produto Interno Bruto (tvh, %)	3,4	3,9	5,2	6,8	4,7	6,6	3,3
Sector petrolífero	-3,0	-5,6	4,3	-0,9	-2,6	9,8	4,8
Sector não petrolífero	7,8	9,7	5,6	10,9	8,2	5,3	2,7
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1,76	1,65	1,74	1,72	1,66	1,83	1,89
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	77,8	108,7	111,0	107,7	104,0	40,0	45,0
Índice de Preços no Consumidor (variação y-o-y, fim de período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	7,9%	13%
Saldo orçamental (% do PIB)	8,1	10,3	6,7	0,3	-3,1	-7,0	-5,5
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-53,7	-46,2	-46,0	-42,8	-19,7
Reservas internacionais brutas (mil milhões de USD, fim de período)	19,3	28,4	33	33,2	33,9	35,1	18,6
Câmbio médio (AKZ/USD)	91,9	94,0	95,6	96,5	98,3	112	-

P - Provisório; E - Estimativa/Previsão

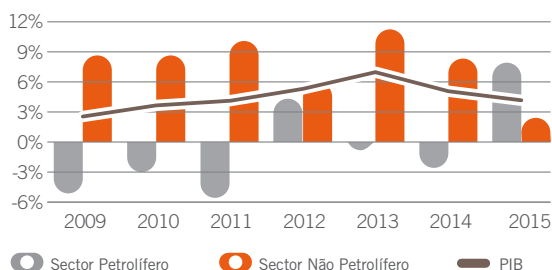
Fonte: BNA, Ministério das Finanças, FMI

Nota: os dados da tabela referentes ao crescimento económico foram publicados pelo Ministério das Finanças, e diferem dos dados publicados pelo INE.

Ao longo de 2015, a economia angolana continuou a suportar as consequências da queda dos preços do petróleo nos mercados financeiros internacionais, que se mantiveram em níveis mínimos. O impacto negativo é inevitável, dada a elevada exposição do PIB e dos sectores fiscal e externo ao sector petrolífero, mas tem-se verificado um ajustamento rápido das políticas económicas ao novo contexto. No recente Orçamento de Estado para 2016 (OGE), o Governo revela que a actividade económica expandiu 4% no ano transacto, o que corresponde a um abrandamento face a 2014 (estimativa de 4,8%).

	2015	2016
<b>PIB petrolífero</b>	<p>O sector petrolífero deverá ter expandido 7,8%, em linha com o aumento da produção petrolífera, que passou de 1,6 milhões de barris diários (mdb) em 2014 para 1,8 mdb em 2015, de acordo com os dados publicados pelo Ministério das Finanças.</p> <p>Abrandamento do PIB para +2,4%</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Energia (+12%)</li> <li>• Construção (+3,5%)</li> <li>• Diamantes (+3,2%)</li> <li>• Indústria transformadora (+2,6%)</li> <li>• Agricultura (+2,5%)</li> </ul>	<p>É expectável que os preços do petróleo não recuperem para níveis vistos anteriormente. O FMI estima que o crescimento se mantenha em 3,5%, revelando uma desaceleração significartiva do PIB petrolífero de 6,8% em 2015 para 3,9% em 2016.</p> <p>O Executivo antecipa um crescimento de 3,3% para este ano, sustentado pelo crescimento de 4,8% previsto para o sector petrolífero, em linha com o aumento da produção, que o Governo espera que aumente para 1,89 mdb.</p>
<b>PIB não petrolífero</b>	<p>Os sectores industrial, construção e serviços estão a ajustar-se aos cortes no investimento privado e público, num contexto de limitada disponibilidade de reservas internacionais.</p>	<p>De acordo com o FMI, espera-se que o PIB não petrolífero acelere de 2,1% para 3,4%. O Executivo espera que o sector não petrolífero cresça de forma moderada (+2,7%), sustentado pela perspectiva de crescimento de 20% na energia e de 4,6% na agricultura, e de 3,1% na indústria transformadora e construção.</p>

### Crescimento real do PIB



Fonte: Ministério das Finanças

### Reservas Cambiais



Un: Mil milhões USD  
Fonte: BNA

## BALANÇA DE PAGAMENTOS

	2010	2011	2012	2013	2014P	2015E	2016E
Balança corrente (% do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-1,5	-7,6	-5,6
Balança comercial (% do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,7	23,6	15,7	17,5
Exportações de bens (% de variação anual)	23,9	33,0	5,6	-4,0	-13,3	-37,5	4,2
das quais: petróleo (% de variação anual)	24,0	32,9	6,3	-4,0	-13,8	-38,7	4,1
Importações de bens (% de variação anual)	-26,4	21,4	17,2	11,1	8,5	-26,6	1,0
Balança de capital e financeira (% do PIB)	-1,1	-3,5	-8,1	-7,7	-1,5	2,6	2,0

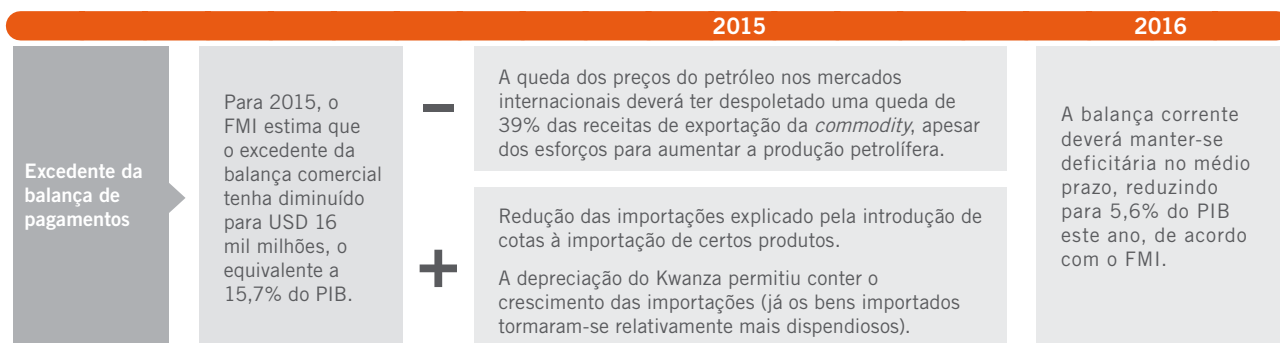
E - Estimativa/Previsão  
Fonte: FMI (Artigo IV, Nov. 2015)

## SECTOR EXTERNO

A balança comercial começou a reflectir a queda das receitas petrolíferas, embora se mantenha excedentária. De acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos, o excedente caiu de USD 41,9 mil milhões em 2013 para USD 30,6 mil milhões em 2014. Dado o menor excedente comercial, Angola registou um défice da conta corrente, o que já não acontecia desde 2009. Por outro lado, o défice da balança financeira e de capital reduziu, devido à diminuição do saldo negativo do investimento directo estrangeiro, que mantém uma relação directa com a evolução da actividade petrolífera. De facto, é possível verificar um aumento do investimento directo estrangeiro em 2014, que passou de USD 14,3 mil milhões em 2013 para USD 16,5 mil milhões em 2014.

Depois de atingirem um nível máximo histórico em meados de 2013, as reservas internacionais líquidas foram diminuindo nos últimos dois anos, registando

uma queda de 10% em Dezembro de 2015 em relação ao período homólogo, para se fixarem em USD 24,6 mil milhões (de acordo com os dados do BNA). A redução das reservas internacionais reflecte a queda das receitas de exportação de petróleo e o seu recurso, por parte do BNA, para proceder a depreciações graduais do Kwanza face ao dólar norte-americano. Apesar da desvalorização da moeda doméstica levada a cabo pelo Banco Central ao longo de 2015, a elevada divergência entre as taxas de câmbio oficiais e a taxa de câmbio no mercado informal sugere que ainda não foram resolvidos plenamente os problemas de liquidez no mercado cambial. Adicionalmente, reforça-se a ideia de que o actual nível de reservas internacionais supera o observado na anterior crise petrolífera, o que torna a economia nacional mais protegida da actual crise nos preços do petróleo. De facto, o FMI espera que o montante de



reservas permita cobrir 7.1 meses de importações em 2015, o que compara com 4.6 em 2009.

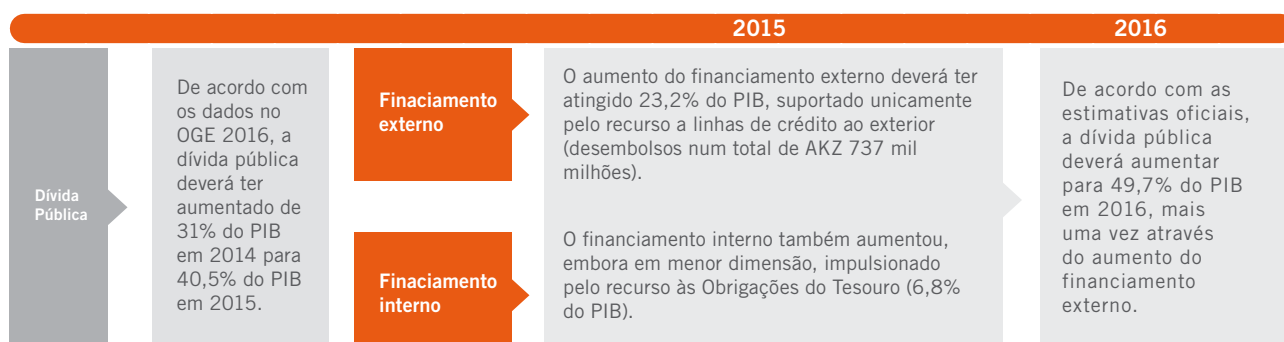
### CONTAS PÚBLICAS

De acordo com as últimas estimativas do Ministério das Finanças, o défice orçamental de 2015 deverá ter atingido 4.2% do PIB, em comparação com o défice expectável de 6.6% para 2014. Os impostos petrolíferos continuam a representar uma percentagem muito significativa das receitas fiscais, embora a base tributária seja agora mais alargada e abranja cada vez mais as actividades não petrolíferas. As receitas dos impostos petrolíferos (que representam cerca de 57% do total das receitas fiscais) deverão ter registado um decréscimo de cerca de 46% em relação ao executado em 2014, reflectindo a quebra dos preços do petróleo. Paralelamente, verifica-se uma tendência de aumento do peso dos impostos não petrolíferos nas receitas totais (43% vs. 28% em 2014),

cuja receita deverá aumentar cerca de 7% face ao executado em 2014. As despesas deverão ter diminuído cerca de 28% face ao ano transacto.

O Orçamento de Estado para 2016 pressupõe uma taxa de crescimento de 3.3% e um preço médio do barril de petróleo de USD 45. Neste sentido, o défice deverá atingir 5.5% do PIB, evidenciando um aumento das receitas em 8% face ao esperado para 2015 e um aumento de 14% do lado das despesas. Ainda assim, em termos de desagregação sectorial, mantém-se a preocupação de alocação de verbas consideráveis para sectores sociais, nomeadamente para a educação, saúde e protecção social.

Ainda que a proporção da dívida externa tenha vindo a aumentar, os riscos quanto à sua sustentabilidade parecem relativamente contidos, já que a principal fonte de receita do país, o petróleo, também é denominado em dólares. No



entanto, a trajectória da dívida é vulnerável a vários choques, incluindo o ritmo de crescimento económico do país, a evolução da taxa de câmbio e dos preços do petróleo. Angola estreou-se no mercado financeiro internacional em 2015, com a emissão de USD 1.5 mil milhões de títulos de dívida soberana, com uma maturidade de 10 anos, e uma yield de 9.5%. Esta emissão foi um passo importante para a entrada de Angola nos mercados de capitais internacionais e para diversificar as fontes de financiamento do Governo. A receptividade dos investidores foi bastante positiva, com a procura a exceder em cinco vezes a oferta. A Fitch classificou a obrigação com a notação de B+ e perspectiva estável

### INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO

Depois dos mínimos históricos registados em meados de 2014, a taxa de inflação anual voltou a registar valores de dois dígitos, pressionada por diversos factores.

Perante as pressões inflacionistas e desvalorização da moeda nacional, o BNA adoptou uma política monetária mais restritiva em 2015 e introduziu outras medidas para travar o crescimento do crédito e, com isso, controlar a subida dos preços, como:

- Aumento da taxa de referência (taxa BNA) para 11% no final do ano, depois de ter iniciado o ano em 9%;
- Subida da taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez para 13%;
- Eliminação da taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez *overnight*;

- Adopção da taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez com maturidade de sete dias para 1.75%.

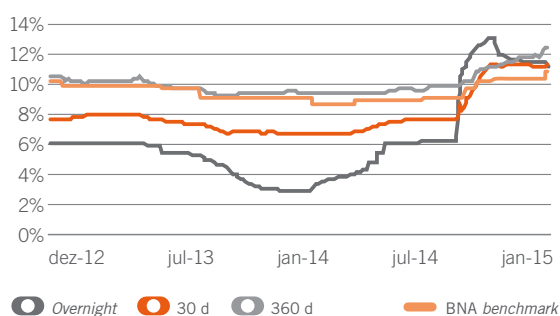
Mais recentemente, o BNA voltou a rever as taxas de juro de política monetária, aumentando a taxa BNA em 100 pontos base para 12% e a taxa de juro de cedência de liquidez para 14%.

#### Taxa de inflação homóloga



Fonte: BNA. Variação anual do IPC

#### Taxas do mercado monetário interbancário



Fonte: BNA, Taxas LUBIOR

## 2015

### Aumento da Taxa de Inflação

A taxa de inflação em Luanda (que serve de referência à política monetária) subiu 6.83 pontos percentuais ao longo de 2015, fixando-se em 14,27% no último mês do ano. Esta subida deve-se essencialmente a:

Forte depreciação do Kwanza face ao dólar.

Introdução da nova pauta aduaneira em meados de 2014, que se traduziu no aumento dos preços de alguns bens importados.

A introdução de cotas à importação de certos produtos.

Estima-se que os sucessivos cortes nos subsídios aos combustíveis tenham exercido também uma pressão significativa sobre o nível geral dos preços.



## SECTOR BANCÁRIO

2015

Crédito	<p>O crédito total à economia registou um crescimento médio anual de 0,7% em 2015.</p>	<p>— O crédito ao sector público (excluindo a Administração Central) sofreu um decréscimo de 3%.</p>
	<p>+</p> <p>Aumento do crédito ao sector privado, que cresceu 0,9% em termos médios anuais.</p>	
	<p>— O FMI revela que o rácio de crédito vencido sobre o total do crédito aumentou para 18% em Julho de 2015, face aos 14,5% revelados pelo relatório anual de 2014 do BNA.</p>	<p>— Desaceleração económica e dos desafios de liquidez que os bancos angolanos enfrentam.</p>
Depósitos	<p>▶ Cresceram, em média, cerca de 11% em 2015, face ao ano anterior.</p>	<p>▶ O peso dos depósitos em moeda estrangeira, no total dos depósitos, reduziu de 36% no final de 2014 para 34% em Dezembro de 2015.</p>

### PETRÓLEO REGRESSA A VALORES MÍNIMOS HISTÓRICOS

Tendência marcante de 2015 foi a queda significativa dos preços das matérias-primas em resultado de:

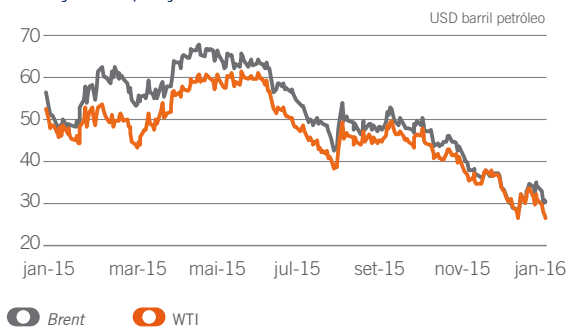
- Situação de excesso de oferta, não havendo algum tipo de constrangimento à produção;
- Fuga de investidores de produtos com maior carácter especulativo, no contexto de um cenário económico-financeiro incerto;
- Abrandamento do crescimento económico na China e na globalidade das economias emergentes, que geraram expectativas negativas ao nível do consumo;
- Perda de importância relativa de factores geopolíticos nas decisões dos intervenientes de mercado.

Desde o sector energético, ao dos metais para a indústria, passando pelos metais preciosos e chegando aos bens alimentares, as rentabilidades dos produtores sofreram uma forte redução, deixando de ser activos atractivos. Perante a

significativa quebra de receitas no comércio das commodities, inúmeras economias viram degradar a sua situação financeira.

Agravaram-se os desequilíbrios estruturais ao nível das balanças corrente e fiscal, que concorreram para uma exposição negativa destes países no contexto internacional (maior dívida e acesso mais dificultado ao financiamento). Na maioria dos casos assistiu-se a um movimento complementar de fuga de capitais e de forte depreciação das moedas. Estes efeitos adversos não foram ainda suplantados pelo esperado impacto benéfico nas economias desenvolvidas, efeito que tarda em materializar-se.

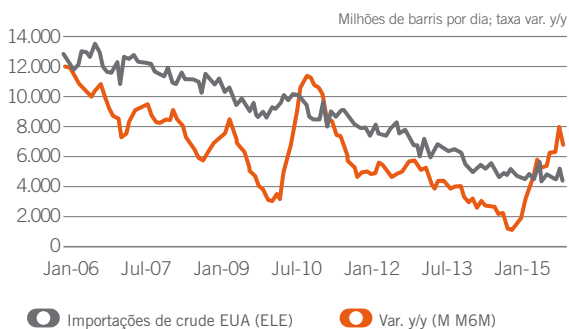
#### Evolução do preço do Brent e do WTI



Fonte: Reuters

No mercado do petróleo, o preço médio caiu 35% em 2015, depois da queda de 50% no ano anterior, num valor acumulado muito semelhante à perda de valor do crude no período da crise de 2008/09. Nessa altura, os preços mínimos do WTI e do Brent foram de \$32 e \$36, respectivamente (pontos de suporte de referência). Presentemente, esses níveis foram testados e quebrados, tendo o WTI e o Brent registado novos valores mínimos de \$26 e \$27, respectivamente. Face ao passado, alteram-se algumas condições de mercado: o mundo está mais eficiente e menos dependente dos combustíveis fósseis, levando a uma maior acumulação de stocks; os EUA revolucionaram o mercado através do shale oil (dominam a técnica de extracção, embora com custos mais elevados); a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), embora com uma quota de mercado de 40%, tem mostrado dificuldade em estabilizar o mercado (em 2008/09 diminuiu a produção e ajudou a estabilizar os preços), havendo divergências internas; a Arábia Saudita (maior produtor mundial) tem conseguido impor a estratégia de luta contra um maior controlo deste mercado pelos EUA, e levar a OPEP a reconquistar a posição de quartel hegemónico.

#### EUA – Importações líquidas de petróleo e seus derivados a estabilizar

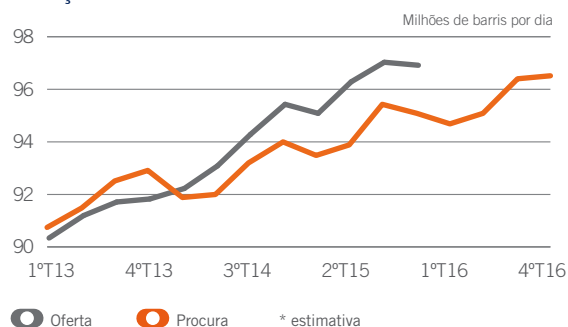


Fonte: Energy Information Administration

Em 2015, foi de facto determinante para a evolução do mercado do petróleo a posição da OPEP (estratégia da Arábia Saudita), que decidiu não proceder a alterações nas quotas de produção dos países do cartel em resposta à constante queda dos preços. A opção foi de manutenção da produção, muito próximo da capacidade máxima de cada país, e acolher o regresso do Irão ao mercado (fim das sanções do Ocidente), assim como a participação da Indonésia na organização. A estratégia da OPEP/ Arábia Saudita foi de limitar a oferta dos EUA, fazendo com que a produção através do xisto (extracção mais cara, mas com relativo sucesso desde 2011) deixe de ser rentável no actual nível de preços, e ao mesmo tempo contrariar a quase situação

de auto-suficiência dos EUA. Simultaneamente, a OPEP quer ver restaurada a sua importância através do aumento de quota de mercado e voltar a ter o poder de conduzir os preços no mercado mundial. Esta estratégia tem sido possível porque a Arábia Saudita detém importantes reservas financeiras e um défice público reduzido, embora com o preço do crude perto dos \$30 seja difícil manter esta situação. No caso dos restantes países da OPEP, economicamente mais dependentes e frágeis, algumas estimativas sugerem que será desejável, em termos financeiros, ter um preço estável dentro do intervalo entre os \$80 e os \$100.

#### Evolução da Procura\* e da Oferta de crude



Fonte: AIE

Embora a Agência Internacional de Energia (AIE) mantenha a possibilidade de aumento do consumo em 2016, não é certo que esse movimento aconteça: tanto nos EUA como na Europa, o consumo tem vindo a estagnar nos últimos anos; por outro lado, com a China a crescer a taxas abaixo do padrão histórico não é expectável que o consumo dê um pulo significativo, embora as classes mais baixas continuem a ganhar poder de compra. Acresce que, ao mesmo tempo que os EUA consolidaram a sua posição de maior consumidor de petróleo, também estão próximos de se tornarem auto-suficientes. Assim, do lado da oferta, o shale oil veio criar uma revolução no mercado do crude que, a par do oil sands do Canadá, permitiu à América do Norte tornar-se no maior fornecedor de petróleo a nível mundial. Em 2016, a manutenção dos actuais preços baixos poderá limitar esta evolução (menor produção e menor investimento). Com a posição da América do Norte e a produção próxima dos limites da capacidade de grande parte dos países da OPEP (acresce a capacidade do Irão que está apto a colocar de imediato alguns milhões de barris por dia no mercado, detendo mais de 9% das reservas mundiais; 18% das reservas de gás), não se vê a possibilidade de surgirem constrangimentos do lado da oferta e contrariar o cenário de abundância. Assim, parece-nos difícil uma inversão imediata da actual tendência de queda dos preços, sendo mais natural uma estabilização próximo dos níveis mínimos.

# Alterações Regulamentares

As alterações regulamentares produzidas pelas Entidades de tutela, no decorrer do ano 2015, são as apresentadas em seguida:

Mês	Evento	
JANEIRO	<b>Instrutivo n.º 1/15</b> Define os critérios de classificação de países, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais.	
	<b>Instrutivo n.º 2/15 (revogado pelo Instrutivo n.º 9/15)</b> Define as metodologias que podem ser utilizadas na definição dos montantes mínimos de provisões que devem ser constituídos.	
	<b>Aviso n.º 1/15</b> Estabelece os procedimentos de importação, exportação e reexportação de moeda estrangeira, bem como de cheques de viagem a serem observados pelas instituições financeiras.	
	<b>Aviso n.º 2/15</b> Actualiza a regulamentação do limite de exposição ao risco cambial e ouro das instituições financeiras.	
FEVEREIRO	<b>Instrutivo n.º 3/15 (revogado pelo Instrutivo n.º 8/15)</b> Ajusta as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias.	
MARÇO	<b>Instrutivo n.º 4/15</b> Ajusta os procedimentos relativos à realização das sessões de compra e venda de moeda estrangeira, pelo Banco Nacional de Angola, tendo em vista o objectivo de se preservar o equilíbrio do mercado cambial.	
ABRIL	<b>Aviso n.º 3/15</b> Estabelece os requisitos mínimos de informação que as instituições financeiras devem satisfazer para publicitar os produtos e serviços financeiros que comercializam junto do público.	
	<b>Aviso n.º 4/15</b> Descreve os dispositivos de segurança da circulação da nova Série de notas e moedas do padrão Kwanza, denominada "Série 2012".	
	<b>Aviso n.º 5/15</b> Define os requisitos dos formulários de cheques utilizados no Sistema de Pagamentos de Angola.	
	<b>Aviso n.º 6/15</b> Estabelece as regras de identificação de contas de depósito (NBA e IBAN).	
	<b>Aviso n.º 7/15</b> Define as datas e requisitos para a extinção do Serviço de Compensação de Valores (SCV) e a entrada em produção do Subsistema de Compensação de Cheques (SCC).	
	<b>Aviso n.º 8/15</b> Estabelece as condições de obrigatoriedade da liquidação de transferências interbancárias no Sistema de Pagamentos Por Bruto em Tempo Real – SPTR.	
	<b>Aviso n.º 9/15</b> Estabelece os prazos para a execução de transferências e de remessas de valores, bem como para a disponibilização de fundos ao beneficiário, em resultado de depósitos de numerário e de cheques, de transferências ou de remessas de valores.	
	MAIO	<b>Instrutivo n.º 5/15</b> Define as especificações técnicas do cheque normalizado, em conformidade com o Aviso n.º 5/15.
		<b>Instrutivo n.º 6/15</b> Define as garantias para liquidação das posições devedoras por forma a mitigar o risco de liquidação nos subsistemas da Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCAA) por impossibilidade de liquidação de pagamentos por insuficiência de garantia dos utilizadores do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA).
<b>Instrutivo n.º 7/15</b> Regula os termos e condições em que as casas de câmbio podem realizar a compra e venda de moeda estrangeira.		

Mês	Evento
JUNHO	<b>Instrutivo n.º 8/15 (revogado pelo Instrutivo n.º 16/15)</b> Ajusta as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias.
	<b>Instrutivo n.º 9/15</b> Define as metodologias que podem ser utilizadas na definição dos montantes mínimos de provisões que devem ser constituídos.
	<b>Instrutivo n.º 10/15</b> Ajusta os procedimentos relativos à realização das sessões de compra e venda de moeda estrangeira, com o objectivo de preservar o equilíbrio entre a operacionalização do mercado cambial e os objectivos de política cambial.
	<b>Instrutivo n.º 11/15</b> Define as regras operacionais a observar pelas instituições financeiras bancárias e casas de câmbio, localizadas na zona fronteiriça de Santa Clara, Província do Cunene, para a realização de transacções cambiais de compra de Dólares Namibianos (NAD) e para o efectivo monitoramento do fluxo das operações, efectuadas ao abrigo do Acordo de Conversão Monetária celebrado entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia.
	<b>Instrutivo n.º 12/15</b> Define os novos requisitos a observar pelas Instituições Financeiras Bancárias, no processo de realização de operações cambiais de mercadorias, invisíveis correntes, capitais e venda às Casas de Câmbio.
	<b>Lei n.º 7/15</b> Nova Lei Geral do Trabalho, com as seguintes alterações: condições contratuais, procedimentos disciplinares, remuneração em caso de férias, descanso, nocturno e extraordinário, isenção de horário, faltas justificadas, condições de despedimento e compensações e indemnizações.
	<b>Lei n.º 10/15</b> Estabelece os termos e condições de entrada e saída de moeda nacional e estrangeira, no território nacional, na posse de pessoas singulares, residentes e não residentes cambiais, que se destinem ou tenham por proveniência a República da Namíbia, utilizando a fronteira terrestre de Santa Clara (Cunene – Angola) e Oshikango (Namíbia).
JULHO	<b>Instrutivo n.º 13/15</b> Define os critérios das operações elegíveis para a cedência de liquidez dos bancos de desenvolvimento.
	<b>Instrutivo n.º 16/15</b> Ajusta as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias.
AGOSTO	<b>Instrutivo n.º 17/15</b> Estabelece os procedimentos operacionais para a realização de sessões de leilão de moeda estrangeira às casas de câmbio.
	<b>Instrutivo n.º 18/15</b> Estabelece a periodicidade, forma e conteúdo de informação estatística a ser prestada ao BNA, pelos emissores e adquirentes dos cartões de pagamento e pela sociedade operadora do subsistema Multicaixa.
	<b>Lei n.º 22/15</b> Lei que aprova o Código dos Valores Mobiliários, o qual revoga a Lei dos Valores Mobiliários, estabelece o Regime Jurídico do Mercado de Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados e introduz alterações à Lei das Sociedades Comerciais.
SETEMBRO	<b>Decreto Presidencial n.º 181/15</b> Aprovação das Linhas Mestras da Política Nacional de Investimento Privado, visando a atracção do investimento qualificado, a substituição de importações, a promoção da exportação de produtos de maior valor acrescentado e a diversificação da economia nacional.
OUTUBRO	<b>Decreto Presidencial n.º 197/15</b> Aprovação do Estatuto Orgânico do Fundo de Garantia de Crédito, pessoa de direito público sujeita à supervisão do Banco Nacional de Angola, sem prejuízo da superintendência do titular do Departamento Ministerial responsável pelas Finanças Públicas, o qual define as suas atribuições e regula a sua organização, funcionamento, planos, orçamento, superintendência e pessoal.

Mês	Evento
<b>OUTUBRO</b>	<p><b>Decreto Presidencial n.º 199/15</b></p> <p>Alteração da designação do Gabinete de Preços e Concorrência para Instituto de Preços e Concorrência, órgão da administração indirecta do Estado ao qual compete acompanhar e aplicar a gestão das políticas de regulação do mercado e de defesa da concorrência, bem como apoiar o Executivo na função de coordenação e consistência da política de rendimentos e preços, aprovação do seu Estatuto Orgânico.</p> <p>Estabelece as regras técnicas necessárias ao funcionamento dos Organismos de Investimento Colectivo.</p>
<b>DEZEMBRO</b>	<p><b>Instrutivo n.º 19/15</b></p> <p>Define novos critérios de elegibilidade para cumprimento das reservas obrigatórias em moeda estrangeira através da constituição de 20% em depósitos em moeda estrangeira abertos no Banco Nacional de Angola e 80% em Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira.</p> <p><b>Instrutivo n.º 20/15</b></p> <p>Detalha os critérios que reforçam a qualidade do sistema de acompanhamento e tratamento das operações cambiais, assegurando a correcta definição e acompanhamento da execução da política cambial pelo Banco Nacional de Angola.</p> <p><b>Aviso n.º 11/15</b></p> <p>Regula a classificação dos subsistemas de compensação e de liquidação do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA), tendo em vista a adopção de mecanismos de controlo de riscos, bem como dispor sobre o funcionamento e operacionalização dos referidos subsistemas, e sobre as responsabilidades dos respectivos operadores.</p> <p><b>Aviso n.º 12/15</b></p> <p>Define novas regras ao quadro de procedimentos para as transacções a realizar pelas instituições financeiras bancárias e casas de câmbio, no âmbito do Acordo de Conversão Monetária celebrado entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia.</p> <p><b>Directiva n.º 2/DRO/DSI/15</b></p> <p>Apresenta o guia sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo nas Relações com os Bancos Correspondentes e Bancos Clientes.</p>

## ALTERAÇÕES MAIS RELEVANTES

### **Instrutivo n.º 16/15 - Aumento das Reservas Obrigatórias em moeda nacional:**

O coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional a ser aplicado sobre os saldos diários de rubricas como Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo, entre outras, cresceu para 25%, podendo os Bancos cumprir até 10% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro. Em 2014 este limite estava fixado nos 12,5%, tendo no início de 2015 passado para 15% e, por fim, fixado nos 25%.

### **Instrutivo n.º 19/15 - Novo critério de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira:**

As Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira apresentam um novo critério de elegibilidade: têm que ser compostas por 20% de depósitos em moeda estrangeira abertos no Banco Nacional de Angola e 80% de Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira. Este critério originou um aumento da procura de Obrigações do Tesouro.

### **Instrutivo n.º 10/15 - Novos requisitos de acesso às sessões de venda de moeda estrangeira:**

As instituições participantes nas sessões de compra e venda de moeda estrangeira devem cumprir um novo requisito: constituir uma reserva específica no Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR) no montante das suas necessidades semanais de moeda estrangeira para a liquidação financeira das operações de compra de moeda estrangeira nas sessões de venda do BNA. Os recursos desta reserva devem permanecer imobilizados para a cobertura das operações de compra, não sendo por isso computáveis para o cumprimento das reservas obrigatórias. Este requisito originou o aumento das necessidades de liquidez dos Bancos.

### **Aviso n.º 7/15 - Subsistema de compensação de cheques:**

O BNA definiu a data e condições de migração do Serviço de Compensação de Valores para o novo Subsistema de Compensação de Cheques, sendo que estes apresentam agora um código que possibilita que a compensação passe a ser efectuada de forma electrónica. Com a introdução destes códigos, deixa de ser necessário entregar os cheques diariamente ao BNA e respectivas delegações nas províncias, diminuindo o risco operacional.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária teve início em 2010, tendo, desde então, sido publicadas e reformuladas diversas leis fiscais no âmbito do pacote legislativo que se encontrava em processo de revisão e actualização, com alterações, nomeadamente, no Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Código do Imposto Industrial, Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, Regulamento do Imposto do Selo, Código do Imposto do Consumo, Código Geral Tributário, Código das Execuções Fiscais, Código do Processo Tributário.

Este processo de alterações no ordenamento jurídico-fiscal tem vindo a representar um relevante impacto na actividade desenvolvida pelas instituições financeiras, em geral, e pelo BFA, em particular, designadamente nas ofertas de crédito e prestações de serviços a clientes, nas operações efectuadas no Mercado Monetário Interbancário, na configuração dos produtos do Banco, bem como ao nível da tributação dos próprios rendimentos auferidos.

De facto, as alterações introduzidas no sistema fiscal nacional foram de tal ordem de grandeza que, não raras as vezes, são identificadas matérias cuja análise é dominada por alguma incerteza quanto à tributação das mesmas, dada a ambiguidade ou ausência de concretização dos conceitos expressos na lei.

No entanto, o BFA tem vindo a acompanhar com proximidade as alterações introduzidas pela Reforma Tributária, procedendo activamente às alterações e adaptações que se revelam necessárias ao adequado cumprimento da legislação em vigor, seja ao nível da reparametrização dos seus sistemas informáticos, seja ao nível da reconfiguração dos seus procedimentos internos e capacitação dos seus Colaboradores quanto às alterações das regras tributárias.

As principais alterações com impacto no sector financeiro iniciaram-se no ano de 2012, nomeadamente em sede de

Imposto do Selo, que representou um grande impacto em toda a actividade financeira do Banco, e Imposto sobre a Aplicação de Capitais, ao estabelecer mecanismos de retenção na fonte sobre rendimentos resultantes de aplicação de capitais.

Em 2015, a Reforma Tributária teve, com a entrada em vigor de um conjunto adicional de diplomas introduzidos no ordenamento jurídico nacional, alterações muito significativas, mais uma vez com especial impacto na actividade financeira e bancária.

Em concreto, foram consideradas, desde 1 de Janeiro de 2015, alterações em sede de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, quanto ao enquadramento, base e limites de incidência de imposto, as quais, naturalmente, tiveram repercussão nas obrigações de retenção na fonte do BFA.

Por seu turno, ao nível do Imposto Industrial, foram introduzidas alterações à determinação da matéria colectável, designadamente no que diz respeito à desconsideração fiscal dos rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais, à consideração das variações patrimoniais positivas em capital próprio e aos encargos com assistência social à generalidade dos Colaboradores do BFA.

Adicionalmente, foram introduzidas novas regras de autoliquidação do imposto e, bem assim, de liquidação sobre os serviços prestados por entidades residentes e não residentes.

Note-se ainda que alguns dos mecanismos introduzidos pelo Código Geral Tributário, nomeadamente a possibilidade de exercício de direito de audição prévia ou pedido de informação, foram imediatamente adoptados nas correspondências com a Administração Geral Tributária, por forma a facilitar o esclarecimento e resolução das diversas matérias de índole fiscal.



# 03

## O BFA

<b>Governo Societário</b>	34
Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno	34
Princípios Orientadores da Governança Corporativa	34
Estrutura Societária e Modelo de Governo	35
Ambiente de Controlo	36
Composição dos Órgãos Sociais	40
Organigrama	40
Comissão Executiva do Conselho de Administração	42
Sistema de Controlo Interno	46
Remuneração dos Órgãos Sociais	46
Política de Distribuição de Resultados	47
Sistema de Gestão do Risco	49
Informação Interna	50
Monitorização	50
<b>Principais Áreas de Negócio</b>	52
Particulares e Negócios	54
Centros de Investimento	58
Empresas	60
Oil & Gas	64
Mercado de Capitais	65
Unidade de Business Development	67
<b>Recursos Humanos</b>	69
<b>Inovação &amp; Tecnologia</b>	72
<b>Sistema de Pagamentos</b>	76
<b>BFA no Digital</b>	80
<b>Comunicação</b>	83
<b>Responsabilidade Social</b>	89
<b>Prémios</b>	92



# Governo Societário

## GOVERNAÇÃO CORPORATIVA E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A Governação Corporativa é um pilar fulcral numa instituição financeira, pelo papel que detém na execução do enquadramento regulamentar. O Aviso n.º 1/13 do BNA veio definir as políticas e processos a instituir pelas instituições financeiras no que respeita à Governação Corporativa.

Através desta regulamentação, procurou instituir-se um conjunto de práticas de Governação Corporativa com implicações no modelo de gestão através da definição de regras no que respeita à estrutura de capital e organizacional, política de remuneração, código de conduta e gestão de conflitos e processos de transparência e divulgação de informação, definindo em simultâneo directivas de reporte referentes ao modelo de governação.

De acordo com o estipulado no n.º 2 do Artigo 26º do Aviso n.º 1/13 e no n.º 2 do Artigo 22º do Aviso n.º 2/13, o Conselho de Administração aprovou a implementação de um Plano de Acção que garante a conformidade do modelo de governação corporativa do Banco com o disposto nos respectivos avisos regulamentares.

Em resposta ao Instrutivo n.º 1/13, o qual regulamenta o envio da informação ao BNA, por parte das instituições financeiras, no âmbito do previsto nos Avisos n.º 1/13 e n.º 2/13, o Conselho de Administração do BFA submeteu em Novembro de 2015 o Relatório Anual sobre a Governação Corporativa e o Sistema de Controlo Interno, com efeitos a 30 de Novembro. O Relatório tem o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo.

### PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Os princípios orientadores da política de Governação Corporativa do BFA correspondem no essencial ao modelo e requisitos definidos pelo BNA e estão alinhados com os do seu accionista BPI, onde o Banco se integra no âmbito das regras de supervisão consolidada. Destes, destacam-se:

<b>Transparência da Gestão</b>	Interna	Permite aos membros não-executivos do Conselho de Administração (CA) e aos membros do Conselho Fiscal levar a cabo, com eficácia, as suas funções de supervisão e fiscalização.
	Externa	Permite aos Accionistas, às Autoridades, aos Auditores, aos Investidores e à comunidade em geral, avaliar a qualidade e a conformidade da informação prestada e dos resultados alcançados.
<b>Independência</b>		Independência da gestão executiva, relativamente a Accionistas ou a interesses específicos.
<b>Equidade</b>		Equidade no relacionamento com Accionistas, Clientes e Colaboradores.
<b>Lealdade</b>		Lealdade através da implementação de mecanismos que previnam a ocorrência de situações de conflito de interesses.
<b>Eficiência</b>		Eficiência no funcionamento e interacção de todos os Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade.
<b>Rigor</b>		Rigor na administração dos diversos riscos subjacentes à actividade do Banco.
<b>Participação na decisão</b>		Participação na decisão através da adopção de modelos colegiais nos processos de tomada de decisão e no fomento do trabalho de equipa.
<b>Desempenho e mérito</b>		Desempenho e mérito como critérios fundamentais da política de remuneração de Colaboradores e Administradores.
<b>Harmonia</b>		Harmonia no alinhamento entre os interesses dos Accionistas, Administradores e Colaboradores.
<b>Criação de valor</b>		Corolário dos princípios enunciados e primeiro objectivo da Administração e dos Colaboradores do BFA.

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA E MODELO DE GOVERNO

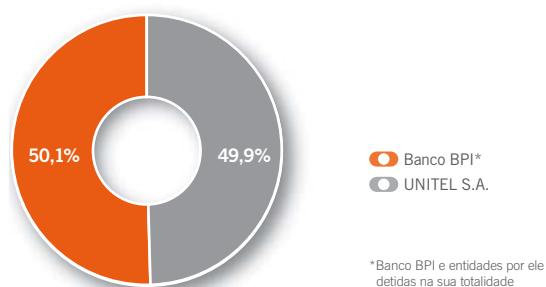
O BFA foi constituído por Escritura Pública a 26 de Agosto de 2002, resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em Banco de direito angolano, sendo maioritariamente detido pelo Grupo BPI.

Por escritura pública de 20 de Janeiro de 2009, os estatutos foram significativamente alterados e mantêm-se em vigor.

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA E PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL

O capital social do BFA encontra-se repartido pelo Grupo BPI, e entidades por ele detidas na sua totalidade, e pela UNITEL, S.A..

### Estrutura Accionista



Actualmente, o BFA tem participação no capital da EMIS, da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA), da Sociedade de Fomento Habitacional e do Instituto do Mercado de Capitais. Estas 3 últimas sociedades não desenvolvem actualmente qualquer actividade.

O BFA tem-se assumido como forte apoiante das iniciativas lançadas pela EMIS, sendo habitualmente um dos primeiros Bancos do sistema a implementar novas soluções e serviços disponibilizados. Exemplo disso é a implementação do novo Centro de Processamento de Dados nas instalações construídas pela EMIS, reunindo condições técnicas e de acesso a serviços, de acordo com os mais rigorosos padrões internacionais. Outro exemplo disso, é a utilização da nova Plataforma de Gestão de Cartões, na qual o BFA detém uma quota superior a 70% dos cartões emitidos.

Nos termos dos Estatutos da EMIS aprovados na Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 2010, a administração é exercida por um Conselho de Administração, estando a

gestão corrente delegada numa Comissão Executiva. O BFA encontra-se representado nos seguintes Órgãos Sociais:

- Conselho de Administração: Dr.ª Otília Faleiro;
- Comissão de Vencimentos: Dr. Emídio Pinheiro.

## MODELO DE GOVERNO

O modelo de funcionamento do BFA está estabelecido nos seus Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 27 de Novembro de 2008 e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei n.º 13/5).

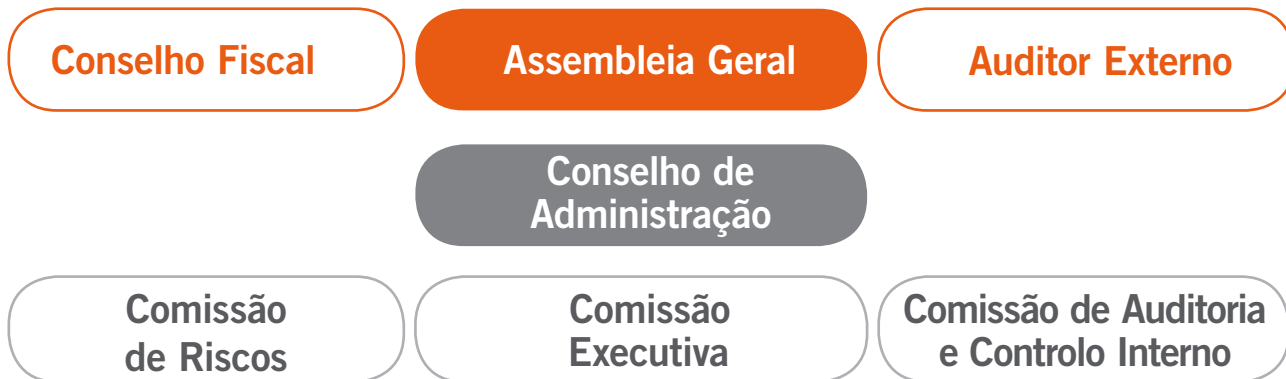
São Órgãos Estatutários os Órgãos Sociais, ou seja, a Assembleia Geral e o respectivo Presidente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal e, ainda, a Mesa da Assembleia Geral, a Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) e o Auditor Externo.

Nos termos dos Avisos n.º 1/13 e n.º 2/13, o Conselho de Administração criou duas novas comissões: a Comissão de Riscos e a Comissão de Auditoria e Controlo Interno.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos em Assembleia Geral a 20 de Outubro de 2014 para um mandato de três anos – 2014-2016. Nessa mesma data o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.

Os Órgãos de Governação do BFA são compostos por quadros vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras com o objectivo de prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, com respeito pelas melhores práticas e os melhores princípios da boa e prudente gestão.

Para além disso, todos os membros dos Órgãos de Administração têm competência técnica, experiência profissional e adequada idoneidade moral para o exercício da função.



### Assembleia Geral

**Constituição** A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos.

- Competências**
- Eleger os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como designação do Auditor Externo;
  - Apreciar o relatório anual do Conselho de Administração, discutir e votar sobre o balanço e contas consolidadas e individuais, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;
  - Aprovar as remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos estatutários;
  - Deliberar sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração;
  - Deliberar sobre alterações aos estatutos.

### Conselho de Administração

**Constituição** O Conselho de Administração (CA) é composto por um mínimo de 7 e um máximo de 15 membros, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas. O actual Conselho de Administração é composto por 13 membros.

- Competências**
- Definir as políticas gerais do BFA;
  - Aprovar o plano estratégico e os planos e orçamentos, tanto anuais como plurianuais, e as suas alterações, e acompanhar periodicamente a sua execução;
  - Preparar os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apresentar à Assembleia Geral;

*Competências*

- Tomar a iniciativa de propor eventuais alterações de estatutos e de aumentos de capital, e ainda de emissões de obrigações que não caibam na sua competência, apresentando as correspondentes propostas à Assembleia Geral;
- Aprovar o Código de Conduta das sociedades que dominar totalmente;
- Praticar todos os demais actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social.

O Conselho de Administração tem ainda a responsabilidade de aprovar e acompanhar a estratégia de negócio e as estratégias de risco, bem como as políticas e acções necessárias para se atingirem os objectivos definidos, sendo estas implementadas por cada uma das Direcções do Banco envolvidas na sua execução. Esta estratégia encontra-se traduzida no Orçamento Anual e em Planos de Acção, propostos pela Comissão Executiva, aprovados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração funciona de acordo com os Estatutos e com um Regulamento próprio.

Para regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva, composta por cinco a sete membros, a gestão corrente da Sociedade, com os limites fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no Regulamento de funcionamento da Comissão Executiva.

*Periodicidade*

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

**Comissão Executiva do Conselho de Administração***Constituição*

A gestão executiva do Banco é assegurada por 7 administradores, designados pelo próprio Conselho entre os seus membros.

*Competências*

Dispõe de todos os poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada na lei e, nomeadamente, poderes para decidir e representar a Sociedade.

O seu exercício objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

*Periodicidade*

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.

## Comissão de Riscos

<i>Constituição</i>	É composta por três a seis membros, executivos e não executivos, do Conselho de Administração e, se o CA assim o entender, por pessoas que não pertençam a esse órgão e por ele livremente escolhidas, tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Riscos. Os seus membros são nomeados pelo CA, que designará igualmente um Presidente e, se assim o entender, um Vice-Presidente.
<i>Competências</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Aconselhar o Conselho de Administração no que respeita à estratégia de risco;</li><li>■ Acompanhar a política de gestão de todos os riscos da actividade do Banco.</li></ul>
<i>Periodicidade</i>	A Comissão de Riscos reúne trimestralmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente. Os membros do Conselho Fiscal e o Auditor Externo podem participar, sem direito a voto, nas reuniões da Comissão de Riscos, desde que manifestem essa pretensão ao Presidente da Comissão.

## Comissão de Auditoria e Controlo Interno

<i>Constituição</i>	É composta por três a seis membros do Conselho de Administração (CA) que não integrem a Comissão Executiva e, se o CA assim o entender, por pessoas que não pertençam a este órgão e por ele livremente escolhidas, tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da referida comissão. Os respectivos membros são nomeados pelo CA, que designa igualmente um Presidente e, se assim o entender, um Vice-Presidente e o número de membros que não tenham a qualidade de membros do CA será sempre inferior a metade do número total dos que a compõem.
<i>Competências</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Assegurar a formalização e operacionalização de um sistema de prestação de informação eficaz e devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;</li><li>■ Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas da instituição;</li><li>■ Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna, designadamente as contas anuais da administração;</li><li>■ Fiscalizar a independência e a eficácia da auditoria interna, aprovar e rever o âmbito e a frequência das suas acções e supervisionar a implementação das medidas correctivas propostas;</li><li>■ Supervisionar a actuação da função de <i>Compliance</i>;</li><li>■ Supervisionar a actividade e a independência dos auditores externos, estabelecendo um canal de comunicação com o objectivo de conhecer as conclusões dos exames efectuados e os relatórios emitidos.</li></ul>
<i>Periodicidade</i>	A Comissão de Auditoria e Controlo Interno reúne trimestralmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente.

## Conselho Fiscal

<i>Constituição</i>	A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos estatutos e funciona nos termos e com os objectivos definidos na Lei ou em regulamentação e de acordo com o seu Regulamento de funcionamento. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais efectivos, sendo um dos vogais um perito contabilista.
<i>Competências</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Fiscalizar a administração da Sociedade;</li> <li>■ Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;</li> <li>■ Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;</li> <li>■ Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Banco conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;</li> <li>■ Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;</li> <li>■ Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, Colaboradores da sociedade e outros.</li> </ul>
<i>Periodicidade</i>	O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

## Auditor Externo

<i>Constituição</i>	<p>As contas foram objecto de uma auditoria independente levada a cabo pelos auditores externos Deloitte &amp; Touche – Auditores, Lda. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo estão definidas no Aviso n.º 4/13.</p> <p>O Banco defende que os seus Auditores são independentes na acepção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis e que a sua objectividade não se encontra comprometida. O BFA tem incorporado nas suas práticas e políticas de governo diversos mecanismos que acautelam a independência dos auditores.</p>
<i>Competências</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Audita as Demonstrações Financeiras do BFA com referência a 30 de Junho e 31 de Dezembro.</li> <li>■ Emite Parecer quanto à Veracidade e Adequação do Relatório Anual sobre a Governação Corporativa e o Sistema de Controlo Interno.</li> </ul>
<i>Periodicidade</i>	O Auditor Externo efectua anualmente revisões de procedimentos a Direcções e/ou processos seleccionados para o efeito, nas quais se incluem obrigatoriamente os Controlos Gerais Informáticos.

## COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	Rui de Faria Lélis
Secretário	Alexandre Lucena e Vale

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Fernando Costa Duarte Ulrich
Vice-Presidentes	Isabel dos Santos António Domingues
Vogais	José Pena do Amaral Mário Silva Diogo Santa Marta

### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	Emídio Pinheiro
Vogais	Mariana Assis António Matias Vera Escórcio Otilia Faleiro Francisco Costa Manuela Moreira

### CONSELHO FISCAL

Presidente	Amilcar Safeca
Vogal	Susana Trigo Cabral
Perito Contabilista	Henrique Camões Serra

### AUDITOR EXTERNO

Deloitte & Touche – Auditores Lda.

## ORGANIGRAMA

O organigrama do Banco assenta numa estrutura funcional, a qual permite uma clara divisão das áreas e funções de cada Direcção, sob a alçada de cada um dos administradores executivos.



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



## Comissão Executiva do Conselho de Administração



Manuela Moreira  
Administradora

Otilia Faleiro  
Administradora

Francisco Costa  
Administrador

Emídio Pinheiro  
Presidente

António Matias  
Administrador

Vera Escórcio  
Administradora

Mariana Assis  
Administradora

## Comissão Executiva do Conselho de Administração



**Emídio Pinheiro** Presidente

Data de Nascimento: 7 Maio 1960

Emídio Pinheiro é Presidente da Comissão Executiva do BFA desde 2005. Ingressa no Grupo BPI em 1990 onde desempenhou um conjunto variado de funções. Inicialmente como Administrador Executivo da BPI Pensões e BPI Vida e das sociedades gestoras de fundos de investimento do BPI. Ingressou depois nas áreas comerciais do BPI, como Director Central, tendo tido responsabilidades nas seguintes áreas de negócio: Direcção de Emigração e Director Geral da Sucursal de França; Direcção de Centros de Investimento; Direcção Comercial de Particulares e Pequenos Negócios da Região de Lisboa da Direcção. Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. MBA pela Universidade Nova de Lisboa. É Vice-Presidente da Direcção da ABANC – Associação Angolana de Bancos e membro de Direcção do Centro Angolano de Corporate Governance.



**Mariana Assis** Administradora

Data de Nascimento: 29 Setembro 1953

Mariana Assis é Administradora do BFA desde 2005. Possui 40 anos de experiência, iniciando a sua carreira em 1975, no Banco Comercial de Angola, hoje BPC, no Departamento de Contabilidade como conferente de escrita. Em 1979 foi Chefe de Secção para o Expediente Geral do Departamento de Fecho do BCA, em 1987 Chefe de Sector de Execução e Controlo Orçamental e em 1989 Chefe de Departamento de Contabilidade Central. É admitida nos quadros do BFA em 1993 como técnica analista. Exerceu desde 1994 a função de Chefe de Serviço da Contabilidade, assumindo em 2001 a Direcção de Contabilidade. Licenciada em Economia na especialização de Contabilidade e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto.



**António Matias** Administrador

Data de Nascimento: 19 Julho 1968

António Matias é Administrador do BFA desde 2005 e Presidente da Direcção do IFBA. A par de uma carreira académica na área económica, possui mais de 15 anos de experiência na Banca, ingressando no BFA em Janeiro de 1998. Exerceu diversas funções na área comercial, tendo em 2001 assumido a Sub Direcção da Área de Créditos e, em Maio 2005, passa a Director Central da Direcção de Empresas. Licenciado em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto e Pós-Graduado em Banca, Seguros e Mercados Financeiros, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (ISLA). É Presidente da Direcção do Instituto de Formação Bancária de Angola – IFBA.



**Vera Escórcio** Administradora

Data de Nascimento: 17 Setembro 1974

Vera Escorcio é Administradora do BFA desde 2009. Possui 14 anos de experiência na Banca, iniciada em 2001 no BFA, como técnica da Direcção Financeira, tendo ascendido mais tarde ao cargo de Subdirectora desta mesma Direcção do BFA. De 2005 a 2008 foi Directora Financeira do BIC. Licenciada em Economia com a especialização em Economia de Empresa, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e Pós-Graduada em Gestão para a Banca, pela Católica Executive Education.



**Francisco Costa** Administrador

Data de Nascimento: 22 Agosto 1951

Francisco Costa é Administrador do BFA desde 2011. Com cerca de 30 anos de experiência na Banca, ingressa no Banco BPI em Janeiro de 1984 enquanto Analista de Projectos e passa a Coordenador de Projectos em 1987. A partir de 1989, assume cargos de Direcção, chegando a Director Central em 1992. Passa a Vogal do Conselho de Administração do BPI em 1995. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.



**Otília Faleiro** Administradora

Data de Nascimento: 26 Agosto 1954

Otília Faleiro é Administradora do BFA desde 2011. Possui mais de 40 anos de experiência na Banca. Em 1992, assume a função de Directora Adjunta na Direcção de Sistemas de Informação do Banco BPI, passando a Directora Coordenadora da mesma área em 1998. Em 2000, é nomeada para assumir a Direcção de Projectos da Rede de Particulares e Pequenos Negócios e em 2007 passa a Directora Central de Organização e Métodos, assumindo em 2009 a função de Directora Central de Financiamento Imobiliário, e em 2010 a Direcção de Operações de Crédito. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa. É Administradora não executiva da EMIS.



**Manuela Moreira** Administradora

Data de Nascimento: 28 Setembro 1968

Manuela Moreira é Administradora do BFA desde 2014. Possui 20 anos de experiência na Banca, iniciada em 1997 no BFA, tendo, durante a sua carreira, exercido várias funções, nomeadamente no Departamento de Contabilidade, Crédito e Área Comercial, onde ascendeu ao cargo de Director responsável pela Direcção de Centros de Investimento em Maio de 2006. Passou anteriormente pelo Ministério das Finanças, onde exerceu funções na Direcção de Contabilidade e pelo Ministério da Educação, professora no IMEL – Instituto Médio de Economia de Luanda. Licenciada em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Havana – Cuba em 1995, obteve o Mestrado em Gestão de Empresas pela Fundação Gertúlio Vargas em 2005.



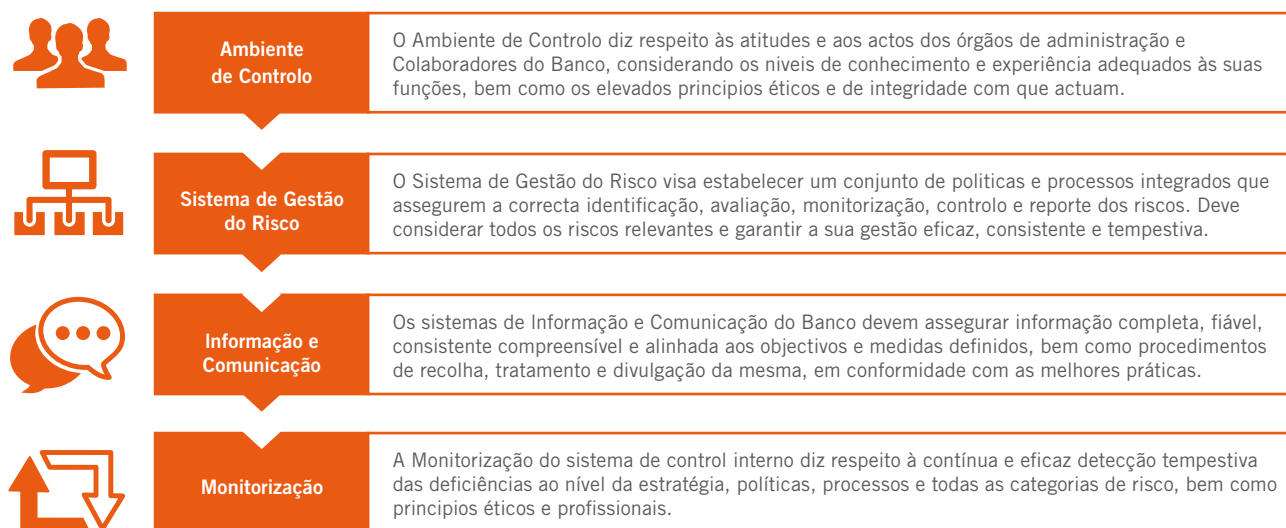
## SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno do BFA é o plano de organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela administração para atingir o objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta das suas actividades, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

O Aviso n.º 2/13 do BNA veio definir e regular a obrigação de implementação de um Sistema de Controlo Interno por

parte das Instituições Financeiras. Um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz é aquele em que o Conselho de Administração e a Gestão detêm uma segurança razoável em como os objectivos estratégicos e operacionais do Banco estão a ser atingidos, o sistema de reporting é fidedigno e as normas e regulamentos estão a ser cumpridos.

O Sistema de Controlo Interno é composto por 4 componentes com objectivos e instrumentos específicos que suportam o adequado e integrado Sistema de Controlo Interno do BFA:



## REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### Estrutura da remuneração dos Administradores Executivos

A política de remunerações seguida no BFA para os membros executivos do seu órgão de administração - Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) - assenta, na existência de uma remuneração fixa complementada por uma remuneração variável, a qual é função da avaliação do desempenho do BFA e de cada um desses administradores no ano que precede o pagamento dessa remuneração, bem como da avaliação da consistência desse desempenho com o verificado ao longo dos anos anteriores e reflecte, essencialmente, a avaliação realizada tendo por base, entre outros, os seguintes critérios:

- o desempenho individual;
- o desempenho colectivo das unidades de estrutura do pelouro do administrador;
- o desempenho geral do próprio BFA;
- o respeito pelos normativos, regras e procedimentos externos e internos aplicáveis à actividade desenvolvida pelo BFA e, designadamente, das regras do Código de Conduta.

Os valores de remuneração fixa pagos aos membros da CECA, são consistentes com a prática de mercado e são os que

resultam da aplicação do respectivo contrato de trabalho e da legislação de trabalho.

Uma vez que o BFA não é uma sociedade aberta, o complemento de remuneração variável em causa é integralmente pago em dinheiro. A existência desta componente variável de remuneração contribui para reforçar o alinhamento dos interesses dos membros da CECA com os interesses do BFA e dos seus accionistas. A consideração, na fixação da remuneração dos membros da CECA, da vertente “consistência do desempenho” contribui para evitar que esta componente da remuneração contribua para uma assunção excessiva de riscos. A definição do valor global da componente variável a atribuir aos membros da CECA tem em conta vários factores, dos quais se destaca o histórico da evolução dos Resultados antes de Impostos e dos Resultados depois de Impostos.

#### **Estrutura da remuneração dos Administradores não Executivos, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral**

Os membros não executivos do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal não recebem, pelo desempenho dessas funções, qualquer remuneração variável, sendo a sua remuneração exclusivamente composta por remuneração fixa.

Os valores da remuneração pagos aos membros do órgão de administração, da mesa da Assembleia Geral e de fiscalização são definidos directamente pelos accionistas através de Assembleia Geral.

Não estando eleita uma Comissão de Remunerações, os valores são aprovados pelos Accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

#### **Valor das remunerações pagas em 2015**

Em 2015, a remuneração do conjunto dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral ascendeu a 450,0 Milhões AKZ distribuídos da seguinte forma:

- Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, 392,5 milhões de AKZ pagos a título de remuneração fixa e variável;

- Membros não executivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral, 57,5 milhões de AKZ, pagos a título de remuneração fixa.

#### **POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

A política de distribuição de resultados está estabelecida nos Estatutos, que define a seguinte prioridade de utilização dos lucros:

- Cobertura de prejuízos transitados de exercícios anteriores;
- Formação ou reconstituição de reserva legal;
- Formação ou reconstituição de reservas especiais impostas por lei;
- Pagamento do dividendo prioritário que for devido às acções privilegiadas, nomeadamente preferenciais sem voto, que a Sociedade porventura haja emitido;
- 40% da parte restante para distribuição a todos os Accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar por uma maioria correspondente a dois terços do capital social, a sua afectação, no todo ou em parte, à constituição e/ou reforço de quaisquer reservas, ou à realização de quaisquer outras aplicações específicas de interesse da Sociedade;
- A parte remanescente, a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral por maioria simples.

Actualmente, os requisitos de constituição da Reserva Legal estão cumpridos.

Relativamente aos exercícios de 2009 a 2012, foram distribuídos na forma de dividendos 65% dos lucros obtidos, sendo os restantes 35% levados a reservas livres.

Nos anos 2013 e 2014, foram distribuídos sob a forma de dividendos 50% do resultado do exercício, sendo os outros 50% levados a reservas livres.

A proposta de aplicação dos resultados de 2015, é de distribuir sob a forma de dividendos 40% do resultado do exercício, sendo os outros 60% levados a reservas livres.

## PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONFLITOS DE INTERESSE

AO Código de Conduta, o Regulamento do Conselho de Administração e o Regulamento da CECA contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, e definem regras, princípios e procedimentos no sentido de identificação, monitorização e mitigação de conflitos de interesse.

Desta forma, promove-se a transparência nas relações, envolvendo órgãos sociais e Colaboradores, inibindo-se a participação em actividades ilegais e a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes e estipula que, quer os membros dos órgãos sociais quer os Colaboradores, não podem receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício independente das suas funções.

A actividade profissional dos membros dos órgãos sociais e dos Colaboradores pertencentes ao Banco rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta do BFA aprovado no Conselho de Administração, disponibilizado na Intranet e no site institucional, cujo resumo das linhas principais são as seguintes:

- Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade do Banco, dos membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
- Garantir diligência e competência profissionais, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência, e garantir aos Clientes e às autoridades competentes, ressalvado o dever de segredo profissional, uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;

- Garantir da guarda e manutenção rigorosa do segredo profissional;
- Estabelecer a Igualdade de Tratamento aos Clientes do Banco em todas as situações em que não exista motivo de ordem legal e/ou contratual e/ou de risco para proceder de forma distinta;
- Gerir o Conflito de Interesses: nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais Clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; os conflitos entre interesses de Clientes, por um lado, e os do Banco ou dos seus Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente da Instituição, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos Clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente;
- Proibir Benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos Órgãos Sociais ou aos Colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida da qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais);
- Relações com as Autoridades: nas relações com as autoridades de supervisão da actividade bancária, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos Órgãos Sociais e os Colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente lhes surjam.

Nos contactos com os clientes e com o mercado, os órgãos sociais e Colaboradores do BFA deverão ainda pautar a sua conduta pela máxima discrição e deverão guardar sigilo profissional acerca dos serviços prestados aos seus Clientes e sobre os factos ou informações relacionados com os mesmos ou com terceiros, cujo conhecimento lhes advenha do desenvolvimento das respectivas actividades.

## SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO

O Sistema de Gestão do Risco permite obter uma visão e gestão integrada dos riscos a que as Instituições se encontram expostas, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco.

O acompanhamento e controlo do sistema de gestão do risco é actualmente assumido pelo Conselho de Administração, que integra Administradores não executivos, bem como pela Comissão de Riscos.

O Conselho Fiscal, a Comissão de Auditoria e Controlo Interno e a Comissão de Riscos, têm também por missão, no âmbito das suas atribuições, avaliar os principais indicadores e vertentes da gestão do risco.

A identificação e avaliação das situações de risco cabe, de uma forma geral, a todas as áreas do Banco, sendo particularmente distinguidas as seguintes direcções no que respeita ao risco de crédito:

- Direcção de Crédito a Particulares e Negócios - responsável pela avaliação das operações de crédito destes segmentos;
- Direcção de Risco de Crédito a Empresas – responsável pela avaliação das operações de crédito deste segmento;
- Direcção de Financiamentos Estruturados e ao Investimento – responsável pela estruturação de financiamentos de maior valor e complexidade bem como todas as propostas de financiamento ao investimento, incluindo os integrados no Programa Angola Investe;
- Direcção de Operações Imobiliárias – responsável pela avaliação de financiamento e acompanhamento da carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário.
- Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito, responsável pelas operações que entram em incumprimento e a sua recuperação, seja pela via negocial, seja pela via judicial.

Todas estas Direcções reportam ao mesmo Administrador que não tem responsabilidades nas áreas comerciais.

O BFA dispõe de um Regulamento Geral de Crédito, complementado por um conjunto de outras normas e procedimentos internos que asseguram o adequado controlo dos riscos de crédito, os quais foram reforçados em 2011 com a entrada em funcionamento da Central de Riscos de Crédito do BNA, ferramenta indispensável para a correcta mensuração do risco de crédito.

No que respeita a gestão dos riscos de Liquidez, Cambial e Taxa de Juro, a Direcção Financeira e Internacional é responsável por assegurar o cumprimento das regras de supervisão em vigor bem como os rácios e limites aprovados internamente e constantes do Manual de Limites e Procedimentos da DFI, nomeadamente das reservas obrigatórias e dos limites de exposição cambial, sendo igualmente responsável pelo relacionamento com o BNA nestas matérias.

A Direcção de Organização e Formação é responsável pela gestão do Risco Operacional, contribuindo para o funcionamento mais eficiente e racional do Banco, através do envolvimento e coordenação de projectos e definição de processos e procedimentos, garantindo a preparação e manutenção do normativo interno, a estrutura e os processos adequados, quer na óptica da eficiência quer do risco e o apoio permanente a toda a estrutura do Banco. Compete-lhes ainda a recolha de informação e a elaboração do reporte referente a perdas operacionais.

A Direcção de *Compliance*, no âmbito da gestão do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, é responsável por efectuar o controlo prévio e *a posteriori* para identificar entidades sancionadas, detectar operações suspeitas e fiscalizar o cumprimento da Legislação e Regulamentação em vigor com impacto no Banco.

A Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) procura garantir e salvaguardar a integridade e a segurança dos activos do Banco e dos seus Clientes. Nesse sentido, são desenvolvidas análises periódicas às actividades das Unidades de Negócio e Serviços Centrais. Tais análises são complementadas por intervenções de auditoria temática a cargo do auditor externo ou do auditor contratado para o efeito. A avaliação do cumprimento dos normativos internos e do Código de Conduta é igualmente da responsabilidade desta Direcção.

As metodologias e ferramentas utilizadas na gestão de cada um dos riscos acima mencionados podem ser analisadas em detalhe nos respectivos capítulos de risco.

## INFORMAÇÃO INTERNA

O Banco aposta e investe continuamente em Sistemas de Informação, parte integrante da estratégia para assegurar elevados níveis de inovação, modernização e controlo de riscos. Promovem o crescimento sustentável do Banco, garantindo não só a optimização dos processos e procedimentos, mas também a optimização e melhoria contínua da qualidade do serviço ao Cliente.

### Comunicação Institucional

O Banco atribui uma especial importância à manutenção de uma relação franca e transparente com os Accionistas, as autoridades, a comunicação social e os restantes intervenientes no mercado.

A comunicação para o mercado em geral é feita através da publicação do Relatório e Contas anual, e pela síntese das contas trimestrais em forma de balancete, publicadas no seu Site Público.

Através da Intranet, é feita uma divulgação interna aos Colaboradores, do desempenho e actividades do Banco.

Semestralmente, o Banco também realiza uma Reunião de Quadros, com representantes das diferentes Direcções, para apresentação de resultados e perspectivas futuras.

## MONITORIZAÇÃO

A monitorização do sistema de controlo interno é essencialmente conduzida pela Direcção de Auditoria e Inspecção. Esta avalia a adequação e a eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno através da monitorização do cumprimento dos processos e procedimentos definidos. Esta é responsável por garantir de forma sistemática a auditoria e inspecção das actividades relacionadas com a Rede Comercial (Agências, Centros de Empresa e Centros de Investimento) e Serviços Centrais, de forma a salvaguardar a integridade e segurança de activos

## REVISTA INTERNA – BFA YETU

Como reforço da estratégia de comunicação interna do Banco, foi lançado o desafio e criado o projecto BFA YETU.



Revista Interna n.º 4 Março 2015

do Banco e de Clientes, o cumprimento da regulamentação e normativo interno aplicáveis e o controlo dos riscos.

No âmbito da Inspecção, procede também a investigações específicas resultantes de reclamações apresentadas por Clientes ou na sequência de decisões dos órgãos de gestão do Banco.

BFA YETU é a revista interna do Banco que, na língua Kimbundo significa “nosso”. As edições são quadrimestrais e têm o propósito de divulgar as actividades do Banco a todos os Colaboradores.



Revista Interna n.º 5 Julho 2015



Revista Interna n.º 6 Novembro 2015



# Principais Áreas de Negócio

## REFORÇO DA POSIÇÃO DE LIDERANÇA E EXPANSÃO DA ACTIVIDADE

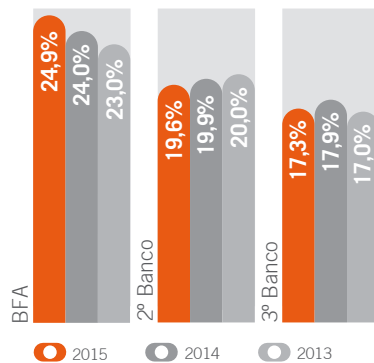
### Aumento expressivo da bancarização da população angolana

O aumento do índice de bancarização da população angolana tem sido um dos principais focos da actividade do Sector Financeiro. As medidas tomadas pelo Banco Central em conjunto com as instituições financeiras, têm-se reflectido num aumento do nível de bancarização da população. Por exemplo, tomando como base um inquérito à população residente na província de Luanda com 15 ou mais anos, em 2015 registou-se um índice de bancarização de 47%, mais 7 pontos percentuais que no ano anterior.

#### Evolução do Índice de Bancarização<sup>1</sup>



#### Evolução da Taxa de Penetração<sup>2</sup>



<sup>1</sup> Angola All Media & Products Study – Luanda 2015 (AMPS). A Marktest Angola, no âmbito da All Media & Products Study (AMPS), realiza anualmente um estudo com dados sobre os hábitos de audiência e de consumo às populações de Luanda e Benguela. Os inquéritos são realizados a uma amostra composta por mais de 3.500 habitantes de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 15 anos. Este estudo é ainda sujeito a um controlo de qualidade distinto em 3 fases: acompanhamento, validação de consistência das respostas e supervisão.

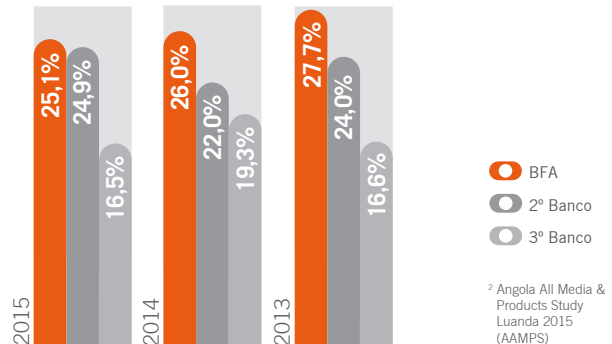
<sup>2</sup> Considera uma amostra composta por inquiridos bancarizados de Luanda, com idade igual ou superior a 15 anos.

Em linha com a evolução da taxa de bancarização, a taxa de penetração do BFA na população residente na província de Luanda com 15 ou mais anos, manteve uma posição consolidada de liderança em relação aos outros Bancos (22,8%) em 2015, o que ilustra a contínua dinâmica do BFA na captação e no relacionamento com o mercado e com os seus Clientes.

A crescente robustez, aliada ao esforço desenvolvido pelo BFA no sentido de diversificar a sua presença a nível nacional e alargar a oferta de produtos e serviços aos seus Clientes, reflectem-se na consolidação da quota de mercado enquanto

Banco Principal, na qual o BFA mantém a liderança, com 25,1% do mercado.

#### Evolução da Quota de Mercado como Banco Principal<sup>2</sup>



<sup>2</sup> Angola All Media & Products Study Luanda 2015 (AAMPS)

## Sustentabilidade e Consolidação da Posição de Mercado

A melhoria da qualidade de atendimento tem sido um dos princípios de actuação transversal a todas as áreas comerciais do Banco, que se tem reflectido, tal como nos anos anteriores, no crescimento do número de Clientes. Em 2015, o BFA captou mais de 109 mil novos Clientes, um aumento de 8,4% face a 2014.

## MANUTENÇÃO DO CRESCIMENTO SUSTENTADO DA REDE FÍSICA DE BALCÕES

### Crescimento e renovação da Rede Comercial

No sentido de melhor servir os seus Clientes, a rede comercial do BFA assenta numa estratégia de segmentação de mercado em três áreas de actuação: Agências que são o formato base da banca de retalho, especializadas na gestão bancária de Clientes Particulares e de Empresários e Negócios; Centros de Empresas direccionados ao mercado empresarial de médias e grandes empresas, oferecendo soluções adequadas às suas necessidades específicas, e Centros de Investimento para Clientes com níveis de rendimento ou possibilidades de acumulação de capitais elevados que privilegiam o acompanhamento personalizado.

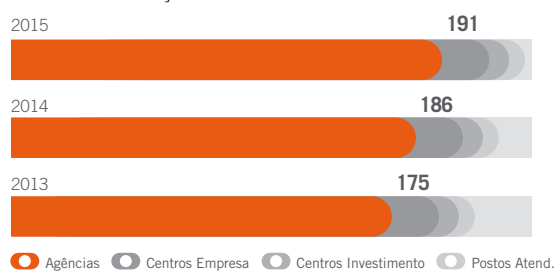
O BFA inaugurou 5 balcões em 2015: 3 na Província de Luanda, 1 em Bié e 1 em Cunene. Assim, a rede do BFA conta já com 159 Agências, 16 Centros Empresa, 9 Centros Investimento e 7 Postos de Atendimento. A expansão da

rede comercial do BFA é da responsabilidade da Direcção de Instalações e Património, tendo como função encontrar as melhores localizações para os balcões, aprovação e licenciamento de projectos, execução da obra, bem como remodelação dos balcões existentes.

A aposta na remodelação de balcões em detrimento da construção de novos é uma medida que se pretende manter em 2016, contribuindo para a modernização do design de balcões antigos e degradados.

Em Dezembro de 2015, o BFA detinha 191 balcões, o que corresponde a um crescimento de 2,7% face a 2014.

#### Rede de Distribuição do BFA



## PARTICULARES E NEGÓCIOS

### EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – PARTICULARES E NEGÓCIOS

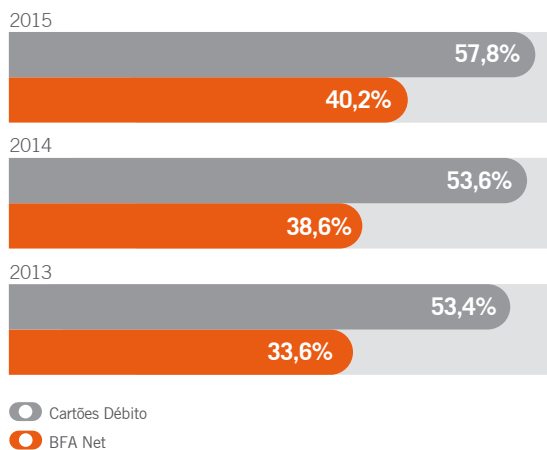
Milhões AKZ

	2013	2014	2015	Δ% 13-14	Δ% 14-15
Clientes (n.º)	1 065 115	1 183 210	1 291 089	11,1%	9,1%
BFA Net (n.º)	343 445	397 033	498 222	15,6%	25,5%
Cartões Débito (n.º)	554 607	632 327	692 420	14,0%	9,5%
Cartões Crédito (n.º)	10 172	12 614	14 528	24,0%	15,2%
Conta Ordenado (n.º)	44 117	58 096	70 012	31,7%	20,5%

#### Melhoria da eficiência no atendimento ao Cliente

No âmbito da melhoria da qualidade de serviço, é de destacar o alargamento a todas as agências do projecto eMudar@ BFA que introduziu um novo *front end* para as operações de balcão, através de tecnologias de *work-flow* e arquivo digital de documentação. Abrange já os processos de abertura e alteração de conta de Clientes particulares e empresas, bem como os processos de cheques, de subscrição de Cartões Multicaixa e serviços de *Homebanking*, BFA Net e BFA Net Empresas.

#### Taxa de Penetração BFA Net e Cartões Débito



#### Vitalidade na captação de Clientes

O número de clientes dos segmentos Particulares e Empresários e Negócios aumentou em 2015, 8,5% face a 2014, o que se traduziu em termos absolutos, em mais 109 mil novos Clientes. Este valor revela a dinâmica da actuação do BFA na área da banca de retalho onde se afirma como referência de mercado.

Verifica-se uma evolução positiva na colocação de produtos e serviços ligados aos meios de pagamento e novos canais electrónicos. Os cartões de crédito revelam-se uma excepção face aos restantes meios de pagamento com uma redução de 2,8% face a 2014. Esta redução deve-se à decisão de suspensão da comercialização de novos cartões de crédito, anunciada pelo Banco em Maio de 2015, como consequência do contexto cambial do país, durante este período. A evolução positiva da base de serviços, nomeadamente da utilização dos cartões de débito e das novas adesões ao BFA net, teve como resultado uma melhoria expressiva na taxa de penetração na base de Clientes, aumentando respectivamente 4,1 e 1,6 pontos percentuais.

#### Evolução dos Depósitos em Moeda Nacional

A captação de recursos permite ao Banco manter elevados níveis de liquidez, assegurando o financiamento da economia e a preparação do BFA para os desafios futuros. Neste sentido, um dos indicadores mais relevantes na caracterização do desempenho do BFA é a evolução dos depósitos. O volume de depósitos de Particulares e Negócios cresceu 13%, contabilizando 372.522 milhões de AKZ.

## QUALIDADE DE SERVIÇO

### Estudo Cliente Mistério

Dando continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior, em 2015 o BFA realizou duas vagas do estudo Cliente Mistério. Este estudo pretende avaliar o serviço e atendimento oferecido pela rede de balcões de Particulares e Negócios do BFA, e estabelecer objectivos e áreas de melhoria em temas relacionados com a imagem da agência e das equipas comerciais, contexto e a dinamização do atendimento realizado, e comportamentos em cenários de venda.

Na sequência dos resultados obtidos com a primeira vaga realizada no primeiro trimestre do ano, foram elaboradas fichas detalhadas para cada órgão comercial com o detalhe dos temas a melhorar. Estas fichas foram disponibilizadas na Intranet e discutidas no âmbito das diferentes reuniões comerciais.

Como resultado, observamos uma melhoria transversal de todos os indicadores na avaliação realizada na segunda vaga que decorreu no terceiro trimestre de 2015.

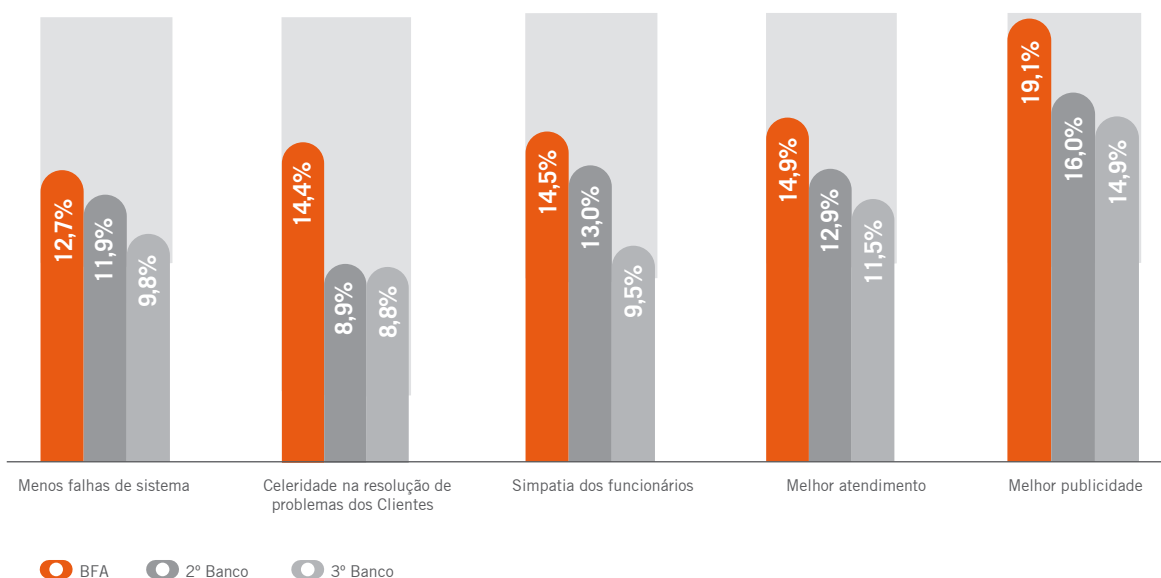
O BFA pretende realizar duas vagas anuais deste estudo mantendo a mesma mecânica adoptada em 2015. A actuação do Banco neste

âmbito tem como objectivo reforçar a orientação das equipas comerciais para a melhoria da qualidade de serviço ao Cliente.

### Estudo AMPS: Imagem dos Bancos

Com base no inquérito promovido na província de Luanda, foi possível apurar a percepção dos Clientes no que respeita à imagem dos bancos e deste concluiu-se que o BFA se destaca positivamente em todas as categorias em relação aos 2º e 3º Bancos.

A categoria em que o BFA mais se distingue é a celeridade na resolução de problemas, com uma variação de 5,5 pontos percentuais em relação ao 2º Banco. Seguem-se as categorias de melhor publicidade com uma variação superior a 3,1 pontos percentuais em relação aos outros Bancos, melhor atendimento com uma variação de 2 pontos percentuais em relação ao 2º classificado, Banco com os funcionários mais simpáticos com uma variação de 1,5 pontos percentuais e, por fim, o Banco com menos falhas de sistema com uma variação de 0,8 percentuais em relação ao 2º Banco.



<sup>1</sup> Angola All Media & Products Study – Luanda 2015 (AAMPS)

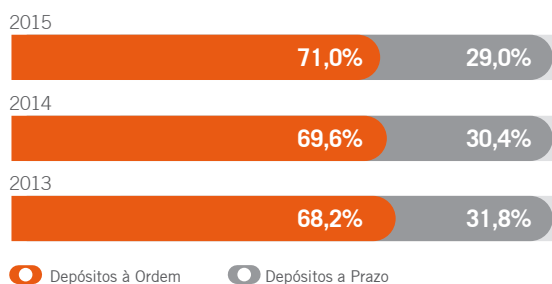
## RECURSOS DE CLIENTES – PARTICULARES E NEGÓCIOS

Milhões AKZ

	2013	2014	2015	Δ% 13-14	Δ% 14-15
Recursos	306.887,9	329.817,2	372.619,0	7,5%	13,0%
Depósitos	306.724,8	329.625,6	372.522,4	7,5%	13,0%
Depósitos à Ordem	209.081,9	229.535,0	264.673,7	9,8%	15,3%
Depósitos a Prazo	97.642,9	100.090,6	107.848,6	2,5%	7,8%
Outros Recursos	163,1	191,6	96,6	17,5%	-49,6%

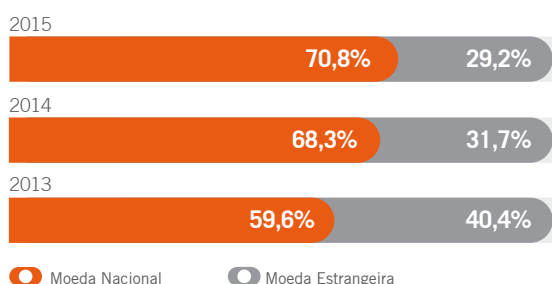
À semelhança do verificado em anos anteriores, os depósitos à ordem são quem mais contribui para este aumento representativos de pouco mais de 70% do total de depósitos e com uma variação positiva de 15,3% face a 2014. Ainda que a proporção dos depósitos a prazo tenha diminuído no total de depósitos, o valor desta rubrica registou um aumento de cerca de 7,5% (7.758 milhões de AKZ) quando comparado com o ano transacto.

### Evolução dos Depósitos em Moeda Nacional Particulares e Negócios



O contínuo processo de desdolarização da economia teve como reflexo o contínuo aumento do peso dos depósitos em moeda nacional que passaram a representar 70,8% do total de depósitos da banca de retalho, mais 2,5 pontos percentuais face a 2014.

### Estrutura de Depósitos por Tipo e Moeda Particulares e Negócios

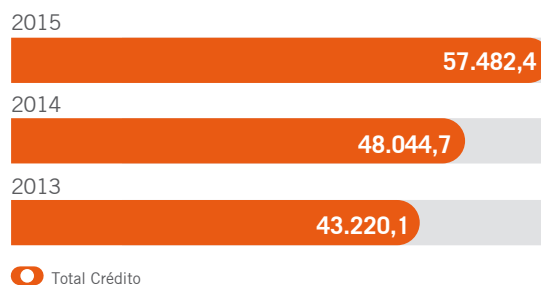


### Aumento do crédito a Clientes

Em relação ao crédito, tal como observado em 2013, verificou-se uma expansão da carteira de crédito de 11,2% atingindo os 48.044,7 milhões AKZ, com especial incidência no segmento de Negócios, o qual apresenta uma evolução positiva de 62,8% face ao ano anterior.

O crédito a financiamentos representa a maior fatia do crédito empresarial (42,5%), em linha com o aumento da exposição e apoio do BFA ao tecido empresarial.

### Crédito a Clientes Particulares e Negócios



O crédito a Particulares continua a representar o maior peso relativo no total de crédito concedido na DPN, sendo responsável por aproximadamente 86% do total da carteira de crédito concedido, contrastando com os 14% do crédito a Negócios.

## DIRECÇÃO DE GESTÃO DE PROTOCOLOS

Tendo sido criada em Julho de 2013, a Direcção de Gestão de Protocolos tem sido desenvolvida no sentido de dar resposta, de uma forma mais organizada e competitiva, ao objectivo de acelerar a celebração de Protocolos com Instituições e Empresas, nos quais são estabelecidas vantagens no acesso e no preço de determinadas operações de crédito para os seus Colaboradores que domiciliem os salários no BFA.

Ao longo do ano de 2015, a Direcção de Gestão de Protocolos celebrou 17 novos protocolos, nomeadamente para o Sector Público. Foram feitas várias campanhas de dinamização junto dos Colaboradores destas empresas, coordenadas pela DGP e sempre com o suporte da rede comercial de Balcões e Centros de Investimento, no sentido de ser prestado a estes clientes um atendimento personalizado e de excelência.

Estas dinamizações permitiram que houvesse maior divulgação e esclarecimento dos produtos de crédito e serviços disponibilizados pelo BFA. As acções de dinamização tiveram como principal foco a realização de simulações de operações de crédito de forma a clarificar os Colaboradores a respeito de montantes, prazos, prestação, taxas de esforço e custos das operações.

Ainda no decorrer do ano, a DGP desenvolveu acções de divulgação junto dos seus clientes empresas no âmbito da dinamização de protocolos já celebrados e contactos estabelecidos com mais de 10 mil clientes e potenciais beneficiários. De forma a garantir a satisfação e qualidade do serviço dos seus clientes, a DGP disponibiliza ofertas específicas das quais se destacam:

- Oferta Funcionário Público que contempla condições especiais de preço no acesso ao crédito pessoal, automóvel e habitação; e
- O Crédito Pessoal Express, com taxas bonificadas e sem obrigatoriedade de avalistas, exclusivo para crédito ao abrigo de protocolos com empresas do sector petrolífero.

As prioridades da DGP para 2016 são aumentar o número de novos protocolos e concretizar os protocolos em fase final de negociação, com principal foco no sector público. No que respeita às acções de dinamização, é expectável manter o ritmo registado e monitorizar os resultados após as acções de dinamização. A DGP tem ainda como objectivos promover maior rigor no acompanhamento do incumprimento de crédito e garantias.

## CENTROS DE INVESTIMENTO

### EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – CENTROS DE INVESTIMENTO

	2013	2014	2015	Δ% 13-14	Δ% 14-15
Clientes (n.º)	3.166	3.500	3.722	10,5%	6,3%
BFA Net (n.º)	2.658	2.926	3.039	10,1%	3,9%
Cartões Débito (n.º)	2.549	2.868	2.932	12,5%	2,2%
Cartões Crédito (n.º)	2.023	2.262	2.270	11,8%	0,4%

#### EXPANSÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES E AUMENTO DOS RECURSOS

No sentido de consolidar a sua estratégia de crescimento e de melhorar continuamente a qualidade de atendimento, o Gabinete de Apoio à Rede de Centros de Investimento tem garantido um acompanhamento cada vez mais personalizado e atento às necessidades dos Clientes alcançando assim o seu objectivo de apoio administrativo às estruturas comerciais da Direcção.

#### Expansão da Base de Clientes e da Comercialização de Cartões

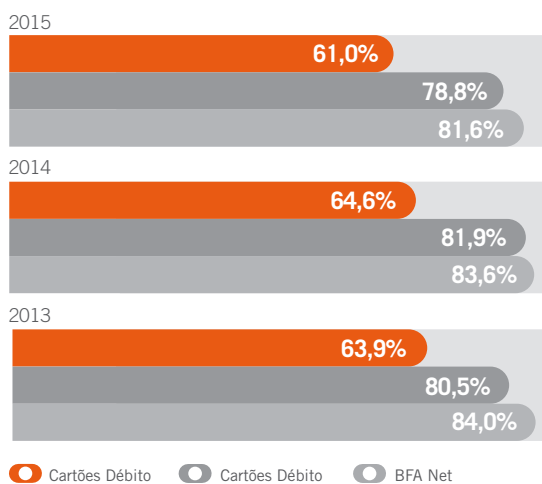
O número de Clientes voltou a crescer tendo sido ultrapassada a fasquia dos 3.500 Clientes em 2015.

O total de Clientes com acesso a serviços de *Homebanking* atingiu os 3.039 Clientes, o que representa um acréscimo de 3,9% face ao ano anterior.

Também ao nível de comercialização de cartões de crédito se registou um aumento de 2,2%.

Este crescimento, quer ao nível da utilização dos meios de pagamento, quer ao nível dos canais electrónicos traduz o esforço consolidado do Banco na disponibilização de um maior número de soluções aos seus Clientes, potenciando a sua fidelização e satisfação, as quais se reflectem nas elevadas taxas de penetração, em particular nos serviços BFA Net e de cartões de débito.

#### Taxa de Penetração BFA Net, Cartões de Débito e Cartões de Crédito – Centros de Investimento



#### Crescimento Significativo dos Recursos de Clientes

No seguimento da tendência crescente verificada nos últimos anos, os recursos de Clientes registaram, ao longo de 2015, um crescimento de 1,4%, atingindo 181.582 milhões de AKZ.

No que respeita aos depósitos a prazo, estes totalizaram 156.994 milhões de AKZ. Apesar do decréscimo de 1,2% relativamente ao valor registado em 2014, as diferenças na estrutura dos depósitos continua bem patente, com os depósitos a prazo a contabilizarem 86,5% do total dos Depósitos de Clientes, colocando em evidência a vocação e o potencial de poupança deste segmento de mercado. É ainda de notar o aumento significativo de 22,3% dos depósitos à ordem, totalizando 24.483,3 milhões de AKZ.

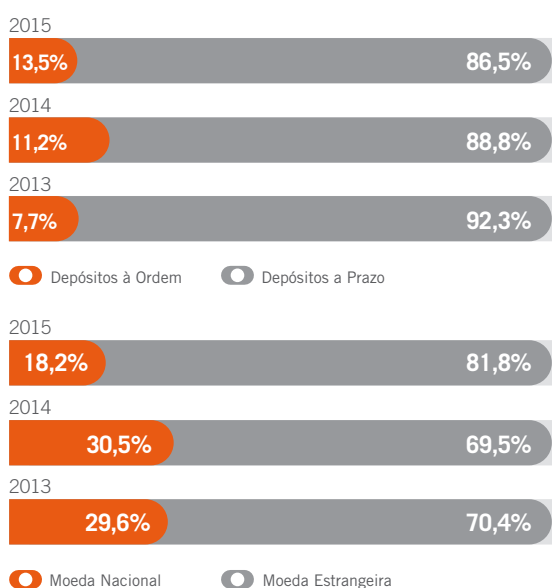
**RECURSOS DE CLIENTES – CENTROS DE INVESTIMENTO**

Milhões AKZ

	2013	2014	2015	Δ% 13-14	Δ% 14-15
Recursos	168.009,6	179.007,0	181.582,3	6,5%	1,4%
Depósitos	167.879,4	178.848,6	181.477,6	6,5%	1,5%
Depósitos à Ordem	12.894,4	20.018,1	24.483,3	55,2%	22,3%
Depósitos a Prazo	154.985,0	158.830,6	156.994,1	2,5%	-1,2%
Outros Recursos	130,2	158,4	104,7	21,6%	-33,9%

Dando resposta às necessidades de liquidez e satisfação de oportunidades de investimento e diversificação de carteira dos seus Clientes, o BFA iniciou a actividade de Intermediação de Títulos de Dívida Pública no início de 2014.

#### Estrutura de Depósitos por Moeda Centros de Investimento



Esta oportunidade surge porque, o Ministério das Finanças começou a fazer parte dos seus pagamentos de dívidas a fornecedores e empreiteiros (maioritariamente do sector Obras Publicas), recorrendo à emissão de Dívida Pública transaccionável, concretamente, a Obrigações do Tesouro indexadas ao USD.

O BFA adquire Obrigações do Tesouro a estas empresas, que necessitam de liquidez para a sua actividade e vende esses mesmos Títulos a outros Clientes que aproveitam a oportunidade para diversificarem e rentabilizarem as suas poupanças.

#### Evolução do Crédito Concedido

Em 2015 voltou a registar-se um aumento na carteira de crédito, que se situou nos 5,2%, atingindo os 15.523,3 milhões de AKZ.

#### Crédito a Clientes Centros de Investimento





## EMPRESAS

### EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – EMPRESAS

	2013	2014	2015	Δ% 13-14	Δ% 14-15
Clientes (n.º)	5 800	6 156	6 389	6,1%	3,8%
BFA Net (n.º)	2 903	3 349	3 562	15,4%	6,4%

#### Melhoria da qualidade de serviço

O aumento da proximidade com os Clientes é uma prioridade. Neste sentido foi definido um programa de visitas a Clientes, cumprido em 2015 e expectável ser mais ambicioso em 2016, que tem o objectivo de aprofundar e aumentar o conhecimento das suas características e necessidades.

Como forma de acompanhar adequadamente este programa, foram definidas coreografias de reuniões entre os Directores Regionais e as suas equipas.

#### Expansão da Base de Clientes e Aumento da Taxa de Penetração de Serviços

O número de Clientes do segmento de Banca de Empresas voltou a crescer em 2015, tendo atingido os 6.389 Clientes.

O serviço BFA Net Empresas, com funcionalidades específicas para as Empresas, verificou em 2015 um incremento de 6,4% no número de Clientes aderentes ao serviço, e um aumento da taxa de penetração, que atingiu 55,8%.

Este serviço especializado para os Clientes do segmento empresarial, permite a realização de operações bancárias com a máxima conveniência e comodidade.

#### Taxa de Penetração BFA Net Banca de Empresas



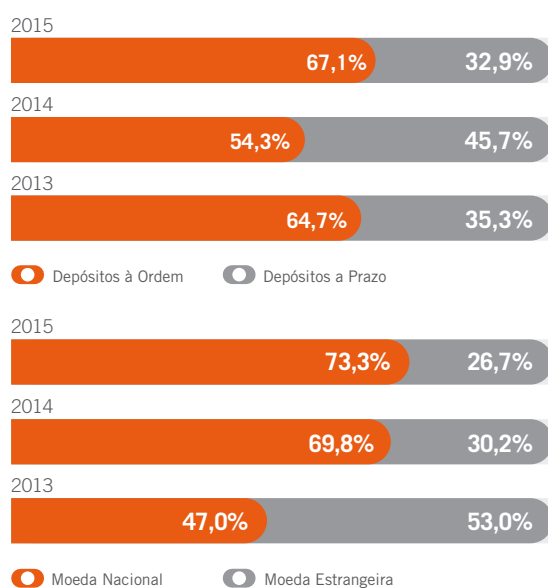
#### Crescimento dos Recursos de Clientes

Em 2015 os depósitos de Clientes do segmento de Banca de Empresas registaram um aumento 10,2% face a 2014, totalizando 459.918,9 milhões de AKZ. Este crescimento foi potenciado pelo aumento dos depósitos à ordem em 36,1% (81.857,5 milhões de AKZ) e contrariado pela diminuição dos depósitos a prazo que sofreram uma diminuição de 20,6% (39.326,6 milhões de AKZ) face ao ano transacto.

O aumento dos recursos de Clientes torna-se ainda mais expressivo (+21,6%) se for considerado em conjunto a variação positiva de 111,7% da carteira de títulos (Obrigações do Tesouro) captada em 2015.

Analisando a estrutura dos depósitos por moeda, verifica-se um incremento no volume agregado de depósitos em moeda nacional, cujo peso no total dos depósitos aumentou 22,8 pontos percentuais entre 2013 e 2014, como resultado do processo de desdolarização da economia angolana.

#### Estrutura de Depósitos por Tipo e Moeda Banca de Empresas



**RECURSOS DE CLIENTES – EMPRESAS**

Milhões AKZ

	2013	2014	2015	Δ% 13-14	Δ% 14-15
Recursos	307 940,5	470 427,7	572 218,7	52,8%	21,6%
Depósitos	280 499,8	417 387,8	459 918,9	48,8%	10,2%
Depósitos à Ordem	181 569,8	226 806,2	308 663,7	24,9%	36,1%
Depósitos a Prazo	98 930,0	190 581,6	151 255,0	92,6%	-20,6%
Títulos *	27 440,701	53 039,9	112 299,8	93,3%	111,7%

\* Títulos de Clientes à guarda do BFA e considerados em rubricas extrapatrimoniais; considerados fora de Balanço.

**CRÉDITO A CLIENTES – EMPRESAS**

Milhões AKZ

	2013	2014	2015	Δ% 13-14	Δ% 14-15
Total Crédito	118 850,3	227 873,5	203 242,6	91,7%	-10,8%
Empresas	118 848,2	227 872,3	203 240,6	91,7%	-10,8%
Crédito Sobre Clientes	90 443,8	168 539,5	149 337,6	86,3%	-11,4%
Crédito por Assinatura	28 404,4	59 332,8	53 903,0	108,9%	-9,2%
Cr. Doc. Importação	10 220,2	22 592,0	23 534,6	121,1%	4,2%
Garantias Prestadas	18 184,1	36 740,8	30 368,3	102,0%	-17,3%
Outros	2,07	1,23	2,01	-40,3%	62,9%

Nota: volume de crédito excluindo juros corridos

**Evolução do Crédito**

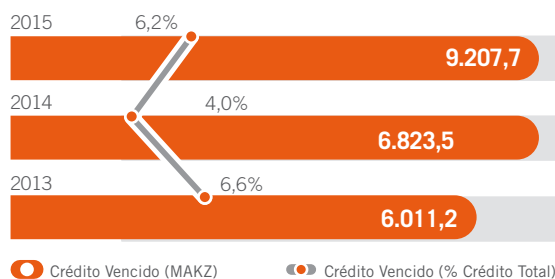
No que respeita à carteira de crédito da rede de Empresas, foi registado um decréscimo de 10,8% face ao ano transacto, tendo a rubrica de crédito sobre Clientes diminuindo 19.201,9 milhões de AKZ (11,4%).

Não obstante, é de salientar que esta diminuição é totalmente justificada pelo reembolso de um crédito concedido ao Ministério das Finanças em 2014 no valor de 52,6 mil milhões de AKZ através de uma emissão especial de OT's. Nesse sentido, a carteira de crédito ao sector produtivo cresceu 13% em moeda nacional, em resultado da aposta do BFA no desenvolvimento do tecido empresarial angolano

**Solidez da Carteira de Crédito**

O volume de crédito vencido do segmento de Banca de Empresas aumentou 2.384,2 milhões de AKZ, um aumento significativo de 34,9% face a 2014. A diminuição do crédito concedido aliado ao aumento do crédito vencido deste segmento resultou

numa degradação dos indicadores de qualidade da carteira de crédito do segmento de Empresas que, designadamente no rácio de crédito vencido que aumentou 2,2 pontos percentuais para 6,2%. No entanto, é de notar que apesar da diminuição da qualidade de crédito, este indicador é melhor que o registado em 2013, com menos de 45% da carteira de crédito sobre Clientes em relação a 2015.

**Qualidade de Crédito  
Banca de Empresas**

Relativamente ao rácio de cobertura por provisões, este situou-se nos 122,9% em 2015, reflectindo a qualidade e robustez da carteira de crédito.

## GABINETE DE APOIO E DINAMIZAÇÃO COMERCIAL

Este gabinete é responsável por participar na definição e acompanhamento dos objectivos comerciais da Direcção de Empresas, acompanha os resultados e promove medidas de actuação e ainda promove o desenvolvimento da oferta e preço dos produtos e serviços que asseguram a posição de liderança e competitividade do BFA perante o mercado.

Este gabinete é constituído por duas áreas competentes:

A **Área de apoio Operacional e Produtos** é mais focada em:

- desenvolver e adaptar produtos e serviços;
- promover alterações na oferta de produtos e serviços ou lançamento, coordenação e acompanhamento de novos produtos;
- elaborar as práticas de acompanhamento de Clientes com o objectivo de otimizar as vendas e a qualidade de serviço prestada;
- acompanhar permanentemente a oferta dos principais concorrentes;
- definir, criar e implementar mecanismos de cross-selling e de captação de negócio do segmento Empresas;
- apoiar a Direcção de Marketing para desenvolvimento de conteúdos de vendas;
- criar relatórios de perfis, segmentação, risco, abandono e valor;
- apoiar o processo de concessão de gestão de linhas ou limites de crédito;
- acompanhar os novos créditos em incumprimento.

As responsabilidades da **Área de Dinamização das vendas, Trade Finance e Gabinete de Apoio e Cooperação Empresarial** assentam mais em:

- garantir a formação / informação das equipas comerciais na oferta de produtos e serviços específicos;
- visitar periodicamente os Balcões;
- implementar os principais pilares de acção comercial e de gestão comercial das equipas comerciais;
- participar nas reuniões com os principais Clientes para a apresentação de produtos.

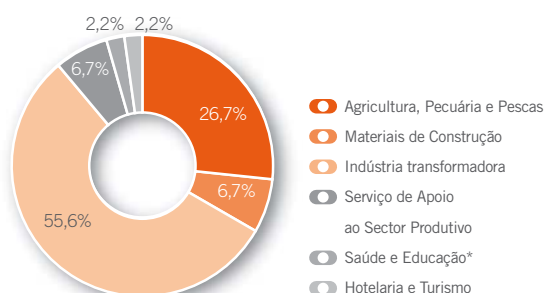
## Financiamentos Estruturados e ao Investimento

Esta área é responsável pela estruturação de financiamentos *tailor made*, com carácter de médio e longo prazo e com montagem jurídica complexa, designadamente:

- projectos *tipo start-up*;
- *project finance*;
- fusões & aquisições;
- grandes investimentos de projectos em risco *corporate* e cujo o risco de projecto impacta significativamente na empresa;
- financiamentos ao Estado e a Organismos Públicos e/ou com garantia do Estado Angolano;
- financiamentos estruturados com sindicatos bancários;
- reestruturação de passivos / substituição de passivos em grandes Grupos Empresariais, com forma de salvaguarda do envolvimento de crédito;
- projectos com partilha de risco, nomeadamente com Agências Multilaterais e Bilaterais e com Export Credit Agencies (ECAs);
- o Crédito Agrícola, destinados ao sector agro-pecuário, neles estando incluída a avaliação da componente técnica dos mesmos e o Crédito ao Investimento, que se destinem a financiar investimentos não correntes ou abrangidos pelo Programa Angola Investe.

Em 2015, os sectores privilegiados pelo BFA foram a agricultura e a indústria transformadora ligada à actividade agro-industrial e às bebidas, que têm um elevado contributo para a substituição de importações e para a diversificação da economia nacional.

## Principais Sectores de Actividade das Operações de Crédito



\*Estes sectores não são o foco do programa, pelo que carecem de autorização do Ministério da Economia (MINEC).

### ANGOLA INVESTE

O programa Angola Investe (PAI) é um programa de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) ou Micro, Pequenos e Médios Empreendedores Singulares (MPMES) que permite financiar projectos de investimento.

Este programa disponibiliza dois importantes mecanismos para o incentivo ao investimento, nomeadamente:

- Bonificação da taxa de juro, proporcionando uma bonificação que reduz a taxa de juro a um valor máximo de 5%;
- Mecanismo de Garantias Públicas, que proporciona às entidades que não disponham de património uma garantia pública até 70% do valor do investimento.

O principal objectivo do programa é criar e fortalecer as MPMEs nacionais, tornando-as capazes de gerar emprego em grande escala e assim contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país e a diversificação da economia.

Até Dezembro de 2015, o BFA tinha 56 propostas aprovadas num montante de 5.102 milhões de AKZ e 45 propostas desembolsadas num montante de 3.908 milhões de AKZ. O Fundo de Garantia de Crédito emitiu a favor do BFA 39 garantias públicas para os financiamentos aprovados.

## OIL & GAS

### TRÊS VECTORES DE ACTUAÇÃO: ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO, EFICIÊNCIA OPERACIONAL, SOLIDEZ E SEGURANÇA

A estratégia do BFA para dar resposta aos desafios colocados pelas empresas do sector Oil & Gas está sustentada em três grandes vectores de actuação: acompanhamento especializado, eficiência operacional e solidez e segurança.

#### Acompanhamento especializado

Entre 2012 e 2013, foram criados dois Centros de Empresa: o Centro de Empresas Oil & Gas Operators – com o objectivo de servir as empresas operadoras do sector petrolífero; e o Centro de Empresas Oil & Gas Vendors – como resposta às necessidades específicas das prestadoras de serviços às empresas do sector petrolífero.

Com a criação destas estruturas, o BFA confirmou o seu compromisso de grande disponibilidade e acompanhamento rigoroso às empresas do sector, afirmando-se como parceiro preferencial para a realização dos seus negócios. Os Clientes do sector têm assim à sua disposição no BFA equipas com dedicação exclusiva e com capacidade de apresentar soluções que respondam inteiramente às suas necessidades, cumprindo um objectivo de acompanhamento por profissionais com profundo conhecimento das especificidades transaccionais do sector, bem como de maior rapidez no tratamento das suas instruções.

No decurso de 2015, foi dado maior enfoque ao acompanhamento do Licenciamento de Contratos no SINOC, como forma de tornar os processos para pagamentos de serviços e salários aptos para serem registados.

#### Eficiência operacional

Reconhecendo as necessidades transaccionais das empresas do sector, o BFA dotou a sua estrutura operacional de sistemas de processamento de pagamentos e transferências de acordo com os exigentes padrões requeridos pelas empresas do sector petrolífero.

Mantivemos o compromisso de apoiar e incentivar os nossos Clientes a usar os meios electrónicos para pagamentos e

efectuamos configurações que possibilitou a integração automatizada dos ficheiros entre os sistemas dos Clientes e do Banco.

Aprimoramos soluções que permitiram aos nossos Clientes receber extractos com a periodicidade pretendida por MT940 e Swift para operações processadas por MT101, assim como, o pagamento por lotes em ficheiros PSX que permite o processamento para beneficiários e diferentes bancos garantindo maior confidencialidade nos pagamentos.

Adequamos os sistemas de *Homebanking* para a realização da operação de pagamento de impostos, criando um perfil de acesso ao BFA Net Empresas, com perfil transaccional restrito.

#### Solidez e segurança

A sólida estrutura de balanço e a elevada liquidez garantem uma total preparação do BFA para uma estreita colaboração com os seus Clientes do segmento petrolífero, garantindo uma satisfação atempada das suas necessidades financeiras e operativas.

As soluções aplicacionais e tecnológicas desenvolvidas e disponibilizadas pelo BFA e pelos Centros de Empresas Oil & Gas – Operators e Vendors aos seus Clientes, assentam em processos e tecnologias alinhados com as melhores práticas do sector, garantindo toda a segurança, celeridade, eficiência e integridade no processamento das transacções.

Em particular, o serviço BFA Net Empresas garante a confidencialidade e segurança total na realização das operações, assentando no uso de Chaves de Acesso e de Confirmação, e permitindo a criação de perfis de autorização diferenciados consoante a natureza das transacções a realizar.

A actual conjuntura económica alterou a forma dos Clientes Oil & Gas protegerem e rentabilizarem o seu património. Neste contexto, a solidez financeira do Banco possibilitou a criação de diferentes alternativas de financiamentos e, para os Clientes com excesso de liquidez, a disponibilização de Obrigações do Tesouro em MN indexadas ao dólar como protecção à desvalorização da moeda nacional.

## MERCADO DE CAPITAIS

### Intermediação de Dívida Pública

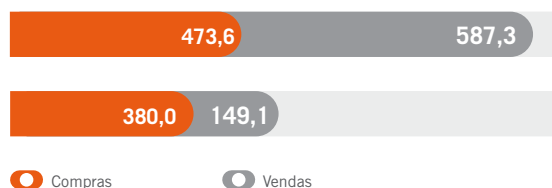
O BFA iniciou a sua actividade de Intermediação de Títulos de Dívida Pública no início de 2014, sendo este mais um serviço que pretende dar resposta às necessidades de liquidez e de investimento dos seus Clientes.

A partir de Novembro de 2013, o Ministério das Finanças passou a recorrer à emissão de Dívida Pública transaccionável, concretamente, a Obrigações do Tesouro indexadas ao USD, para fazer face a pagamentos de dívidas a fornecedores e empreiteiros (maioritariamente do sector Obras Públicas).

O BFA tem estado a adquirir os Títulos do Tesouro a estas empresas, que necessitam de liquidez para a sua actividade e a vender estes mesmos Títulos a outros Clientes que tiram partido de uma oportunidade para diversificarem e rentabilizarem as suas poupanças.

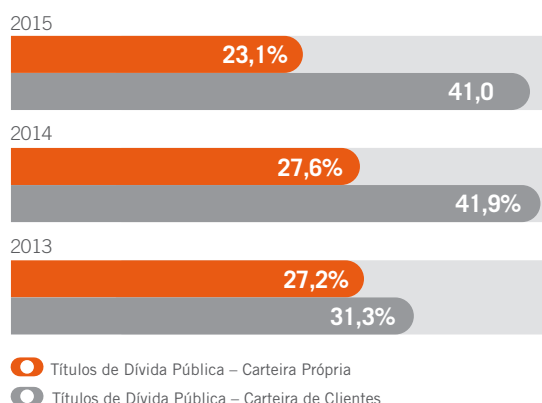
Durante 2015, o BFA intermediou Dívida Pública com os seus Clientes em moeda nacional e estrangeira, tendo duplicado o volume total de vendas e compras comparativamente ao ano transacto para 1.060,9 milhões de USD.

### Operações de Dívida Pública com Clientes em MUSD



Desta forma o BFA registou em 2015, uma quota de mercado de 41% da carteira de títulos de Clientes e 23,1% na carteira própria de Títulos de Dívida Pública.

### Quota de Mercado Carteira de Títulos em Moeda Nacional (%)



- Títulos de Dívida Pública – Carteira Própria
- Títulos de Dívida Pública – Carteira de Clientes

### BODIVA

A consolidação da posição do Banco enquanto agente de Intermediação Financeira está intrinsecamente relacionada com a abertura da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) em 2015. Esta consolidação culminou com o BFA a tornar-se no primeiro Membro de Negociação da BODIVA com a possibilidade de actuar nos mercados regulamentados em nome próprio e, como intermediário na execução de ordens de terceiros.

Deste modo, o BFA conquistou logo no primeiro ano de funcionamento da BODIVA 88,6% de quota de mercado em número (834 negócios registados) e 77,3% de quota de mercado em volume (80.444 milhões de AKZ transaccionados).

A BODIVA é uma sociedade gestora de mercados regulamentados responsável pela implementação do ambiente de negócios que torna possível a transacção, em mercado secundário, de títulos do tesouro, obrigações corporativas, acções, unidades de participação de fundos de investimentos e outros valores mobiliários.

O registo na BODIVA torna possível que todos os participantes no mercado tenham acesso à mesma informação, o que permite a total transparência de preços para quem pretenda repassar Títulos do Tesouro. Este factor revela-se crítico e crucial na implementação de um Mercado

de Capitais, alavancado a transacção dos valores mobiliários entre os diferentes intervenientes no Mercado.

### Comissão do Mercado de Capitais

No âmbito da construção de um contexto legislativo à criação de um Mercado de Capitais, desde da promulgação da Lei n.º12/05 – Lei dos Valores Mobiliários, a legislação Angolana tem evoluído no sentido de garantir a constituição do mercado de capitais, tendo sido, para esse efeito, aprovados um conjunto de regulamentações, nomeadamente:

- Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/13, que criou as bases para o surgimento da dívida pública nacional;
- Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/13, que estabeleceu o regime jurídico das Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários;
- Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/13, que estabeleceu o regime jurídico das Sociedades Gestoras de Mercado Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários;
- Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/13, que estabeleceu o regime jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo.

A publicação destes diplomas garantiu as condições para que o BFA iniciasse o processo de para actuação nos diversos sectores.

Como passo relevante na estratégia do BFA face à criação do mercado de capitais em Angola, a Comissão do Mercado de Capitais, fez o registo do BFA como intermediário financeiro, passando a ser uma entidade elegível para:

- A recepção de transmissão de ordens por conta de outrem;
- A execução de ordens por conta de outrem em mercados regulamentados ou fora deles;
- A negociação para carteira própria;
- O registo, depósito, bem como serviços de guarda;

- A assistência em ofertas públicas e a consultoria sobre a estrutura de capital, a estratégia industrial, bem como sobre a fusão e a aquisição de empresas;

- A colocação sem garantia em ofertas públicas;

- A tomada firme e a colocação com garantia em ofertas públicas;

- A concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações em que intervém a entidade concedente de crédito;

- Os serviços de câmbios indispensáveis à realização dos serviços das alíneas anteriores nos termos definidos pela legislação cambial.

Na medida em que a gestão de Fundos de Investimento e Fundos de Pensões requerem estruturas societárias, o BFA pretende avançar com a criação de uma Sociedade Gestora de Investimento Colectivo e uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões.

## UNIDADE DE BUSINESS DEVELOPMENT

### UMA EQUIPA ESPECIALIZADA COM PROFISSIONAIS EXPERIENTES

A actuação da Unidade de Business Development (UBD) foca-se na identificação de oportunidades de investimento em Angola, com especial incidência nos sectores de maior potencial de crescimento, procurando os *players* quer a nível

nacional, quer a nível internacional, que reúnam as melhores condições para promover as oportunidades identificadas.

A actuação da UBD pode distinguir-se em 4 fases distintas:



A actividade da UBD é desempenhada por uma equipa especializada, formada por profissionais angolanos e portugueses, experientes e credenciados na actividade de Banca de Investimento e na prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira.

Nos seus cinco anos de actividade, a UBD intensificou o seu esforço de marketing institucional da “Angola’s Opportunity”, por diferentes zonas geográficas, nomeadamente através de roadshows, com vista à identificação de potenciais investidores para novas oportunidades no país.

Apoiada pela vasta experiência e know-how internacional do Grupo BPI no segmento de Banca de Investimento e em virtude dos contactos exploratórios já desenvolvidos com alguns dos principais *players* a nível internacional, em sectores chave para o desenvolvimento económico Angolano, a UBD encontra-se numa posição privilegiada que lhe permite

apoiar as entidades Angolanas no seu percurso com vista ao desenvolvimento agrícola e industrial do país.

### Crescimento previsível moderado

Em virtude da actual conjuntura da economia Angolana, fortemente influenciada por uma expressiva redução no preço do barril de Brent, a UBD antevê um crescimento moderado da sua actividade durante o exercício do próximo ano.

No seguimento do observado no ano anterior, Angola continua a atrair o investimento estrangeiro o que, aliado a um maior grau de profissionalização na gestão da reorganização e optimização das carteiras de negócio e activos nos grupos e empresas presentes em Angola fornecem à UBD um enquadramento de base sólido, propício ao crescimento sustentado da sua actividade.



## LINHA DE SERVIÇOS DA UBD

### *Corporate Finance*

Reestruturação empresarial e sectorial

M&A e Joint-Ventures

Privatizações e Concursos Públicos

Assessoria em projectos de investimento em Angola

*Business Plans* e apoio na captação e estruturação de financiamento

Assessoria na entrada de empresas no mercado angolano

Assessoria a empresas na internacionalização

### *Project Finance*

Assessoria ao Estado

Investimento Privado

PPPs (Estruturação, negociação, implementação)

Estruturação de Facilidades de Crédito (projectos específicos)

### *Mercado de capitais\**

Oferta de Acções

Oferta de Dívida

Privatizações e outras operações de Mercado de Capitais

*Trading*

\* O Mercado de Capitais está em fase de arranque em Angola

# Recursos Humanos

## APOSTA CONTÍNUA NO CAPITAL HUMANO

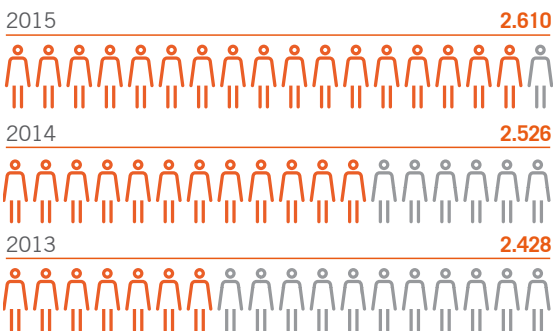
### Política de Captação de Talento como Suporte ao Crescimento

O BFA reconhece que a implementação da sua estratégia e ambição de servir melhor e chegar mais perto dos seus Clientes exige uma forte aposta no capital humano.

No sentido de recrutar profissionais com elevados níveis de qualificação, a Direcção de Recursos Humanos participou regularmente em Feiras de Emprego em Universidades, tanto em Portugal como em Angola, sendo estas um importante foco de atracção e captação de novos Colaboradores.

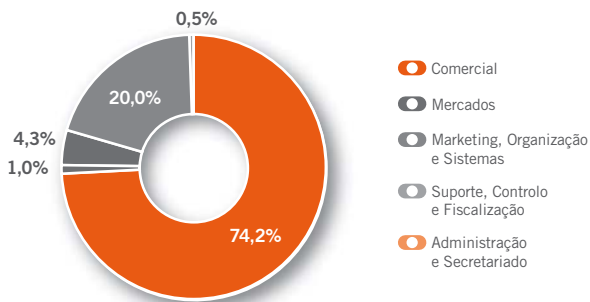
No decurso de 2015, foram igualmente dinamizados os canais digitais como ferramentas de recrutamento, especialmente através do Site Público e da rede LinkedIn. Em 2015, o BFA contratou 249 novos Colaboradores, com uma média de idades de 28 anos.

### Evolução do Efectivo



No final de 2015, o Banco contava com 2.610 Colaboradores, um aumento de 3,3% face ao final de 2014, dos quais 74,2% estavam afectos às áreas comerciais e 20% às áreas de Suporte, Controlo e Fiscalização.

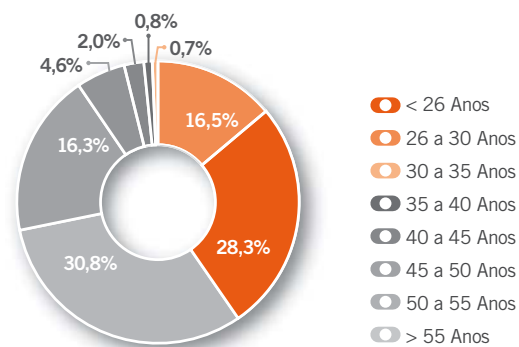
### Distribuição do Efectivo por Área de Actividade em 2015



### Um Efectivo Jovem

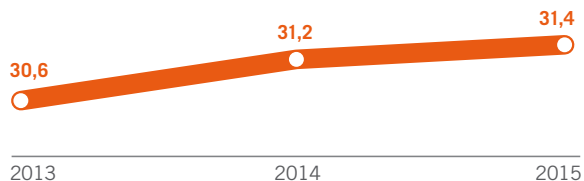
Para além da captação de capital humano, o BFA investe na sua formação e crescimento, procurando elevar o seu potencial de progressão e desenvolvimento de competências dentro da estrutura do Banco. Desta forma, a política seguida pelo BFA mantém a aposta numa equipa jovem, onde cerca de 72% dos Colaboradores têm idade inferior a 35 anos.

### Distribuição por Escalão Etário

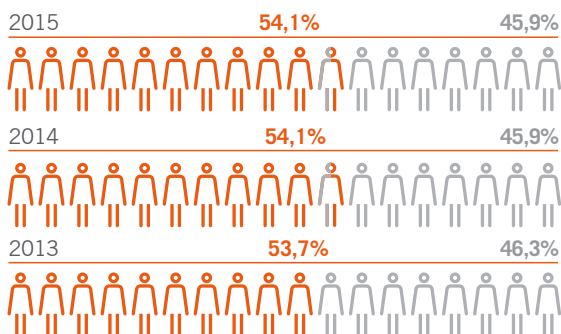


Em 2015, a idade média dos Colaboradores era de 31,4 anos.

### Idade Média dos Colaboradores



## Distribuição do Efectivo por Género



No que respeita à distribuição dos Colaboradores por género, o BFA mantém uma estrutura equilibrada, onde 54,1% do efectivo é do género masculino e 45,9% do género feminino.

## Capacitação do Capital Humano

Um dos princípios essenciais de gestão de recursos humanos sobre os quais assenta a actividade do Banco prende-se com o crescimento pessoal e profissional dos seus Colaboradores, por forma a garantir satisfação e qualidade de serviço aos seus Clientes.

Nesse sentido, o BFA investe no desenvolvimento e aperfeiçoamento on-the-job dos seus Colaboradores, através de acções de formação que cobrem as mais variadas áreas de negócio e actuação do Banco.

Em 2015, o BFA continuou a investir na qualificação e especialização dos seus recursos humanos, privilegiando a formação em sete eixos:

- **Operacional:** principalmente relacionada com o projecto eMudar@BFA e com a plataforma operacional, pretendendo garantir a preparação dos Colaboradores para o uso do front-end e conhecimento das principais funcionalidades do BFA Net/ BFA SMS. Adicionalmente, houve formações no âmbito do novo Sistema de Compensação de Cheques e conceitos e regulamentos sobre Branqueamento de Capitais;
- **Produtos e Serviços:** formação especializada sobre a oferta de produtos e serviços do banco, com especial enfoque nos produtos de crédito;

- **Sistemas Informáticos:** maioritariamente aplicações do Office que são a base de apoio às tarefas diárias;

- **Comportamental:** no âmbito do atendimento ao Cliente, da Formação de Formadores e técnicas de comunicação e escrita;

- **Académica:** Aposta na qualificação avançada de recursos com elevado potencial nomeadamente com a inscrição de Colaboradores nas seguintes pós-graduações:

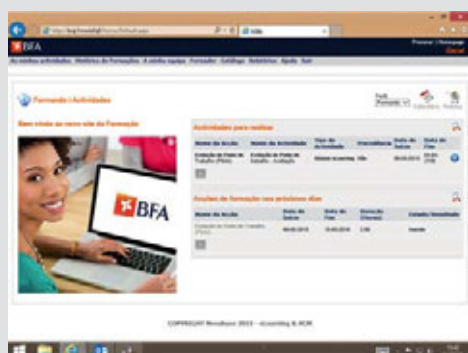
- MBA Atlântico
- Executive Master em Gestão Bancária;
- Pós-graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais;
- *Compliance* e Combate ao Branqueamento de Capitais

- **Acolhimento:** é um regime de formação para Colaboradores com seis ou oito meses de Banco e tem duração de cinco dias. O pacote formativo, destinado a todos os Colaboradores da área comercial, inclui um módulo ministrado por professores do Instituto de Formação Bancária de Angola (IFBA);

- **Integração:** é uma acção de formação que decorre durante dois dias, destinada a Colaboradores da área comercial que têm apenas uma semana de trabalho no BFA. O objectivo é dar a conhecer aos novos Colaboradores as práticas primárias do trabalho bancário, assim como, o modelo de trabalho do BFA. Neste encontro, os formandos tomam contacto com temas como o Sigilo Bancário, Tipos de Contas, Aberturas de Conta, Tipos de Impressos e Operações de Caixa.

Em adição às inúmeras acções de formação que o BFA providencia para a capacitação dos seus recursos humanos, alguns Colaboradores participaram num *Workshop* de Gestão de Pessoas.

## NOVA PLATAFORMA DE eLEARNING



Em Outubro de 2015, o BFA lançou a plataforma de eLearning, desenvolvida pela Direcção de Organização e Formação.

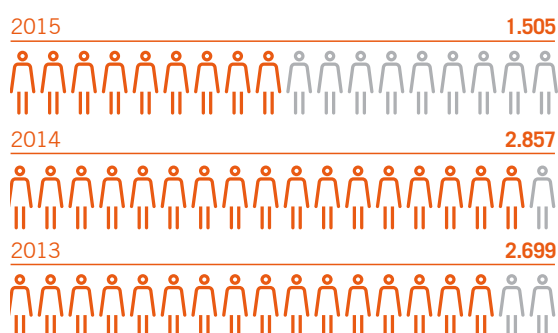
**Cursos desenvolvidos:** em 2 meses foram colocados à disposição 5 cursos na plataforma que tiveram por base os conteúdos de grande simplicidade para facilitar a sua utilização nesta fase inicial e de lançamento.

Horas empenhadas: os Colaboradores do BFA já puderam usufruir desta plataforma, tendo despendido 280 horas em 2015.

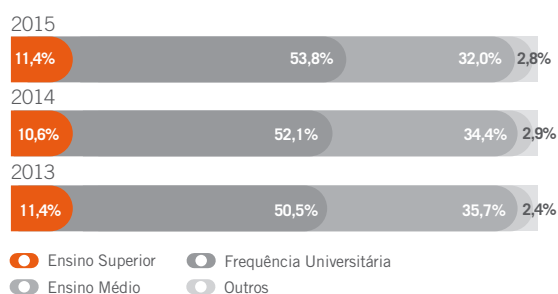
**Cursos em desenvolvimento:** os cursos são definidos e desenvolvidos conjuntamente pela Direcção de Negócios e Particulares e pela Direcção de Organização e Formação que já revelaram alguns cursos que prevêem lançar em 2016: transferências, depósito de cheques de compensação, depósitos BFA, conceitos de Cheques e Branqueamento de Capitais.

No total foram realizadas 90 acções de formação que abrangeram 1.505 participantes para um total de 22.223 horas despendidas em formação. Regista-se uma diminuição face a anos anteriores nos quais se verificou muita intensidade em virtude do lançamento dos primeiros módulos do eMudar@BFA e do das acções de formação generalizadas sobre o CBC/FT.

## Evolução do Número de Participantes em Formações



## Distribuição do Efectivo por Nível de Qualificação



A proporção de Colaboradores com curso superior ou em frequência universitária representa aproximadamente, 65% do total do efectivo do Banco, o que representa um aumento de 2 pontos percentuais em resultado da melhoria nos processos internos, nomeadamente, do maior dinamismo e interacção com as universidades nos processos de recrutamento.

# Inovação e Tecnologia

## REFORÇO DA MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO BFA

### Continuação do Investimento na Modernização dos Sistemas

Durante o ano de 2015, o BFA manteve o investimento nos Sistemas de Informação como um pilar da Inovação, Modernização e Controlo de Riscos do Banco. A continuidade da implementação de iniciativas e lançamento de novos projectos de desenvolvimento tecnológico tem como objectivo dotar o Banco de Sistemas de Informação que reflectam e promovam o seu crescimento sustentável, garantindo não só a optimização dos processos e procedimentos do Banco que potenciam o seu crescimento, mas também a optimização e melhoria contínua da qualidade do serviço ao cliente.

Neste sentido, em 2015, o investimento do BFA na área de tecnologia esteve focado:



### I. Implementação do Projecto eMudar@BFA: Estruturante e Transversal à Actividade do BFA

O investimento e desenvolvimento do programa eMudar@BFA mantêm-se como uma prioridade para o Banco, sendo um dos pilares da sua inovação tecnológica, pelo que, ao longo de 2015, foram desenvolvidas novas funcionalidades ao abrigo do mesmo.

Este sistema consubstancia-se num *front-end* implementado nas Agências, Centros de Empresa e Centros de Investimento que introduziu mecanismos baseados em metodologias de *workflow* padronizados para o processamento das diversas actividades bancárias dos balcões, permitindo a sua desmaterialização, tornando-os mais eficientes e mitigando o nível de risco operacional.

Este novo sistema revela-se estruturante para o desenvolvimento da actividade do BFA, na medida em que:

- Permite uma **redução significativa do risco operacional**;
- Introduce **procedimentos padronizados**, tornando os processos mais simples e intuitivos;
- Assegura níveis de serviço e **redução do tempo** de tratamento dos processos;
- Permite a **automatização dos processos**, garantindo maiores níveis de segurança e uma maior celeridade nos canais regulares de aprovação;
- Permite a **desmaterialização dos processos e documentos físicos**, substituindo-os sempre que possível por documentos digitais, permitindo à posteriori a sua consulta descentralizada, monitorização e auditoria;
- Garante a **uniformização de processos** independentemente do canal de acesso (Rede Comercial, Serviços Centrais, Telefone, Internet);
- Assegura a **compatibilidade dos acessos aplicativos à base de dados** de Colaboradores, permitindo níveis de segurança elevados na gestão aplicacional; e
- Permite a melhoria inequívoca da **qualidade de serviço aos Clientes**.

Até ao final de 2015 tinham sido já revistos e integrados nesta nova plataforma o processo de abertura e alteração de contas de particulares e de empresas, requisição de cheques, subscrição e activação de cartões Multicaixa e o processo de adesão e activação do BFA Net. Estas actividades



representaram mais de 2,3 milhões de processos geridos nesta nova plataforma.

Para além da digitalização destes processos, foram adicionados mecanismos de controlo na adesão e activação dos produtos utilizando o SMS, permitindo notificar os Clientes em diferentes fases do processo de subscrição e da sua activação. Neste âmbito foram enviados mais de 400 mil SMS em 2015, com elevadas taxas de resposta nos processos de activação.



## II. Segurança e Mitigação de Risco no âmbito dos Sistemas de Informação

O BFA reconhece que a disponibilidade dos seus sistemas afecta directamente a capacidade de realização regular do seu negócio. Neste sentido, ao longo de 2015 foram reforçadas as componentes de segurança do BFA com a adopção de diversas iniciativas, nomeadamente:

- **Centro de Processamento de Dados na EMIS:** Foi instalado o Centro de Processamento de Dados (CPD) na EMIS, com recurso a tecnologias de ponta, passando o anterior a ser utilizado como *Disaster Recovery*. Com a continuação da migração dos sistemas centrais do Banco para o novo CPD, o Banco passou a ter, em cada momento, uma réplica local, de alta disponibilidade, dos seus sistemas críticos e uma réplica remota, que pode ser activada em situação de desastre;
- **Implementação de ligações de rede e físicas redundantes:** Foram implementadas ligações alternativas entre os 3 edifícios centrais do BFA por forma a garantir a continuidade dos serviços em caso de problemas nas ligações de rede ou em caso de danificação de ligações físicas. Estas ligações alternativas conferem à rede de
- **Migração de software para versões mais recentes:** Foi efectuada a migração do *Active Directory*, software de gestão de acessos, e do *Exchange*, software de gestão de emails, para versões mais recentes que permitem aumentar a robustez e centralizar a gestão destas plataformas;
- **Migração para o Windows 8.1:** Foi efectuada a migração para o sistema operativo Windows 8.1 de todos os postos de trabalho, o equivalente a cerca de 6.000 movimentações de postos de trabalho e servidores. Esta migração permite a uniformização e centralização da imagem aplicacional dos postos de trabalho do BFA, bem como a gestão e controlo dos sistemas periféricos como é o caso das impressoras do Banco;
- **Migração das infra-estruturas:** Após migração das aplicações centrais do Banco para o CPD, foi efectuada a migração das infra-estruturas *Middleware* e sistemas distribuídos que suportam a plataforma do eMudar@BFA. A migração do *Middleware* está em fase final, sendo prevista concluir no primeiro trimestre de 2016. A migração dos sistemas distribuídos ainda está em curso, tendo sido migrados alguns servidores, pelo que se prevê concluir a migração integral durante o primeiro semestre do ano subsequente;
- **Novos equipamentos de protecção:** Foram implementados novos equipamentos de protecção (*firewalling*) e de telecomunicações (*networking*) no Centro de Processamento de Dados, aplicando as melhores práticas do mercado e assegurando redundância em todos os equipamentos;

comunicações do BFA uma maior resiliência. Neste âmbito, foi também implementada uma ligação à internet de maior débito e que permite maior resiliência a falhas;

- **Reforço dos mecanismos de defesa a ataque informáticos:** Foram reforçados os mecanismos de defesa a ataque informáticos que permitem a detecção e a desactivação das respectivas fontes, reforçando a segurança com que os Clientes podem utilizar os sites de *homebanking*;
- **Melhoria da rede de comunicações:** Foi aprofundada a estabilidade da rede de comunicações do BFA, com maiores níveis de redundância para as áreas comerciais e serviços centrais assim como um reforço dos equipamentos e respectivo *software*. Foi concluído um processo de migração das ligações às agências para linhas de fibra óptica de alta disponibilidade onde a solução é tecnicamente viável, projecto que, para além do aumento da resiliência, contribui para um incremento muito significativo da capacidade disponível, potenciando o fluxo de conteúdos mais ricos;
- **Conclusão da migração de cartões de crédito:** Foi concluído o processo de migração dos cartões de crédito de particulares do BFA para a nova Plataforma Electrónica de Gestão de Cartões, solução disponibilizada pela EMIS, tendo o BFA adaptado os seus sistemas para integração com esta plataforma;
- **Disaster Recovery:** Foi iniciado o desenho do centro de recuperação em caso de desastre (CPD de *Disaster Recovery*) através do apoio de parceiros especializados. Paralelamente, estão a ser desenhados os processos que garantem que o Banco consegue retomar a sua actividade com o mínimo de perda de informação em caso de desastre;
- **Monitorização e gestão de sistemas:** Foi assinado um contrato de monitorização e gestão de sistemas com a IBM, com o intuito de detectar antecipadamente potenciais problemas de sistemas e, desta forma, assegurar a sua resolução sem causar impactos na actividade do Banco. Também foi assinado um contrato de suporte com a Microsoft para garantir a manutenção das soluções de acordo com as melhores.



### III. Aprofundamento dos Sistemas de Transferências e Pagamentos

Ciente da relevância dos Sistemas de Transferências e Pagamentos para a evolução do Sistema Financeiro, o BFA assumiu o investimento nestes sistemas como estratégico. Neste sentido, o Banco investiu na modernização dos seus sistemas de pagamentos e no desenvolvimento de soluções transaccionais adaptadas às necessidades dos seus Clientes, como:

- **Reforço das funcionalidades de pagamento:** Foram efectuados desenvolvimentos que permitem uma maior eficiência no processamento de ficheiros e transferências SPTR e STC;
- **Melhoramento dos pagamentos de serviços:** Foram desenvolvidos mecanismos de pagamento de serviços através das ligações *host-to-host* (H2H) com os sistemas da EMIS;
- **Reforço das funcionalidades de *homebanking*:** Criação de um repositório de documentos digitais, bem como diversas melhorias de combate à intrusão;
- **Mais funcionalidades da plataforma eMudar@BFA:** Possibilidade de requisitar, entregar e activar meios de pagamento como cartões, cheques e *homebanking*, via plataforma eMudar@BFA. É possível efectuar a validação da recepção do movimento com recurso a SMS;
- **Gestão e controlo de cheques via SMS:** Foi implementado um novo processo de gestão de cheques, que permite controlar todo o respectivo ciclo de vida, desde a requisição até à liquidação, devolução ou destruição, consoante os casos com registo das diferentes fases do processo e activação pelo Cliente, através de SMS onde confirma estar na posse dos cheques;
- **Modelo de compensação de cheques:** A adaptação dos sistemas do Banco ao novo modelo de compensação de cheques está em fase de conclusão. No entanto, o Banco promoveu a adaptação dos sistemas de informação

do Banco para integração do plano de contingência disponibilizado pela EMIS que permite a captação da imagem dos cheques e envio para EMIS para posterior gestão dos mesmos;

- **Implementação de mecanismos STP no processamento de STC:** Implementação de mecanismos *Straight Through Processing* (STP) que permitem que o processamento do Sistema de Transferências de Crédito (STC) seja efectuado sem intervenção humana, incluindo a confirmação de recepção de ficheiros da EMIS. Estas implementações asseguram a recepção/ envio e processamento pela ordem correcta de todos os ficheiros o que confere ao BFA um nível de segurança confortável;
- **Lançamento da App Mobile:** Lançamento da *App Mobile* para as plataformas iOS e Android, com funcionalidades para Clientes (consultas e transacções) e público em geral (notícias, câmbios, simuladores e localização de agências);
- **Lançamento do primeiro cartão Multicaixa Cobranded de Angola:** o Cartão 1º de Agosto é o primeiro cartão Multicaixa angolano com a associação a duas marcas, BFA e 1º de Agosto.



#### IV. Apoio ao Crescimento do Negócio e Controlo de Risco

Durante o ano de 2015, foram desenvolvidos diversos projectos de apoio directo ao crescimento do negócio e da orgânica do BFA, sendo de destacar:

- **Nova aplicação de Contabilidade:** A implementação de uma nova aplicação de Contabilidade, mais moderna e funcional, adaptada a todos os requisitos do CONTIF e de IAS/IFRS. Esta aplicação proporciona mecanismos analíticos mais eficazes e funcionais às áreas de Contabilidade e Planeamento;
- **Melhorias no processo de cálculo de perdas por imparidade:** A introdução de melhorias no processo de cálculo de perdas por imparidade que permitem que o Banco adopte as novas regras contabilísticas assim que as mesmas sejam publicadas pelas autoridades financeiras;

- **Alteração da estrutura organizacional da Direcção de Sistemas:** A alteração da estrutura organizacional da Direcção de Sistemas que permite aumentar a eficácia do reporte de relatórios obrigatórios ao BNA e a qualidade de dados dos relatórios ao CIRC;
- **Combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo:** A implementação de melhorias nas soluções de filtragem de Clientes contra listas internacionais e de transacções suspeitas, que permite o cumprimento da legislação existente sobre combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo. Estas soluções cumprem com os mais exigentes requisitos internacionais;
- **Transacções na BODIVA:** A implementação das ligações necessárias para que o BFA fosse o primeiro Banco a efectuar transacções na BODIVA, o que potenciará a posição de liderança que detém;
- **Redundância de equipamentos para agências com maior transaccionalidade:** O início do processo de implementação de equipamentos multifunções de contingência nas agências das províncias com mais transacções;
- **Plataforma de eLearning:** A implementação de uma plataforma de *eLearning* que se traduz numa aposta estratégica do Banco, por permitir uma disseminação mais célere e eficaz de conteúdos;
- **Melhorias no processamento de ficheiros:** O reforço das funcionalidades de validação da aplicação de processamento de ficheiros, possibilitando a minimização de situações geradoras de erro;
- **Gestão de divisas:** A implementação de todas as funcionalidades solicitadas pelo BNA no âmbito da gestão de divisas.



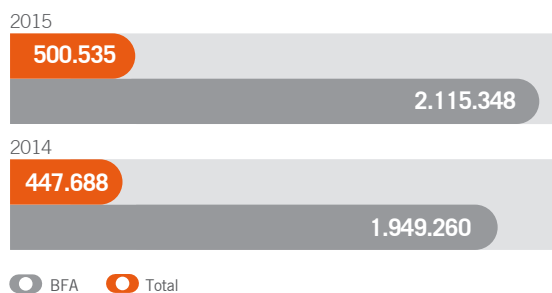
# Sistemas de Pagamento

## AFIRMAÇÃO DA LIDERANÇA DO BFA NA OFERTA DE SERVIÇOS E MEIOS DE PAGAMENTO

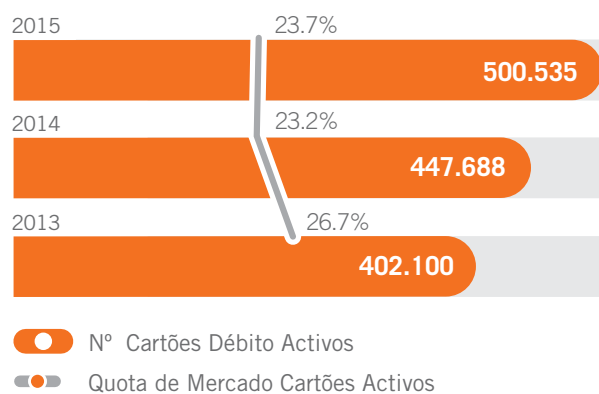
### Cartões de Débito

Em 2015, o total de cartões de débito activos do BFA era mais de meio milhão, o que representou um aumento de cerca de 12% face ao ano anterior, superior à variação do Mercado (9%). Este acréscimo traduziu-se num aumento da presença do BFA para 23,7% do total de cartões activos, sendo o principal operador dos cartões Multicaixa em território angolano.

### Cartões Débito Activos (n.º)



### Evolução Número Cartões de Débito do BFA



Em concordância com o exposto anteriormente, a taxa de penetração dos cartões de débito manteve uma tendência crescente, atingindo os 57,6% em 2015, o que representa uma variação de 4,1 pontos percentuais face a 2014.

## EMIS – LAÇOS FORTES DESDE SEMPRE

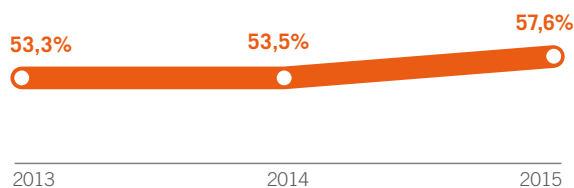
A EMIS (Empresa Interbancária de Serviços) é a entidade que actualmente gere todo o Sistema de Pagamentos em Angola e tem como objectivos garantir a segurança, eficácia e comodidade do sistema de pagamentos.

A EMIS foi fundada em 2002 e o BFA é um dos accionistas fundadores, sendo actualmente o maior accionista privado com 6,5% do capital e o principal cliente e utilizador dos serviços disponibilizados pela EMIS. Por seu turno, o BNA é o principal accionista, com 43,03% do capital.

O BFA tem-se assumido como forte apoiante das iniciativas lançadas pela EMIS, sendo habitualmente um dos primeiros Bancos do sistema a implementar novas soluções e serviços disponibilizados. Exemplos disso são a implementação do novo Centro de Processamento de Dados nas instalações construídas pela EMIS, reunindo condições técnicas de acordo com os mais rigorosos padrões internacionais e a utilização da nova Plataforma de Gestão de Cartões.

Actualmente, a EMIS presta serviços ao nível da Plataforma de Emissão e Gestão de Cartões da rede Multicaixa (cartões de débito) e Visa (cartões de crédito), Sistemas de Transferências e Compensação de Cheques. A EMIS disponibiliza ainda aos participantes na Rede de Pagamentos um canal Host to Host (H2H) que permite disponibilizar nos canais do Banco (BFA Net, BFA Net Empresas, BFA App e Balcões) as operações de pagamento disponíveis na Rede Multicaixa.

### Clientes com Cartões de Débito

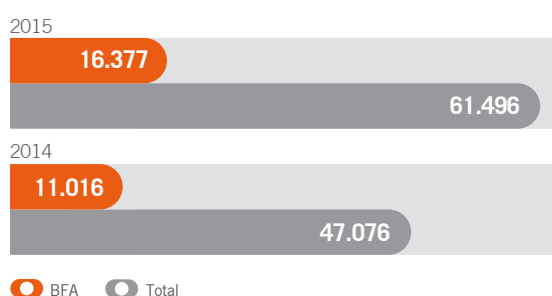


### Crescimento do parque de TPA e ATM

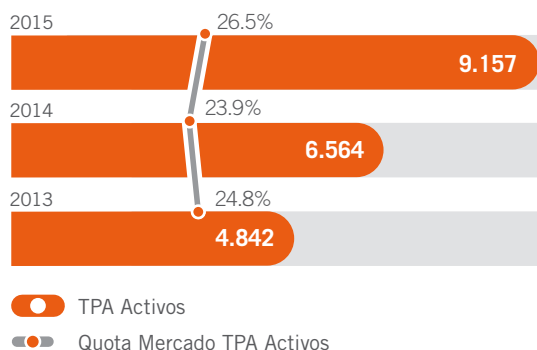
O parque de TPA de Angola aumentou significativamente face a 2014, tanto em número de TPA activos como matriculados, tendo aumentado respectivamente 21% e 23%. Desta forma, a EMIS termina 2015 com um parque de 34.579 TPA activos.

O BFA contribuiu para este crescimento significativo da rede, tendo aumentado o número de TPA activos em quase 40%, o que em termos absolutos se traduziu em mais 2.593 terminais, atingindo no final do ano um parque de 9.157 TPA. Este aumento reforçou a sua posição de liderança no mercado, representando mais de 26% do total de TPA do mercado em 2015.

#### TPA's Matriculados (n.º)



#### Evolução do Número de TPA's do BFA



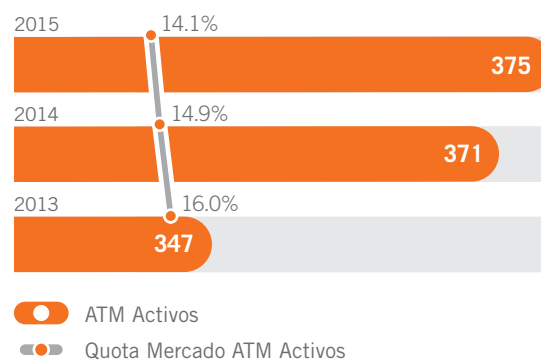
Os ATM permitem realizar diversas operações sem necessidade de recorrer aos balcões das agências bancárias, como levantamentos, pagamentos de serviços, transferências bancárias, carregamentos de contas telefónicas, recargas telefónicas, consultas de IBAN, entre outros. Todos os bancos participantes do sistema Multicaixa garantem a operacionalização nos ATM por si apoiados.

O Mercado aumentou em 7% o número de ATM activos no mercado, uma variação superior à do BFA que aumentou 1%, tendo a quota de mercado do BFA descido 0,8 pontos percentuais para uma penetração no mercado de 14,1%, o correspondente a 375 ATM activos.

#### ATM Activos (n.º)

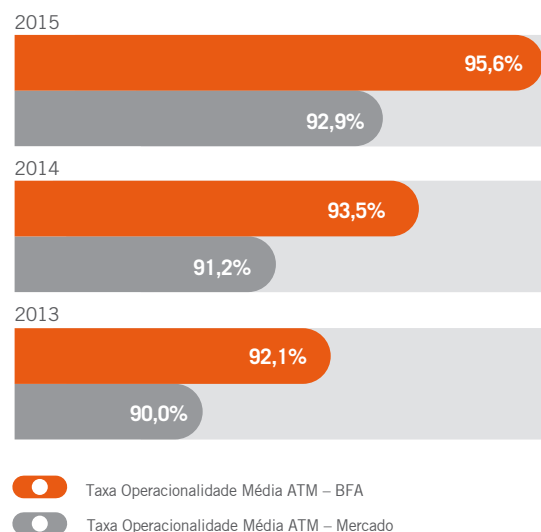


#### Evolução do Número de ATM do BFA



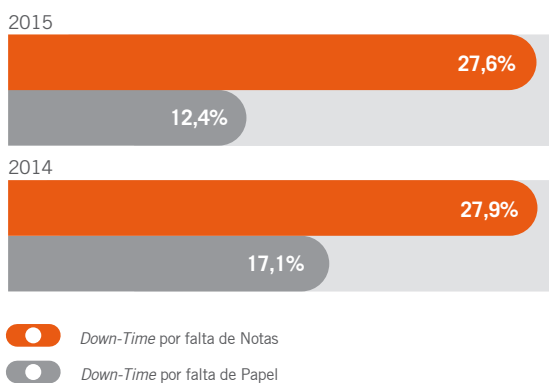
Em 2015, devido ao trabalho persistente da Direcção de Cartões e Banca Automática (DCBA) e da Rede Comercial, o nível médio anual de operacionalidade das máquinas ATM registou um aumento de 2,1 pontos percentuais face a 2014, o que se reflecte numa taxa de operacionalidade superior à média do mercado.

#### Taxas Médias Anuais de Operacionalidade de ATM



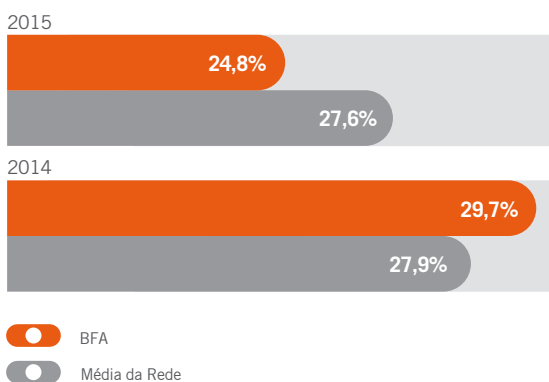
As percentagens de down-time por falta de notas e papel no mercado em Angola diminuíram em 2015, respectivamente, 0,3 e 4,7 pontos percentuais.

#### Down-Time por falta de Notas e Papel

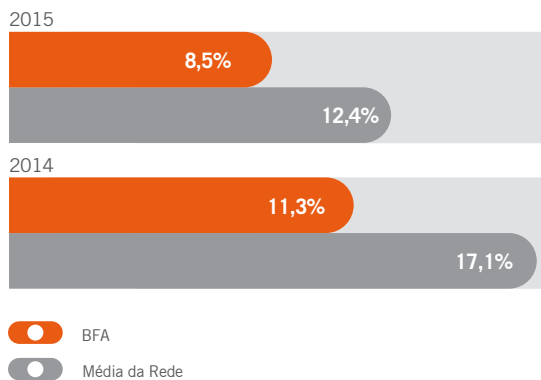


Face à média do mercado, em 2015, o BFA conseguiu reduzir significativamente a sua percentagem de falta de notas e papel, tendo-se posicionado abaixo da média da rede, com reduções respectivas de 4,9 e 2,8 pontos percentuais.

#### Down-Time por falta de Notas



#### Down-Time por falta de Papel



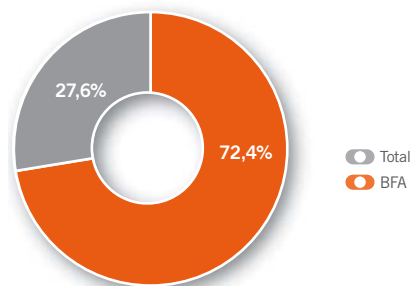
#### Cartões de Crédito

Em 2015, a EMIS finalizou o ano com a gestão de 52.085 cartões de crédito activos no mercado angolano.

#### Cartões VISA Activos (n.º)



#### Quota de Mercado Cartões de Crédito Activos



### Evolução do número de Cartões de Crédito activos

O BFA manteve o estatuto de Membro Principal da VISA, sendo o Banco com mais cartões VISA activos, com mais de 70% do mercado (considerando os cartões geridos na plataforma da EMIS), distinguindo-se largamente dos restantes Bancos.

Os valores anteriormente referidos englobam o resultado do processo de migração dos Cartões de Crédito para a nova plataforma da EMIS – Way4, em cumprimento da regulamentação definida pelo BNA no seu Aviso n.º 10/12 de 2, que foi concluída para o segmento de Particulares com a migração de 10.740 cartões de crédito em 2015.

#### SUBSISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS A CRÉDITO

O Subsistema de Transferências a Crédito (STC) é um subsistema que complementa a oferta do Sistema de Pagamentos Nacional de Angola (SPA) e promove a facilidade de circulação da moeda em Angola.

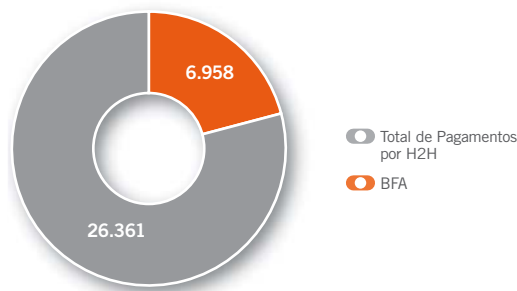
Em 2015, o BFA promoveu as seguintes alterações ao STC:

- **Rapidez:** implementação do 2º ciclo da compensação que permite que as transferências enviadas até às 13h sejam creditadas aos beneficiários no próprio dia;
- **Maior controlo:** implementação de nova funcionalidade de confirmação das transferências de crédito que permite à EMIS controlar a tempestividade dos créditos aos beneficiários;
- **Redução de custos:** para o Cliente e Banco através do serviço de encaminhamento das mensagens recebidas de montantes inferiores a 5 milhões de AKZ, via BFA Net, tanto de mensagens de individuais como de ficheiros (Empresas).

### Pagamentos por H2H

O sistema H2H é um subsistema da EMIS, que permite a ligação do Host de um Banco com o Host principal da EMIS. Este serviço permite que os bancos disponibilizem nos seus canais as funcionalidades de pagamento que se encontram disponíveis no Sistema Multicaixa, como por exemplo, recargas telefónicas, pagamento de TV ou pagamento de facturas de água ou de seguros.

### Quota de Mercado Pagamentos por H2H



Em 2015, os pagamentos realizados no BFA (BFA Net, BFA Net Empresas e BFA App) representaram 26% do total de pagamentos, o que posiciona o BFA como um dos principais Bancos na disponibilização deste serviço aos Clientes.

# BFA no Digital

Com o intuito de garantir a satisfação dos Clientes e assegurar uma relação de proximidade, o BFA continua a apostar fortemente em plataformas digitais.

O ano 2015 destacou-se com o início da presença do BFA nas redes sociais LinkedIn e YouTube, tendo sido também, o primeiro ano de actividade da Linha de Atendimento BFA. A nível do serviço de *Homebanking*, o Banco apostou em novas funcionalidades e no desenvolvimento de um novo processo de adesão ao BFA Net.

## SITE PÚBLICO DO BFA – APOSTA NA INTERACTIVIDADE



O Site Público BFA é o principal canal de comunicação digital do Banco e tem como objectivo promover uma maior interacção com os seus visitantes, num layout moderno, simples e funcional.

A grande aposta e inovação continua a ser no conteúdo. É um site com textos simplificados, navegação fácil e intuitiva, onde as imagens têm o papel principal.

Desde 2014 que o Site Público BFA apresenta a versão na língua inglesa. Nesta versão é possível conhecer toda a oferta de produtos e serviços do Banco, bem como aceder a novas funcionalidades como simulações de crédito pessoal ou crédito automóvel e localização geográfica de um Balcão BFA em qualquer ponto do país.

Em ambas as versões, o Cliente pode aceder directamente ao serviço de *Homebanking* - BFA Net ou BFA Net Empresas – ver os passos necessários para abrir uma conta ou enviar uma questão, sugestão ou reclamação.

Em 2015, o número de visitas ao Site Público aumentou 62% e o número de interações dos Clientes através de pedidos de simulação ou contacto aumentou 53% face ao ano transacto.

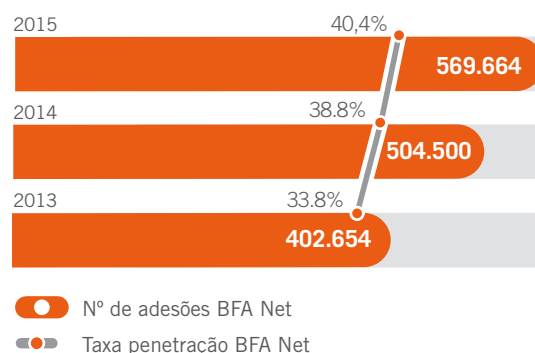
O Site possibilita ainda a qualquer utilizador efectuar uma candidatura ao BFA acusando automaticamente a sua recepção. Esta candidatura é posteriormente tratada pela Direcção de Recursos Humanos do Banco. Face ao ano anterior, em 2015 foram recebidas quatro vezes mais candidaturas com sucesso.

## BFA Net– EVOLUÇÃO POSITIVA DO SERVIÇO DE HOMEBANKING

Em 2015, o número de Clientes aderentes ao serviço BFA Net registou um novo aumento, tendo quase atingido os **570.000** Clientes, o que reflecte um crescimento de **12,9%** relativamente ao ano transacto.

No seguimento da evolução observada, a taxa de penetração do serviço de *Homebanking* do BFA atingiu os **40,4%**.

### Taxa de penetração BFA Net



## Novo processo de adesão ao BFA Net

A adesão ao BFA Net garante o acesso ao serviço de *Homebanking* do BFA, e também à vertente transaccional da BFA App, o serviço de *Mobile Banking* do BFA.

Com o desenvolvimento do novo processo de adesão, os Clientes podem aderir e activar o BFA Net em 24 horas.

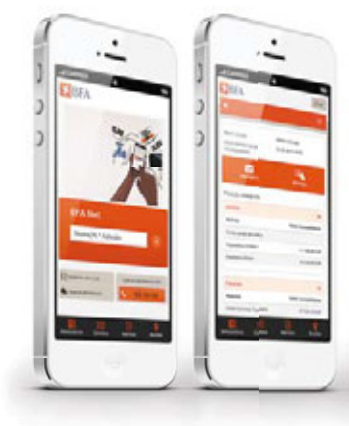
A partir desse momento, o Cliente pode aceder ao *Homebanking* do BFA e realizar um conjunto de operações bancárias em qualquer momento e em qualquer lugar, a partir do seu computador, *smartphone* ou *tablet*.

### BFA App - PRIMEIRA APLICAÇÃO MÓVEL DO BFA

#### QR-CODE



Faça o download da BFA App



A BFA App é uma aplicação para aderentes e não aderentes, que permite a qualquer utilizador aceder ao BFA a partir de telemóveis e *tablets* Apple ou Android. Para os Clientes BFA e aderentes do BFA Net a nossa App apresenta as seguintes funcionalidades:

- Consultar saldos e de movimentos da conta,
- Consultar cartões,
- Realizar transferências,
- Comprar recargas telefónicas,
- Pagar a conta da luz, água ou TV.

Para todos os utilizadores da App, mesmo que não tenham aderido ao *Homebanking*, poderão sem outros requisitos:

- Fazer simulações de crédito,

- Consultar câmbios,
- Converter moedas,
- Enviar um email directamente para o Banco,
- Ligar para a Linha de Atendimento BFA,
- Pesquisar pela Agência BFA mais próxima.

A apresentação da BFA App foi realizada na FILDA, palco de apresentação oficial de um novo produto ou serviço do Banco. No dia de lançamento da App na FILDA, LinkedIn e campanha digital foram efectuados quase 600 *downloads* e a comunicação social despoletou mais de 10 notícias. Em Dezembro de 2015, a BFA App tinha sido **descarregada por mais de 17 mil dispositivos móveis**.

#### NOVA FUNCIONALIDADE DO BFA Net - DOCUMENTOS DIGITAIS

O BFA disponibilizou no mês de Agosto, uma nova funcionalidade que permite aos aderentes do BFA Net e BFA Net Empresas, consultar e descarregar comprovativos de algumas das operações realizadas nestes canais, ficando disponíveis para consultas futuras. Assim, é possível obter de modo imediato, os comprovativos das operações de Pagamentos de Serviços, Recargas, Transferências e Requisições de Cheques sem recorrer às Agências.



## BFA NAS REDES SOCIAIS – MAIS PERTO DO MUNDO E DOS SEUS CLIENTES

### LinkedIn

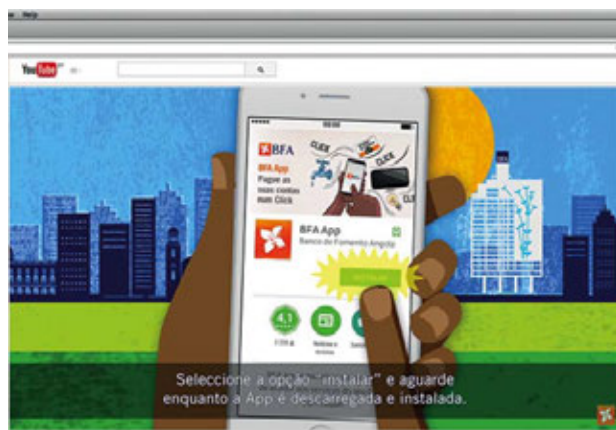
Em 2015 o BFA criou sua página na rede social LinkedIn. Para além de ser um veículo privilegiado para a comunicação institucional do BFA, é também, um canal onde potenciais Clientes podem ter contacto com o Banco e com o seu dia-a-dia.



### YouTube

Desde o dia 21 de Julho de 2015, o BFA está, oficialmente, presente no maior motor de pesquisa de vídeos do mundo – o YouTube.

A criação deste Canal surge no âmbito da FILDA 2015, a qual teve como tema central a Tecnologia Digital.



## LINHA DE ATENDIMENTO BFA – 923 120 120

Inaugurada no final de 2014, a Linha de Atendimento BFA está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semanas, através do número **923 120 120**. Em 2015 surgiu a primeira campanha de divulgação da linha de atendimento e desde então que tem vindo a apresentar-se como canal de comunicação preferencial para Apoio ao Cliente no esclarecimento de dúvidas sobre produtos e serviços BFA e na apresentação de reclamações.

A Linha de Atendimento BFA tem como objectivos aumentar a qualidade dos níveis de atendimento, alargar o acesso à informação sobre os diferentes produtos e serviços, redução das filas de espera nos Balcões, e claro, uma resposta mais atempada ao Cliente.

Em 2015, verificou-se uma evolução mensal positiva do número de chamadas recebidas e atendidas da Linha de Atendimento BFA, tendo as **chamadas recebidas aumentado 67%** entre Janeiro e Dezembro. O rácio entre chamadas recebidas e chamadas atendidas registou uma **eficácia global de 98,7%**.

Os limites internos estabelecidos foram cumpridos, tendo-se registado um tempo de espera nunca superior a 20 segundos.



## CAMPANHAS

No ano 2015 o BFA realizou duas grandes campanhas e continuou a apostar numa estratégia de comunicação digital. As campanhas tiveram como objectivo reforçar o posicionamento da Marca BFA, a divulgação de novos produtos e serviços do Banco e a captação de novos Clientes.



### BFA App – Faça já o Download

A campanha BFA App - Faça já o Download, pretendeu divulgar a nova aplicação para smartphones que o Banco disponibilizou aos seus clientes e público em geral, a BFA App. Esta aplicação tem como objectivo tornar ainda mais fácil a realização de operações bancárias e ou de consulta de informação útil sobre o BFA.



### Fale Connosco - Linha de Atendimento BFA

A Campanha Fale connosco - Linha de Atendimento BFA teve como objectivo a divulgação da Linha de Atendimento BFA, 923 120 120, apresentando-a como um canal de comunicação preferencial de apoio ao cliente, nomeadamente para o esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e serviço BFA e na gestão de reclamações.





### Taxa de Circulação

Na qualidade de agente autorizado, o BFA realizou uma campanha com o objectivo de promover a venda de selos de taxa de circulação referentes a 2015.



### Carnaval 2015

À semelhança dos anos anteriores, o BFA marcou presença no Carnaval de Luanda, a maior manifestação popular angolana. A tribuna do BFA teve vários atractivos, nomeadamente pinturas faciais e brindes para as crianças.



### Pague os seus impostos num Click

O BFA lançou em Maio de 2015 a campanha Pague os seus impostos num Click que teve como objectivo divulgar a funcionalidade de pagamento de imposto através do serviço de Internet Banking.



### Crédito Pessoal Funcionários Públicos 2ª fase – Agora sem avalista

A campanha digital Crédito Pessoal Funcionário Públicos – Agora sem avalista, decorreu no mês de Junho de 2015. Teve como objectivo divulgar um crédito para funcionários públicos, cuja empresa tenha protocolo com o BFA.



### Vou Poupar com o BFA

Para assinalar o Dia Mundial da Poupança, 31 de Outubro, o BFA lançou uma campanha digital que resultou de um desafio aos filhos dos Colaboradores do Banco. O objectivo era que os kandengues BFA fizessem um desenho sobre o tema “Vou poupar com o BFA”. O desenho mais criativo e alusivo ao tema seria a imagem da campanha digital “Vou poupar com o BFA”, promovendo o crédito pessoal BFA.



### O BFA celebra o talento angolano

Em homenagem à actriz Lesliana Pereira, por ter sido galardoada com o prémio Melhor Actriz Africana, pela Africa Movie Academy Awards (AMAA), o BFA desenvolveu uma campanha institucional para celebrar o talento angolano. A campanha digital decorreu durante o mês de Novembro de 2015.



### Boas Festas Angola – Dê um brinquedo, Receba um sorriso

O BFA desenvolveu uma campanha digital de Natal “Boas Festas Angola - Dê um brinquedo, receba um sorriso” com o objectivo de recolher brinquedos para entregar às crianças do Centro Arnaldo Janssen e do Hospital Pediátrico de Luanda. A campanha decorreu em Novembro e Dezembro de 2015 e foram recolhidos mais de 300 brinquedos.

## PATROCÍNIOS

### Festival da Canção de Luanda

O BFA patrocinou o Festival da Canção de Luanda, que decorreu no dia 18 de Setembro, na Baía de Luanda. O Festival da Canção de Luanda é um concurso anual que promove artistas angolanos de vários estilos musicais. Este ano, o tema do festival foi “40 anos de Independência de Angola”.



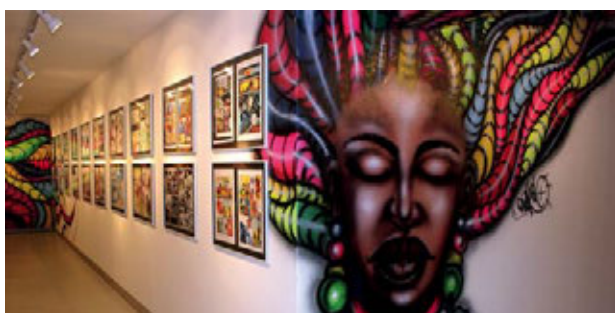
### Golf Cup BFA / Unitel

O BFA patrocinou o maior torneio de Golf entre empresas, constituído por 4 etapas e 36 equipas. O torneio foi disputado no Mangais Golf Resort, tendo sido a final realizada na África do Sul.



### Festival Luanda Cartoon

O BFA patrocinou de 21 a 28 de Agosto a 12ª edição do Festival Luanda Cartoon, no Centro Cultural Português, em Luanda. Este Festival teve como objectivo promover o trabalho dos artistas angolanos através da exposição dos mais variados géneros e estilos de histórias e narrativas. O evento reuniu cartoonistas, ilustradores, profissionais e amadores.



### Corrida São Silvestre

O BFA é patrocinador oficial da Corrida São Silvestre desde 2004. Pelo terceiro ano consecutivo, Colaboradores BFA participaram na Corrida São Silvestre de Luanda, em resposta ao desafio lançado pela Federação Angolana de Atletismo, propondo a inscrição de Colaboradores do Banco. A Corrida São Silvestre é a mais famosa corrida de rua, realizada anualmente no dia 31 de Dezembro, com um percurso de 15 km.



### Festival Panda

O BFA patrocinou pela 8ª vez consecutiva o Festival Panda em Angola, que este ano, pela primeira vez, decorreu nas províncias de Benguela, Huíla e Luanda. Em Luanda o Festival Panda decorreu nos dias 30 e 31 de Maio, no Centro de Convenções de Belas.



### Moda Luanda 2015

O Moda Luanda 2015 decorreu nos dias 27 e 28 de Fevereiro na Baía de Luanda. *Around the World* foi o tema desta edição dando destaque à moda angolana, manequins, criadores, *stylists* e *bloggers* nacionais, que têm conquistado o mundo nas revistas internacionais, *Fashion Weeks* e em diferentes eventos do mundo da moda. À semelhança das edições anteriores, foram prestigiados profissionais de Cinema e Televisão, Moda e Música, que mais destacaram durante o ano de 2014.



### Clube Desportivo 1º D'Agosto

O BFA e o Clube Desportivo 1º D'Agosto assinaram no dia 22 de Abril, em Luanda, o contrato de parceria para Época Desportiva 2015. Pelo 5º ano consecutivo, o BFA patrocina a equipa de Futebol Sénior do Clube. O patrocínio abrange todas as competições em que o 1º D'Agosto está envolvido, nomeadamente o Gira bola e a Taça de Angola.





## EVENTOS

### Feira Internacional de Benguela

A Feira Internacional de Benguela (FIB) é a maior feira realizada em Benguela desde 2011, que tem como principal objectivo promover e fortalecer o potencial económico e industrial da Região Sul de Angola, bem como, atrair investimento nacionais e internacional, capazes de apoiar o desenvolvimento da Região. O BFA participou pelo terceiro ano consecutivo na FIB que se realizou no Estádio Nacional de Ombaka, de 13 a 17 de Maio. O Banco esteve presente na FIB com um Stand e uma equipa comercial, que teve como objectivo apresentar as melhores soluções financeiras disponível no Banco. Estiveram presentes na Feira, o Director Regional Walter Brás e Hélder Bruno Fortes, do CE de Benguela.



### Festas do Mar 2015

O BFA apoiou a realização da 20ª edição das Festas do Mar, com tema “Namibe Terra da Felicidade” que decorreu de 28 de Fevereiro a 29 de Março. É um mês que congrega anualmente várias actividades socioeconómicas, culturas, desportivas, filantrópicas e recreativas, que animam toda a Província. Turistas provenientes de todo o País aproveitam as Festas do Mar para apreciar as praias, o deserto, as savanas e conhecer as potencialidades do Namibe. O BFA juntou-se às Festas do Mar, valorizando a exposição cultural do povo namibense.



### Festas da Nossa Senhora do Monte

O BFA participou pela 11ª vez na Expo Huila, que decorreu de 20 a 25 de Agosto no complexo da Nossa Senhora do Monte, cidade do Lubango. A Expo Huila é conhecida como a maior Bolsa de Negócios do Sul de Angola e tem como objectivo congregar em elevado número de expositores nacionais das Províncias da Huila, Namibe, Cunene, Kuando Kubango, Benguela e Huambo.



# Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social do BFA está intimamente ligada aos seus valores e ao seu compromisso com o desenvolvimento da comunidade angolana.

Em 2015, diversos projectos deram corpo ao compromisso do BFA, reflectindo a sua efectiva preocupação social. O BFA apoiou diferentes actividades dentro das suas três grandes áreas de actuação: Educação, Saúde e Solidariedade Social.



## HOSPITAL PEDIÁTRICO – BFA FINANCIA LABORATÓRIO

O BFA financiou com 5,2 milhões de AKZ a ampliação e remodelação do Laboratório do Centro de Apoio ao Doente Anémico do Hospital Pediátrico David Bernardino. O apoio serviu inteiramente para a aquisição de mobiliário para o Laboratório do Centro de Apoio ao Doente Anémico, dotando-o de melhores condições de acolhimento e atendimento às crianças. A reabertura do Laboratório do Centro de Apoio ao Doente Anémico aconteceu em Fevereiro de 2015 e contou com a presença do Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração, Emídio Pinheiro e, das Administradoras Mariana Assis e Manuela Moreira.

## BFA APOIA LARES DE ÓRFÃOS

O BFA procedeu à entrega de dois cheques avaliados no total de 8,5 Milhões de kwanzas a duas instituições em Saurimo, Província da Lunda Sul, em Janeiro de 2015. Um dos cheques, de 6 Milhões de kwanzas, foi entregue ao Lar S. João de Calábria para a compra de um tractor agrícola. O outro cheque, de 2,5 Milhões de kwanzas, foi entregue ao Lar 1 de Dezembro para a compra de um gerador. A entrega dos cheques contou com a presença do Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração, Emídio Pinheiro e, da Administradora Manuela Moreira.



## MBA Atlântico

A sexta edição do MBA Atlântico teve início em Maio de 2015, em Luanda. O período lectivo é repartido em três trimestres, em regime *full time*, os quais são leccionados em cada uma das Universidades Católicas: Luanda, Rio de Janeiro e Porto. O BFA para além de ser um dos patrocinadores oficiais do MBA atlântico, tem garantido a presença de um Colaborador desde a primeira edição do programa.

MBAatlântico  
LuandaRioJaneiroPorto

### MATERNIDADE DE BENGUELA ENTREGA DE DONATIVOS

No âmbito das acções de Solidariedade Social o Grupo Desportivo e Cultural do BFA, desenvolveu uma actividade desportiva em Benguela, com vários Colaboradores do Banco, durante a qual recolheram vários donativos para a Maternidade do Hospital Central de Benguela. Vários Colaboradores e familiares aderiram à acção e a entrega dos donativos realizou-se no dia 29 de Agosto de 2015.



### CAMPANHA BANCO ALIMENTAR ANGOLA

Em Novembro de 2015, o BFA associou-se novamente ao Banco Alimentar Contra a Fome Angola na campanha de recolha de alimentos. Este ano, os Colaboradores BFA, no âmbito das acções de voluntariado do Banco, participaram na recolha, separação e pesagem de alimentos. Os alimentos foram recolhidos em várias superfícies comerciais de Luanda e foram entregues a instituições sociais como o Centro Santa Bárbara (Mãe Muxima), Dom Bosco, Horizonte Azul, Centro Arnaldo Janssen, Centro de Reabilitação Nossa Srª da Boa Nova e Associação de Solidariedade a Terceira Idade (ASTI).



### ESTUDO “GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR” Apresentação do Relatório GEM 2014

No âmbito do pilar da Educação o BFA tem vindo a apostar em parcerias com instituições de referência, patrocinando e investindo em projectos de investigação. O BFA é desde 2008 parceiro da Sociedade Portuguesa da Inovação e da Universidade Católica de Angola, na realização do maior estudo sobre dinâmicas empreendedoras no mundo. A apresentação do estudo GEM, foi feita em Luanda a 15 de Setembro de 2015 e contou com a participação do Professor Augusto Medina (Sociedade Portuguesa da Inovação) e do Professor Alves da Rocha (Universidade Católica de Angola).



## **BOAS FESTAS ANGOLA DÊ UM BRINQUEDO, RECEBA UM SORRISO**

O BFA desenvolveu uma Campanha de Natal “Boas Festas Angola - Dê um brinquedo, Receba um Sorriso” com o objectivo de recolher brinquedos para entregar às crianças do Centro Arnaldo Janssen e do Hospital Pediátrico de Luanda. A Campanha iniciou no dia 12 de Dezembro, com a recolha de brinquedos no hipermercado KERO Gika. No Domingo, dia 20 de Dezembro, o BFA levou as crianças do Centro Arnaldo Janssen até à Casa do Pai Natal na Baía de Luanda, proporcionando um Domingo mágico a todas as crianças. Neste dia, os Colaboradores Solidários do BFA entregaram um presente a cada criança do Centro Arnaldo Janssen. Durante a tarde as crianças puderam visitar o Pai Natal, cantar e dançar em palco, brincar com palhaços e sentir a magia do Natal. No dia 22 de Dezembro, o Banco realizou a entrega de brinquedos às crianças do Hospital Pediátrico de Luanda.

Foram recolhidos mais de 300 brinquedos em apenas 3 dias.





# Prémios



## The Banker

Banco do Ano em Angola 2015

O BFA foi distinguido, pela segunda vez, com o Prémio “Banco do Ano em Angola 2015”, numa cerimónia oficial no Hilton Bankside, em Londres. A “The Banker” é uma revista britânica dedicada ao mercado financeiro desde 1926. Está presente em mais de 180 países é uma das principais fontes de informação financeira, contando com uma base de dados única, com mais de 4.000 Bancos.



## Prémio Sirius

Melhor Empresa do Sector Financeiro

O BFA foi distinguido, pela terceira vez, com o Prémio “Melhor Empresa do Sector Financeiro”, na 5ª edição do Prémios Sirius, que decorreu no Hotel Epic Sana, em Luanda. O Júri avaliou a inovação, a qualidade dos produtos e serviços do sector em Angola, a performance económico-financeira e a contribuição que o BFA tem vindo dar para a bancarização da população.



## Revista EMEA Finance

Melhor Banco em Angola 2015

O BFA foi distinguido pela revista EMEA Finance, com o Prémio “Melhor Banco em Angola”, pela sétima vez, no sexto ano consecutivo. A EMEA Finance é uma revista direccionada à comunidade financeira da Europa, Médio-Oriente e África que analisa e classifica o desempenho das principais instituições bancárias em diversos países.



## Revista Capital Finance Internacional

Melhor Rede de Balcões

O BFA foi distinguido com o Prémio de “Melhor Rede de Balcões” pela revista Capital Finance Internacional. Esta distinção teve por base a vasta Rede comercial do Banco, composta por 190 Balcões.



## International Finance Magazine

Melhor Banco Corporativo

A Revista Internacional Finance distinguiu o BFA com o Prémio de “Melhor Banco Corporativo de Angola” pelo terceiro ano consecutivo. A International Finance Magazine é uma revista *on-line* britânica, com uma audiência de mais de 180 países que anualmente distingue os melhores empreendedores do sector bancário nas suas diferentes áreas de actuação.



## The Banker África Awards

Melhor Banco de Desenvolvimento Comunitário

O BFA foi distinguido com o Prémio de “Melhor Banco de desenvolvimento comunitário” pela revista Banker África. Esta distinção teve por base a análise de informações do Banco em diversas plataformas como: Revistas, Relatórios, *Newsletters*, Sites, Eventos e Inserção de publicidades.



### Euromoney Awards for Excellence 2015

#### Melhor Banco em Angola

O BFA foi distinguido com o Prémio de Melhor Banco em Angola 2015, atribuído pela Euromoney Awards for Excellence. O critério de atribuição deste prémio resulta dos mais altos níveis de serviços de inovação e experiência que o BFA tem vindo a desenvolver e também da demonstração de liderança e dinamismo no mercado.



### Superbrands

#### Marca de Excelência

O BFA foi distinguido pela quinta vez consecutiva como Marca de Excelência pela Superbrands, uma organização internacional independente que se dedica à promoção de marcas. A Superbrands Angola premeia as Marcas de Excelência pelo seu desempenho no mercado nacional



### Deutsche Bank

#### Prémio de Excelência STP

O Deutsche Bank distinguiu pela 13ª vez consecutiva o BFA com o Prémio STP (Straight Through Processing) resultado do elevado sucesso no índice de processamento automático das operações sobre o estrangeiro, realizadas em 2014.



### Global Banking and Finance Review

#### Banco Comercial em Angola

O BFA foi distinguido pelo terceiro ano consecutivo com o Prémio de “Melhor Banco Comercial em Angola” pelo portal inglês Global Banking and Finance Review. A distinção teve como factor principal a oferta diversificada de produtos e serviços, a extensa Rede de Balcões e o Programa de Responsabilidade Social assente na Educação, Saúde e Solidariedade Social.



### World Finance

#### Melhor Gestão Corporativa

A revista World Finance elegeu o BFA como o Banco com a “Melhor Gestão Corporativa”. Para a atribuição do prémio a Revista World Finance teve como principais critérios a consolidação das operações, a contribuição para o desenvolvimento económico de Angola e a criação de soluções específicas para os Clientes.



# 04

## GESTÃO DE RISCO

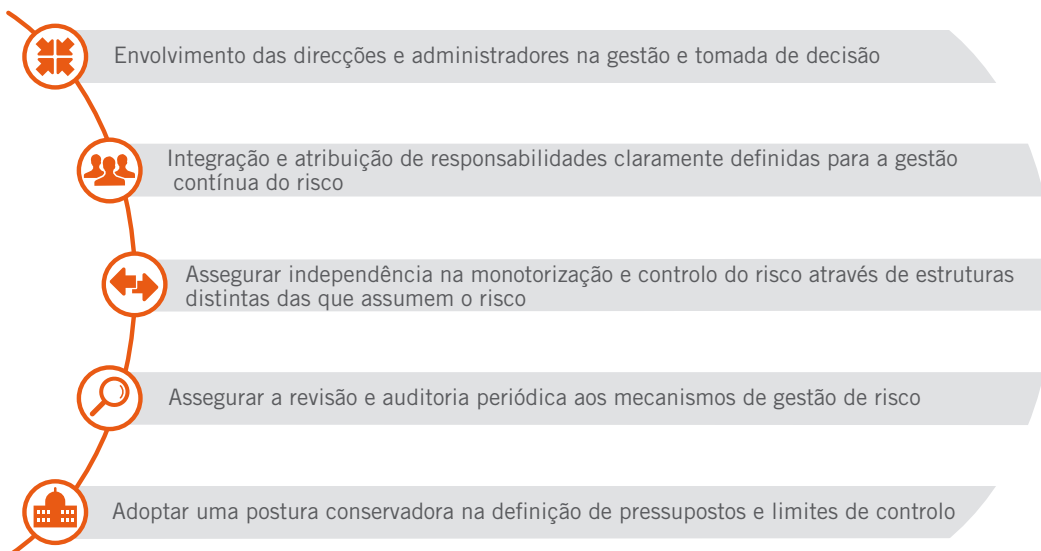
Governança e Organização da Gestão dos Riscos	96
Risco de Crédito	99
Risco de Liquidez	106
Risco Cambial	110
Risco de Taxa de Juro	113
Risco Operacional	115
Risco de <i>Compliance</i>	119

# Governança e Organização da Gestão do Risco

Para uma gestão de risco eficaz, o BFA procura de forma contínua e permanente alcançar e manter o equilíbrio do binómio risco/rentabilidade que melhor se adequa à sua

dimensão, complexidade e perfil de risco. Neste sentido, o BFA assenta num modelo de gestão de risco prudente e alinhado às melhores práticas, cujos princípios orientadores são:

## Princípios da Gestão de Risco



## Riscos materialmente relevantes

Tendo em conta actividade do Banco, os riscos considerados materialmente relevantes e, consequentemente, para os quais se efectua um maior

esforço de identificação, avaliação, monitorização e controlo são:



## Organização e Modelo de Gestão dos Riscos

O principal objectivo da gestão de riscos é garantir que todos os riscos são geridos de forma a garantir a satisfação de todos os Clientes, Colaboradores, Accionistas e Comunidade. Nesse sentido, o BFA promove uma estrutura de modo a que o controlo e gestão dos riscos seja parte integrante do plano de actividades e responsabilidades de todas as áreas do Banco, através da definição e divulgação de normativos internos que têm por base as medidas reguladas no Aviso n.º 2/13, que legisla sobre a Função de Risco, componente do Sistema de Controlo Interno.

O acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

Para garantir uma organização estruturada que assegura o controlo e gestão dos riscos, o BFA definiu 3 linhas de defesa:

### 1ª Linha de defesa

#### *Direcções de negócio*

É da responsabilidade dos Directores de cada área de negócio do Banco gerirem diariamente o risco das suas actividades tendo em consideração os princípios, regras e limites definidos, bem como assegurar o seu reporte regular.

### 2ª Linha de defesa

#### *Direcções gestoras do risco e Comissão de Riscos*

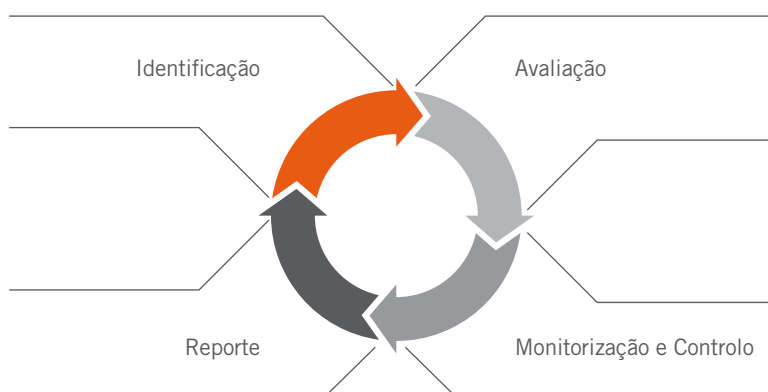
As direcções de gestão dos riscos são responsáveis por assegurar que os riscos são geridos e controlados activamente, bem como incorporar recomendações. A Comissão de Riscos é responsável por acompanhar a política de gestão de todos os riscos inerentes à actividade do Banco e aconselhar sobre a estratégia de risco.

### 3ª Linha de defesa

#### *Auditoria Interna*

É responsável por assegurar independência e objectividade na avaliação do cumprimento dos procedimentos, da regulamentação e normativos internos e externos aplicáveis.

O Modelo de Gestão de Risco do BFA é essencialmente composto por quatro fases:



## Identificação

Identifica os riscos actuais e potenciais a que o BFA está sujeito através do recurso a informação actualizada, tempestiva e fiável das diversas áreas. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir informação fiável e tempestiva das diversas áreas;
- Definir a estratégia para identificação de riscos;
- Identificar riscos existentes ou novos;
- Definir e rever indicadores e limites de risco;
- Incorporar recomendações dos relatórios de risco.

## Avaliação

A avaliação tem por base toda a informação recolhida das diversas áreas para posterior submissão a mecanismos de avaliação qualitativos ou quantitativos consistentes e auditáveis. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir dados fiáveis e tempestivos das diversas áreas;
- Definir pressupostos e modelos de mensuração do risco;
- Desenvolver modelos de mensuração do risco;
- Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados;
- Validar e garantir a actualização e adequabilidade dos modelos de mensuração de risco;
- Sujeitar os modelos de mensuração a auditorias periódicas e implementar as respectivas recomendações de melhoria, caso existam.

## Monitorização e Controlo

A gestão do risco é sujeita a um processo de monitorização contínuo. Para isso são definidos limites e mecanismos de

controlo. Esta fase tem como principais actividades:

- Monitorizar indicadores de risco;
- Monitorizar os limites definidos no plano de contingência de risco;
- Garantir a actualização e adequabilidade dos indicadores e limites aos diferentes ciclos económicos;
- Desenvolver mecanismos de controlo e alertas de risco;
- Efectuar stress testing com base na definição de cenários de risco;
- Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos.

## Reporte

O reporte dos resultados e mecanismos utilizados deve ser comunicado sempre que exista necessidade ou mediante uma periodicidade definida estabelecida pelas entidades reguladoras ou internamente. Esta fase tem como principais actividades:

- Elaborar relatórios com base na informação disponibilizada;
- Elaborar recomendações para mitigação do risco;
- Submeter os relatórios para análise do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração;
- Elaborar plano de acção e responsabilidades para mitigação do risco;
- Promover a divulgação dos relatórios de forma estruturada às áreas do Banco;
- Monitorizar implementação das actividades definidas no plano de acção.

# Risco de Crédito

## ? O QUE É O RISCO DE CRÉDITO E COMO SURGE?

O Risco de Crédito é o risco de perda associado ao incumprimento dos Clientes no que respeita às suas obrigações contratuais de crédito. O Risco de Crédito pode surgir não só da contraparte por surgimento de um evento de perda e consequente incumprimento, mas também da concentração numa só contraparte, indústria, produto, geografia ou maturidade.

### Filtro de rejeição por incumprimento ou incidentes materiais

O Banco não concede crédito a Clientes que registem incidentes materiais, estejam em incumprimento para com o Banco ou que pertençam ao mesmo grupo de Clientes que estejam nas seguintes situações:

- em atraso na realização de quaisquer pagamentos de capital ou juros devidos a qualquer instituição financeira por período superior a 45 dias;
- utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade;
- pendência de acções judiciais contra essa entidade, desde que se considere que o resultado dessa acção pode ter um efeito materialmente adverso na respectiva situação económica ou financeira.

## ? COMO É GERIDO O RISCO DE CRÉDITO?

**Direcção de Crédito a Particulares e Negócios:** responsável pela avaliação das operações de crédito destes segmentos;

**Direcção de Risco de Crédito a Empresas:** responsável pela avaliação das operações de crédito deste segmento;

**Direcção de Financiamentos Estruturados e ao Investimento:** responsável pela estruturação de financiamentos de maior valor e complexidade, bem como todas as propostas de financiamento ao investimento, incluindo os integrados no Programa Angola Investe;

**Direcção de Operações Imobiliárias:** responsável pela avaliação de financiamento e acompanhamento da carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário. Dessas operações destacam-se os projectos de promoção imobiliária e os projectos hoteleiros, que constituem a carteira de crédito

**Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito:** responsável pela monitorização da qualidade da carteira de crédito, pelo acompanhamento e gestão do nível de provisionamento e imparidades associados à carteira de crédito. Esta direcção é também responsável pela recuperação do crédito vencido, pela via negocial ou judicial.

Todas estas direcções reportam ao mesmo Administrador que não tem responsabilidades nas áreas comerciais.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito estão estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito, no Manual de Procedimentos de Crédito e em Fichas de Produto.

A apreciação das propostas de crédito pressupõe uma análise rigorosa, enquadrada por parâmetros que se resumem de seguida:

### Procedimentos de análise de risco de crédito

- Nenhuma operação de crédito é aprovada sem uma prévia recolha, verificação e análise crítica de informação relevante relativamente ao proponente da operação e à sua situação económica e financeira, à operação objecto de financiamento e às garantias oferecidas;
- As propostas de operações de crédito ou garantias a submeter à apreciação dos órgãos competentes respeitam os seguintes princípios:
  - encontrar-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
  - respeitar a ficha de produto respectiva, quando for o caso;



- ser acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada;
- conter as assinaturas dos órgãos proponentes respectivos.
- No caso de empresas ou grupos de empresas com contas dispersas por vários Centros de Empresa ou Agências do BFA, as operações serão analisadas pelo órgão responsável do acompanhamento da empresa ou do grupo;
- Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao cliente ou ao grupo em que o cliente se integra nos termos da legislação aplicável em cada momento.

#### Análise e ponderação de garantias

- Todas as operações de crédito têm associadas garantias adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, devendo a proposta de crédito ser devidamente fundamentada no que toca à suficiência e liquidez das garantias;
- As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito.

Tendo em consideração o Aviso n.º 03/2012 do BNA, o BFA tem definidos os seguintes critérios de classificação nos respectivos níveis de risco:

- Nível A (Risco Nulo) – créditos garantidos por contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central) iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Nível B (Risco Muito Reduzido) - Créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades;
- Os restantes créditos são classificados no nível de Risco C (Risco Reduzido);

Excepcionalmente, atendendo às características dos mutuários e à natureza das operações podem ser classificados outros créditos nos níveis de risco A e B. Estas situações dependem de aprovação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C. No crédito a Particulares classificado nos níveis de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos, com excepção nos protocolos realizados com empresas.

#### Deliberações dos órgãos de decisão

- As deliberações de cada órgão de decisão constituem decisões colegiais dos membros que as compõem, ficando registadas em Acta, a qual é assinada por todos os participantes;
- As decisões são tomadas por unanimidade. No caso de não haver unanimidade, a proposta é submetida ao órgão de decisão de nível imediatamente superior;
- Ficam impedidos de participar na discussão e decisão de qualquer operação, os membros de um órgão de decisão que nela tenham um interesse, directo ou indirecto, sendo tais operações obrigatoriamente submetidas ao nível superior.

#### Validade das decisões

- As decisões sobre matéria de crédito têm validade (para formalização) de 90 dias, a qual é sempre comunicada ao cliente;
- Todas as decisões prevêm um prazo máximo para a utilização do crédito ou para a emissão da garantia, o qual, em caso de omissão, se considera ser de 30 dias após a assinatura do contrato.

Dando continuidade ao projecto que começou em 2014, em 2015 voltou a intensificar-se a formação dos Colaboradores das redes comerciais através de um programa específico que abrangeu todas as fases inerentes ao processo de crédito,

### Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade

Desde Junho de 2013 que o BFA implementou o modelo de cálculo de perdas por imparidade, em resposta aos desafios que derivam da adopção a prazo das melhores práticas internacionais.

Este processo de implementação contou com a participação conjunta de diversas áreas do Banco, assegurando a independência e a segregação entre funções:

- Área de Sistemas de Informação, responsável pela extracção de informação dos sistemas e pela manutenção da solução de suporte;
- Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito, responsável por monitorizar o processo de cálculo periódico e também pela governação do modelo. Em conjunto com as Direcções de Centros de Investimento, de Crédito a Particulares e Negócios, de Risco de Crédito a Empresas, de Financiamento Estruturados e Investimento e Direcção de Operações Imobiliárias, participa ainda na realização e supervisão de análises individuais de Clientes;
- Comissão Executiva, a qual participa na validação final e aprovação dos resultados.

O apuramento de perdas por imparidade baseia-se na definição de metodologias de cálculo próprias, ajustadas às séries de dados históricos e às características da carteira de crédito do Banco. Para efeitos de apuramento de cálculo de imparidade, o Banco classifica a sua carteira relativamente a indícios de imparidade, considerando que uma operação de crédito se encontra sem indícios sempre que a mesma regista até 30 dias de atraso, a situação de indícios de imparidade verifica-se sempre que uma operação de crédito regista entre 30 a 180 dias de atraso e a situação de default sempre que a operação tenha mais de 180 dias de atraso.

Para efeitos de apuramento de factores de risco e de cálculo de perdas por imparidade, a carteira foi segmentada de acordo com perfis de risco homogéneos, considerando o Crédito Habitação, Crédito ao Consumo, Cartões de Crédito, Crédito Automóvel, Empresas e Sector Público e Instituições Financeiras.

Conforme a materialidade dos créditos, estes podem ser alvo de um de dois tipos de análise: individual ou colectiva.

### Análise individual

Em âmbito de análise individual são considerados os seguintes Clientes:

- Para o segmento de Particulares, todos aqueles cuja exposição seja superior a 1.000.000 USD ou cuja exposição seja superior a 250.000 USD mas apresentem um incumprimento de montante superior a 10.000 USD;
- Para o segmento de Empresas, todos os Clientes com exposição seja superior a 250.000 USD;
- São ainda alvo de análise individual todos os Clientes com operações reestruturadas, reclassificadas ou que se encontrem na área de recuperação, independentemente do segmento a que pertencam.

### Análise colectiva

Para efeitos de análise colectiva, foram apurados, por segmento de risco, os seguintes factores de risco através da análise da evolução histórica da carteira nos últimos cinco anos:

- **Probabilidade de Default (PD)** – probabilidade de entrada em incumprimento superior a 90 dias;
- **Loss Given Default (LGD)** – percentagem de perda esperada dado o incumprimento. A LGD divide-se em dois âmbitos: a LGD zero é aplicada às operações que ainda não estão em *default* pelo que pretende espelhar a perda dada essa probabilidade; e as LGD duracionais são aplicadas às operações que já se encontram em *default*, espelhando a perda associada ao momento que aumenta à medida que se mantêm em *default*.

A avaliação das perdas por imparidade é efectuada numa base mensal, de acordo com a situação de indícios de imparidade do cliente.

O valor de perdas por imparidade é apurado pela diferença entre o valor de balanço e o valor actual líquido da operação. Este último é obtido considerando o valor actualizado dos cash flows futuros esperados das operações de crédito. Os valores apurados com referência a 31 de Dezembro de 2015 revelam um nível de provisionamento adequado face à perda estimada pelo modelo.

## **QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2015?**

### **Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade exigente e autónomo**

O modelo de cálculo de perdas por imparidade tem vindo a ser adaptado, tornando-o mais exigente e em sintonia com a nova legislação publicada pelo Banco Nacional de Angola, bem como com as melhores práticas internacionais.

O BFA tem feito regularmente análises de sensibilidade e back-testings ao modelo, de modo a aferir a sua constante aderência à realidade do comportamento da carteira.

De acordo com o Aviso n.º 02/2015 as instituições financeiras podem calcular as suas provisões de crédito segundo metodologias próprias desenvolvidas para efeitos de cálculo das provisões, sempre que a mesma seja aprovada pelo Banco Nacional de Angola. As regras definidas nesta regulamentação do BNA são idênticas e totalmente coerentes com as que o BFA adoptou internamente. Nesta linha, o BFA submeteu para aprovação do BNA a metodologia de cálculo de imparidades de crédito em substituição das metodologias directas que têm vindo a ser adoptadas no dia 30 de Junho de 2015, cumprindo assim o prazo estipulado pelo regulador. O modelo está sob avaliação do BNA que, de acordo com o calendário estipulado, a adopção e aprovação será revelada pelo regulador no final do exercício de 2016.

### **Avaliação de colaterais e outros títulos**

De acordo com a tendência verificada em anos anteriores, para a Direcção de Operações e Imobiliário, o ano de 2015 continuou a ser marcado por um nível bastante exigente na concessão e acompanhamento do crédito à construção.

Ainda em 2015, no âmbito do modelo de cálculo de perdas por imparidade do BFA e do Aviso n.º 10/14 do BNA, foi dada por esta Direcção continuidade ao plano de acção iniciado em 2014, relativo à avaliação dos imóveis colaterais em operações de crédito. De uma forma resumida, os imóveis obtidos em garantia de crédito passaram a ser reavaliados por peritos idóneos nas seguintes condições:

- os que estejam associados a crédito vencido há mais de 90 dias, caso a última avaliação tenha ocorrido há mais de 2 anos;
- com uma periodicidade mínima bienal, sempre que as posições em risco representem um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito no encerramento do exercício do ano anterior ou, de valor igual ou superior a 100 milhões de AKZ;
- outros indícios de imparidade, em particular, factos ou alterações de mercado com potencial impacto directo no valor dos activos imobiliários em geral, definidas em função da localização geográfica, finalidade e ainda em situações determinadas por factores de proximidade.

Em 2016, será dada continuidade a este trabalho, para o qual contribuirá o lançamento de uma nova base de dados, especificamente desenvolvida para o tratamento de informação dos imóveis colaterais em operações de crédito.

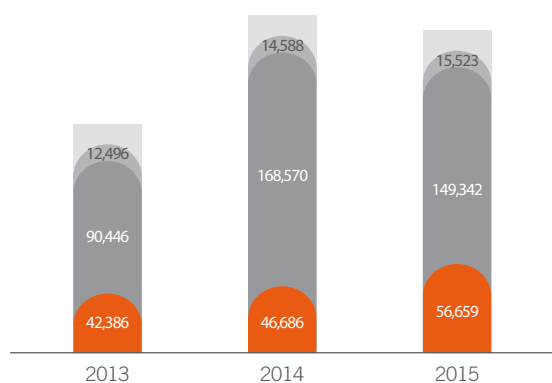
### **Evolução da Carteira de Crédito**

Contrariando a tendência dos anos anteriores, em 2015 a carteira global de crédito (excluindo crédito por assinatura) registou uma ligeira diminuição de 3,6% face a 2014. Esta variação foi inteiramente impulsionada pela redução da carteira de crédito do segmento de Empresas em 11,4% face a 2014, justificada pelo pagamento excepcional de um crédito ao Ministério das Finanças no valor de 52,6 mil milhões de AKZ. Esta variação negativa foi balanceada pelo aumento da concessão de crédito nas redes de Particulares e Negócios e Centros de Investimento em 21,4% e 6,4%, respectivamente.

De facto, a concessão de crédito ao tecido empresarial diminuiu 3,9 pontos percentuais em relação ao ano transacto, representando 77% da estrutura da carteira de crédito do

Banco, contra 23% de financiamento concedido a particulares em 2015.

Carteira de Crédito

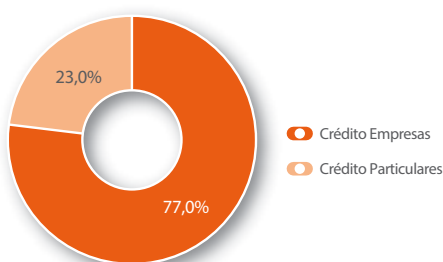


**Nota:** Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

### Diversificação Sectorial com estabilização nas classes de menor risco

Em 2015, a carteira de crédito a empresas apresenta um grau de diversificação sectorial equilibrado face aos principais sectores de actividade económica, bem como uma estabilização de peso nas classes de menor risco no crédito total.

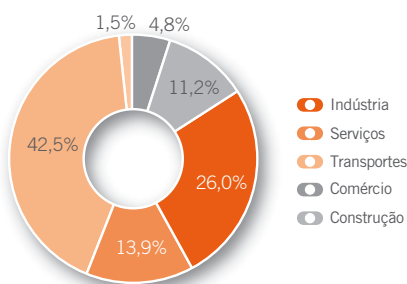
Estrutura da Carteira de Crédito por Tipo de Clientes: Empresas e Particulares



**Nota:** Volume de crédito total sem excluir crédito por assinatura.

Analisando o grau de diversificação sectorial da carteira de crédito a empresas, constata-se um relativo equilíbrio, com os sectores de Serviços e Construção a assumirem uma posição de destaque.

Estrutura da Carteira de Crédito por Tipo de Cliente: Empresas e Particulares



**Nota:** Volume de crédito total sem excluir crédito por assinatura.

Esta distribuição resulta da política de concessão de crédito adoptada pelo BFA, procurando a diversificação da exposição aos riscos inerentes aos diferentes sectores de actividade.

Relativamente à estrutura da carteira de crédito por classe de risco, definidas no Aviso n.º 3/2012 do BNA, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, são as classes de menor risco as que maior peso detêm no total de crédito concedido. Cerca de 94% do total de crédito concedido apresenta uma classificação de risco entre as classes A e C, inclusive. Nas classes de risco mais elevado (risco superior a “Moderado”), a exposição da carteira de crédito do BFA aumentou 2,1 pontos percentuais.

### CRÉDITO CONCEDIDO POR CLASSE DE RISCO

Classe	2013	2014	2015
A – Nulo	19,8%	42,9%	30,5%
B – Muito Reduzido	0,7%	2,5%	2,8%
C – Reduzido	72,4%	50,2%	60,2%
D – Moderado	0,9%	0,8%	0,7%
E – Elevado	1,9%	1,0%	1,6%
F – Muito Elevado	3,4%	2,0%	2,6%
G – Perda	0,8%	0,6%	1,5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

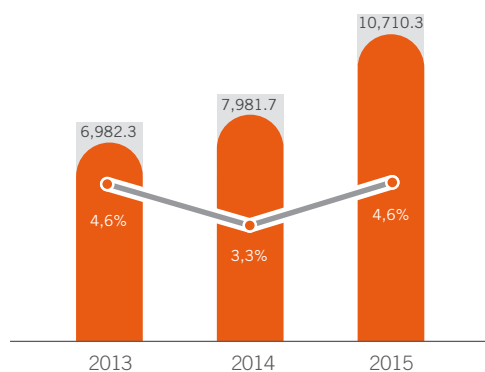
**Nota:** Total de Operações de Crédito inclui operações de crédito regulares e com incumprimento e não exclui crédito por assinatura.

## Rácio de Crédito Vencido

Não obstante as políticas de análise e gestão de risco seguidas pelo BFA para a contínua melhoria da qualidade da sua carteira de crédito, em 2015 registou-se um aumento do valor de crédito vencido e respectivo rácio. Em relação ao ano transacto, o montante de crédito vencido aumentou 34,1%, essencialmente explicado pelo agravamento do incumprimento e respectiva desvalorização da moeda nacional face à moeda mais expressiva de concessão de crédito, o USD.

Os efeitos referidos anteriormente, aliados à ligeira diminuição da carteira de crédito pela amortização excepcional de um crédito ao Ministério das Finanças no valor de 52,6 mil milhões de AKZ provocou um aumento do rácio em 1,2 pontos percentuais, passando este a representar 4,6% do crédito total concedido (excluindo crédito por assinatura).

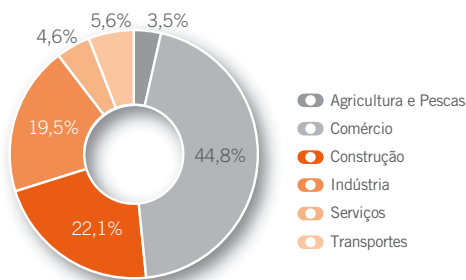
Crédito vencido (% do Crédito Total)



**Nota:** Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

Analisando o total de crédito vencido do segmento empresarial por sector de actividade constata-se que é o sector do Comércio aquele que mais peso detém na estrutura de crédito vencido, seguido pelo sector de Construção e sector da Indústria que aumentaram a sua contribuição para a carteira de crédito vencido do BFA em, respectivamente, 1,1 e 5,5 pontos percentuais face ao ano transacto. De notar que estes são também os sectores com posição de destaque no total da carteira de crédito a empresas.

Concentração do Crédito Vencido de Empresas por sector actividade



Em Dezembro de 2015, o rácio de cobertura de provisões era de 146%, o que representa uma confortável posição na cobertura do crédito, espelho de uma política de gestão de risco particularmente prudente.

Ainda que o valor das provisões tenha aumentado 44,5% face a 2014 e o rácio de cobertura da carteira de crédito global tenha aumentado 2,3 pontos percentuais, o BFA assegura uma posição estável em virtude da expansão do financiamento concedido até ao ano em análise.

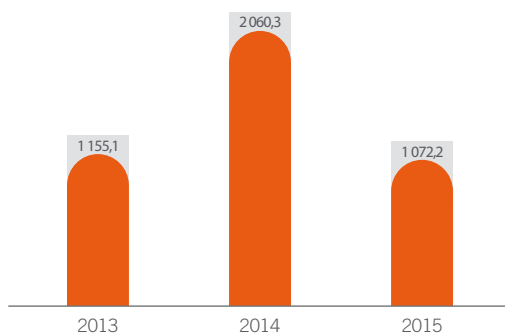
## PROVISÕES E RÁCIO DE COBERTURA

Classe	Milhões AKZ		
	2013	2014	2015
Provisões	10 044,3	10 853,2	15 688,1
Rácio Cobertura Carteira Crédito	6,9%	4,7%	7,0%
Rácio Cobertura Crédito Vencido	144%	136%	146%

**Nota:** Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

O crédito abatido é influenciado pela não concretização das expectativas de conclusão de processos de negociação de alguns créditos vencidos pelo que o BFA tem que assumir a sua perda contabilística. Não obstante, é de notar que em 2015 o Banco reduziu o seu volume de crédito abatido em quase 50%, o que demonstra o forte empenho na recuperação dos créditos pelas vias legais e adequadas, nomeadamente a via judicial.

Crédito abatido (Write Off)



#### Recuperação de Crédito Vencido pela via contenciosa

No que respeita ao número de acções em tribunal, até ao final de 2015 foram interpostas 574 acções executivas junto das entidades judiciais competentes para recuperação de crédito em incumprimento, das quais 126 diziam respeito a créditos da Banca de Empresas e 448 a Particulares.

# Risco de Liquidez

## O QUE É O RISCO DE LIQUIDEZ E COMO SURGE?

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos resultantes da incapacidade do Banco dispor de fundos líquidos suficientes para fazer face às suas obrigações financeiras.

## COMO É GERIDO O RISCO DE LIQUIDEZ?

As regras de gestão financeira e os limites do risco de liquidez constam no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI).

O BFA conduz uma gestão particularmente prudente dos seus níveis de liquidez, gozando, em consequência, de uma condição privilegiada no que concerne ao financiamento da sua actividade.

O Banco assegura uma posição de liquidez estável, segura e suficiente, com base em activos líquidos e elegíveis, mantendo um nível prudente de rácio de transformação.

Cabe à DFI, assegurar o cumprimento do limite estabelecido em moeda nacional de gap diário de liquidez. Este consiste na diferença entre as entradas e as saídas de fundos em moeda nacional verificadas num dia, tendo em consideração o cumprimento das reservas obrigatórias.

Além das Reservas Obrigatórias definidas pelo BNA, o Banco estabeleceu um limite adicional de liquidez disponível para a moeda estrangeira que representa uma importante margem no balanço para fazer face a potenciais riscos decorrentes de alterações de mercado. Assim, é da responsabilidade da DFI assegurar o cumprimento desse limite. As disponibilidades mantidas em moeda estrangeira, correspondem à soma das disponibilidades mantidas junto dos Bancos Correspondentes com a posição de notas em moeda estrangeira.

A gestão financeira do Risco de Liquidez do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão, nomeadamente:

- Informação diária: resume as principais informações dos mercados domésticos e internacional, os

principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado monetário, como o cumprimento das Reservas Obrigatórias;

- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo semanal retrospectivo dos principais mercados nacionais e internacionais;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos: documento produzido pela Área de Informação de Gestão que cobre os principais indicadores e limites de risco;
- Documentação para o Conselho de Administração, que inclui os resumos mensais do mercado monetário.

O modelo de organização e de tomada de decisão é o seguinte:

- O Conselho de Administração, por proposta da CECA toma as decisões mais relevantes quanto a operações com risco Estado angolano, limites de contraparte, e taxas de juro de depósitos e crédito;
- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.

Na sequência da publicação do Aviso n.º 13/11, referente ao Código de Conduta dos Mercados, o BFA criou a nível da DFI uma nova área-Área de Controlo - que assegura o reporting diário, bem como o cumprimento dos limites legais a que o BFA está obrigado e dos limites internos previstos no Manual de Limites e Procedimentos da DFI.

## ? QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2015?

O ano de 2015 foi marcado pela publicação de instrutivos regulamentares com impacto directo e relevante na gestão de liquidez do BFA. O aumento das reservas obrigatórias em moeda nacional originaram a constituição de mais fundos junto do BNA para cumprir a regulamentação imposta pelo

mesmo e as alterações às regras de compra de divisas para realização de operações com o estrangeiro passaram a exigir que os Bancos ao reportarem a necessidade de divisas dos seus Clientes, constituíssem um cativo em MN, no BNA, de montante equivalente ao valor em ME reportado.

### RESERVAS OBRIGATÓRIAS EM ANGOLA

Entrou em vigor a 22 de Julho de 2015, o Instrutivo n.º 16/15, relativo às **Reservas Obrigatórias em moeda nacional**, com o intuito de tornar o instrumento de reservas obrigatórias mais eficaz, enquanto instrumento de gestão de política monetária.

Assim, e de acordo com o referido instrutivo, o coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre as respectivas bases de incidência sofreu as seguintes alterações:

- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das rubricas que compõem as diferentes bases de incidência em moeda nacional, à excepção das contas do Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais, passa de 15% para 25%, podendo os bancos cumprir até 10% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015 e pertencentes à carteira própria dos bancos. Para o cálculo dos níveis de cumprimento da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, são utilizadas as seguintes ponderações:
  - Obrigações com maturidade de 5 anos – 100% do seu valor nominal;
  - Obrigações com maturidade de 4 anos – 75% do seu valor nominal;
  - Obrigações com maturidade de 3 anos – 50% do seu valor nominal;
  - Obrigações com maturidade de 2 anos – 20% do seu valor nominal.
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das rubricas que compõem as diferentes bases de incidência em moeda estrangeira, à excepção das contas do Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais, mantém-se nos 15%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das contas do Governo Central, em moeda nacional, mantém-se em 75% e dos Governos Locais e Administrações Municipais, também em moeda nacional mantém-se nos 50%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das contas do Governo Central, em moeda estrangeira, mantém-se nos 100% e dos Governos Locais e Administrações Municipais, também em moeda estrangeira é igualmente de 100%;
- A exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e estrangeira passa a ser calculada semanalmente face a anterior que era mensal;
- O cálculo das Reservas Obrigatórias é efectuado no primeiro dia útil e do primeiro ao último dia útil da semana seguinte a da constituição dos saldos;
- Podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 5% da média aritmética semanal dos saldos diários finais apurado na conta Caixa de moeda nacional do Plano das Instituições Financeiras;
- Podem ainda ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional, o montante de até 60% dos Activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em moeda nacional concedido, apurado no último dia da semana de constituição da carteira de crédito, nos sectores da Agricultura, Pesca e de Produção de Bens Alimentares, desde que com maturidade maior ou igual a 36 meses.



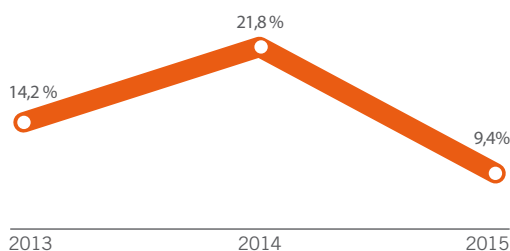
## Análise do Risco de Liquidez

### Níveis de Liquidez Sustentáveis e capacidade de resposta às necessidades do Banco

No decorrer da sua actividade, o BFA pretende garantir a estabilidade dos recursos de Clientes, para que futuras necessidades de funding e de tesouraria sejam antecipadamente resolvidas.

A Taxa de Crescimento de Depósitos de Clientes manteve-se positiva, situando-se numa variação de 9,4% o que representa um acréscimo nos depósitos de 87.777,4 Milhões de AKZ, fruto da excelente capacidade em atrair depósitos de Clientes por parte do BFA.

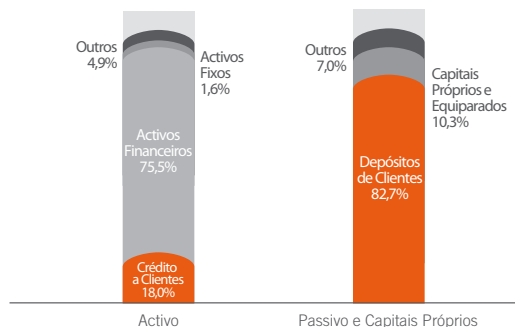
#### Taxa de Crescimento de Depósitos de Clientes



De facto, o balanço do Banco tem-se mostrado particularmente sólido e robusto, onde os depósitos de Clientes representam, aproximadamente, 82,7% do Passivo, possibilitando, assim, o financiamento integral da sua actividade.

O BFA não recorre a financiamento para a sua actividade, com excepção de tomadas pontuais no Mercado Monetário interbancário nacional por uma questão de tesouraria.

#### Estrutura de Balanço a 31 Dezembro 2015



Nota: Activos Financeiros = Disponibilidades + Aplicações em Instituições de Crédito + Aplicações em Títulos.

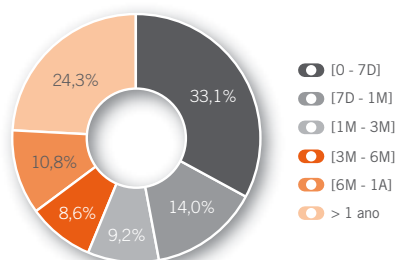
Do lado do Activo, o balanço do Banco é constituído na sua grande maioria por Activos Financeiros, em particular Aplicações em Títulos, os quais representam cerca de 52,4% do total dos Activos Financeiros.

Considerando os elevados níveis de liquidez, o BFA procura aplicar os seus excedentes não destinados à concessão de crédito, em diferentes classes de activos, com diferentes perfis de maturidade, procurando gerir a sua liquidez de forma rentável, através de uma adequada política de investimento.

As maturidades do investimento são definidas tendo por base um princípio de diversificação e adequação, por forma a retirar benefícios quer no curto prazo, através da satisfação das necessidades de liquidez, como num horizonte temporal mais alargado, assegurando a eficiência da sua gestão.

Assim, observa-se uma elevada diversificação dos Activos Financeiros do BFA por perfil de maturidade, verificando-se contudo, e à semelhança do ano anterior, uma elevada predominância das aplicações com maturidades inferiores a 1 ano, com especial incidência em maturidades inferiores a 7 dias (33% do total dos instrumentos financeiros), permitindo a sua mobilização e utilização num reduzido espaço temporal.

#### Perfil de Maturidades dos Activos Financeiros a 31 Dezembro 2015



## PERFIL DE MATURIDADES DOS ACTIVOS FINANCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Total (MAKZ)	[0 - 7D]	[7D - 1M]	[1M - 3M]	[3M - 6M]	[6M - 1A]	> 1 Ano	Total (%)
Disponibilidades	306 869,8	33,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>33,1%</b>
Aplicações em IC's	125 967,8	0,0%	11,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>13,6%</b>
Compra títulos com acordo de Revenda	9 038,0	0,0%	0,3%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>1,0%</b>
Títulos de Curto Prazo	132 626,2	0,0%	2,4%	4,9%	5,8%	1,2%	0,0%	<b>14,3%</b>
Títulos de Longo Prazo	353 761,6	0,0%	0,4%	1,0%	2,8%	9,7%	24,3%	<b>38,1%</b>
<b>Total</b>	<b>928 263,4</b>	<b>33,1%</b>	<b>14,0%</b>	<b>9,2%</b>	<b>8,6%</b>	<b>10,8%</b>	<b>24,3%</b>	<b>100,0%</b>

Adicionalmente, para obtenção de liquidez imediata, o BFA pode ainda descontar títulos de curto e longo prazo na Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez do BNA de acordo com o Aviso n.º 11/11 e a Directiva n.º 07/DMA/DSP/11. Em Dezembro de 2015, o BFA detinha os seguintes montantes em títulos de curto e longo prazo em MN:

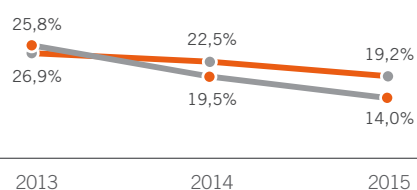
	Milhões AKZ
Títulos de Curto Prazo	125 991,80
Títulos de Longo Prazo	250 373,30
<b>Total</b>	<b>376 365,10</b>

A quota de mercado do BFA em leilões de títulos de curto-prazo do BNA atingiu em 2015 os 19,2% e a quota nos leilões de OT de médio prazo, os 14,0%.

A actividade do BFA nos títulos de médio-prazo, foi feita maioritariamente no mercado secundário.

O elevado nível de liquidez do BFA, conjugado com a solidez do seu balanço, permitem-lhe enfrentar os desafios futuros e consolidar a sua posição e segurança no suporte financeiro às necessidades dos seus Clientes.

### Quota de Mercado Leilões de Títulos de Curto-Prazo (BT) e de Médio Prazo (OT)



- Quota Leilões Títulos de Curto Prazo (BT)
- Quota Leilões Títulos de Médio Prazo (OT)

# Risco Cambial

## ? O QUE É O RISCO CAMBIAL E COMO SURGE?

O Risco Cambial resulta de flutuações desfavoráveis das taxas de câmbio entre moedas e surge da diferença das posições activas e passivas em cada moeda estrangeira ou indexada à variação cambial.

## ? COMO É GERIDO O RISCO CAMBIAL?

O BFA realiza uma gestão particularmente rigorosa da sua posição cambial, procurando de forma activa controlar o seu risco, mantendo para cada moeda as suas posições activas e passivas dentro dos limites aprovados.

A Direcção Financeira e Internacional é responsável por assegurar que a diferença entre os activos e passivos em cada moeda estrangeira é residual, com excepção da posição em USD, para a qual está previsto um limite da posição cambial.

Adicionalmente, a Direcção Financeira Internacional é responsável por garantir que a exposição cambial se mantém limitada a 20% dos fundos próprios regulamentares para as operações activas e para as posições passivas, de acordo com o Aviso n.º 2/15.

A gestão financeira do Risco Cambial do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão, nomeadamente:

- Informação diária: resume as principais informações dos mercados domésticos e internacional, os principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado cambial;
- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo semanal retrospectivo do mercado cambial doméstico e principais mercados internos;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos, produzido pela Área de Informação de Gestão, que cobre os principais indicadores e limites de risco cambial;
- Documentação para o Conselho de Administração, que inclui o resumo mensal do mercado cambial.

O modelo de organização e de tomada de decisão é o seguinte:

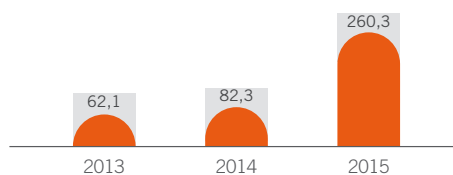
- O Conselho de Administração, por proposta da CECA estabelece o limite para a posição cambial de acordo com a visão do BFA para o mercado;
- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.

## ? QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2015?

A 29 de Janeiro o BNA emitiu o Aviso n.º 2/15 que visa garantir que a exposição cambial se mantém limitada a 20% dos fundos próprios regulamentares para as operações activas e para as posições passivas.

### Análise do Risco Cambial

Evolução Posição Cambial (MUSD)



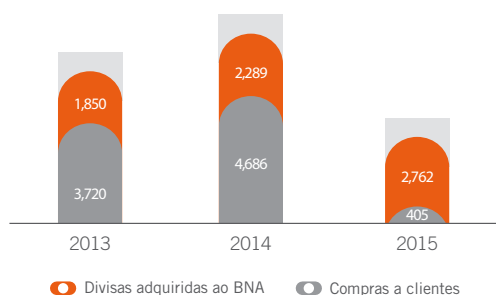
A 31 de Dezembro de 2015, a posição cambial do BFA encontrava-se avaliada em 260,3 milhões de USD, um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Esta posição cambial decorreu da decisão tomada em Conselho de Administração, tomando em consideração a visão do BFA para o mercado.

No âmbito da sua actividade, o BFA opera maioritariamente com Dólares Norte-Americanos, mantendo as posições

noutras moedas em níveis residuais, tornando o processo de gestão da sua posição cambial simplificado.

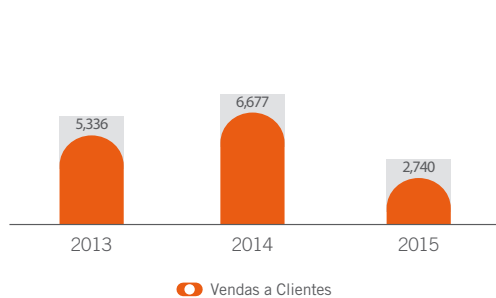
O BFA recorre à compra de divisas no mercado primário através do mecanismo dos leilões de divisas do BNA ou das colocações directas do BNA e a compras a Clientes. Em 2015 registou-se uma forte diminuição de compras de divisas, a qual evoluiu para menos de metade dos valores registados em 2014 (3.167 milhões de USD). Esta diminuição é inteiramente justificada pelo decréscimo de compras de divisas a Clientes para 405 milhões de USD, como resultado da promulgação do Aviso n.º7/14, que originou que os Operadores do sector petrolífero passassem a vender obrigatoriamente as suas divisas ao BNA. Não obstante, esta tendência foi ligeiramente contrariada pelo aumento de compras de divisas ao BNA para 2.762 milhões de USD.

Evolução das Compras (M USD)



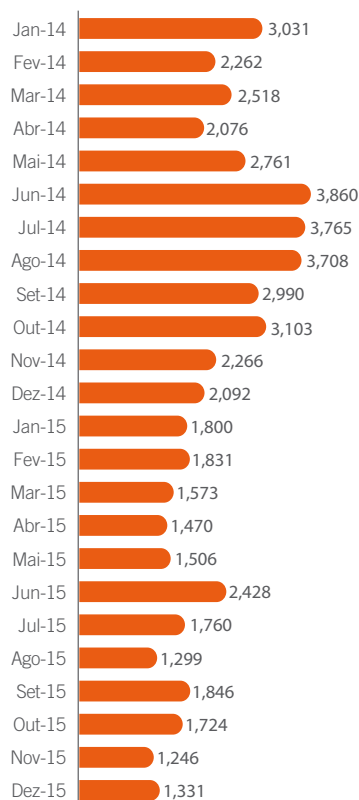
No que respeita ao volume de vendas de divisas do BFA, verifica-se uma forte diminuição para 2.740 milhões de USD.

Evolução das Vendas (M USD)



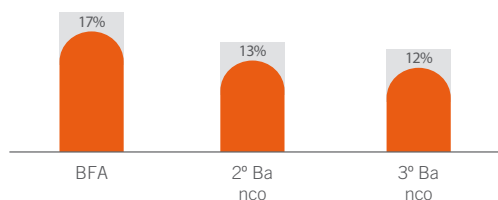
A evolução do mercado cambial em Angola tem vindo a registar uma diminuição gradual de vendas de divisas ao longo do tempo, tanto por parte do BNA como dos próprios Clientes, sendo este decréscimo mais evidente a partir de Novembro de 2014, aquando da promulgação do Aviso n.º7/14 acima referido.

Vendas de Divisas Global do BNA e Clientes (M USD)

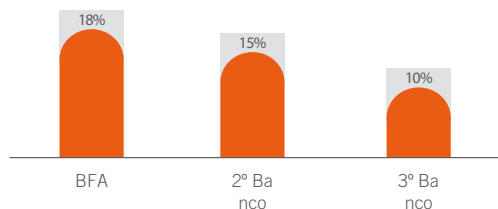


Não obstante a diminuição de transacções de divisas, o BFA tem vindo a garantir a sua posição de liderança no mercado cambial Angolano, pelo menos desde Junho de 2015 aquando do início da divulgação pública destes dados. Desta forma, o BFA termina o ano de 2015 com quotas mercado em valores acumulados de 17% em compra de divisas e 18% em venda de divisas.

#### Quota de Mercado dos valores acumulados de Compra de Divisas



#### Quota de Mercado dos valores acumulados de Venda de Divisas



### Bloomberg

O BFA cota na sua página da Bloomberg, “BFAA”, os principais activos angolanos, quer no mercado cambial, quer no mercado da taxa de juro. Esta página é pública e destina-se a informar os nossos Clientes das cotações dos diferentes activos. Destaque para as cotações quer do mercado cambial à vista, quer do mercado cambial a prazo.

# Risco de Taxa de Juro

## O QUE É O RISCO DE TAXA DE JURO E COMO SURGE?

O risco de taxa de juro resulta de flutuações das taxas de juro. No contexto do BFA, existem dois riscos de taxa de juro principais:

- O risco de taxa de juro do balanço que resulta do impacto de uma variação das taxas de juro na valorização dos activos e passivos do Balanço e na diferença de prazo de *repricing* dos mesmos.
- O Risco de Taxa de Juro da Carteira de Títulos que é motivado pela sensibilidade da Carteira de Títulos a flutuações das taxas de juro do mercado.

## COMO É GERIDO O RISCO DE TAXA DE JURO?

A fim de reduzir a variabilidade das receitas e da base de fundos próprios o BFA gere a sua exposição aos choques e movimentos das taxas de juros e da carteira de títulos dentro dos limites definidos.

As regras de gestão financeira e os limites do risco de taxa de juro constam no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI).

A gestão do risco de taxa de juro do balanço é feita através do controlo do Risco Agregado de Taxa de Juro do Balanço. Este corresponde ao somatório do impacto de uma variação paralela na curva de taxas de juro das diversas moedas na valorização dos activos e passivos do Balanço do BFA. Cabe à DFI manter o risco agregado da taxa de juro do balanço dentro do limite definido face aos Fundos Próprios Regulamentares.

A gestão do risco de taxa de juro da carteira de títulos consiste no controlo do risco agregado da taxa de juro, que corresponde ao somatório do impacto de uma variação paralela na curva de taxas de juro na valorização da carteira de títulos com prazo residual superior a 1 ano do Banco.

A DFI é responsável por assegurar que este risco se mantém dentro do limite definido face aos Fundos Próprios Regulamentares.

A gestão financeira do Risco de Taxa de Juro do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão, nomeadamente:

- Informação diária: que resume as principais informações dos mercados domésticos e internacional, os principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado monetário e da dívida pública;
- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo semanal retrospectivo dos principais mercados nacionais e internacionais;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos: documento produzido pela Área de Informação de Gestão que cobre os principais indicadores e limites de risco;
- Documentação para o Conselho de Administração, que inclui os resumos mensais dos mercados monetário e de dívida pública.

O modelo de organização e de tomada de decisão no BFA é o seguinte:

- O Conselho de Administração, por proposta da CECA toma as decisões mais relevantes quanto a operações com risco Estado angolano, limites de contraparte, e taxas de juro de depósitos e crédito;
- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.

### Análise do Risco de Taxa de Juro

Cenários utilizados para calcular os choques das taxas de juro no cálculo do impacto adverso.

#### Impacto Adverso no Balanço

	Choque de Taxas
AKZ	3,0%
EUR	1,0%
GBP	1,0%
IKZ	1,0%
USD	1,0%

#### Impacto Adverso no Balanço

	Choque de Taxas
Spread USD	2,5%
Taxa AKZ	3,0%
Taxa IKZ	2,5%
Taxa USD	1,0%

# Risco Operacional

## ? O QUE É O RISCO OPERACIONAL E COMO SURGE?

O Risco Operacional resulta da execução dos processos internos de negócio, de pessoas, de sistemas ou de eventos externos e são inerentes a qualquer actividade.

Uma gestão inadequada do risco operacional pode causar danos irreparáveis à reputação de uma instituição. Desta forma, o BFA reconhece a importância de uma estrutura de gestão de risco operacional adequada, investindo na sua capacitação para identificar e mitigar eventuais falhas resultantes de procedimentos inadequados, erros operacionais ou no caso dos sistemas de informação, fraudes internas ou externas, ou ainda comportamentos inadequados dos Colaboradores no desempenho das suas funções.

## ? COMO É GERIDO O RISCO OPERACIONAL?

O BFA disponibiliza a todos os seus Colaboradores, através da intranet, os procedimentos operacionais de actuação e a atribuição de responsabilidades, no que respeita à gestão dos riscos operacionais, em forma de normativos internos. Estes encontram-se numerados, datados e organizados em função do seu carácter na hierarquia de normas, e agregados por temas relevantes. A sua produção e difusão são da responsabilidade da Direcção de Organização e Formação (DOF), a qual atende às necessidades internas da organização e à integração de novas regras legais ou regulamentares.

Através da sua intranet, o BFA disponibiliza também regulamentação externa, composta por todos os normativos do BNA e dos principais diplomas legais que afectam ou condicionam a actividade bancária. Adicionalmente, os membros dos órgãos de gestão e os Colaboradores do Banco estão ainda sujeitos ao Código de Conduta do BFA, aprovado no Conselho de Administração.

A avaliação do cumprimento dos normativos internos e do Código de Conduta é da responsabilidade da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI).

## CÓDIGO DE CONDUTA

A conduta ética de todos os Colaboradores é um dos factores críticos para o desenvolvimento e sucesso de uma organização uma vez que comporta benefícios, não só ao nível da sua reputação, mas também no que respeita à eficiência operacional, gestão prudencial dos riscos e à satisfação dos próprios Colaboradores.

Entendendo a importância da definição de um claro e objectivo manual de referência de comportamentos que constitua uma ferramenta de orientação ética na tomada de decisões em contexto empresarial, o BFA disponibiliza a todos os novos Colaboradores o Código de Conduta da instituição.

De forma a garantir a facilidade de acesso a todas as partes externas interessadas o BFA vai ainda disponibilizar o Código de Conduta no site institucional, permitindo a sua consulta e reflexão com toda a facilidade.

A Área de Auditoria Interna procura avaliar a efectividade, eficácia e a adequação do sistema de controlo interno considerando os riscos associados às diversas actividades de modo a garantir e salvaguardar a integridade e a segurança dos activos do Banco e dos seus Clientes. Nesse sentido, a sua actividade é desenvolvida com independência face às unidades auditadas e em conformidade com os princípios de auditoria interna reconhecidos e aceites internacionalmente. São desenvolvidas análises periódicas às actividades das Unidades de Negócio e Serviços Centrais com vista a aferir a sua efectividade e cumprimento das diversas normas que regulam as actividades dos diversos órgãos, o nível de disseminação e o conhecimento por parte dos Colaboradores e direcção. É igualmente observada a adequação dos diversos processos de controlo face aos novos riscos identificados e a sua adequação à Legislação vigente relativa a cada processo auditado. Tais análises são complementadas por intervenções de auditoria temática a cargo do auditor externo ou do auditor contratado para o efeito.

A DAI organiza os seus trabalhos de auditoria através de intervenções realizadas em cumprimento de um plano anual de actividades de controlo interno às diferentes áreas de negócio. Nestas intervenções são identificadas deficiências, fragilidades e falhas no processo de controlo aos diversos níveis operacionais e de decisão, dos quais resultam



recomendações e são implementadas correcções que mitigam a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados. Estas acções de auditoria podem ser presenciais e/ou à distância, com diferentes graus de incidência e complexidade:

- **Auditorias Completas e Temáticas:** são prestadas às unidades de negócio ou serviços centrais;
- **Auditorias Reduzidas:** são essencialmente prestadas à Rede Comercial com o intuito de promover uma intervenção sistemática para verificação dos saldos de cofre/caixa e avaliação do grau de cumprimento dos processos de controlo operacional existentes (legislação e normas relativas ao controlo da tesouraria, identificação dos Clientes e movimentação de contas). Verificam-se igualmente aspectos de segurança associados à salvaguarda dos valores, bem como a funcionalidade e robustez dos mecanismos de controlo dos acessos às unidades de negócio, aos cofres e diversos equipamentos de segurança;
- **Auditorias à Distância:** analisa a efectividade e eficácia dos procedimentos de determinadas transacções ou processos, através da análise documental e dos registos informáticos, sem a presença física das equipas da DAI;
- **Auditorias de Alertas:** analisa um conjunto de ficheiros com informação tipificada pela DAI, respeitante a transacções efectuadas.

No que concerne à Função Inspeção, a acção da DAI assenta na condução de investigações em resultado de reclamações apresentadas pelos Clientes do BFA e que possam ter implicação patrimonial ou resultado de deliberações produzidas pelos órgãos de decisão do Banco, analisando indícios de irregularidades e identificando os seus responsáveis.

Os relatórios provenientes da Inspeção são alvo de análise em reunião da CECA, a qual delibera face aos factos relatados e conclusões chegadas pela DAI, acerca da imputação de responsabilidades, forma de regularização e eventuais consequências disciplinares ou criminais e delibera, igualmente, sobre as recomendações relativas às fragilidades

detectadas em acções e decisões individuais, processos ou normas e respectivas medidas correctivas com vista a mitigar riscos operacionais.

A DAI reporta, numa base trimestral, um Mapa de Risco Operacional onde se incluem todas as intervenções da Inspeção, classificando os casos pela sua natureza e eventuais perdas patrimoniais assumidas.

Adicionalmente, a DAI acompanha a utilização das provisões constituídas para cobertura de riscos gerais e o valor das perdas ocorridas com novas situações de riscos gerais, apurando e detalhando cada classe de risco, garantindo um maior controlo e exactidão face aos riscos gerais a que o BFA está exposto, bem como o eficaz aprovisionamento dos mesmos. Este relatório, semestral, é posteriormente submetido à aprovação e validação da Comissão de Auditoria e Controlo Interno.

Para além dos relatórios já referidos, a DAI elabora ainda, numa base anual, um relatório completo onde se incluem todas as suas actividades de controlo interno, o qual é analisado no Conselho de Administração, na Comissão de Auditoria e Controlo Interno e na Comissão Executiva, sendo parte integrante do Relatório de Controlo Interno.



## QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2015?

A crescente competitividade no mercado financeiro, aliada à inovação tecnológica, à globalização e à crescente complexidade das operações, entre outras, tornam as instituições financeiras cada vez mais expostas a este tipo de riscos. Desta forma, no seguimento dos esforços inicialmente desenvolvidos em 2012, o BFA deu continuidade em 2015 ao reforço das práticas de controlo inerentes à mitigação do risco procurando, em simultâneo, desenvolver a sua aptidão para identificação dos mesmos.

Em 2015, a Área de Auditoria efectuou 333 intervenções, destacando-se a intervenção presencial da equipa da DAI em 130 Unidades de Negócio em resultado de 50 acções de auditorias completas e 118 auditorias reduzidas, correspondendo a um contacto directo com 100% da área comercial do Banco na medida em que os órgãos comerciais

não auditados de forma Completa ou Reduzida foram monitorizados através de Auditorias à Distância. O controlo interno à rede comercial estendeu-se a 100%, tendo-se realizado 161 auditorias à distância. É de realçar igualmente o acompanhamento diário, por parte da área de gestão de Alertas, de situações/operações susceptíveis de fraude ou riscos operacionais relevantes.

No âmbito da sua função de inspecção, a DAI efectuou 134 intervenções durante o ano de 2015 resultante da apresentação de reclamações por parte de Clientes do BFA.

#### OPTIMIZAÇÃO DE ALERTAS

Ao longo de 2015, a DAI manteve a linha de actuação baseada na realização de auditorias por alertas informáticos abrangentes a diversos processos operacionais. Esta tipologia de auditorias é desencadeada quando a execução de uma operação reúne um conjunto de critérios que indiciam a ocorrência de eventos de potencial risco operacional e visa despistar eficazmente eventuais fraudes ou incumprimentos relevantes com os procedimentos exigidos pelo Banco que não respeitam ou não estejam alinhados com os critérios definidos ou com o Código de Conduta do Banco.

#### Digitalização Documental

No âmbito do projecto eMudar@BFA, a plataforma de front-end tem permitido ao BFA uma revisão e desmaterialização dos seus processos, passando estes a ser suportados por documentação digital, sempre que legalmente possível, possibilitando uma redução no risco operacional. Até ao final de 2015 foram digitalizados mais de 2 milhões de documentos através desta plataforma, o que se traduz num importante marco de eficiência do Banco e num maior controlo do risco operacional.

#### Crescimento da Área de Validação de Processos

A Área de Validação de Processos foi incluída na alteração dos processos de trabalho que o Banco implementou referente à abertura de contas, actualizações de dados dos Clientes, emissão de cartões de débito e ainda na adesão ao BFA Net. Esta participação foi determinante para garantir o sucesso dos novos circuitos e métodos de trabalho que, por sua vez, obrigou

ao redimensionamento da área e ao alargamento do horário de funcionamento, passando a funcionar ininterruptamente das 06h30 às 20h00.

#### Novo Sistema de Compensação de Cheques (SCC)

O ano de 2015 foi também marcado pela implementação do novo Sistema de Compensação de Cheques (SCC), no qual participam todos os Bancos que disponibilizam cheques aos seus Clientes. O SCC caracteriza-se por ser um sistema de compensação inteiramente electrónico, em que os cheques deixaram de ser trocados fisicamente entre os Bancos participantes, sendo substituído pelo envio da imagem dos cheques em formato digital. Todo o sistema é inteiramente electrónico e suportado pela troca de ficheiros entre os Bancos e a EMIS, entidade gestora da Camare de Compensação Automatizada de Angola (CCAA).

#### Reforço da Segurança e Mitigação do Risco

Em 2015 foi concluído o processo de migração de aplicações para o novo Centro de Processamento de Dados (CPD) na EMIS, o qual possui redundância total para todos os sistemas do BFA, incluindo sistema central e aplicações de suporte.

O CPD na EMIS representa uma iniciativa clara do Banco no que respeita à segurança e mitigação dos riscos relacionadas com os seus sistemas de informação. Estes sistemas são mantidos num ambiente de Alta Disponibilidade através do clustering das aplicações e serviços e pela replicação entre sistemas quando não é possível o clustering. Este sistema de Alta Disponibilidade é sujeito a testes periódicos e a respectivas validações.

Adicionalmente, este Centro de Processamento de Dados inclui um perímetro de segurança e telecomunicações de última geração, alinhado com as melhores práticas, permitindo que o BFA tenha índices de disponibilidade e segurança adequados com as exigências do mercado.

Ainda no âmbito da redução do risco de falha dos seus sistemas e infra-estruturas tecnológicas, e a consequente emergência de riscos para a continuidade do seu negócio,

o BFA reforçou as suas políticas de segurança através das seguintes iniciativas:

- Implementação de ligações de rede e físicas redundantes;
- Migração de softwares e sistemas operativos para versões mais recentes;
- Implementação de novos equipamentos de protecção (*firewalling*) e de telecomunicações (*networking*) no CPD;
- Reforço dos mecanismos de defesa a ataque informáticos;
- Melhoria da rede de comunicações;
- Foi alargada a utilização de ferramentas de distribuição centralizada de evoluções de software, reforçando a eficácia e controlo de risco operacional na gestão de versões.

Os procedimentos ao nível do controlo geral informático são revistos anualmente por uma empresa externa contratada para o efeito, permitindo, assim, identificar eventuais vulnerabilidades ou áreas que exijam reforço de intervenção.

### **Tratamento de Reclamações – Eficiência e Qualidade na Prestação de Serviços**

Em 2012 foi criada na Direcção de Organização e Formação, uma área de Tratamento de Reclamações, em resposta ao normativo estabelecido pelo Aviso n.º 2/11 do BNA. No final do ano 2014, com o início da operação da Linha de Atendimento BFA – 923 120 120 – esta área de Tratamento de Reclamações foi transferida para a Direcção de Marketing do Banco, dando origem a uma nova área de Serviço de Apoio ao Cliente.

A forte aposta no desenvolvimento de uma equipa de apoio ao cliente, espelha o compromisso assumido pelo BFA na melhoria das suas práticas e na qualidade do serviço prestado aos seus Clientes.

As reclamações de Clientes constituem um indicador importante na detecção do incumprimento e de incidências no que respeita ao risco operacional. Assim, estas são recepcionadas, tratadas e acompanhadas, de acordo com o definido em normativo interno.

De facto, o tratamento das reclamações de Clientes de forma eficiente e diligente possibilita uma gestão mais adequada do risco operacional em que o Banco incorre no exercício da sua actividade.

Em 2015 foram recebidas 2.279 reclamações (mais 1.407 reclamações que em 2014). Este aumento foi potenciado significativamente pela disponibilização e promoção da Linha de Atendimento BFA, a partir de Janeiro de 2015, que recebeu 44,6% do total de reclamações em 2015.

Do total de reclamações recebidas foram encerradas 2.208, o que se traduz num grau de eficiência de 96,9%.

O tempo médio de resposta foi de 34 dias, sendo que 81% foram respondidas em menos de 2 semanas.

<sup>3</sup> No decurso do 2º trimestre de 2015, a Direcção de Marketing em articulação com a Direcção de Auditoria, realizou um plano de trabalho específico para conclusão de reclamações com maior antiguidade. Como resultado, foi possível concluir 109 reclamações com um tempo médio de resposta de 519 dias.

# Risco de *Compliance*

## Evolução da estrutura de controlo interno para garantia do cumprimento dos normativos em vigor e aplicação das políticas de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

### O QUE É O RISCO DE COMPLIANCE E COMO SURGE?

A emergência de riscos de *compliance* é inerente a qualquer estrutura bancária e ao seu negócio, uma vez que este assenta numa base normativa e legal, orientada por regras definidas pelas diversas entidades de tutela e de supervisão, e por contratos assinados com parceiros de negócio e Clientes.

A detecção, gestão e mitigação eficaz dos riscos, provenientes do não cumprimento de tais normas, regulamentos e acordos, constituem instrumentos determinantes na gestão do risco reputacional, pois estas representam um dos principais pilares de orientação das actividades do Banco.

### COMO É GERIDO O RISCO DE COMPLIANCE?

#### Reforço do controlo interno na detecção e gestão do risco

A Direcção de *Compliance*, criada em Julho de 2012, tem vindo a desenvolver um conjunto de processos no âmbito das suas atribuições e a participar de forma activa na criação de procedimentos para mitigação do risco de Branqueamento de Capitais. Neste sentido, são funções da Direcção de *Compliance*, nomeadamente:

- A monitorização do cumprimento das políticas definidas para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A gestão e monitorização da implementação de um sistema de controlo interno relativo à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A comunicação de operações susceptíveis de configurar a prática do crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo às autoridades competentes;
- Servir de ponto de contacto entre o BFA e as autoridades de tutela em todas as matérias relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A centralização, análise e gestão das diversas comunicações recebidas pelo BFA em matéria de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A monitorização da regulamentação FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*).

A Direcção Jurídica do BFA detém ainda importantes funções neste âmbito, sendo responsável pela análise e divulgação dos normativos externos que apresentam impacto na actividade do Banco.

#### Conformidade com a legislação FATCA

O FATCA (*Foreign Account Tax Compliant Act*) é uma legislação Americana que tem como objectivo a prevenção da evasão fiscal de entidades (particulares e empresas), sujeitas a tributação nos Estados Unidos da América (*US Persons*), em relação aos rendimentos obtidos fora daquele país.

De forma a garantir a conformidade com o FATCA, o Governo Angolano estabeleceu em 2015 um acordo intergovernamental (*Intergovernmental Agreement – IGA*) com o IRS dos EUA. No âmbito deste acordo, as entidades financeiras angolanas comprometem-se, de forma resumida, a identificar os Clientes que sejam *US Persons*, isto é, pessoas sujeitas a impostos nos EUA, e a reportar dados e património desses Clientes anualmente às Autoridades Fiscais Americanas.

Em Julho de 2014, o BFA introduziu alterações nas suas aplicações informáticas de forma a identificar os Clientes *US Persons* e dessa forma integrar a primeira lista de instituições FATCA compliant. Para isso, foram alterados os procedimentos de abertura de contas e alteração de dados de entidades, com relevância para:

## I. Rede comercial

No processo de abertura e alteração de dados de uma entidade foram criados novos campos para permitir identificar se o cliente é ou não “US Person”, com características específicas para Clientes particulares e empresas.

## II. Direcção de Compliance

Para Clientes com indícios de serem “US Person”, a Direcção de *Compliance* recebe um alerta automático com os dados do processo de forma a desencadear as diligências que permitam a sua correcta classificação, mantendo-se a correspondente conta bloqueada até que esta Direcção conclua as devidas diligências e atribua a devida classificação.

## Políticas e procedimentos internos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

No âmbito das políticas de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, promulgadas na Lei n.º 34/11 e no Aviso n.º 22/2012 do BNA, o Banco tem desenvolvido mecanismos para garantir a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, nomeadamente através de:

- Publicação de Ordem de Serviço com as políticas internas sobre branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, visando em síntese:
  - Esclarecer conceitos e introduzir procedimentos que permitam exercer um maior e mais rigoroso controlo sobre as actividades económicas desenvolvidas pelo Banco e minimizar o risco de ser instrumentalizado para efeitos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo; e
  - Contribuir para o pleno cumprimento das obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicáveis e, assim, proteger a reputação do Banco, através da prevenção e detecção de operações realizadas por seu intermédio e suspeitas de serem enquadráveis nos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.
- Definição de processos e procedimentos para identificação de Clientes, procedendo nomeadamente à filtragem automática da base de dados de Clientes novos ou existentes, contra listas de Sanções Internacionais, recusando a abertura de conta a qualquer entidade nelas constante e/ou sempre que se justifique, com especial enfoque na abertura de contas de Organizações Não Governamentais e Entidades sem fins lucrativos, relativamente às quais é obrigatória a diligência reforçada aquando da abertura e alteração de contas, dependente de parecer da Direcção de *Compliance*;
- Atribuição à Direcção de *Compliance* da responsabilidade pelo controlo prévio e *a posteriori*, das operações de levantamentos e depósitos em numerário em todas moedas a partir de determinados montantes, executadas por entidades de alto risco; e
- Fiscalização do cumprimento dos procedimentos adoptados em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, igualmente executado pela Direcção de *Compliance*.

## QUAIS OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DE 2015?

Como forma de cumprir com os deveres de conhecimento do cliente e de diligência reforçada, prevenindo o seu envolvimento em situações de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo dispostos pelas instituições competentes, durante o ano de 2015 o BFA desenvolveu as seguintes actividades:

### I. Aprofundamento dos procedimentos de diligência reforçada de Clientes

O reforço dos procedimentos de diligência para entidades de alto risco, aquando da abertura e actualização de conta, asseguram um maior controlo na validação da legitimidade das instruções e maior facilidade na identificação de operações atípicas e que indiciem situações suspeitas de fraude. Neste sentido foram criados e actualizados diversos normativos internos com vista a melhorar os processos de controlo e mitigação do risco de fraude e branqueamento de capitais, nomeadamente:

- Actividades e profissões não Financeiras Designadas (Casinos, Entidades Pagadoras de Prémios de Apostas ou Lotarias, Negociadores de Metais Preciosos, Negociadores de Pedras Preciosas) e,
- Instituições Financeiras não Bancárias (Casas de Câmbio, Sociedades Cooperativas de Crédito, Sociedades de Cessão Financeira, Sociedades de Locação Financeira, Sociedades Mediadoras dos Mercados Monetários ou de Câmbios, Sociedades de Micro Crédito, Sociedades Prestadoras de Serviço de Pagamento, Sociedades Operadoras de Sistemas de Pagamentos, Compensação ou Câmara de Compensação, nos termos da Lei do Sistema de Pagamentos de Angola)

Assim, as entidades de alto risco são sujeitas a um acompanhamento e monitorização diariamente mapeado, espelhando todos os movimentos de valores igual ou superior em moeda nacional e ao equivalente a USD 15.000 e de operações da mesma natureza que perfaçam no total diário um valor igual ou superior a USD 15.000, com o intuito de identificar eventuais operações atípicas ou que possam indiciar suspeitas de actividades ilícitas.

Adicionalmente, a Direcção de *Compliance* deu início à criação de uma Lista Negra interna de Clientes do Banco, visados negativamente em processos como fraudes e outros esquemas ilícitos. Esta tem como objectivo a monitorização de todas as transacções de valores iguais, superiores ou o somatório do equivalente a USD 15.000. As entidades relacionadas na Lista Negra interna passaram a ser classificadas para monitorização também como entidades de alto risco.

À luz dos novos procedimentos estabelecidos para abertura e alteração de contas tituladas por entidades de alto risco passou a requerer o parecer de duas direcções do banco (Direcção Jurídica e Direcção de *Compliance*).

As casas de câmbio, em particular, foram sujeitas a um processo de actualização dos dados, tendo-lhes sido impostas pelo BFA algumas medidas como notificação e actualização até um prazo de 30 dias, sendo que o incumprimento do prazo conduziria à suspensão de relacionamento do BFA com as mesmas e posterior comunicação ao BNA sobre a

suspensão em detrimento do não cumprimento destas regras do combate ao Branqueamento de Capitais com o argumento da exposição ao risco que trariam ao Banco.

No âmbito da avaliação do relacionamento entre o Banco e as Organizações sem fins lucrativos, a Direcção de *Compliance* apurou que existem cerca de 500 contas associadas a estas entidades sem movimentos há vários anos. Foi proposto o encerramento das mesmas, cujo processo está a ser acompanhado pelas Direcções Comerciais e Direcção de Marketing.

## II. Constituição de novos controlos

A Direcção de *Compliance* é igualmente responsável pelo controlo de limites excedidos pelos Clientes particulares em operações com o estrangeiro. Com base no Aviso n.º 13/ 2013 relativo aos procedimentos a observar na realização de operações cambiais de invisíveis correntes, definindo o limite anual até AKZ 25.000.000 por pessoa e por viagem, independentemente do meio utilizado e até AKZ 12.000.000 para ajuda familiar por cada ano civil. Caso exista Clientes que ultrapassem os limites definidos, os mesmos devem ser remetidos para apreciação do Administrador do Pelouro. Assim, foi igualmente proposto às direcções com responsabilidades comerciais para elucidarem os comerciais sobre os montantes estipulados.

## III. Formações em Branqueamento de Capitais aos Colaboradores do Banco

No que respeita à formação em matérias de *Compliance*, o BFA continuou a investir na qualificação e preparação dos seus recursos, através de formações específicas sobre combate e prevenção ao Branqueamento de Capitais, que teve como principais objectivos garantir uma divulgação e conhecimento integral da Lei n.º 34/11 e Aviso n.º 22/2012 do BNA e dos procedimentos internos do BFA por todos os Colaboradores do Banco, nomeadamente no que respeita às obrigações e deveres de prevenção e repressão do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

O BFA iniciou a acção de formação no âmbito das políticas de Branqueamento de Capitais a todos Colaboradores do Banco em 2013, tendo sido continuada em 2015 para novos

Colaboradores da área comercial e serviços centrais, bem como para Colaboradores que não participaram nas sessões anteriores.

No seguimento do processo de formação, durante 2015 foram ministradas mais 13 secções de formação à Directores, Gerentes, Subgerentes e Colaboradores de “front office”, perfazendo um total de 524 formandos.

#### **IV. Nova directiva sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo**

Em 2015, o BNA publicou a Directiva n.º 01/DRO/DSI/15 sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo que incide no preenchimento de um questionário designado de “Questionário de Auto-Avaliação”, transversal a todas as Instituições Financeiras supervisionadas pelo BNA. Este questionário estabelece o programa de combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo implementado pelas Instituições Financeiras, incluindo a avaliação de riscos e a definição de políticas e procedimentos de mitigação dos mesmos.

Adicionalmente, o Ofício do BNA com a referência 2501/DSI/15 de 23 de Outubro, solicita que o Banco assine um compromisso formal comprometendo-se em implementar plena e efectivamente até 30 de Junho de 2016 os requisitos relacionados com a legislação em vigor sobre o combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





# 05

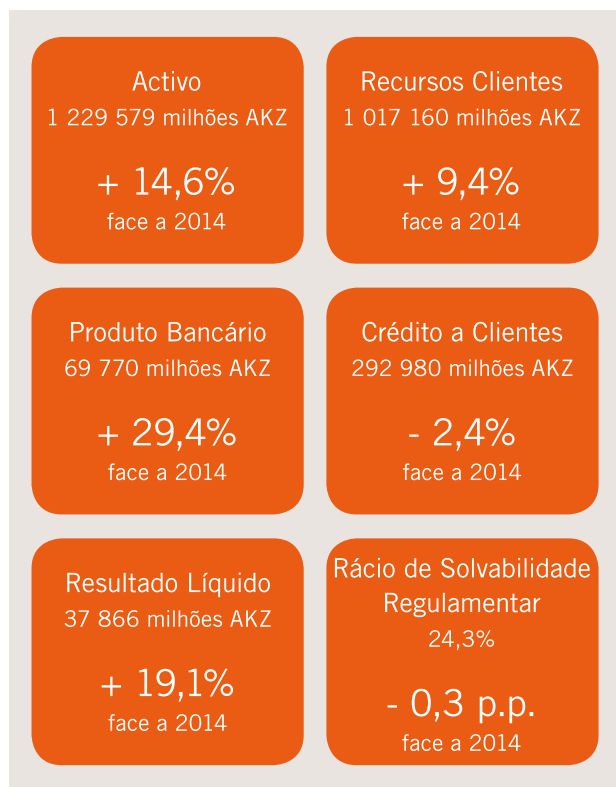
## **ANÁLISE FINANCEIRA**

Análise Financeira  
Proposta de Aplicação de Resultados

126  
137

# Análise Financeira

## Crescimento do activo e melhoria da rentabilidade



O BFA voltou a apresentar um desempenho financeiro positivo, com um crescimento global do Activo de 14,6%, atingindo os 1.229.579,2 milhões de AKZ (9.086,8 milhões de USD).

No que respeita ao Passivo, os Recursos de Clientes cresceram em 2015, com os Depósitos de Clientes a registarem um aumento de 9,4% relativamente ao ano transacto, passando de 929.382,2 milhões de AKZ para 1.017.159,6 milhões de AKZ no final de 2015. Devido à desvalorização da moeda nacional face ao USD, observou-se um decréscimo 9.035,1 milhões de USD para 7.517,0 milhões de USD.

O aumento dos Recursos de Clientes em moeda nacional foi particularmente significativo nos Recursos em Moeda Nacional, cujo peso na estrutura dos Recursos subiu 1 ponto percentual, continuando a superar o valor destes em Moeda Estrangeira.

O Produto Bancário registou uma subida significativa de 29,4% face a 2014, potenciada por subidas nas margens financeira e complementar, das quais se destacam os proveitos com os investimentos realizados, bem como os lucros de operações financeiras.

Ao nível do crédito, o valor da carteira de crédito total do BFA diminuiu face a 2014, tendo-se verificado um decréscimo de 2,4%. Esta diminuição foi particularmente potenciada pela diminuição da rubrica de Crédito a Clientes em Moeda Nacional que decresceu 19,8% face ao ano transacto, essencialmente justificada pelo pagamento excepcional de um crédito ao Ministério das Finanças no valor de 52,6 mil milhões de AKZ. No que respeita ao volume de Crédito por Assinatura, contrariamente ao observado em 2014, também se assistiu a um decréscimo de valor de cerca de 5,7%, o que representa uma diminuição de 3.481,3 milhões de AKZ (168,1 milhões de USD).

No que se refere à relação entre os Recursos e os Créditos, em virtude da subida mais acentuada dos depósitos face ao volume de crédito concedido, observou-se em 2015 uma descida no Rácio de Transformação, passando a situar-se nos 21,7%, o que reflecte um decréscimo de 3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

Não obstante o aumento do efeito fiscal sentido, originando o custo total em imposto de 3.657,8 milhões de AKZ (29,9 milhões de USD), o Resultado Líquido cresceu em 2015, atingindo os 37.866,2 milhões de AKZ (312,1 milhões USD), uma subida de 19,1% face a 2014.

<sup>4</sup> Dada a forte relação do mercado angolano com o Dólar, a análise financeira será apresentada em ambas as moedas: AKZ e USD. Não obstante, é importante referir que devido à significativa desvalorização da moeda nacional, por vezes, o aumento de uma rubrica em valor absoluto pode resultar numa variação positiva em AKZ e, ao mesmo tempo, resultar numa variação negativa em USD. Nestes casos, constata-se que o factor de desvalorização da moeda nacional face ao USD foi superior ao aumento da rubrica em moeda nacional. O inverso é igualmente verdade.

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar, calculado de acordo com o descrito pelo Instrutivo n.º 3/11 do BNA, atingiu os 24,3%, confortavelmente acima do mínimo de 10% exigido.

### Um Balanço Sólido com Elevados Níveis de Liquidez

O Activo Líquido do BFA aumentou 14,6% em 2015, o que reflecte um crescimento de 156.522,8 milhões de AKZ entre Dezembro de 2014 e o mesmo mês de 2015. Contrariando a tendência verificada no ano anterior, este crescimento foi essencialmente potenciado pela subida do volume de

Aplicações em Títulos, a maior componente do activo do BFA (39,6%), representando um aumento de 126.583,7 milhões de AKZ (96,6 milhões de USD). A segunda componente com maior peso no activo são as Disponibilidades e representaram um aumento de 62,1%, o equivalente a 117.590,4 milhões de AKZ (427,7 milhões de USD). No que respeita o volume de crédito concedido, ainda que tenha diminuído quando comparando com o ano de 2014, continua a ter um peso significativo no Balanço do BFA, totalizando cerca de 18% do total do activo, o correspondente a 220.796 milhões de AKZ (1.631,7 milhões de USD).

## BALANÇO DO BFA DE 2013 A 2015

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ% 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD		
<b>Activo Líquido</b>								
Disponibilidades	144 564,3	1 480,9	189 279,4	1 840,1	306 869,8	2 267,8	62,1%	23,2%
Aplicações totais	696 731,1	7 137,2	839 835,1	8 164,6	842 189,6	6 223,9	0,3%	-23,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	227 110,3	2 326,5	250 552,4	2 435,8	135 005,8	997,7	-46,1%	-59,0%
Crédito sobre Clientes	144 013,1	1 475,3	229 478,5	2 230,9	220 796,0	1 631,7	-3,8%	-26,9%
Aplicações em Títulos	325 607,8	3 335,5	359 804,1	3 497,9	486 387,8	3 594,5	35,2%	2,8%
Imobilizado Líquido	17 786,0	182,2	18 440,7	179,3	20 056,4	148,2	8,8%	-17,3%
Outros Activos	8 950,8	91,7	25 501,2	247,9	60 463,4	446,8	137,1%	80,2%
<b>Total do Activo</b>	<b>868 032,2</b>	<b>8 892,0</b>	<b>1 073 056,4</b>	<b>10 431,9</b>	<b>1 229 579,2</b>	<b>9 086,8</b>	<b>14,6%</b>	<b>-12,9%</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de Instituições de Crédito	2 014,7	2 014,7	3 673,7	35,7	8,6	0,1	-99,8%	-99,8%
Depósitos de Clientes	761 010,4	761 010,4	929 382,2	9 035,1	1 017 159,6	7 517,0	9,4%	-16,8%
Outros Passivos	17 294,3	17 294,3	31 393,1	305,2	81 822,1	604,7	160,6%	98,1%
Provisões para Riscos e Encargos	3 072,2	3 072,2	4 120,1	40,1	4 133,4	30,5	0,3%	-23,7%
Capitais Próprios e Equiparados	84 640,5	84 640,5	104 487,3	1 015,8	126 455,5	934,5	21,0%	-8,0%
<b>Total do Passivo e Capital</b>	<b>868 032,2</b>	<b>868 032,2</b>	<b>1 073 056,4</b>	<b>10 431,9</b>	<b>1 229 579,2</b>	<b>9 086,8</b>	<b>14,6%</b>	<b>-12,9%</b>

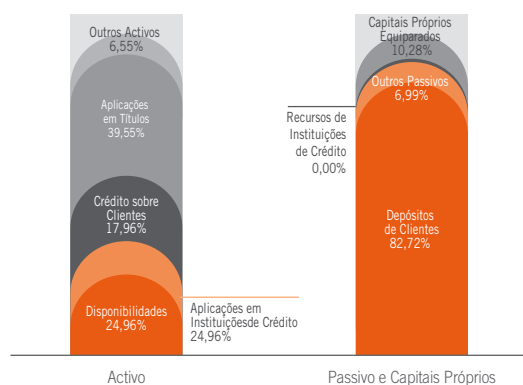
Do lado do Passivo, o crescimento foi maioritariamente explicado pela evolução nos Depósitos de Clientes, que representam 82,7% do Passivo e totalizaram um aumento de 87.777,4 milhões de AKZ face a 2014, o equivalente a um crescimento de 9,4%. Em USD observou-se uma diminuição dos depósitos no montante de 1.518,2 milhões de USD, o correspondente a uma queda de 16,8% face a 2014, devido à desvalorização do AKZ. A evolução positiva em moeda nacional retrata a capacidade de captação de recursos por

parte do BFA, a qual deriva do crescente empenho do Banco na fidelização dos Clientes e na oferta de produtos e serviços adequados às suas expectativas, fomentando uma maior proximidade com o Banco e melhorias contínuas na qualidade do atendimento.

Os Capitais Próprios e Equiparados apresentam uma variação positiva de 21% face a 2014, totalizando 126.455,5 milhões de AKZ no final de 2015. No que respeita ao USD, devido

à desvalorização do AKZ face ao mesmo, verificou-se uma variação negativa desta rubrica de 8%, totalizando 934,5 milhões de USD em 2015.

A análise à estrutura do Balanço do BFA, a Dezembro de 2015, ilustra o elevado nível de liquidez, o qual permite financiar quase na íntegra a estrutura do Activo, através da combinação dos Depósitos de Clientes e dos Capitais Próprios.



### Aumento do peso das Obrigações do Tesouro em MN

O volume total de títulos em carteira aumentou em 2015 cerca de 126.583,7 milhões AKZ (96,6 milhões de USD), o que representa uma variação positiva de 35% face a 2014.

Para tal, contribuiu o acréscimo no volume de Obrigações de Tesouro em Moeda Nacional que permitiu o aumento em 24.173,6 milhões de AKZ, quando comparado com 2014. Contrariamente, em USD, esta variação foi negativa tendo diminuído 186,3 milhões de USD. Adicionalmente, os Bilhetes do Tesouro detidos até ao vencimento e os Bilhetes de Tesouro da carteira de negociação contribuíram para a variação positiva da Carteira de Títulos do BFA, representando um crescimento de 17.179,9 milhões de AKZ e 48.171,4 milhões de AKZ, respectivamente. No respeito estas mesmas variações respectivamente em USD, verificou-se uma diminuição de 8,1 milhões de USD, devido à desvalorização do AKZ face ao USD, e um aumento de 294 milhões de USD. As Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira também aumentaram 77% face a 2014, o correspondente a um aumento de 39.836,3 milhões de AKZ (173,5 milhões de USD).

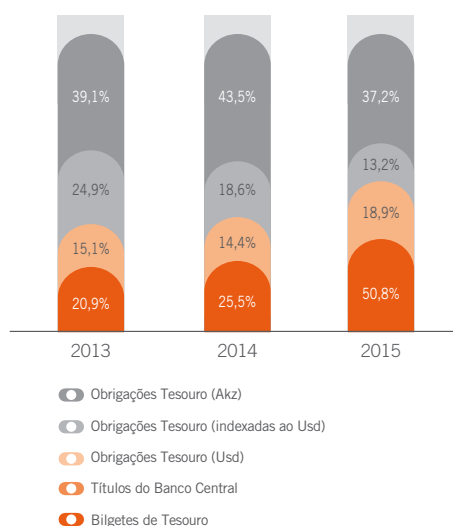
## CARTEIRA DE TÍTULOS

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>Carteira de Negociação</b>	<b>18 727,4</b>	<b>191,8</b>	<b>26 664,6</b>	<b>259,2</b>	<b>74 888,2</b>	<b>553,4</b>	<b>181%</b>	<b>113%</b>
Bilhetes do Tesouro	18 651,8	191,1	26 570,9	258,3	74 742,3	552,4	181%	114%
Outros	75,5	0,8	93,7	0,9	145,8	1,1	56%	18%
<b>Carteira de Detidos até ao Vencimento</b>	<b>306 880,4</b>	<b>3 143,7</b>	<b>333 139,5</b>	<b>3 238,7</b>	<b>411 499,7</b>	<b>3 041,0</b>	<b>24%</b>	<b>-6%</b>
Bilhetes do Tesouro	49 435,2	506,4	57 940,3	563,3	75 120,1	555,1	30%	-1%
Obrigações Tesouro (USD)	49 103,3	503,0	51 850,4	504,1	91 686,7	677,6	77%	34%
Obrigações Tesouro (IPC)	81 053,1	830,3	66 823,1	649,6	63 993,6	472,9	-4%	-27%
Obrigações Tesouro (Indexadas ao USD)	127 288,9	1 303,9	156 525,7	1 521,7	180 699,3	1 335,4	15%	-12%
Obrigações Tesouro (Akz)	127 288,9	1 303,9	52 404,9	546,9	127 288,9	1 303,9	757,1	757,1
<b>Total</b>	<b>325 607,8</b>	<b>3 335,5</b>	<b>359 804,1</b>	<b>3 497,9</b>	<b>486 387,8</b>	<b>3 594,5</b>	<b>35%</b>	<b>3%</b>

Em 2015, o BFA optou por privilegiar o investimento em títulos de Moeda Nacional, à semelhança do que havia já sido observado nos anos anteriores, os quais já representavam 68% da carteira de Títulos do BFA no final do ano em análise.

### Estrutura da Carteira de Títulos em Dezembro 2015



### Peso da Moeda Nacional no Crédito Concedido a Clientes

O volume de crédito total concedido a Clientes registou, em 2015, um decréscimo de 7.326,3 milhões de AKZ (754,3 milhões de USD), o que representa uma variação negativa de 2,4% face a 2014. Este decréscimo foi particularmente potenciado pela diminuição da rubrica de Crédito a Clientes em Moeda Nacional que decresceu 19,8% face ao ano transacto, essencialmente explicado pela amortização excepcional de um crédito ao Ministério das Finanças no valor de 52,6 mil milhões de AKZ.

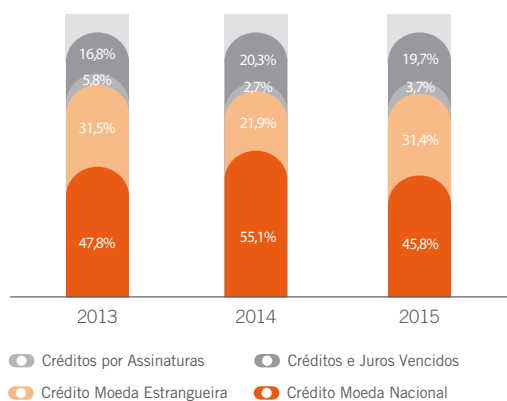
### EVOLUÇÃO DO CRÉDITO A CLIENTES

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>1. Crédito Total</b>	<b>184 302,2</b>	<b>1 888,0</b>	<b>300 306,5</b>	<b>2 919,5</b>	<b>292 980,2</b>	<b>2 165,2</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-25,8%</b>
1.1 Crédito sobre Clientes	146 372,0	1 499,4	231 245,3	2 248,1	224 671,7	1 660,4	-2,8%	-26,1%
Crédito Moeda Nacional	88 123,4	902,7	165 539,5	1 609,3	132 721,9	980,8	-19,8%	-39,1%
Crédito Moeda Estrangeira	58 248,6	596,7	65 705,7	638,8	91 949,7	679,5	39,9%	6,4%
1.2 Créditos e Juros Vencidos	6 982,3	71,5	7 981,7	77,6	10 710,3	79,2	34,2%	2,0%
1.3 Créditos por Assinatura	30 947,9	317,0	61 079,5	593,8	57 598,2	425,7	-5,7%	-28,3%
<b>2. Provisões Totais de Crédito</b>	<b>10 044,3</b>	<b>102,9</b>	<b>10 853,2</b>	<b>105,5</b>	<b>15 688,1</b>	<b>115,9</b>	<b>44,5%</b>	<b>9,9%</b>
2.1 Provisões Específicas	9 341,3	95,7	9 748,4	94,8	14 586,0	107,8	49,6%	13,7%
Para Crédito e Juros Vencidos	3 104,9	31,8	3 421,1	33,3	5 813,3	43,0	69,9%	29,2%
2.2 Para Riscos Gerais de Crédito	703,0	7,2	1 104,8	10,7	1 102,1	8,1	-0,2%	-24,2%
<b>3. Crédito Líquido de Provisões</b>	<b>144 013,1</b>	<b>1 475,3</b>	<b>229 478,5</b>	<b>2 230,9</b>	<b>220 796,0</b>	<b>1 631,7</b>	<b>-3,8%</b>	<b>-26,9%</b>
Do qual: Crédito e Juros Vencidos	3 877,4	39,7	4 560,6	44,3	4 897,0	36,2	7,4%	-18,4%
<b>4. Qualidade do Crédito</b>								
Crédito Vencido (% Crédito Total)	4,6%	4,6%	3,3%	3,3%	4,6%	4,6%	+1,3 p.p.	+1,3 p.p.
Cobertura por Provisões Totais	143,9%	143,9%	136,0%	136,0%	146,5%	146,5%	+10,5 p.p	+10,5 p.p

No que respeita ao volume de Crédito por Assinatura, contrariamente ao observado em 2014, também se assistiu a um decréscimo de valor de cerca de 5,7%, o que representa uma diminuição de 3.481,3 milhões de AKZ (168,1 milhões de USD).

### Estrutura da Carteira de Crédito



Embora o seu peso na estrutura global do Banco seja pouco significativo, contrariamente aos anos anteriores, assistiu-se em 2015 a um aumento absoluto do crédito

vencido em 2.728,6 milhões de AKZ (1,6 milhões de USD), essencialmente explicado pelo agravamento do incumprimento e respectiva desvalorização da moeda nacional face ao USD, o que representa um aumento de 1 ponto percentual na estrutura global do Banco. Este acréscimo do crédito vencido no peso da carteira de crédito associado à ligeira diminuição da própria carteira de crédito pela amortização excepcional de um crédito ao Ministério das Finanças no valor de 52,6 mil milhões de AKZ originou o aumento de 1,3 pontos percentuais no rácio de Crédito Vencido há mais de 30 dias, em percentagem do Crédito Total (excluindo crédito por assinatura), situando-se nos 4,6% em Dezembro de 2015.

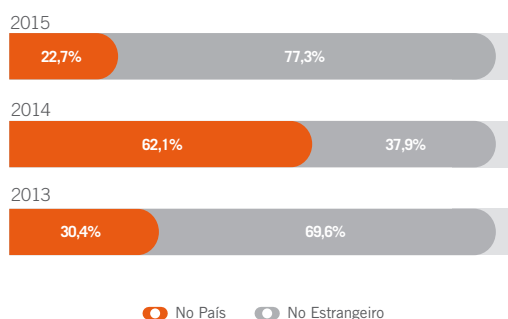
O rácio de cobertura do crédito e juros vencidos pelo total de provisões (genéricas e específicas) registou um aumento de mais de 10 pontos percentuais face a 2014.

### APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ% 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>Aplicações em IC's</b>	<b>227 110,3</b>	<b>2 326,5</b>	<b>250 552,4</b>	<b>2 435,8</b>	<b>135 005,8</b>	<b>997,7</b>	<b>-46,1%</b>	<b>-59,0%</b>
No País	69 137,4	708,2	155 489,4	1 511,6	30 611,1	226,2	-80,3%	-85,0%
No estrangeiro	157 972,9	1 618,3	95 063,1	924,2	104 394,7	771,5	9,8%	-16,5%
<b>Total</b>	<b>227 110,3</b>	<b>2 326,5</b>	<b>250 552,4</b>	<b>2 435,8</b>	<b>135 005,8</b>	<b>997,7</b>	<b>-46,1%</b>	<b>-59,0%</b>

### Composição Aplicações em Instituições de Crédito



### Recursos de Clientes

Os recursos de Clientes registaram uma evolução positiva de 9,4% face a 2014, atingindo os 1.017.159,6 milhões de AKZ em 2015. No entanto, em USD, devido à valorização do mesmo face à moeda nacional, verificou-se um decréscimo de 16,8%, diminuindo para 7.517 milhões de USD.

## EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE CLIENTES

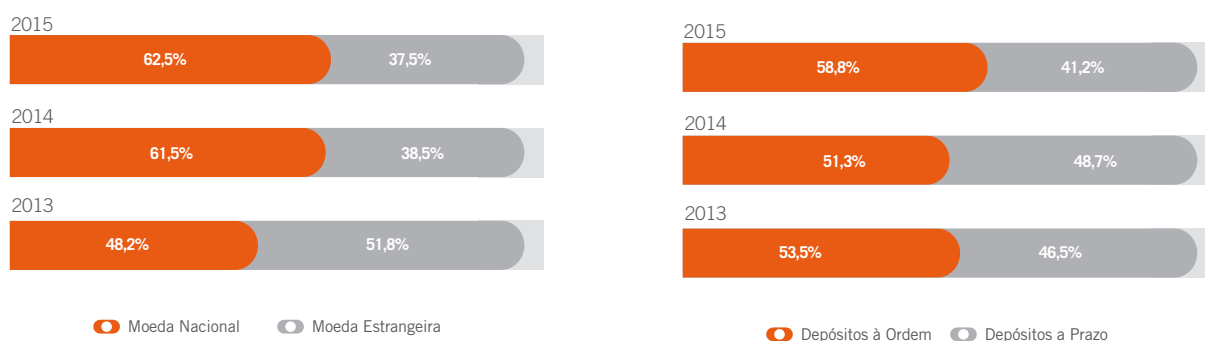
Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ% 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
<b>Depósitos à Ordem</b>	<b>406 997,3</b>	<b>4 169,2</b>	<b>476 482,2</b>	<b>4 632,2</b>	<b>598 026,0</b>	<b>4 419,5</b>	<b>25,5%</b>	<b>-4,6%</b>
Moeda Nacional	234 552,6	2 402,7	330 151,8	3 209,6	456 000,1	3 369,9	38,1%	5,0%
Moeda Estrangeira	172 444,8	1 766,5	146 330,5	1 422,6	142 025,9	1 049,6	-2,9%	-26,2%
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>354 013,1</b>	<b>3 626,5</b>	<b>452 900,0</b>	<b>4 402,9</b>	<b>419 133,7</b>	<b>3 097,5</b>	<b>-7,5%</b>	<b>-29,7%</b>
Moeda Nacional	132 497,7	1 357,3	241 017,5	2 343,1	179 422,9	1 326,0	-25,6%	-43,4%
Moeda Estrangeira	221 515,4	2 269,2	211 882,5	2 059,9	239 710,7	1 771,5	13,1%	-14,0%
<b>Total</b>	<b>761 010,4</b>	<b>7 795,7</b>	<b>929 382,2</b>	<b>9 035,1</b>	<b>1 017 159,6</b>	<b>7 517,0</b>	<b>9,4%</b>	<b>-16,8%</b>

Analisando a estrutura dos Depósitos à Ordem por moeda, verificou-se em 2015 um aumento de 38,1% no montante em Moeda Nacional, contrastando com uma redução de 2,9% no montante em Moeda Estrangeira. Tal inversão na tendência de distribuição destes depósitos por moeda é fruto da gradual “desdolarização” da economia angolana, fortemente impactada pelo Novo Regime Cambial.

A evolução dos Depósitos a Prazo foi contrária, os quais registaram em 2015 um decréscimo de cerca de 33.766,3 milhões de AKZ (1.305,5 milhões de USD), sendo que o montante aplicado em Moeda Nacional registou uma diminuição de 25,6% e o montante em Moeda Estrangeira evidenciou um aumento de 13,1%.

### Composição dos Depósitos de Clientes por Produto e Moeda

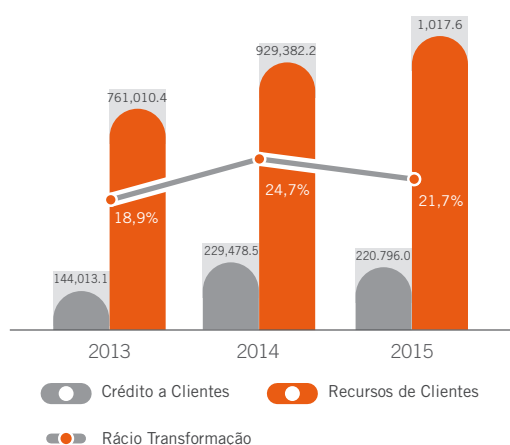


No global dos recursos constituídos sob a forma de depósitos, voltou a assistir-se a uma subida da importância relativa da Moeda Nacional, a qual é responsável pela composição de

62,5% dos Depósitos de Clientes, 1 ponto percentual acima do seu peso em 2014, mantendo-se superior ao peso relativo dos Recursos em Moeda Estrangeira.



### Rácio de Transformação



Contrastando com o aumento registado no ano transacto, em 2015 o Rácio de Transformação diminuiu para 21,7%. Esta variação negativa de 3 pontos percentuais deveu-se ao aumento dos Depósitos de Clientes (9,4%) conjugado com a diminuição da Carteira de Crédito Líquida de provisões (3,8%) por amortização excepcional de um crédito ao Ministério das Finanças no valor de 52,6 mil milhões de AKZ.

### Demonstração de Resultados e Aumento da Rentabilidade

O Lucro Líquido do BFA no final de 2015 cifrava-se nos 37.866,3 milhões de AKZ (312,1 milhões de USD), o que reflecte um crescimento em moeda nacional de 19,1% face ao Resultado Líquido obtido de 2014 e um decréscimo de 3,1% em USD devido à desvalorização da moeda nacional face ao mesmo.

## CONTA DE EXPLORAÇÃO

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ% 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
1. Margem Financeira [MF]=[P-C]	24 497,1	253,8	30 728,8	311,6	41 022,1	340,6	33,5%	9,3%
2. Margem Complementar [MC]	18 258,6	189,2	23 190,4	235,4	28 747,5	234,2	24,0%	-0,5%
<b>3. Produto Bancário [PB]=[MF+MC]</b>	<b>42 755,6</b>	<b>443,0</b>	<b>53 919,3</b>	<b>547,0</b>	<b>69 769,6</b>	<b>574,8</b>	<b>29,4%</b>	<b>5,1%</b>
4. Encargos Administrativos [EA]	14 675,6	152,1	16 939,6	171,9	21 422,8	176,7	26,5%	2,8%
<b>5. Cash Flow Exploração [PB-EA]</b>	<b>28 080,1</b>	<b>290,9</b>	<b>36 979,6</b>	<b>375,1</b>	<b>48 346,9</b>	<b>398,1</b>	<b>30,7%</b>	<b>6,1%</b>
6. Resultados Extraordinários [RX]=[G-P]	44,7	0,5	67,4	0,7	413,6	2,9	513,7%	328,0%
7. Resultado de Exploração [RE]=[PB-EA+RX]	28 124,7	291,3	37 047,1	375,8	48 760,5	401,0	31,6%	6,7%
8. Provisões e Amortizações [PA]	3 033,3	31,4	5 423,2	54,6	7 236,4	58,9	33,4%	7,9%
9. Resultados antes de Impostos [RA]=[RE-PA]	25 091,4	259,9	31 623,8	321,1	41 524,1	342,0	31,3%	6,5%
10. Impostos s/Lucros [IL]	1 192,8	12,6	-172,3	-0,8	-3 657,8	-29,9	2023,4%	3486,2%
11. Resultado do Exercício [RE]=[RA-IL]	23 898,6	247,3	31 796,1	322,0	37 866,3	312,1	19,1%	-3,1%
<b>12. Cash Flow do Exercício [CF]=[RE+PA]</b>	<b>26 932,0</b>	<b>278,7</b>	<b>37 219,3</b>	<b>376,6</b>	<b>45 102,7</b>	<b>371,0</b>	<b>21,2%</b>	<b>-1,5%</b>

P - Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos C - Custos de Instrumentos Financeiros Passivos G - Outros ganhos operacionais P' - Outras perdas operacionais

Pela análise às contas de exploração podemos constatar que tanto a margem financeira como a margem complementar cresceram em 2015, permitindo um aumento de 29,4% no Produto Bancário, o qual atingiu os 69.769,6 milhões de AKZ (574,8 milhões de USD).

Os custos com os Encargos Administrativos são predominantemente despendidos em moeda externa. Nesse sentido, devido à desvalorização da moeda nacional, observa-se uma subida significativa no valor em AKZ, representando um acréscimo de 26,5% face ao ano

transacto. No entanto, esta subida é de apenas 2,8% considerando a moeda em que os mesmos são liquidados. Em linha com o ano anterior, também o montante contabilizado para as Provisões e Amortizações registou um aumento de 33,4% comparado com 2014. Apesar do aumento dos custos, o resultado do exercício de 2015 evidenciou um aumento de 19,1% na moeda nacional relativamente ao ano anterior.

Destaca-se ainda o aumento do valor do imposto em 2015, o que representou um decréscimo de 3.657,8 milhões de AKZ (29,9 milhões de USD) ao Resultado do BFA. O aumento da carga fiscal para o Banco resultou quase inteiramente do imposto industrial.

## DECOMPOSIÇÃO DA RENTABILIDADE

Valores em % do activo total médio

ROA e ROE	2013	2014	2015
Taxa da margem financeira	3,1%	3,3%	3,7%
Lucros em Op. Financeiras	1,4%	1,6%	1,4%
Comissões e outros proveitos	0,8%	0,9%	0,9%
<b>Produto Bancário</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,7%</b>	<b>6,0%</b>
Encargos Administrativos	1,8%	1,8%	1,8%
<b>Resultado de exploração</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,9%</b>	<b>4,2%</b>
Provisões e amortizações	0,4%	0,6%	0,7%
Resultados extraordinários	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>3,1%</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,5%</b>
impostos sobre lucros	-0,1%	0,0%	0,2%
<b>Res. Liq. (ROA)</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,2%</b>
Multiplicador (ATM/FPM)	10,6	10,3	9,9
<b>Resultado Líquido atribuível aos accionistas (ROE)</b>	<b>31,7%</b>	<b>34,8%</b>	<b>32,0%</b>

Em 2015 registou-se uma ligeira diminuição da rentabilidade dos capitais do Banco, apresentando um ROE de 32%, menos 2,8 pontos percentuais ao verificado no ano anterior.

## EXPANSÃO DA MARGEM FINANCEIRA – EFEITO VOLUME E EFEITO PREÇO

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos [P]	35 011,6	362,8	44 413,3	450,3	56 366,6	469,3	11 953,3	19,0
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos [C]	10 514,5	109,0	13 684,4	138,6	15 344,5	128,7	1 660,0	-10,0
<b>Margem Financeira</b>	<b>24 497,1</b>	<b>253,8</b>	<b>30 728,8</b>	<b>311,6</b>	<b>41 022,1</b>	<b>340,6</b>	<b>10 293,3</b>	<b>29,0</b>

A Margem Financeira do BFA cresceu em 2015, registando um aumento de 10.293,3 milhões de AKZ (29 milhões de USD), o que se traduz numa variação positiva de 33,5% face ao valor registado no ano anterior.

Este crescimento é sobretudo devido ao aumento nos Proveitos, nomeadamente no que respeita aos Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e Crédito, que variaram positivamente em respectivamente 91%, 23% e 21%, e que permitiram uma subida de 19% nos proveitos financeiros.

Por outro lado, verificou-se um aumento nos Custos com a remuneração dos Depósitos de Clientes, os quais ascenderam a 14.194 milhões de AKZ (118,5 milhões de USD). Não obstante o aumento verificado nos custos, o valor dos proveitos permitiu ao BFA uma margem financeira de 41.022,1 milhões de AKZ (340,6 milhões de USD) em 2015.

Decompondo a evolução da Margem Financeira do BFA por volume de negócio (efeito volume) e de spread (efeito preço), seguindo a tendência de 2014, registou-se um efeito positivo, por via do efeito volume, proveniente do aumento da carteira de títulos do Banco, nomeadamente Obrigações e Bilhetes do Tesouro. Adicionalmente destaca-se que, à semelhança do registado em anos anteriores, os proveitos com o crédito concedido superou o custo com a remuneração dos recursos de Clientes (efeito preço), sendo o primeiro superior em 3.674,7 milhões de AKZ (19,8 milhões de USD).

## DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

Valores em Milhões

	Efeito Volume	Efeito Taxa	Δ
Activos Remunerados	4 360,0	7 593,3	11 953,3
Passivos Remunerados	220,9	1 439,1	1 660,0
<b>Δ Margem Financeira</b>	<b>4 139,1</b>	<b>6 154,2</b>	<b>10 293,3</b>

### Aumento Expressivo da Margem Complementar

Em 2015, a Margem Complementar do BFA registou um crescimento de cerca de 24% em linha com o acréscimo observado em 2014, cifrando-se nos 28.747,5 milhões de AKZ (234,2 milhões de USD). Esta variação foi motivada por um crescimento dos lucros em operações financeiras, resultante de uma progressiva desvalorização cambial do AKZ. Com menor expressão, para a variação apresentada contribuiu igualmente a subida dos outros proveitos líquidos, por via dos resultados de negociações e ajustes ao valor justo da venda de títulos a Clientes.

## EVOLUÇÃO DA MARGEM COMPLEMENTAR

Valores em Milhões

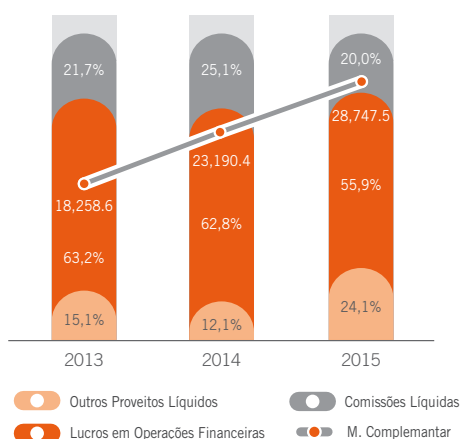
	2013		2014		2015		Δ% 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Lucros em Operações Financeiras	11 537,1	119,5	14 570,6	147,9	16 070,0	131,1	10,3%	-11,4%
Comissões Líquidas	3 962,3	41,1	5 823,3	59,1	5 735,5	46,7	-1,5%	-21,0%
Outros Proveitos Líquidos	2 759,2	28,6	2 796,6	28,4	6 941,9	56,5	148,2%	99,0%
<b>Margem Complementar</b>	<b>18 258,6</b>	<b>189,2</b>	<b>23 190,4</b>	<b>235,4</b>	<b>28 747,5</b>	<b>234,2</b>	<b>24,0%</b>	<b>-0,5%</b>

Desta forma, na sua composição, o destaque permanece nos Lucros em Operações Financeiras que, apesar do seu peso relativo ter diminuído 6,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior, representaram cerca de 55,9% do total da Margem Complementar, tendo aumentado de 14.570,6 milhões de AKZ para 16.070 milhões de AKZ em 2015, reflectindo um crescimento de 10,3% face ao período anterior. Em USD, esta variação foi negativa tendo variado 11,4% de 147,9 milhões de USD para 131,1 milhões de USD, consequência da desvalorização do AKZ face ao USD.

No que respeita às Comissões Líquidas, em 2015 sofreram uma diminuição de 1,5% em relação a 2014, totalizando 5.735,5 milhões de AKZ (46,7 milhões de USD). Esta diminuição aliada ao aumento das outras componentes da Margem Complementar provocaram a diminuição do seu peso em 5,2 pontos percentuais.

Os Outros Proveitos Líquidos ganharam relevância face a 2014, tendo o seu peso relativo aumentado 12,1 pontos percentuais, para um total de 6.941,9 milhões de AKZ (56,5 milhões de USD), o que significa uma contribuição de 24,1% para os resultados da Margem Complementar.

## Composição e Evolução da Margem Complementar



**Nota:** Margem Complementar em milhões de AKZ, apresentada na escala direita, estando as restantes rubricas em percentagem e apresentadas na escala esquerda.

Redução do Rácio *Cost-to-Income*

Parte considerável dos custos de estrutura são denominados em moeda externa. Nesse sentido, devido à desvalorização da moeda nacional, observa-se uma subida significativa em 2015 no valor em AKZ, passando de 19.585 milhões de AKZ para 25.043,8 milhões de AKZ em 2015, o que reflecte um crescimento de 27,9%. No entanto, em USD, esta subida não é tão expressiva, tendo aumentado de 198,7 milhões de USD para 206,6 milhões de USD em 2015, o que reflecte uma subida de apenas 4%.

Este aumento foi, na sua grande maioria, explicado pelos aumentos nos Custos com Pessoal e nos custos incorridos com os Fornecimentos e Serviços de Terceiros, em particular devido às rubricas de Água, Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Comunicação e Despesas de Expedição, Conservação e Reparação, Serviços Especializados de Informática, Segurança e vigilância, Cartões, ATM e Transportes.

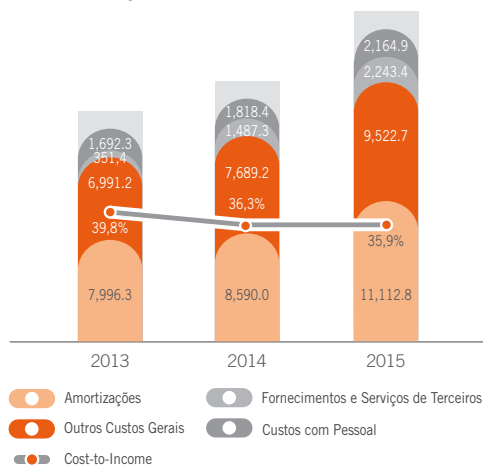
## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ% 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Custos com Pessoal (I)	7 996,3	82,9	8 590,0	87,2	11 112,8	91,6	29,4%	5,1%
Fornecimento e Serviços de Terceiros (II)	6 991,2	72,5	7 689,2	78,1	9 522,7	78,7	23,8%	0,8%
Outros Custos Gerais (III)	351,4	3,6	1 487,3	15,1	2 243,4	18,4	50,8%	22,1%
Custos de Funcionamento (IV = I+II+III)	15 338,8	159,0	17 766,6	180,3	22 878,9	188,7	28,8%	4,7%
Amortizações (V)	1 692,3	17,5	1 818,4	18,5	2 164,9	17,9	19,1%	-3,0%
<b>Custos de Estrutura (VI = IV+V)</b>	<b>17 031,1</b>	<b>176,6</b>	<b>19 585,0</b>	<b>198,7</b>	<b>25 043,8</b>	<b>206,6</b>	<b>27,9%</b>	<b>4,0%</b>
Recuperação de Custos (VII)	663,2	6,9	826,9	8,4	1 456,1	12,0	76,1%	43,1%
<b>Encargos Administrativos (VI-V-VII)</b>	<b>14 675,6</b>	<b>152,1</b>	<b>16 939,6</b>	<b>171,9</b>	<b>21 422,8</b>	<b>176,7</b>	<b>26,5%</b>	<b>2,8%</b>
Resultados Extraordinários	44,7	0,5	67,4	0,7	413,6	2,9	513,7%	328,0%
<b>Cost-to-income</b>	<b>39,8%</b>	<b>39,9%</b>	<b>36,3%</b>	<b>36,3%</b>	<b>35,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>-0,4 p.p</b>	<b>-0,4 p.p</b>

Não obstante, o crescimento registado no Produto Bancário foi suficiente para compensar os aumentos nos Custos de Estrutura e permitiu um decréscimo do Rácio Cost-to-Income do BFA para 35,9%, 0,4 pontos percentuais inferior ao observado para 2014.

### Evolução dos Custos de Estrutura



### Marco de Estabilidade e Segurança Financeira

O total de Capitais Próprios em Dezembro de 2015 atingiu os 126.455,5 milhões de AKZ o que representa 21.968,2 milhões de AKZ adicionais, ou seja, um aumento de 21% face ao ano anterior. No entanto, devido à desvalorização da moeda nacional face ao USD, esta rubrica apresentou uma variação negativa de 81,3 milhões de USD face a 2014, totalizando 934,5 milhões de USD em 2015.

**Nota:** Custos de Estrutura em milhões de AKZ, apresentada na escala esquerda, estando as restantes rubricas em percentagem e apresentadas na escala direita.

### CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS

Valores em Milhões

	2013		2014		2015		Δ% 14-15	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3 522,0	36,1	3 522,0	34,2	34,2	3 522,0	0,0%	-24,0%
Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Reservas	57 219,9	583,7	69 169,2	659,6	659,6	85 067,2	23,0%	-9,6%
Resultados Transitados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Resultados do Exercício	23 898,6	247,3	31 796,1	322,0	322,0	37 866,3	19,1%	-3,1%
<b>Total</b>	<b>84 640,5</b>	<b>867,0</b>	<b>104 487,3</b>	<b>1 015,8</b>	<b>1 015,8</b>	<b>126 455,5</b>	<b>21,0%</b>	<b>-8,0%</b>

À semelhança do observado em anos anteriores, os Fundos Próprios Totais voltaram a crescer, apresentando uma variação positiva de 21,2%, atingindo os 125.000 milhões de AKZ (923,8 milhões de USD) em 2015. Este crescimento é maioritariamente explicado pela evolução dos Fundos Próprios de Base e activos ponderados, que aumentaram respectivamente 21,3% e 15,1% em relação ao ano transacto.

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar, calculado de acordo com o descrito pelo Instrutivo n.º 3/11 do BNA, atingiu os 24,3%, confortavelmente acima do mínimo de 10% exigido.

### RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Valores em Milhões

	2013		2014		2015	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Activos Ponderados	276 788,9	2 835,4	370 070,2	3 597,7	3 597,7	425 762,5
Fundos Próprios de Base	82 331,9	843,4	102 503,0	996,5	996,5	124 373,1
Fundos Próprios Complementares	624,8	6,4	627,5	6,1	6,1	626,9
Total Fundos Próprios	82 956,6	849,8	103 130,4	1 002,6	1 002,6	125 000,0
<b>Rácio Solvabilidade *</b>	<b>30,0%</b>	<b>30,0%</b>	<b>27,9%</b>	<b>27,9%</b>	<b>27,9%</b>	<b>29,4%</b>
<b>Rácio Solvabilidade Regulamentar</b>	<b>25,8%</b>	<b>25,8%</b>	<b>24,0%</b>	<b>24,0%</b>	<b>24,0%</b>	<b>24,3%</b>

\* não se considerou o Coeficiente de Risco Cambial

# Proposta de aplicação dos resultados



O resultado obtido no exercício de 2015, no valor de 37.866.256.882,60 Kwanzas, terá a seguinte aplicação:

- Para reservas livres: um valor correspondente a 60% do resultado obtido, ou seja, 22.719.754.129,53 Kwanzas;
- Para dividendos: um valor correspondente a 40% do resultado obtido, ou seja, 15.146.502.753,02 Kwanzas.

O Conselho de Administração



# 06

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras	140
Notas às Demonstrações Financeiras	144
Relatório de Auditoria	188
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	190



# Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2015	2014
<b>ACTIVO</b>			
Disponibilidades	3	306 869 778	189 279 390
Aplicações de liquidez:			
Aplicações em instituições de crédito	4	125 967 818	150 902 141
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	4	<b>9 038 015</b>	<b>99 650 302</b>
		135 005 833	250 552 443
Títulos e Valores Mobiliários:			
Mantidos para negociação	5	74 888 156	26 664 645
Mantidos até o vencimento	5	<b>411 499 655</b>	<b>333 139 476</b>
		486 387 811	359 804 121
Operações cambiais	6	53 284 485	22 348 965
Instrumentos Financeiros Derivados	7	3 099 262	142 733
Créditos			
Créditos	8	235 381 926	239 226 919
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(14 585 970)	(9 748 392)
		<b>220 795 956</b>	<b>229 478 527</b>
Outros valores	9	4 079 642	3 009 491
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	10	467 365	381 593
Imobilizações corpóreas	10	19 050 144	17 707 592
	10	538 918	351 531
		<b>20 056 427</b>	<b>18 440 716</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>1 229 579 194</b>	<b>1 073 056 386</b>
<b>PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>			
Depósitos			
Depósitos à ordem	11	598 025 953	480 149 475
Depósitos a prazo	11	419 133 673	452 900 002
		<b>1 017 159 626</b>	<b>933 049 477</b>
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	12	8 572	6 480
Instrumentos financeiros derivados	7	3 798 920	284 231
Obrigações no sistema de pagamentos	13	4 806 032	3 187 488
Operações cambiais	6	55 915 609	22 152 089
Outras obrigações	14	17 301 531	5 769 286
Provisões para responsabilidades prováveis	15	4 133 428	4 120 068
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 103 123 718</b>	<b>968 569 119</b>
Capital social	16	3 521 996	3 521 996
Reserva de actualização monetária do capital social	16	450 717	450 717
Reservas e fundos	16	83 362 678	67 464 629
Resultados potenciais	16	1 253 828	1 253 828
Resultado líquido do exercício		37 866 257	31 796 097
<b>Total dos Fundos Próprios</b>		<b>126 455 476</b>	<b>104 487 267</b>
<b>Total do Passivo e dos Fundos Próprios</b>		<b>1 229 579 194</b>	<b>1 073 056 386</b>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2015	2014
Proveitos de Aplicações de Liquidez	21	3 843 128	4 237 822
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	21	30 811 826	22 863 899
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	21	1 288 699	406 271
Proveitos de Créditos	21	20 422 944	16 905 295
<b>Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos</b>		<b>56 366 597</b>	<b>44 413 287</b>
Custos de Depósitos	21	(14 194 032)	(13 351 083)
Custos de Captações para Liquidez	21	(25 442)	(23 536)
Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	21	(1 124 981)	(309 824)
<b>Custos de Instrumentos Financeiros Passivos</b>		<b>(15 344 455)</b>	<b>(13 684 443)</b>
<b>Margem Financeira</b>		<b>41 022 142</b>	<b>30 728 844</b>
<b>Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo</b>	5	<b>3 844 376</b>	<b>714 232</b>
<b>Resultados de Operações Cambiais</b>	22	<b>16 070 041</b>	<b>14 570 587</b>
<b>Resultados de Prestação de Serviços Financeiros</b>	23	<b>5 735 539</b>	<b>5 823 298</b>
<b>Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias</b>	15	<b>(4 587 350)</b>	<b>(2 664 016)</b>
<b>RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>62 084 748</b>	<b>49 172 945</b>
Pessoal	24	(11 112 813)	(8 590 011)
Fornecimentos de Terceiros	25	(9 522 651)	(7 689 191)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	26	(2 181 624)	(1 481 319)
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		(61 785)	(6 028)
Depreciações e Amortizações	10	(2 164 885)	(1 818 402)
Recuperação de Custos	27	1 456 090	826 905
<b>Custos Administrativos e de Comercialização</b>		<b>(23 587 668)</b>	<b>(18 758 046)</b>
<b>Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis</b>	15	<b>51 972</b>	<b>(940 800)</b>
<b>Outros Proveitos e Custos Operacionais</b>	28	<b>2 561 377</b>	<b>2 082 329</b>
<b>OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(20 974 319)</b>	<b>(17 616 517)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>41 110 429</b>	<b>31 556 428</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	29	<b>413 638</b>	<b>67 405</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS</b>		<b>41 524 067</b>	<b>31 623 833</b>
<b>ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE</b>	18	<b>(3 657 811)</b>	<b>172 264</b>
<b>RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO</b>		<b>37 866 256</b>	<b>31 796 097</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>37 866 257</b>	<b>31 796 097</b>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	Capital Social	Reserva de actualização monetária do capital social	Reservas e fundos	Resultados potenciais	Resultado do exercício	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>3 521 996</b>	<b>450 717</b>	<b>55 515 321</b>	<b>1 253 828</b>	<b>23 898 617</b>	<b>84 640 479</b>
Aplicação do resultado do exercício de 2013							
Constituição de reservas e fundos	16	-	-	11 949 308	-	(11 949 308)	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(11 949 309)	(11 949 309)
Resultado líquido do exercício	16	-	-	-	-	31 796 097	31 796 097
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>3 521 996</b>	<b>450 717</b>	<b>67 464 629</b>	<b>1 253 828</b>	<b>31 796 097</b>	<b>104 487 267</b>
Aplicação do resultado do exercício de 2014							
Constituição de reservas e fundos	16	-	-	15 898 049	-	(15 898 049)	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(15 898 048)	(15 898 048)
Resultado líquido do exercício	16	-	-	-	-	37 866 257	37 866 257
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>3 521 996</b>	<b>450 717</b>	<b>83 362 678</b>	<b>1 253 828</b>	<b>37 866 257</b>	<b>126 455 476</b>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	2015	2014
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	3 932 365	3 640 712
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	24 345 562	21 706 019
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	1 846 860	508 714
Recebimentos de Proveitos de Créditos	18 939 309	16 516 472
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	49 064 096	42 371 917
Pagamentos de Custos de Depósitos	(14 556 046)	(12 409 073)
Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	(25 442)	(23 536)
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	(1 124 981)	(309 824)
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	(15 706 469)	(12 742 433)
<b>FLUXO DE CAIXA DA MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>33 357 627</b>	<b>29 629 484</b>
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	3 844 376	714 233
Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais	14 485 331	9 661 103
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	5 735 539	5 823 298
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>57 422 873</b>	<b>45 828 118</b>
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(18 672 993)	(15 928 884)
Fluxo de Caixa de Outros Encargos sobre o Resultado	(3 657 811)	172 264
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	1 618 544	(1 595 540)
Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	1 530 652	1 559 887
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais	3 097 536	2 082 329
<b>RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(16 084 072)</b>	<b>(13 709 944)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES</b>	<b>41 338 801</b>	<b>32 118 174</b>
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	115 457 375	(22 845 045)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	(67 517 427)	(33 038 455)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	(30 935 522)	(15 448 163)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(46 076 639)	(86 402 630)
<b>FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(29 072 213)</b>	<b>(157 734 293)</b>
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(1 819 524)	(2 265 915)
Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	413 639	67 405
<b>FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>(1 405 885)</b>	<b>(2 198 510)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>(30 478 098)</b>	<b>(159 932 803)</b>
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	84 472 162	169 082 311
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	2 092	6 480
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	33 763 520	15 417 104
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>118 237 774</b>	<b>184 505 895</b>
Pagamentos de Dividendos	(11 508 089)	(11 976 173)
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>(11 508 089)</b>	<b>(11 976 173)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS</b>	<b>106 729 685</b>	<b>172 529 722</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>189 279 390</b>	<b>144 564 297</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>306 869 778</b>	<b>189 279 390</b>
<b>VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES</b>	<b>117 590 388</b>	<b>44 715 093</b>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

07

**NOTAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – MAKZ, excepto quando expressamente indicado)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BFA”), foi constituído por Escritura Pública de 26 de Agosto de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em banco de direito local.

Conforme indicado na Nota 16, o BFA é detido maioritariamente pelo Banco BPI, S.A. (Grupo BPI). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BPI encontram-se detalhados na Nota 19.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2015, de uma rede nacional de 166 agências, 7 postos de atendimento, 9 centros de investimento e 16 centros de empresas (154 agências, 7 postos de atendimento, 9 centros de investimento e 16 centros de empresas em 31 de Dezembro de 2014).

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, emitido pelo Banco Nacional de Angola. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com

base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2015	2014
1 USD	135,315	102,863
1 EUR	147,832	125,195

Variação cambial em 4 de Janeiro de 2016

Conforme referido acima, na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 o Banco utilizou para conversão para moeda nacional dos seus activos e passivos denominados em outras divisas, o câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em 31 de Dezembro de 2015.

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2015 e 4 de Janeiro de 2016, primeiro dia útil após 31 de Dezembro de 2015, o câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola sofreu uma variação significativa. Em 31 de Dezembro de 2015 e 4 de Janeiro de 2016, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	04-01-2016	31-12-2015
1 USD	155 612	135 315
1 EUR	169 664	147 832

Refira-se que, de acordo com comunicação do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do exercício de 2015 devem ser elaboradas com base nas taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Nacional de Angola em 31 de Dezembro de 2015.

O impacto da utilização das taxas de câmbio do Kwanza publicadas pelo Banco Nacional de Angola em 4 de Janeiro de 2016 nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 é apresentado nos quadros abaixo:

	04-01-2016			31-12-2015		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira <sup>(1)</sup>	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira <sup>(1)</sup>	Total
Disponibilidades	212.887.330	108.079.642	320.966.972	212.887.330	93.982.448	306.869.778
Aplicações de liquidez						
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	11.562.245	131.566.198	143.128.443	11.562.245	114.405.573	125.967.818
Compra de Títulos com Acordo de Revenda	9.038.015	-	9.038.015	9.038.015	-	9.038.015
	20.600.260	131.566.198	152.166.458	20.600.260	114.405.573	135.005.833
Títulos e Valores Mobiliários						
Mantidos para negociação	54.314.405	23.542.937	77.857.342	54.416.004	20.472.152	74.888.156
Mantidos até o vencimento	255.499.512	179.399.876	434.899.388	255.499.512	156.000.143	411.499.655
	309.813.917	202.942.813	512.756.730	309.915.516	176.472.295	486.387.811
Instrumentos financeiros derivados	3.099.262	-	3.099.262	3.099.262	-	3.099.262
Operações cambiais	51.482.619	2.072.143	53.554.761	51.482.619	1.801.866	53.284.485
Créditos						
Créditos	132.466.981	118.351.997	250.818.978	132.466.981	102.914.945	235.381.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.043.615)	(6.373.698)	(15.417.313)	(9.043.615)	(5.542.355)	(14.585.970)
	123.423.366	111.978.299	235.401.665	123.423.366	97.372.590	220.795.956
Outros valores	3.201.568	1.009.783	4.211.351	3.201.568	878.074	4.079.642
Imobilizações						
Imobilizações financeiras	104.778	416.974	521.752	104.778	362.587	467.365
Imobilizações corpóreas	19.050.144	-	19.050.144	19.050.144	-	19.050.144
Imobilizações incorpóreas	538.918	-	538.918	538.918	-	538.918
	19.693.840	416.974	20.110.814	19.693.840	362.587	20.056.427
<b>Total do Activo</b>	<b>744.202.162</b>	<b>558.065.851</b>	<b>1.302.268.013</b>	<b>744.303.761</b>	<b>485.275.433</b>	<b>1.229.579.194</b>
Depósitos						
Depósitos à ordem	455.980.898	163.351.551	619.332.449	455.980.898	142.045.055	598.025.953
Depósitos a prazo	179.422.930	275.666.912	455.089.842	179.422.930	239.710.743	419.133.673
	635.403.828	439.018.462	1.074.422.290	635.403.828	381.755.798	1.017.159.626
Captações para liquidez						
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	8.572	-	8.572	8.572	-	8.572
	8.572	-	8,572	8,572	-	8,572
Instrumentos financeiros derivados	3.798.920	-	3.798.920	3.798.920	-	3.798.920
Obrigações no sistema de pagamentos	1.800.582	3.456.262	5.256.844	1.800.582	3.005.450	4.806.032
Operações cambiais	699.052	63.498.939	64.197.991	699.052	55.216.557	55.915.609
Outras obrigações	10.041.952	8.348.502	18.390.454	10.041.952	7.259.579	17.301.531
Provisões para responsabilidades prováveis	733.773	3.909.597	4.643.370	733.773	3.399.655	4.133.428
<b>Total do Passivo</b>	<b>652.486.679</b>	<b>518.231.762</b>	<b>1.170.718.441</b>	<b>652.486.679</b>	<b>450.637.039</b>	<b>1.103.123.718</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>91.715.483</b>	<b>39.834.089</b>	<b>131.549.572</b>	<b>91.715.483</b>	<b>34.638.394</b>	<b>126.455.476</b>
<b>Fundos próprios</b>	<b>131.468.215</b>	<b>-</b>	<b>131.468.215</b>	<b>126.455.476</b>	<b>-</b>	<b>126.455.476</b>

<sup>(1)</sup> Inclui títulos em moeda nacional indexados a moeda estrangeira.

## 2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

### Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

### c) Pensões de reforma

Os Colaboradores do BFA estão abrangidos pela Lei n.º 7/04, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, e que prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os Colaboradores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários líquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o colaborador cesse funções. De acordo com o Decreto n.º 38/08, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os Colaboradores.

Nos termos do Artigo n.º 262 da Lei n.º 2/00, (Lei Geral do Trabalho), o BFA constituiu provisões para a cobertura de responsabilidades em matéria de “Compensação por

reforma”, as quais são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados.

Em 15 de Setembro de 2015, entrou em vigor a Lei n.º 7/15 (Nova Lei Geral do Trabalho), que veio revogar a Lei n.º 2/00. A Nova Lei Geral do Trabalho não faz referência à necessidade de constituição de provisões para a cobertura de responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma”. No entanto, e apesar da revogação da Lei n.º 2/00, o BFA continua a registar as provisões para a cobertura de responsabilidade em matéria de “Compensação por reforma” nos mesmos termos acima referidos.

Adicionalmente, o Banco concedeu aos seus empregados contratados localmente ou às suas famílias o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. Desta forma, por deliberação do Conselho de Administração do Banco e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, foi criado o “Plano Complementar de Pensões”, o qual se consubstanciava num plano de contribuições definidas. Este plano foi constituído inicialmente com parte do saldo da “Provisão para Responsabilidades Prováveis com Fundos de Pensões de Reforma”, consistindo as contribuições do BFA numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições era acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos (Nota 15). Em 2013, com referência ao último dia do ano, o Banco constituiu o “Fundo de Pensões BFA” para cobertura destas responsabilidades, tendo utilizado as provisões anteriormente constituídas, a título de contribuição inicial para o Fundo de Pensões BFA (Nota 15). Os montantes correspondentes aos direitos adquiridos no Plano Complementar de Pensões foram transferidos para o actual plano de pensões e convertidos em contribuições do participante. As contribuições do BFA para o Fundo de Pensões BFA consistem numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos.

Em 2013, com referência ao último dia do ano, o Banco constituiu o “Fundo de Pensões BFA” para cobertura destas

responsabilidades, tendo utilizado as provisões anteriormente constituídas, a título de contribuição inicial para o Fundo de Pensões BFA (Nota 15). Os montantes correspondentes aos direitos adquiridos no Plano Complementar de Pensões foram transferidos para o actual plano de pensões e convertidos em contribuições do participante. As contribuições do BFA para o Fundo de Pensões BFA consistem numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos.

#### d) Créditos

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros e comissões de reestruturação associadas a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As outras comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são reconhecidos nas rubricas de resultados no momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a Clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o Aviso n.º 4/2011, do Banco Nacional de Angola (publicado em Diário da República como Aviso n.º 3/2012), sobre a metodologia de classificação do crédito concedido a Clientes e a determinação das respectivas provisões.

#### Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

Nos termos do Aviso n.º 3/2012, as operações de crédito são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

Nível A: Risco nulo

Nível B: Risco muito reduzido

Nível C: Risco reduzido

Nível D: Risco moderado

Nível E: Risco elevado

Nível F: Risco muito elevado

Nível G: Risco de perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada no nível que apresentar maior risco.

O crédito vencido é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a tabela seguinte:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

Para os créditos concedidos a Clientes por prazo superior a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período acima indicado.

As operações de crédito sem incumprimento, que não foram registadas como crédito vencido, são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

- Nível A: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades. São também classificados inicialmente neste nível determinados créditos considerados pelo Banco como tendo risco nulo, atendendo às características dos respectivos mutuários e à natureza das operações;



- Nível B: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades; e
- Nível C: restantes créditos incluindo operações com outro tipo de garantias reais e operações apenas com garantia pessoal.

No âmbito da revisão regular das operações de crédito, incluindo operações com crédito vencido, o BFA efectua reclassificações de operações de crédito vencido para vincendo, com base numa análise das perspectivas económicas de cobrabilidade, atendendo nomeadamente à existência de garantias, ao património dos mutuários ou avalistas e à existência de operações cujo risco o BFA equipara a risco Estado.

Anualmente, o Banco abate ao activo os créditos classificados há mais de seis meses no Nível G, pela utilização da respectiva provisão (transferência do crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo a crédito, na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (Nota 8) e as provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias” (Nota 15).

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para um nível de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação, pagamento dos juros vencidos e de mora, ou em função da qualidade e valor de novas garantias apresentadas para a operação renegociada. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação são registados quando do seu efectivo recebimento.

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias, bem como não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o cliente regularize a situação.

#### **e) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios**

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiper-inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i) A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii) A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii) As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv) As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v) A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Desde o exercício de 2004, o Banco não procedeu à actualização do capital, reservas e resultados transitados, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

#### f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas, que correspondem principalmente a trespasses, despesas de constituição e software informático, são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, do Banco Nacional de Angola, sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, actualizar mensalmente o imobilizado com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente a crédito numa conta de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas do imobilizado.

Desde o exercício de 2008 o Banco não procedeu à actualização do imobilizado, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulte das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6 e 7

#### g) Bens não de uso próprio

Na rubrica “Bens não de uso próprio” são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

De acordo com o definido no CONTIF, o valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

#### h) Imobilizações financeiras

##### Participações em Coligadas e Equiparadas

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou equiparada).

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

##### Participações em Outras Sociedades

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

#### i) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, estes são classificados numa das seguintes categorias: mantidos até o vencimento, mantidos para negociação e disponíveis para venda.

### **Títulos mantidos até o vencimento**

Esta classificação compreende os títulos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro adquiridas a valor descontado são registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, é acrescida durante o período de vida do título com a especificação “Proveitos a receber”. Os juros corridos relativos a estes títulos são igualmente contabilizados com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título é reflectido na rubrica “Resultados de operações cambiais” e o resultado da actualização cambial do desconto e do juro corrido é reflectido na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

### **Títulos mantidos para negociação**

São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, esta carteira é maioritariamente constituída por dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

### **Títulos disponíveis para venda**

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica “Resultados potenciais – Ajustes ao Valor Justo em Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco não classificou títulos nesta categoria.

**Valor de mercado**

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, os Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano estão registados no balanço do BFA pelo respectivo valor de aquisição, por o Banco entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado ativo com transacções regulares.

**Classificação em classes de risco**

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

**Operações de venda de títulos com acordo de recompra**

Os títulos cedidos com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados no passivo na rubrica “Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra”. Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação “Custos a pagar”.

**Operações de compra de títulos com acordo de revenda**

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações de liquidez – Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

**j) Impostos sobre lucros**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

**Imposto corrente**

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

**Imposto diferido**

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

### **Imposto Industrial**

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%. Foi estabelecido um regime transitório que estipulou que a taxa de 30% fosse aplicável ao exercício de 2014.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou a Imposto Industrial, no caso das mais ou menos-valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital). Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

### **Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)**

Foi aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014, o novo Código do IAC com entrada em vigor a partir de 19 de Novembro de 2014.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco. A taxa varia entre 5% (no caso de juros recebidos relativamente a títulos de dívida que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à Associação Angolana de Bancos (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto

sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11.

Até 31 de Dezembro de 2014, o IAC tinha a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, operando esta compensação por via da dedução à colecta que viesse a ser apurada em sede de Imposto Industrial, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 81.º do Código do Imposto Industrial.

### **Imposto sobre o património**

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco, quando o seu valor é superior a mAKZ 5.000.

### **Outros impostos**

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

### **k) Provisões e contingências**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### **l) Instrumentos financeiros derivados**

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes.

Todos os instrumentos derivados são registados ao valor de mercado e as variações de valor reconhecidas em resultados. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (valor notional).

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura (hedge) ou de especulação e arbitragem, conforme a sua finalidade.

### 3. DISPONIBILIDADES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<b>CAIXA</b>		
Notas e moedas nacionais	21 309 607	21 519 533
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Dólares dos Estados Unidos	16 570 261	5 432 215
Em outras divisas	1 171 290	992 819
	<b>39 051 158</b>	<b>27 944 567</b>
Disponibilidades no Banco Central:		
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA):		
Em moeda nacional	191 214 834	75 726 013
Em Dólares dos Estados Unidos	25 562 267	78 404 280
	<b>216 777 101</b>	<b>154 130 293</b>
Disponibilidades em Instituições Financeiras no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	50 678 631	6 927 409
Cheques a cobrar - no país	362 888	277 121
	<b>306 869 778</b>	<b>189 279 390</b>

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados.

As reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 16/2015, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

Em 31 de Dezembro de 2015, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 25% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira.

Em 2 de Dezembro de 2015, foi publicado o Instrutivo n.º 19/2015 que alterou a elegibilidade dos activos para o cumprimento de reservas obrigatórias em moeda estrangeira. O Instrutivo n.º 19/2015, prevê que, para o cumprimento de reservas obrigatórias em moeda estrangeira, são elegíveis os seguintes activos com as respectivas ponderações: (i) saldo da conta de depósitos em moeda estrangeira domiciliada no Banco Nacional de Angola (20%); (ii) Obrigações do tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria do Banco emitidas em 2015 (80%). O presente instrutivo entrou em vigor em 7 de Dezembro de 2015, sendo que, o efectivo cumprimento da exigibilidade apenas deverá ocorrer a partir de 4 de Janeiro de 2016.

#### 4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	
	2015	2014	2015	2014
<b>OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO</b>				
<b>Aplicações em Instituições de crédito no estrangeiro:</b>				
Banco BPI, S.A.				
Em Dólares dos Estados Unidos	455 000 000	620 000 000	61 568 32	63 775 060
Em Euros	-	104 000 000	-	13 020 280
Em Libras Esterlinas	-	6 000 000	-	960 018
Em Coroas Norueguesas	-	12 000 000	-	166 284
Outras Instituições de crédito no estrangeiro	-	-	-	-
Em Dólares dos Estados Unidos	316 361 707	166 361 707	42 808 484	17 112 464
			<b>104 376 809</b>	<b>95 034 106</b>
<b>Aplicações em Instituições de crédito no país:</b>				
Banco Nacional de Angola:				
Em Kwanzas			-	27 600 000
Outras Instituições de crédito no país:				
Em Kwanzas			10 635 400	28 190 549
Em Dólares dos Estados Unidos			10 010 162	-
			<b>125 022 371</b>	<b>150 824 655</b>
Proveitos a receber			945 447	77 486
			<b>125 967 818</b>	<b>150 902 141</b>
<b>OPERAÇÕES DE COMPRA DE TÍTULOS DE TERCEIROS COM ACORDO DE REVENDA</b>				
Banco Nacional de Angola				
Em Kwanzas			9 000 000	98 655 091
Proveitos a receber			38 015	995 211
			<b>9 038 015</b>	<b>99 650 302</b>
			<b>135 005 833</b>	<b>250 552 443</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em instituições de crédito venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	31-12-2015	31-12-2014
Até três meses	125 967 818	148 769 407
De três meses a um ano	-	2 132 734
	<b>125 967 818</b>	<b>150 902 141</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em instituições de crédito venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2015	2014
Em Dólares dos Estados Unidos	0,66%	0,33%
Em Euros	n.a.	0,45%
Em Kwanzas	0,45%	6,56%
Em Libras Esterlinas	n.a.	0,45%
Em Coroas Norueguesas	n.a.	1,00%

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Até três meses	9 038 015	53 766 841
De três meses a um ano	-	45 883 461
	<b>9 038 015</b>	<b>99 650 302</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda venciam juros à taxa média anual de 6,73% e 4,50% (em Kwanzas), respectivamente.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

### TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio/desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
<b>TÍTULOS DE DÍVIDA</b>										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	76 146 960	69 781 986	5 338 124	-	75 120 110	-	6,26%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	63 637 442	62 227 563	827 586	959 705	64 014 854	-	7,73%
Não indexadas	A	Angola	AKZ	180 920 800	177 300 792	984 744	2 413 734	180 699 270	-	7,43%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	91 303 796	90 406 577	532 929	725 915	91 665 421	-	4,50%
				<b>412 008 998</b>	<b>399 716 918</b>	<b>7 683 383</b>	<b>4 099 354</b>	<b>411 499 655</b>	-	

	2014									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio/desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
<b>TÍTULOS DE DÍVIDA</b>										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	59,507,466	56 756 206	1 184 051	-	57 940 257	-	
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	66 942 431	66 071 624	884 104	867 558	66 823 286	-	7,71%
Não indexadas	A	Angola	AKZ	155 011 900	153 758 019	208 583	2 559 100	156 525 702	-	7,32%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	51 703 058	50 931 586	339 014	579 631	51 850 231	-	3,73%
				<b>333 164 855</b>	<b>326 517 435</b>	<b>2 615 752</b>	<b>4 006 289</b>	<b>333 139 476</b>	-	

A distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2015			2014		
	Valor de balanço			Valor de balanço		
	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total
Bilhetes do Tesouro	75 120 110	-	75 120 110	57 940 257	-	57 940 257
Títulos do Banco Central	-	-	-	-	-	-
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:						
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	64 014 854	-	64 014 854	66 668 219	155 067	66 823 286
Não indexadas	180 699 270	-	180 699 270	156 525 702	-	156 525 702
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	91 665 421	91 665 421	-	51 850 231	51 850 231
	<b>319 834 234</b>	<b>91 665 421</b>	<b>411 499 655</b>	<b>281 134 178</b>	<b>52 005 298</b>	<b>333 139 476</b>



Os títulos mantidos até o vencimento apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Activo corrente:		
Até três meses	55 380 464	18 691 417
De três a seis meses	53 968 546	30 471 195
De seis meses a um ano	80 051 018	59 626 640
	<b>189 400 028</b>	<b>108 789 252</b>
Activo não corrente:		
De um a três anos	135 834 144	174 059 197
De três a cinco anos	25 474 350	50 291 027
Superior a cinco anos	60 791 133	-
	<b>222 099 627</b>	<b>224 350 224</b>
	<b>411 499 655</b>	<b>333 139 476</b>

### TÍTULOS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição dos títulos mantidos para negociação é apresentada como segue:

	2015	2014
Títulos de dívida:		
Bilhetes do Tesouro	54.416.004	19 069 301
Obrigações do Tesouro	20.326.331	7 501 648
	<b>74.742.335</b>	<b>26 570 949</b>
Títulos de capital:		
Acções - Visa Inc. - Class C (Série I)	145.821	93.696
	<b>74.888.156</b>	<b>26.664.645</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco detém Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano (nível de risco A), para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus Clientes. Os Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro estão registados pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos de dívida mantidos para negociação apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Activo corrente:		
Até três meses	23.291.402	4.060.497
De três a seis meses	21.693.039	5.366.067
De seis meses a um ano	9.777.333	10.819.444
	<b>54.761.774</b>	<b>20.246.008</b>
Activo não corrente:		
De um a três anos	13.131.572	6.324.941
De três a cinco anos	6.848.989	-
	<b>19.980.561</b>	<b>6.324.941</b>
	<b>74.742.335</b>	<b>26.570.949</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos títulos de dívida mantidos para negociação inclui juros corridos no montante de 1.738.501 mAKZ e 539.297 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a carteira de títulos de capital mantidos para negociação refere-se a 13.896 e

3.474 acções Class C (Série I) da Visa Inc, respectivamente. O aumento verificado no número de acções é explicado pelo facto da Visa Inc. ter procedido ao fraccionamento das acções que constituem o seu capital social através da desmultiplicação do respetivo valor nominal (razão de 1 para 4). Estes títulos são valorizados de acordo com a respectiva cotação em mercado activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as variações de valor dos títulos mantidos para negociação e as valias realizadas pelo Banco resultantes de transacções destes títulos encontram-se registadas na rubrica de “Resultados de negociações e ajustes ao valor justo” da demonstração de

resultados. Esta rubrica inclui também mais-valias realizadas pelo Banco, no montante de 49.916 mAKZ, decorrentes de alienações em 2015 de títulos classificados na categoria de títulos mantidos até ao vencimento, cujo valor nominal ascendia a 17.715.000 mAKZ.

## 6. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Activo / Proveitos	Passivo / Custos	Líquido	Activo / Proveitos	Passivo / Custos	Líquido
Operações cambiais:						
Compra e venda de moedas estrangeiras	1 117 712	(1 091 423)	26 289	2 796 992	(2 797 299)	(307)
Operações cambiais a prazo	52 166 773	(54 824 186)	(2 657 413)	19 551 973	(19 354 790)	197 183
	<b>53 284 485</b>	<b>(55 915 609)</b>	<b>(2 631 124)</b>	<b>22 348 965</b>	<b>(22 152 089)</b>	<b>196 876</b>

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Instrumentos financeiros derivados:		
Proveitos a receber de instrumentos financeiros derivados	441 731	142 733
Reavaliação positiva de instrumentos financeiros derivados	2 657 531	-
	<b>3 099 262</b>	<b>142 733</b>
Custos a pagar de instrumentos financeiros derivados	(3 798 920)	(87 048)
Reavaliação negativa de instrumentos financeiros derivados	-	(197 183)
	<b>(3 798 920)</b>	<b>(284 231)</b>
	<b>(699 658)</b>	<b>(141 498)</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, os instrumentos financeiros derivados correspondem a vinte e cinco forwards cambiais contratados com sociedades não financeiras e têm prazos de maturidade entre os meses de Janeiro e Março de 2016. Em 31 de Dezembro de 2014, os instrumentos financeiros derivados correspondiam a dezasseis forwards cambiais

contratados com sociedades não financeiras e tinham os prazos de maturidade entre os meses de Janeiro e Março de 2015. de 2013, os instrumentos financeiros derivados correspondiam a cinco forwards, cambiais contratados com sociedades não financeiras e tinham os prazos de maturidade entre os meses de Janeiro e Maio de 2014.

## 8. CRÉDITOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Crédito interno:</b>		
Descobertos em depósitos à ordem:		
Em moeda nacional	1 572 184	316 174
Em moeda estrangeira	937 663	407 297
Outros créditos:		
Em moeda nacional	78 956 583	65 198 618
Em moeda estrangeira	23 123 696	12 742 033
Empréstimos:		
Em moeda nacional	50 599 957	99 491 863
Em moeda estrangeira	66 312 751	51 658 740
	<b>116 912 708</b>	<b>151 150 603</b>
<b>Crédito ao exterior</b>	<b>20 933</b>	<b>29 389</b>
Total de crédito vincendo	221 523 767	229 844 114
Crédito e juros vencidos:		
Capital e juros	10 710 251	7 981 662
<b>Total de crédito concedido</b>	<b>232 234 018</b>	<b>237 825 776</b>
Proveitos a receber de crédito concedido	3 147 908	1 401 143
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 15)	(14 585 970)	(9 748 392)
	<b>220 795 956</b>	<b>229 478 527</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, o crédito concedido a Clientes vence juros à taxa média anual de 10,89% para o crédito concedido em moeda nacional e de 6,44% para o crédito concedido em moeda estrangeira, respectivamente (10,34% em moeda nacional e 6,34% em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2014).

O prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até um ano	9 721 018	65 130 229
De um a três anos	21 587 958	23 440 284
De três a cinco anos	53 210 593	40 896 998
Mais de cinco anos	137 004 198	100 376 603
	<b>221 523 767</b>	<b>229 844 114</b>

O detalhe do crédito, excluindo proveitos a receber, por moeda apresentava a seguinte estrutura:

	2014	2013
Kwanzas	131 251 520	168 097 504
Dólares dos Estados Unidos	100 266 132	69 154 007
Euros	712 830	574 264
Outras moedas	3 536	1
	<b>232 234 018</b>	<b>237 825 776</b>

A carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura, por tipo de tomador e modalidade operacional:

	2015			2014		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Administração pública, defesa e						
Outras moedas	56 234 587	-	56 234 587	96 219 359	-	96 219 359
Empresas						
Empréstimos	34 430 549	1 604 864	36 035 413	20 204 212	1 185 121	21 389 333
Financiamentos	58 676 518	7 604 719	66 281 237	52 146 907	5 639 743	57 786 650
	93 107 067	9 209 583	102 316 650	72 351 119	6 824 864	79 175 983
Particulares						
Empréstimos	35 250 296	849 576	36 099 872	31 614 950	816 246	32 431 196
Financiamentos	36 931 817	651 092	37 582 909	29 658 686	340 552	29 999 238
	72 182 113	1 500 668	73 682 781	61 273 636	1 156 798	62 430 434
<b>Total</b>	<b>221 523 767</b>	<b>10 710 251</b>	<b>232 234 018</b>	<b>229 844 114</b>	<b>7 981 662</b>	<b>237 825 776</b>

A carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

Ano	Taxa Fixa	Taxa variável – Indexantes			Subtotal	Total
		Libor 3M	Libor 6M			
2015	213 716 485	5 857 609	12 659 924	18 517 533	232 234 018	
2014	227 720 078	1 260 072	8 845 626	10 105 698	237 825 776	

A composição da carteira de crédito (excluindo crédito vencido), garantias e créditos documentários (excluindo os garantidos por cativo de depósitos no Banco) por sectores de actividade económica é a seguinte:

Descrição	2015			2014		
	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (Nota 17)	%	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (Nota 17)	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	10 617 512	411 623	3,99%	9 906 546	1 060 889	3,78%
Indústrias extractivas	1 720 031	295 554	0,73%	1 566 301	13 198	0,54%
Indústrias transformadoras	11 754 291	13 729 627	9,22%	3 195 349	3 088 652	2,16%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	3 005 523	975 895	1,44%	3 215 445	679 997	1,34%
Construção	31 494 418	22 005 221	19,37%	26 153 722	32 145 568	20,05%
Comércio por grosso e retalho	11 767 348	3 890 197	5,67%	12 361 429	12 666 058	8,61%
Alojamento e restauração	3 705 987	-	1,34%	1 784 572	660 999	0,84%
Transportes, armazenagem e comunicações	9 931 426	10 165 978	7,28%	3 434 797	1 155 763	1,58%
Bancos e Seguros	293 314	2 505 228	1,01%	1 734 555	6 763 923	2,92%
Actividades imobiliárias, aluguer e serviços prestados por empresas	8 520 077	350 566	3,21%	3 476 306	245 710	1,28%
Administração púb., defesa e seg social obrigatória	56 234 587	12 021	20,36%	96 219 359	1 702 703	33,69%
Educação	709 536	406	0,26%	3 638 402	309	1,25%
Saúde e acção social	3 353 202	-	1,21%	721 519	74 432	0,27%
Actividades recreativas, culturais e desportivas	4 570 863	44 524	1,67%	861 088	14 963	0,30%
Outras empresas de serviços	337 790	225 206	0,20%	301 088	395 929	0,24%
Particulares	63 507 862	114 633	23,03%	61 273 636	176 519	21,14%
<b>Total</b>	<b>221 523 767</b>	<b>54 726 679</b>	<b>100%</b>	<b>229 844 114</b>	<b>60 854 610</b>	<b>100%</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 o maior devedor do Banco representa 44,99% dos Fundos Próprios Regulamentares e 24,22% do total da carteira de crédito. No entanto, apesar do maior devedor do Banco se encontrar acima do limite de 25% dos Fundos Próprios Regulamentares, conforme estipulado pelo Aviso n.º 8/2007, do BNA, tratam-se de operações com o Estado Angolano, representadas pelo Ministério das Finanças, tendo o BFA obtido autorização do BNA para esta situação por um período de 6 meses até Janeiro de 2016. Em Janeiro de 2016 o Banco solicitou prorrogação desta autorização por mais 6 meses. No âmbito do diálogo mantido com o Banco Nacional de Angola quanto a esta situação, o Banco foi informado que o novo Aviso relacionado com a definição de limites prudenciais sobre os grandes riscos foi já aprovado pelo Banco Nacional de Angola. Este novo Aviso irá revogar o Aviso n.º 8/2007 acima referido, e estabelece que as exposições sobre o Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais, ficam isentas dos limites dos grandes riscos. O novo Aviso aguarda publicação pela Imprensa Nacional de Angola para a correspondente entrada em vigor,

sendo expectativa do BFA que ocorra brevemente. A entrada em vigor do novo Aviso permite solucionar a situação de excesso actualmente existente.

Em 31 de Dezembro de 2015, o conjunto dos dez maiores devedores representava 37,63% do total da carteira de crédito (excluindo garantias e créditos documentários).

Em 31 de Dezembro de 2014, o maior devedor do Banco representava 94,1% dos Fundos Próprios Regulamentares e 40,81% do total da carteira de crédito. No entanto, à semelhança de 31 de Dezembro de 2015, apesar do maior devedor do Banco se encontrar acima do limite de 25% dos Fundos Próprios Regulamentares, conforme estipulado pelo Aviso n.º 8/2007, do BNA, tratavam-se de operações com o Estado Angolano, representadas pelo Ministério das Finanças, tendo o BFA obtido autorização do BNA para esta situação por um período de 6 meses até Junho de 2015. Em 31 de Dezembro de 2014, o conjunto dos dez maiores devedores representava 53,97% do total da carteira de crédito (excluindo garantias e créditos documentários).

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos (excluindo proveitos a receber) por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa:

	2015				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão média	Provisão
Classe A	73 112 096	4 044	73 116 140	0%	-
Classe B	1 888 954	5 500	1 894 454	1%	18 946
Classe C	137 904 445	703 001	138 607 446	3%	4 158 223
Classe D	1 442 043	660 041	2 102 084	10%	210 208
Classe E	1 763 929	2 997 969	4 761 898	27%	1 297 544
Classe F	3 836 861	3 584 381	7 421 242	60%	4 462 402
Classe G	1 575 439	2 755 315	4 330 754	100%	4 330 754
	<b>221 523 767</b>	<b>10 710 251</b>	<b>232 234 018</b>		<b>14 478 077</b>
Provisão para proveitos a receber					107 893
					<b>14 585 970</b>
Provisão para Prestação de Garantias (Notas 15 e 17)					1 102 145
					<b>15 688 115</b>

	2014				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão média	Provisão
Classe A	107 459 804	7 549	107 467 353	0%	-
Classe B	877 992	4 628	882 620	1%	8 826
Classe C	116 293 989	187 567	116 481 556	3%	3 494 447
Classe D	510 674	1 857 262	2 367 936	10%	236 794
Classe E	1 208 677	1 773 646	2 982 323	22%	670 957
Classe F	2 809 104	3 192 817	6 001 921	61%	3 675 417
Classe G	683 874	958 193	1 642 067	100%	1 642 067
	<b>229 844 114</b>	<b>7 981 662</b>	<b>237 825 776</b>		<b>9 728 508</b>
Provisão para proveitos a receber					19 884
					<b>9 748 392</b>
Provisão para Prestação de Garantias (Notas 15 e 17)					1 104 784
					<b>10 853 176</b>

O movimento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e para prestação de garantias em 2015 e 2014 é apresentado na Nota 15.

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2014 e 2015 é apresentado como segue:

Nível de risco	Dez. 2015								Total	Distribuição da carteira em 31.12.2014	
	A	B	C	D	E	F	G	Liquidações / amortizações			
Dez.14	A	<b>47,25%</b>	0,52%	0,78%	0,01%	0,02%	0,00%	0,00%	51,42%	<b>45,19%</b>	107 467 353
	B	8,12%	<b>0,00%</b>	13,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	78,23%	<b>0,37%</b>	882 620
	C	3,91%	0,72%	<b>77,16%</b>	0,50%	0,97%	2,35%	0,39%	14,00%	<b>48,98%</b>	116 481 556
	D	0,00%	0,00%	3,32%	<b>20,14%</b>	43,54%	2,40%	6,24%	24,36%	<b>1,00%</b>	2 367 936
	E	0,07%	0,00%	2,90%	0,03%	<b>41,29%</b>	5,50%	29,92%	20,30%	<b>1,25%</b>	2 982 323
	F	0,00%	0,00%	0,86%	0,14%	0,00%	<b>55,04%</b>	25,83%	18,13%	<b>2,52%</b>	6 001 921
	G	0,00%	0,00%	2,85%	0,02%	1,70%	1,10%	<b>48,39%</b>	45,93%	<b>0,69%</b>	1 642 067
<b>Total</b>	<b>23,29%</b>	<b>0,59%</b>	<b>38,31%</b>	<b>0,45%</b>	<b>1,45%</b>	<b>2,64%</b>	<b>1,61%</b>	<b>31,66%</b>	<b>100,00%</b>		
Distribuição da carteira de 31.12.2014 em 31.12.2015	55 399 874	1 396 593	91 105 391	1 073 040	3 450 897	6 281 311	3 834 567	75 284 103		237 825 776	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2014, no montante de 237.825.776 mAqZ, 62% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 2,43% dos créditos diminuíram de nível de risco e 4,33% migraram para níveis de risco mais gravosos.

Mantidos no nível		Transitaram para outros níveis		Total
Em dívida	Liquidações / amortizações	Mais gravosos	Menos gravosos	
61,58%	31,66%	4,33%	2,43%	100,00%

Os créditos classificados nos níveis D, E e F, que representavam 4,77% do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2014, foram os que mais se deterioraram no período em termos relativos, com migração dos seus montantes iniciais para níveis de maior risco, de 52,18%, 35,42% e 25,83%, respectivamente.

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2013 e 2014 é apresentado como segue:

Nível de risco	Dez. 2014								Total	Distribuição da carteira em 31.12.2013	
	A	B	C	D	E	F	G	Liquidações / amortizações			
Dez.13	A	<b>75,61%</b>	0,04%	1,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	23,17%	<b>19,29%</b>	29 380 076
	B	71,03%	<b>0,00%</b>	11,07%	0,00%	0,20%	0,00%	0,00%	17,70%	<b>0,81%</b>	1 236 608
	C	1,33%	0,25%	<b>76,33%</b>	1,16%	0,84%	0,90%	0,17%	19,03%	<b>71,43%</b>	108 809 232
	D	0,00%	0,00%	5,95%	<b>45,09%</b>	9,78%	5,01%	2,13%	32,05%	<b>1,11%</b>	1 688 406
	E	0,00%	0,00%	10,29%	0,00%	<b>43,51%</b>	22,00%	6,16%	18,04%	<b>2,29%</b>	3 492 617
	F	0,00%	0,00%	0,36%	0,00%	0,09%	<b>47,21%</b>	4,72%	47,62%	<b>4,08%</b>	6 210 906
	G	0,00%	0,00%	2,59%	1,53%	2,64%	4,41%	<b>56,53%</b>	32,29%	<b>0,99%</b>	1 504 158
<b>Total</b>	<b>16,11%</b>	<b>0,18%</b>	<b>55,19%</b>	<b>1,34%</b>	<b>1,74%</b>	<b>3,17%</b>	<b>1,04%</b>	<b>21,23%</b>	<b>100,00%</b>		
Distribuição da carteira de 31.12.2013 em 31.12.2014	24 536 134	280 699	84 061 831	2 041 593	2 645 997	4 830 209	1 580 688	32 344 853		152 322 003	

## 9. OUTROS VALORES

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2013, no montante de 152.322.003 mAKZ, 73% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 2,13% dos créditos diminuíram de nível de risco e 3,54% migraram para níveis de risco mais gravosos.

Mantidos no nível		Transitaram para outros níveis		Total
Em dívida	Liquidações / amortizações	Mais gravosos	Menos gravosos	
73,09%	21,23%	3,54%	2,13%	100,00%

Os créditos classificados nos níveis D e E, que representavam 3,40% do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2013, foram os que mais se deterioraram no período em termos relativos, com migração dos seus montantes iniciais para níveis de maior risco, de 16,92% e 28,17%, respectivamente.

A distribuição dos créditos por antiguidade de atraso apresenta o seguinte detalhe:

Classe de risco	2015				2014			
	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias <sup>1</sup>	Atraso superior a 60 dias <sup>1</sup>	Total	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias <sup>1</sup>	Atraso superior a 60 dias <sup>1</sup>	Total
A	71 877 427	1 238 713	-	73 116 140	106 921 182	545 183	988	107 467 353
B	1 239 551	654 903	-	1 894 454	819 596	63 024	-	882 620
C	131 812 429	5 255 678	1 539 339	138 607 446	111 429 404	4 336 855	715 297	116 481 556
D	918 746	39 879	1 143 459	2 102 084	302 838	64 758	2 000 340	2 367 936
E	514 779	491 475	3 755 644	4 761 898	454 856	341 381	2 186 086	2 982 323
F	3 127 497	25 320	4 268 425	7 421 242	1 185 700	12 910	4 803 311	6 001 921
G	108 221	423 144	3 799 389	4 330 754	45 081	12 026	1 584 960	1 642 067
	<b>209 598 650</b>	<b>8 129 112</b>	<b>14 506 256</b>	<b>232 234 018</b>	<b>221 158 657</b>	<b>5 376 137</b>	<b>11 290 982</b>	<b>237 825 776</b>

<sup>1</sup> Inclui prestações vencidas e por vencer.

Foram consideradas como operações de crédito renegociado as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento.

No contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas. Até ao momento, foram identificados os seguintes Clientes com operações renegociadas, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (montantes referentes a Clientes com operações reestruturadas a partir do exercício de 2009, inclusive):

	2015					2014				
	Crédito		Total	Provisões	Saldo líquido	Crédito		Total	Provisões	Saldo líquido
Vincendo	Vencido	Vincendo				Vencido				
Empresas	8 373 051	4 330 420	12 703 471	(4 968 673)	7 734 799	8 916 832	3 447 436	12 364 268	(3 307 743)	9 056 526
Particulares	131 578	94 629	226 207	(192 639)	33 568	189 686	58 174	247 860	(82 053)	165 806
	<b>8 504 629</b>	<b>4 425 049</b>	<b>12 929 678</b>	<b>(5 161 312)</b>	<b>7 768 366</b>	<b>9 106 518</b>	<b>3 505 610</b>	<b>12 612 128</b>	<b>(3 389 796)</b>	<b>9 222 332</b>

No exercício de 2015 o Banco procedeu ao abate ao activo ("write-off") de créditos classificados no nível de risco G no montante de 1.072.725 mAKZ tendo utilizado provisões para créditos de liquidação duvidosa no mesmo montante. No exercício de 2014 o Banco procedeu ao abate ao activo ("write-off") de créditos classificados no nível de risco G no montante de 2.060.320 mAKZ, tendo utilizado provisões para créditos de liquidação duvidosa no mesmo montante.

No exercício de 2015 e 2014, verificaram-se recuperações de crédito e juros anteriormente anulados ou abatidos ao activo no montante de 253.037 mAKZ e 323.398 mAKZ, respectivamente (Nota 28).



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<b>OUTROS VALORES DE NATUREZA FISCAL</b>		
Activos fiscais diferidos por diferenças temporárias (Nota 18)	749 027	568 266
Crédito fiscal	477 306	408 510
Outros	1 917	7 618
	<b>1 228 250</b>	<b>984 394</b>
<b>OUTROS VALORES DE NATUREZA CÍVEL</b>		
Devedores por prestação de serviços	-	-
Devedores diversos:		
Sector público administrativo	896 195	431 640
Sector privado – empresas	-	47 905
Sector privado – trabalhadores	19 832	19 569
Sector privado – particulares	24 169	24 458
Aquisição em curso	342 724	85 035
Outros devedores	623 001	464 914
	<b>1 905 921</b>	<b>1 073 521</b>
<b>OUTROS VALORES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO</b>		
Antecipação de salários	-	-
Despesas antecipadas:		
Rendas e alugueres	238 726	212 887
Seguros	27 255	21 506
Outras	195 044	71 272
	<b>461 025</b>	<b>305 665</b>
Material de expediente	137 527	141 449
Outros adiantamentos		
Falhas de caixa	2 177	2 324
Operações activas a regularizar	280 517	229 198
Outras	4 434	6 010
	<b>287 128</b>	<b>237 532</b>
Bens que não de uso próprio		
Imóveis	59 791	244 998
Equipamento	-	21 932
	<b>59 791</b>	<b>266 930</b>
	<b>4 079 642</b>	<b>3 009 491</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Outros Valores de Natureza Fiscal - Imposto industrial - Liquidação provisória” no montante de 477.306 mAKZ corresponde à obrigação fiscal de pagamento antecipado de imposto industrial de 2015, que corresponde a 2% do Produto Bancário do Banco no primeiro semestre de 2014. Em 13 de Agosto de 2015, o Banco liquidou o respectivo montante.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Outros Valores de Natureza Fiscal – Crédito Fiscal” no montante de 408.510 mAKZ, correspondia ao valor ainda não deduzido pelo Banco, a título de crédito fiscal no âmbito do imposto industrial, após considerar: (i) as liquidações provisórias pagas em 2014 e referentes ao exercício de 2013; e (ii) o imposto liquidado em excesso relativo aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008 no montante de 813.093 mAKZ (Nota 18). O referido montante foi deduzido na liquidação do imposto industrial referente ao exercício de 2014 que ocorreu em Maio de 2015.

## 10. IMOBILIZAÇÕES

### IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

2015					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
<b>PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:</b>					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
<b>PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES:</b>					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	59 150	6,50%	
Participação no capital					59 150
Prestações acessórias					313 985
Suprimentos					15 155
Juros suprimentos e prestações acessórias					37 768
					<b>426 058</b>
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	40 595
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
<b>Subtotal participações em outras sociedades</b>					<b>466 990</b>
<b>Total imobilizações financeiras</b>					<b>467 365</b>

2014					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
<b>PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:</b>					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
<b>PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES:</b>					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	59 150	6,50%	
Participação no capital					60 314
Prestações acessórias					240 419
Suprimentos					11 521
Juros suprimentos e prestações acessórias					37 768
					<b>350 022</b>
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	30 859
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
<b>Subtotal participações em outras sociedades</b>					<b>381 593</b>
<b>Total imobilizações financeiras</b>					<b>381 593</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o BFA detém uma participação de 6,50% no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), tendo igualmente prestado suprimentos a esta entidade durante os exercícios de 2004 e 2003, os quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

A participação do Banco na EMIS (incluindo prestações acessórias e suprimentos) encontra-se valorizada pelo custo de

aquisição deduzido da provisão para perdas por imparidade, constituída e utilizada em exercício anteriores.

Durante o exercício de 2007, o Banco realizou prestações acessórias de USD 250.500, conforme decisão da Assembleia Geral

da EMIS de 16 de Novembro de 2007, as quais a partir de 1 de Janeiro de 2008 vencem juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um spread de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da EMIS realizada em 16 de Janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital no valor de USD 3.526.500 a realizar pelos accionistas, em proporção da participação detida, até 16 de Dezembro de 2010. Durante o exercício de 2010, o Banco efectuou o pagamento no valor total de USD 108.000.

No exercício de 2010, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 16 de Julho de 2010 foi deliberado o reforço de prestações acessórias no montante de USD 2.000.000, cabendo ao BFA o montante de USD 117.647. De acordo com a mesma decisão, estas prestações acessórias não são remuneradas.

Em Assembleia Geral da EMIS de 9 de Dezembro de 2011 foi deliberado o aumento de capital no contravalor em Kwanzas de USD 4.800.000 e o reforço de prestações acessórias remuneradas até ao contravalor em Kwanzas de USD 7.800.000.

Foi igualmente decidido em Assembleia Geral que o Capital Social passasse a ser denominado em Kwanzas, e que terminasse a paridade entre os accionistas, passando

as participações a ter em conta o grau de utilização dos serviços da EMIS por cada accionista.

O aumento de capital foi realizado pelos accionistas no decorrer do exercício de 2012, tendo o BFA contribuído com 53.099 mAKZ. As prestações acessórias remuneradas foram realizadas pelos accionistas também durante o exercício de 2012, tendo a prestação do BFA ascendido a 193.189 mAKZ. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral da EMIS, estas prestações são remuneradas à taxa de referência do BNA.

No exercício de 2013, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 9 de Dezembro de 2011 foi deliberado o reforço de prestações acessórias não remuneradas no montante de USD 1.400.000, cabendo ao BFA o montante de USD 73.684.

As participações na Bolsa de Valores e Derivativos de Angola e Instituto do Mercado de Capitais encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Durante o exercício de 2015 e 2014, estas sociedades não distribuíram dividendos.

## IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Estas rubricas apresentam o seguinte movimento durante os exercícios de 2014 e 2013:

	2015						Saldos em 31.12.2015		
	Saldos em 31.12.2014		Aumentos	Transferências	Abates, Alienações e outros	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
	Activo bruto	Amortizações acumuladas							
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>									
Imóveis de uso	19 365 872	(5 690 135)	2 331 508	641 520	(969 666)	(721 183)	21 369 234	(6 411 318)	14 957 916
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	9 749 517	(6 660 340)	1 507 329	-	(11 979)	(1 194 791)	11 244 867	(7 855 131)	3 389 736
Imobilizações em curso	942 678	-	417 057	(641 520)	(15 723)	-	702 492	-	702 492
	<b>30 058 067</b>	<b>(12 350 475)</b>	<b>4 255 894</b>	-	<b>(997 368)</b>	<b>(1 915 974)</b>	<b>33 316 593</b>	<b>(14 266 449)</b>	<b>19 050 144</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	1 076 450	(724 919)	436 298	-	-	(248 911)	1 512 748	(973 830)	538 918
Gastos de organização e expansão	101 571	(101 571)	-	-	-	-	101 571	(101 571)	-
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-	-	93 923	(93 923)	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-	-	29	(29)	-
	<b>1 271 973</b>	<b>(920 442)</b>	<b>436 298</b>	-	-	<b>(248 911)</b>	<b>1 708 271</b>	<b>(1 169 353)</b>	<b>538 918</b>
	<b>31 330 040</b>	<b>(13 270 917)</b>	<b>4 692 192</b>	-	<b>(997 368)</b>	<b>(2 164 885)</b>	<b>35 024 864</b>	<b>(15 435 802)</b>	<b>19 589 062</b>

	2014						Saldos em 31.12.2014		
	Saldos em 31.12.2013		Aumentos	Transferências	Abates, Alienações e outros	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
	Activo bruto	Amortizações acumuladas							
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>									
Imóveis de uso	18 381 140	(5 151 811)	198 128	819 603	(32 999)	(538 322)	19 365 872	(5 690 135)	13 675 737
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	8 868 752	(5 747 953)	1 017 772	19 628	(156 635)	(1 062 495)	9 749 517	(6 660 340)	3 089 177
Imobilizações em curso	778 171	-	1 022 829	(839 231)	(19 091)	-	942 678	-	942 678
	<b>28 028 063</b>	<b>(10 899 765)</b>	<b>2 238 729</b>	-	<b>(208 725)</b>	<b>(1 600 817)</b>	<b>30 058 067</b>	<b>(12 350 475)</b>	<b>17 707 592</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	813 450	(507 334)	263 001	-	-	(217 585)	1 076 451	(724 919)	351 531
Gastos de organização e expansão	101 571	(101 571)	-	-	-	-	101 571	(101 571)	-
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-	-	93 923	(93 923)	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-	-	29	(29)	-
	<b>1 008 972</b>	<b>(702 857)</b>	<b>263 001</b>	-	-	<b>(217 585)</b>	<b>1 271 973</b>	<b>(920 442)</b>	<b>351 531</b>
	<b>29 037 036</b>	<b>(11 602 622)</b>	<b>2 501 730</b>	-	<b>(208 725)</b>	<b>(1 818 402)</b>	<b>31 330 041</b>	<b>(13 270 917)</b>	<b>18 059 123</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, à aquisição do espaço e a pagamentos a fornecedores pelas obras que estavam a ser realizadas em novas agências, e cuja inauguração se prevê para os anos seguintes.

## 11. DEPÓSITOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos de Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	-	3 667 235
Depósitos à ordem de residentes:		
Em moeda nacional	350 210 430	322 571 871
Em moeda estrangeira	139 830 913	144 535 955
	<b>490 041 343</b>	<b>467 107 826</b>
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	10 524 721	7 578 032
Em moeda estrangeira	2 194 131	1 792 612
	<b>12 718 852</b>	<b>9 370 644</b>
Juros de depósitos à ordem	4 166	3 770
Recursos vinculados de Clientes	95 261 592	-
<b>Total de depósitos à ordem</b>	<b>598 025 953</b>	<b>480 149 475</b>
Depósitos a prazo de residentes:		
Em moeda nacional	177 226 210	238 182 624
Em moeda estrangeira	233 631 620	207 007 291
	<b>410 857 830</b>	<b>445 189 915</b>
Depósitos a prazo de não residentes	5 240 691	4 312 920
Juros de depósitos a prazo	3 035 152	3 397 167
<b>Total de depósitos a prazo</b>	<b>419 133 673</b>	<b>452 900 002</b>
<b>Total de depósitos</b>	<b>1 017 159 626</b>	<b>933 049 477</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – depósitos à ordem” corresponde a descobertos contabilísticos nas contas de depósitos à ordem do Banco domiciliadas em instituições de crédito, os quais são reclassificados para o passivo para efeitos de apresentação do balanço patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2015 o saldo da rubrica “Recursos vinculados de Clientes” corresponde ao saldo cativo nas contas de depósito à ordem dos Clientes por requisição de disponibilização de moeda estrangeira que carece de autorização junto do Banco Nacional de Angola.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo de Clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual de vencimento das operações:

	2015	2014
Até três meses	167 641 092	202 473 556
De 3 a 6 meses	147 901 165	155 409 574
De 6 meses a 1 ano	103 591 416	95 016 872
Mais de um ano	-	-
	<b>419 133 673</b>	<b>452 900 002</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, os depósitos a prazo em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 4,67% e 2,66%, respectivamente (4,57% e 2,47%, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2014).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas de depósitos à ordem denominados em moeda estrangeira, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem e a prazo apresentavam a seguinte estrutura por tipologia de cliente:

	2015	2014
Depósitos à ordem		
Sector público administrativo	5 814 474	5 814 474
Sector público empresarial	2 513 427	2 513 427
Empresas	311 275 183	311 275 183
Particulares	160 546 391	160 546 391
	<b>480 149 475</b>	<b>480 149 475</b>
Depósitos a prazo		
Sector público administrativo	3 765 632	3 765 632
Sector público empresarial	4 350 929	4 350 929
Empresas	233 353 655	233 353 655
Particulares	211 429 786	211 429 786
	<b>452 900 002</b>	<b>452 900 002</b>

## 12. CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Operações no Mercado Monetário Interbancário:		
Recursos de instituições de crédito no país – Empréstimos (AKZ)	8 572-	6 480-
Juros-	-	-
	<b>8 572-</b>	<b>6 480-</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as captações para liquidez apresentam um prazo residual de vencimento inferior a três meses. Em 31 de Dezembro 2015 e 2014, as captações para liquidez não vencem juros.

## 13. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos de outras entidades:		
Cheques visados	1 800 581	2 861 677
Recursos vinculados a cartas de crédito	2 988 570	278 118
Compensação de cheques e outros papéis	-	991
Outros	16 881	46 702
	<b>4 806 032</b>	<b>3 187 488</b>

A rubrica “Recursos vinculados a cartas de crédito” refere-se aos montantes depositados por Clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação, para efeitos de abertura dos respectivos créditos documentários.

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Obrigações de natureza social ou estatutária</b>		
Encargos com dividendos	4 390 275	316
<b>Obrigações de natureza fiscal:</b>		
Encargos fiscais a pagar – próprios		
Imposto sobre o rendimento a liquidar	3 644 284	345 551
Sobre rendimentos de trabalho dependente	203 090	133 347
Sobre rendimentos de capitais	653 568	325 834
Tributação relativa a remunerações	44 586	33 414
	<b>4 545 528</b>	<b>838 146</b>
Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros		
Sobre o rendimento	147 751	199 550
Outros	107 072	114 776
	<b>254 823</b>	<b>314 326</b>
<b>Obrigações de natureza cível</b>	<b>1 547 479</b>	<b>1 152 472</b>
<b>Obrigações de natureza administrativa e de comercialização</b>		
Pessoal – salários e outras remunerações		
Férias e subsídio de férias	1 272 642	987 540
Prémio de desempenho	208 501	205 090
Outros custos com o pessoal	201 541	121 577
	<b>1 682 684</b>	<b>1 314 207</b>
<b>Outros custos administrativos e de comercialização a pagar</b>		
Operações passivas a regularizar	127 843	82 420
Mensualizações	1 802 794	1 300 882
Movimentos efectuados em ATM - a regularizar	1 753 328	1 243 186
Ordens de pagamento recebidas - a regularizar	6 134	15 716
Movimentos “Serviço Western Union”	(7 689)	68 014
Interface STC	896 832	-
Aquiring Visa	(2 335)	263 210
Outros	303 835	78 733
	<b>4 880 742</b>	<b>3 052 161</b>
	<b>6 563 426</b>	<b>4 366 368</b>
	<b>17 301 531</b>	<b>5 769 286</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Encargos com dividendos” inclui parte dos dividendos distribuídos pelo Banco ao seu accionista Banco BPI, S.A., relativos ao exercício de 2014 ainda não liquidados (Nota 16). Em Agosto de 2015, o BFA recebeu autorização do Banco Nacional de Angola para a transferência de 50% destes dividendos, tendo sido os mesmos transferidos em 2015. De acordo com comunicações recebidas do BNA, perspectiva-se que os restantes 50% sejam pagos até ao final de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Outros custos administrativos e de comercialização a pagar – Outros”, inclui 896.832 mAKZ, referente a valores cativos nas contas de recursos de Clientes e que aguardam compensação por solicitação de transferência bancária. Este montante foi compensado no dia 4 de Janeiro de 2016.

## 15. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

O movimento nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2015						Saldos em 31.12.2015
	Aumentos Dotações	Diminuições Custos com pessoal (Nota 24)	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Trans- ferências	
	Saldos em 31.12.2014						
<b>Riscos bancários gerais</b>							
De Natureza Social ou Estatutária	1 793 808	-	-	(49 306)	556 467	-	2 300 969
De Natureza Administrativa e de Comercialização	1 020 553	484 187	-	(684 534)	209 654	-	493 701
Prestação de garantias (Nota 8)	1 104 784	-	-	-	121 858	(124 497)	1 102 145
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados	200 923	-	35 690	-	-	-	236 613
Compensação por reforma	4 120 068	484 187	35 690	(733 840)	887 979	(124 497)	4 133 428
<b>Crédito de liquidação duvidosa (Nota 8)</b>	<b>9 748 392</b>	<b>7 572 582</b>	<b>-</b>	<b>(1 072 725)</b>	<b>1 198 456</b>	<b>(124 497)</b>	<b>14 585 970</b>
	<b>13 868 460</b>	<b>8 056 769</b>	<b>35 690</b>	<b>(1 806 565)</b>	<b>2 086 435</b>	<b>-</b>	<b>18 719 398</b>
<b>2014</b>							
	Aumentos Dotações	Diminuições Custos com pessoal (Nota 24)	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Trans- ferências	Saldos em 31.12.2014
	Saldos em 31.12.2013						
<b>Riscos bancários gerais</b>							
De Natureza Social ou Estatutária	1 770 510	-	-	(69 902)	93 200	-	1 793 808
De Natureza Administrativa e de Comercialização	445 093	-	-	(430 111)	64 771	-	1 020 553
Prestação de garantias (Nota 8)	703 006	-	-	-	42 013	359 765	1 104 784
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados	153 617	-	37 422	-	9 884	-	200 923
Compensação por reforma	3 072 226	940 800	37 422	(500 013)	209 868	359 765	4 120 068
<b>Crédito de liquidação duvidosa (Nota 8)</b>	<b>9 341 265</b>	<b>3 106 810</b>	<b>-</b>	<b>(442 794)</b>	<b>163 196</b>	<b>(359 765)</b>	<b>9 748 392</b>
	<b>12 413 491</b>	<b>4 047 610</b>	<b>37 422</b>	<b>(2 560 333)</b>	<b>373 064</b>	<b>-</b>	<b>13 868 460</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Provisões de natureza social ou estatutária” refere-se ao Fundo Social, que tem por objectivo apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social. Este Fundo foi constituído mensalmente através da dotação de 5% do resultado líquido do exercício anterior apurado em Dólares dos Estados Unidos, tendo sido decidido que teria um período de cinco anos. Esta provisão foi constituída entre o exercício de 2005 e o exercício de 2009, inclusive.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Provisões de natureza administrativa e de comercialização” refere-se essencialmente a provisões para fazer face a fraudes, processos judiciais em curso e outras responsabilidades, correspondendo à melhor estimativa dos custos que o Banco irá suportar no futuro com estas responsabilidades. Adicionalmente, encontra-se registado nesta rubrica, em 31 de Dezembro de 2015, uma provisão no montante de 159.401 mAKZ para eventuais contingências relacionadas com a anulação de cheques visados não liquidados pelos beneficiários (com antiguidade superior a 5 anos) (Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Compensação por reforma” destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco em matéria de “Compensação por reforma”. As responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma” são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados.

Conforme referido na Nota 2.2.c), em 2013, com referência ao último dia do ano, o Banco constituiu o “Fundo de Pensões BFA” para cobertura das responsabilidades referentes a pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência que o Banco concedeu aos seus trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social, tendo utilizado as provisões anteriormente constituídas, a título de contribuição inicial para o Fundo de Pensões BFA (plano de contribuições definidas). De acordo com o contrato de constituição do Fundo, o BFA contribuirá anualmente com 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquidas de eventuais impostos. O montante total de contribuição inicial do Banco para o Fundo de Pensões BFA ascendeu a 3.098.194 mAKZ, incluindo 44.797 mAKZ de adiantamentos a título de contribuições futuras que foi utilizado no primeiro semestre de 2014. Em 2015 e 2014, a contribuição do Banco para o Fundo de Pensões BFA ascendeu a 517.041 mAKZ e 504.946 mAKZ, respectivamente (Nota 24).

A responsabilidade pela gestão do Fundo de Pensões BFA encontra-se a cargo da Fenix – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. O Banco assume as funções de depositário do Fundo.

## 16. FUNDOS PRÓPRIOS

### CAPITAL SOCIAL

O Banco foi constituído com um capital social de 1.305.561 mAKZ (contravalor de 30.188.657 Euros à taxa de câmbio em vigor em 30 de Junho de 2002), representado por 1.305.561 acções nominativas de mil Kwanzas cada, tendo sido subscrito e realizado por incorporação da totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações da anterior Sucursal.

No final dos exercícios de 2004, 2003 e 2002, o Banco aumentou o seu capital em 537.672 mAKZ, 1.224.333 mAKZ e 454.430 mAKZ, respectivamente, através da incorporação da reserva especial para manutenção dos fundos próprios, por forma a manter o contravalor em Kwanzas da dotação inicial de capital em moeda estrangeira.

A partir do exercício de 2005 o Banco não procedeu à actualização do seu capital, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social do Banco ascende a 3.521.996 mAKZ.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2015		2014	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Banco BPI, S.A.	653 822	50,08%	653 822	50.08%
Unitel, S.A.	651 475	49,90%	651 475	49.90%
Outras entidades do Grupo BPI	264	0,02%	264	0.02%
	<b>1 305 561</b>	<b>100%</b>	<b>1 305 561</b>	<b>100%</b>

## RESERVAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Reserva de actualização monetária do capital social (Nota 2,2 e))	450 717	450 717
Reservas e fundos		
Reserva legal	5 161 890	5 161 890
Outras reservas	77 750 071	62 302 739
	<b>82 911 961</b>	<b>67 464 629</b>
	<b>82 911 961</b>	<b>67 915 346</b>

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 28 de Abril de 2014, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 50% do resultado líquido obtido no ano anterior (23.898.617 mAKZ), tendo sido aplicado o valor remanescente na rubrica de “Outras reservas”.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2015, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 50% do resultado líquido obtido no

ano anterior (31.796.097 mAKZ), tendo sido aplicado o valor remanescente na rubrica de “Outras reservas”.

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

## RESULTADOS POTENCIAIS

Os resultados potenciais correspondem aos resultados pendentes, mas de realização provável, líquidos dos encargos fiscais correspondentes, decorrentes de transacções e de outros eventos e circunstâncias que não transitam imediatamente pelo resultado do exercício quando reconhecidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os resultados potenciais correspondem à reserva de reavaliação de imobilizado.

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, nos termos da legislação em vigor, o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo através da aplicação de coeficientes, que reflectiam a evolução mensal do câmbio oficial do Euro, aos saldos brutos do activo imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas, expressos em Kwanzas nos registos contabilísticos do Banco no final do mês anterior. A partir do exercício de 2008, o Banco deixou de reavaliar o seu imobilizado (Nota 2.2 f)).

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

## LUCRO E DIVIDENDO POR ACÇÃO

Nos exercícios de 2015 e 2014, o lucro por acção e o dividendo atribuído, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2015	2014
Lucro por acção	29,00	24,35
Dividendo por acção distribuído no exercício	<b>12,18</b>	<b>9,15</b>

## 17. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Responsabilidades perante terceiros:</b>		
Garantias prestadas	30 829 443	37 611 491
Compromissos perante terceiros		
Créditos documentários abertos	26 768 807	23 467 350
	<b>57 598 250</b>	<b>61 078 841</b>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços:</b>		
Serviços prestados pela instituição		
Guarda de valores	181 787 018	69 344 456
Compensação de cheques sobre estrangeiro	359 365	258 291
Remessas documentárias	13 528 415	4 179 126
	<b>195 674 798</b>	<b>73 781 873</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Créditos documentários abertos” inclui créditos documentários abertos garantidos por cativo de depósitos no Banco no montante de 2.871.571 mAKZ e 224.231 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco tem constituídas provisões para fazer face ao risco de crédito

assumido na concessão de garantias e créditos documentários no montante de 1.102.145 mAKZ e 1.104.784 mAKZ, respectivamente (Notas 8 e 15).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Guarda de valores” refere-se, essencialmente, a títulos de Clientes sob custódia do Banco.

## 18. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Nos exercícios de 2015 e 2014, o custo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do período antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2015	2014
Imposto corrente sobre os lucros		
Do exercício (Nota 14)	3 644 284	345 551
Amnistia Fiscal		
Potenciais dívidas com imposto a pagar	-	(411 946)
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias (nota 9)	(180 761)	(158 300)
Insuficiência de estimativa do exercício anterior	194 288	52 431
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>3 657 811</b>	<b>(172 264)</b>
Resultados antes de impostos	41 524 068	31 623 833
Carga fiscal	8,81%	-0,54%

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2015 e 2014, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		41 524 068		31 623 833
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	30,00%	12 457 220	30,00%	9 487 150
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-23,06%	(9 575 508)	-30,30%	(9 581 715)
Provisões para responsabilidades prováveis	0,06%	24 962	0,01%	4 590
Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)				
De rendimentos tributados	0,00%	-	-0,28%	(88 028)
De rendimentos não tributados	1,34%	556 849	1,15%	365 254
Amnistia Fiscal - Lei n.º 20/14	0,00%	-	-1,30%	(411 946)
Acerto de estimativa do exercício anterior	0,47%	194 288	0,17%	52 431
<b>Imposto sobre o lucro em resultados</b>	<b>8,81%</b>	<b>3 657 811</b>	<b>-0,54%</b>	<b>(172 264)</b>

### IMPOSTO INDUSTRIAL

Conforme referido na nota 2.2. j), o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo a taxa de imposto aplicável de 30% nos exercícios de 2015 e 2014.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Banco apurou inicialmente Imposto Industrial no valor de 2.409.264 mAKZ, considerando como isentos de Imposto Industrial apenas parte dos rendimentos dos títulos de dívida pública. Tendo em conta o entendimento que todos os rendimentos dos referidos títulos gozam de isenção de Imposto Industrial, o Banco apurou

posteriormente prejuízo fiscal, reportado na Declaração de Rendimentos Modelo 1 referente ao exercício de 2009, no montante total de 13.985.712 mAKZ. Neste sentido, relativamente ao valor de Imposto Industrial apurado no exercício de 2009, o Banco efectuou pagamentos a título de liquidação provisória no montante de 1.479.653 mAKZ (nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010), não tendo liquidado o montante remanescente de 929.611 mAKZ, o qual foi registado como proveito no exercício de 2010.

Neste âmbito, em Dezembro de 2010, o Banco solicitou ao Ministério das Finanças que o Imposto Industrial de 2009 liquidado em excesso no primeiro trimestre de 2010 (1.479.653 mAKZ) fosse considerado como crédito de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco. Em Dezembro de 2010, o Banco solicitou ainda ao Ministério das Finanças que os impostos liquidados em excesso em anos anteriores, por não terem sido considerados isentos todos os rendimentos de títulos de dívida pública, e para os quais foram apresentadas Declarações de Rendimentos Modelo 1 de Substituição, fossem igualmente considerados como créditos de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco. O imposto liquidado em excesso, relativo aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, ascendeu a 813.093 mAKZ.

No decorrer do exercício de 2012, as autoridades fiscais procederam à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2007 e 2008. Em resultado destas inspecções, a Administração Fiscal notificou o Banco das correcções ao lucro tributável que entendeu adequadas, essencialmente relacionadas com custos com provisões constituídas para responsabilidades prováveis (compensação por reforma, Plano Complementar de Pensões, Fundo Social, fraudes e outros riscos diversos).

Na sequência destas notificações, o Banco apresentou reclamações nas quais contestou algumas das correcções efectuadas pela Administração Fiscal. Por outro lado, o Banco concordou com as correcções relativas às provisões não aceites, referindo que, apesar de deverem ser acrescidas para efeitos de apuramento do lucro tributável em cada exercício, estes acréscimos têm uma natureza temporária, podendo o Banco recuperar o imposto no exercício em que vier a ocorrer a utilização das provisões. Nas contestações efectuadas, o BFA referiu ainda não existir imposto em falta, atendendo às solicitações feitas junto da Administração Fiscal em Dezembro de 2010 relativamente a benefícios fiscais de títulos de dívida pública não considerados nesses exercícios, cujo montante era superior ao das correcções associadas às provisões não aceites.

Na sequência das correcções efectuadas pela inspecção fiscal aos exercícios de 2007 e 2008 referida anteriormente, o Banco decidiu, no âmbito da entrega da Declaração de rendimentos

Modelo 1 de 2012, entregar igualmente Declarações de substituição referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011. Na preparação destas Declarações, o Banco seguiu um entendimento semelhante ao adoptado pela Administração Fiscal no que se refere às provisões para pensões de reforma (incluindo o Fundo complementar de pensões), provisões para riscos diversos, provisões para o Fundo Social e provisões para participações financeiras. Neste sentido, estas provisões foram acrescidas no exercício da sua constituição / reforço e deduzidas quando da sua reposição ou utilização para fazer face a encargos fiscalmente dedutíveis.

Adicionalmente, na determinação da estimativa de imposto industrial a partir do exercício de 2012, inclusive, o Banco seguiu a interpretação que a Administração Fiscal utilizou nas inspecções aos exercícios de 2007 e 2008, tendo corrigido a matéria colectável pelas provisões constituídas no ano para responsabilidades prováveis não aceites como custo fiscal e considerado estas provisões como dedutíveis fiscalmente no ano da sua utilização.

Após considerado o conjunto das deduções e acréscimos sobre provisões não aceites e rendimentos de dívida pública isentos, o reporte de prejuízo fiscal do exercício de 2009 foi totalmente utilizado pelo Banco em 2010, 2011 e 2012. Adicionalmente, o valor do imposto industrial de 2009 liquidado em excesso no primeiro trimestre de 2010 foi integralmente utilizado pelo Banco em 2012. Desta forma, não implicaram o pagamento adicional de Imposto Industrial.

Em de Janeiro de 2014, o Ministério das Finanças – Direcção Nacional de Impostos notificou o BFA do deferimento integral do requerimento apresentado em Dezembro de 2010 relacionado com o imposto liquidado em excesso relativo aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, autorizando o Banco a proceder à dedução de 813.093 mAKZ a título de crédito fiscal ao valor apurado como imposto industrial no exercício de 2013. Desta forma, o Banco reflectiu este deferimento na estimativa de imposto industrial do exercício de 2013 no montante total de 401.147 mAKZ, após considerar igualmente as correcções ao lucro tributável de 2007 e 2008 que decorreram da revisão efectuada pelas autoridades fiscais.

## AMNISTIA FISCAL – LEI N.º 20/14

Nos termos da Lei n.º 20/14, foi publicado um regime excepcional de regularização de dívidas fiscais denominado de “Amnistia Fiscal” e aplicável a factos tributários ocorridos até 31 de Dezembro de 2012, cujo âmbito de aplicação inclui os impostos objecto de apreciação em sede de contencioso fiscal até 2011 e de inspecção fiscal ao exercício de 2012.

Na sequência da publicação do regime de “Amnistia Fiscal” acima referido, e não tendo recebido, desde o envio da respectiva documentação, qualquer informação acerca do processo de análise/inspecção fiscal ao exercício de 2012, o BFA enviou, em 24 de Novembro de 2014, uma carta à Repartição Fiscal Grandes de Contribuintes (“RFGC”), no sentido de tomar conhecimento do respectivo ponto de situação e de modo a obter a confirmação do correspondente

arquivamento, ao abrigo da Lei n.º 20/14. Em resposta à carta remetida pelo BFA, a RFGC respondeu que o Banco goza dos privilégios do perdão fiscal e salientou ainda que qualquer processo em análise/inspecção, acto ou facto, com data até 31 de Dezembro de 2012 (desde que os mesmos não tenham atingido a fase judicial de tramitação) ficam sem nenhum efeito com base no artigo 7º e seguintes da Lei n.º 20/14. Neste contexto, atendendo à inexistência de processos em fase judicial de tramitação, o BFA assumiu que não terá de suportar nenhum pagamento de imposto, juros ou multas relativos a factos tributários ocorridos até 31 de Dezembro de 2012. Desta forma, o Banco anulou o passivo registado, no montante 411.946 mAKZ, com reflexo na estimativa de Imposto Industrial do exercício de 2014, relativo a potenciais dívidas com imposto industrial dos exercícios de 2007 e 2008

## IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco tem registados activos fiscais diferidos nos montantes 749.027 mAkz e de 568.266 mAkz, respectivamente (Nota 9), resultantes de diferenças temporárias na tributação de provisões para responsabilidades prováveis. O Conselho de Administração entende estarem reunidas as condições para o seu registo, nomeadamente no que se refere à evolução do lucro tributável

futuro do Banco que permita a sua dedução. Estes activos fiscais diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo.2012, cujo âmbito de aplicação inclui os impostos objecto de apreciação em sede de contencioso fiscal até 2011 e de inspecção fiscal ao exercício de 2012.

O movimento nos activos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.2014	Reforços	Realizações / anulações	Saldos em 31.12.2015
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:				
Provisões para Riscos bancários e Compensação por reforma	588 266	180 761	-	749 027

	Saldos em 31.12.2013	Reforços	Realizações / anulações	Saldos em 31.12.2014
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:				
Provisões para Riscos bancários e Compensação por reforma	409 966	158 300	-	568 266

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções aos respectivos impostos apurados. Face ao regime de “Amnistia Fiscal”, e relativamente ao Imposto Industrial, IAC, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Imposto do Selo e Imposto Predial Urbano, as autoridades

fiscais apenas poderão proceder à revisão da situação fiscal do Banco para o exercício de 2012 (nos termos da Lei n.º 20/14) e seguintes.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras.

## 19. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o IAS 24, são consideradas entidades relacionadas com o Banco:

- aquelas em que o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundo de Pensões;
- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira do Banco – Accionistas; e
- os membros do pessoal chave da gerência do Banco, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2015, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Fundo de Pensões BFA	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel				
Disponibilidades:						
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	24 847 265	-	-	-	-	24 847 265
Aplicações de liquidez:						
Outros créditos sobre instituições de crédito	102 179 923	-	-	-	-	102 179 923
Crédito concedido	-	-	145 550	1 657 609	-	1 803 159
Depósitos de Clientes:						
Depósitos à ordem	-	(4 877 463)	(44 232)	(1 265 628)	(1 581)	(6 188 904)
Depósitos a prazo	-	(48 629 192)	(406 790)	(69 654)	(249 641)	(49 355 277)
Outros recursos	(4 390 275)	-	-	-	-	(4 390 275)
Juros e proveitos equiparados	238 662	n.d.	n.d.	n.d.	-	238 662
Juros e custos equiparados	-	n.d.	n.d.	n.d.	(204 618)	(204 618)
Comissões e outros custos	(335 716)	n.d.	n.d.	n.d.	(517 041)	(852 757)
Títulos depositados	-	(21 606 450)	(91 176)	-	(5 493 325)	(27 190 951)
Créditos documentários	-	-	-	-	-	-
Garantias bancárias	-	-	-	-	-	-

n.d.: informação não disponível

Em 31 de Dezembro de 2014, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas eram os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Fundo de Pensões BFA	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel				
Disponibilidades:						
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	5 217 658	-	-	-	-	5 217 658
Aplicações de liquidez:						
Outros créditos sobre instituições de crédito	83 092 902	-	-	-	-	83 092 902
Crédito concedido	-	-	114 108	1 750 855	-	1 864 963
Depósitos de Clientes:						
Depósitos à ordem	-	(200 607)	(44 924)	(243 908)	(727)	(490 165)
Depósitos a prazo	-	(96 532 974)	(404 604)	(31 918)	(3 665 245)	(100 634 742)
Outros recursos	(306)	-	-	-	-	(306)
Juros e proveitos equiparados	729 107	n.d.	n.d.	n.d.	-	729 107
Juros e custos equiparados	-	n.d.	n.d.	n.d.	(188 892)	(188 892)
Comissões e outros custos	(175 770)	n.d.	n.d.	n.d.	(504 946)	(680 716)
Títulos depositados	-	(4 826 375)	(8 378)	-	-	(4 834 753)
Créditos documentários	-	-	-	-	-	-
Garantias bancárias	-	-	-	-	-	-

n.d.: informação não disponível

A informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não inclui os custos e proveitos com o Grupo Unitel, com os Membros do Conselho de Administração do BFA e com as Sociedades onde estes têm influência significativa.

## 20. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os balanços por moeda apresentam a seguinte estrutura:

	31.12.15			31.12.14		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Disponibilidades	212 887 330	93 982 448	306 869 778	97 522 778	91 756 612	189 279 390
Aplicações de liquidez						
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	11 562 245	114 405 573	125 967 818	55 839 086	95 063 055	150 902 141
Compra de Títulos com Acordo de Revenda	9 038 015	-	9 038 015	99 650 302	-	99 650 302
	<b>20 600 260</b>	<b>114 405 573</b>	<b>135 005 833</b>	<b>155 489 388</b>	<b>95 063 055</b>	<b>250 552 443</b>
Títulos e Valores Mobiliários						
Mantidos para negociação	54 416 004	20 472 152	74 888 156	19 069 301	7 595 344	189 279 390
Mantidos até o vencimento	255 499 512	156 000 143	411 499 655	213 473 168	119 666 308	150 902 141
	<b>309 915 516</b>	<b>176 472 295</b>	<b>486 387 811</b>	<b>232 542 469</b>	<b>127 261 652</b>	<b>99 650 302</b>
Instrumentos financeiros derivados	3 099 262	-	3 099 262	142 733	-	142 733
Operações cambiais	51 482 619	1 801 866	53 284 485	19 026 196	3 322 769	22 348 965
Créditos						
Créditos	132 466 981	102 914 945	235 381 926	158 259 373	80 967 546	239 226 919
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9 043 615)	(5 542 355)	(14 585 970)	(5 964 569)	(3 783 823)	(9 748 392)
	<b>123 423 366</b>	<b>97 372 590</b>	<b>220 795 956</b>	<b>152 294 804</b>	<b>77 183 723</b>	<b>229 478 527</b>
Outros valores	3 201 568	878 074	4 079 642	2 202 029	807 462	3 009 491
Imobilizações						
Imobilizações financeiras	104 778	362 587	467 365	87 632	293 961	381 593
Imobilizações corpóreas	19 050 144	-	19 050 144	17 707 592	-	17 707 592
Imobilizações incorpóreas	538 918	-	538 918	351 531	-	351 531
	<b>19 693 840</b>	<b>362 587</b>	<b>20 056 427</b>	<b>18 146 755</b>	<b>293 961</b>	<b>18 440 716</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>744 303 761</b>	<b>485 275 433</b>	<b>1 229 579 194</b>	<b>677 367 152</b>	<b>395 689 234</b>	<b>1 073 056 386</b>
Depósitos						
Depósitos à ordem	455 980 898	142 045 055	598 025 953	330 202 162	149 947 313	480 149 475
Depósitos a prazo	179 422 930	239 710 743	419 133 673	241 017 474	211 882 528	452 900 002
	<b>635 403 828</b>	<b>381 755 798</b>	<b>1 017 159 626</b>	<b>571 219 636</b>	<b>361 829 841</b>	<b>933 049 477</b>
Captações para liquidez						
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	8 572	-	8 572	6 480	-	6 480
	<b>8 572</b>	<b>-</b>	<b>8 572</b>	<b>6 480</b>	<b>-</b>	<b>6 480</b>
Instrumentos financeiros derivados	3 798 920	-	3 798 920	284 231	-	284 231
Obrigações no sistema de pagamentos	1 800 582	3 005 450	4 806 032	2 863 330	324 158	3 187 488
Operações cambiais	699 052	55 216 557	55 915 609	2 271 649	19 880 440	22 152 089
Outras obrigações	10 041 952	7 259 579	17 301 531	4 693 096	1 076 190	5 769 286
Provisões para responsabilidades prováveis	733 773	3 399 655	4 133 428	975 353	3 144 715	4 120 068
<b>Total do Passivo</b>	<b>652 486 679</b>	<b>450 637 039</b>	<b>1 103 123 718</b>	<b>582 313 775</b>	<b>386 255 344</b>	<b>968 569 119</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>91 817 082</b>	<b>34 638 394</b>	<b>126 455 476</b>	<b>95 053 377</b>	<b>9 433 890</b>	<b>104 487 267</b>
<b>Fundos próprios</b>	<b>126 455 476</b>	<b>-</b>	<b>126 455 476</b>	<b>104 487 267</b>	<b>-</b>	<b>104 487 267</b>

No quadro acima, os títulos em kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos, detidos pelo Banco, são apresentados na coluna de “Moeda estrangeira” com a seguinte composição:

(i) “Títulos e Valores Mobiliários – Mantidos para negociação”, correspondem 20.326.331 mAKZ e 7.501.648 mAKZ em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, respectivamente; e (ii) “Títulos e Valores Mobiliários – Mantidos até ao vencimento”, correspondem a 63.637.442 mAKZ e 66.942.431 mAKZ em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Os créditos a Clientes concedidos pelo Banco e denominados em moeda estrangeira, nomeadamente dólares norte-americanos, são apresentados no quadro acima na coluna

“Moeda estrangeira”. No entanto, de acordo com o número 2 do artigo 4 do Aviso n.º 3 / 2012 do Banco Nacional de Angola, as instituições financeiras devem, na cobrança das prestações de crédito concedido, aceitar fundos disponíveis nas contas dos seus Clientes expressos em quaisquer moedas, independentemente da moeda contratada. Esta obrigatoriedade apenas se aplica às operações de crédito contratadas após a data de entrada em vigor do referido normativo. Refira-se que os Clientes do Banco têm em geral efectuado a liquidação das prestações de capital e juros dos créditos denominados em dólares norte-americanos pelo respectivo contravalor em kwanzas à data da liquidação, ao abrigo da faculdade prevista no Aviso n.º 3/2012 do BNA.



## 21. MARGEM FINANCEIRA

	2015	2014
<b>PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS:</b>		
De aplicações de liquidez:		
Proveitos de operações no Mercado Monetário Interfinanceiro:		
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	265 037	776 150
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	2 706 864	2 019 482
Outros	9 223	5 485
Proveitos de operações de compra de títulos com acordo de revenda		
Títulos com acordo de revenda	862 004	1 436 705
	<b>3 843 128</b>	<b>4 237 822</b>
De títulos e valores mobiliários:		
De títulos mantidos para negociação		
Bilhetes do Tesouro	2 070 921	937 250
Títulos do Banco Central	-	-
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	1 517 886	385 196
De títulos mantidos até o vencimento		
Bilhetes do Tesouro	5 407 162	2 982 697
Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas a moeda estrangeira e em moeda estrangeira	7 884 405	8 067 030
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	13 931 452	10 491 726
Obrigações do Tesouro indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	-	-
Títulos do Banco Central	-	-
	<b>30 811 826</b>	<b>22 863 899</b>
De instrumentos financeiros derivados:		
Em especulação e arbitragem	1 288 699	406 271
De créditos concedidos:		
Empresas e Administração Pública:		
Empréstimos	10 438 131	8 797 725
Crédito em conta corrente	3 359 112	2 567 653
Descobertos em depósitos à ordem	371 167	194 523
Outros créditos	17 454	38 013
Particulares:		
Crédito à habitação	1 024 966	893 371
Crédito ao consumo	3 133 172	3 016 775
Outras finalidades	873 783	741 302
Juros vencidos	1 205 159	655 933
	<b>20 422 944</b>	<b>16 905 295</b>
<b>Total de proveitos</b>	<b>56 366 597</b>	<b>44 413 287</b>
<b>CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS</b>		
De depósitos:		
De depósitos à ordem	491 077	342 969
De depósitos a prazo	13 702 955	13 008 114
	<b>14 194 032</b>	<b>13 351 083</b>
De captações para liquidez:		
De operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	25 442	23 536
De operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	-
De instrumentos financeiros derivados:		
De forwards	1 124 981	309 824
<b>Total de custos</b>	<b>15 344 455</b>	<b>13 684 443</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>41 022 142</b>	<b>30 728 844</b>

## 22. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Variação cambial em activos e passivos denominados em moeda estrangeira	6 843 461	1 709 051
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	9 226 582	12 861 536
	<b>16 070 043</b>	<b>14 570 587</b>

## 23. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos de prestação de serviços		
Comissões sobre ordens de pagamento emitidas	1 134 133	2 087 517
Comissões sobre garantias e avales prestados	541 382	452 284
Comissão por créditos documentários de importação abertos	625 357	381 621
Outras comissões	4 775 607	3 961 958
	<b>7 076 479</b>	<b>6 883 380</b>
Custos de comissões e custódias		
Comissões	(1 340 940)	(1 060 082)
	<b>5 735 539</b>	<b>5 823 298</b>

O montante na rubrica “Outras comissões” corresponde, essencialmente, a proveitos com comissões associadas a movimentos efectuados com cartões de crédito e a operações realizadas em multicaixa.

## 24. PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		
Remuneração mensal	119 766	97 788
Remunerações adicionais	79 005	71 950
Encargos sociais obrigatórios	3 087	2 732
Encargos sociais facultativos	1 748	1 458
	<b>203 606</b>	<b>173 928</b>
Empregados		
Remuneração mensal	5 639 032	3 229 333
Remunerações adicionais	3 970 651	3 981 915
Encargos sociais obrigatórios	350 897	272 857
Encargos sociais facultativos	370 729	375 782
	<b>10 331 309</b>	<b>7 859 887</b>
Encargos com planos de pensões (Nota 15)		
Plano complementar de pensões	517.041	504.946
Compensação por reforma	25.167	37.422
	<b>552 733</b>	<b>542.368</b>
Outros	25 165	13 827
	<b>11 112 813</b>	<b>8.590.011</b>

## 25. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Auditorias, consultorias e outros serviços técnicos especializados	3 182 681	2 492 395
Publicações, publicidade e propaganda	1 067 942	975 553
Segurança, conservação e reparação	1 074 149	897 716
Alugueres	920 461	753 098
Comunicações	941 996	714 154
Transportes, deslocações e alojamentos	860 877	679 840
Materiais diversos	397 411	380 688
Água e energia	576 116	371 268
Outros fornecimentos de terceiros	278 543	219 370
Seguros	222 475	205 109
	<b>9 522 651</b>	<b>7 689 191</b>

## 26. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Impostos aduaneiros	45 646	35 866
Imposto sobre a aplicação de capitais (Nota 2.2.j))	1 885 896	1 343 268
Outros impostos e taxas	250 082	102 185
	<b>2 181 624</b>	<b>1 481 319</b>

## 27. RECUPERAÇÃO DE CUSTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica refere-se essencialmente: (i) ao reembolso de despesas de comunicação e expedição suportadas originalmente pelo Banco, nomeadamente na realização de operações de ordens de pagamento; e (ii) proveitos com cartões através transferências nacionais e cash advance.

## 28. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Outros proveitos:		
Despesas cobradas	1 806 703	1 660 503
Recuperação de crédito incobrável – capital e juro (Nota 8)	253 037	323 398
Rendimentos de prestação de serviços	138 668	152 699
Outros proveitos	532 128	153 509
	<b>2 730 536</b>	<b>2 290 109</b>
Outros custos:		
Quotizações e donativos	(35 341)	(33 513)
Outros custos	(133 818)	(174 267)
	<b>(169 159)</b>	<b>(207 780)</b>
	<b>2 561 377</b>	<b>2 082 329</b>

## 29. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Ganhos e perdas nas imobilizações		
Imobilizações incorpóreas	(1 807)	(19 429)
Resultado na alienação de imobilizações		
Imobilizações corpóreas	(29 466)	(47 976)
Outros ganhos e perdas não operacionais		
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Acertos de estimativa de gastos gerais administrativos	-	-
Itens pendentes nas reconciliações bancárias de depósitos à ordem com correspondentes	-	-
Alienação de dação em pagamento	135 739	-
Juros anulados	-	-
Outros	(518 104)	-
	<b>(382 365)</b>	-
	<b>(413 638)</b>	<b>(67 405)</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Outros” inclui o proveito registado pelo Banco com a anulação de cheques visados não liquidados pelos beneficiários (com antiguidade superior a 5 anos), tendo o Banco registado uma provisão para parte deste montante (Nota 15).

## 30. GESTÃO DE RISCOS

### CRÉDITO

De acordo com o Regulamento Geral de Crédito do BFA, a concessão de crédito no Banco assenta nos seguintes princípios basilares:

#### Formulação de propostas

As operações de crédito ou garantias sujeitas à decisão do BFA:

- Encontram-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
- Respeitam a ficha do produto respectivo;
- Estão acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada; e
- Contêm as assinaturas dos órgãos proponentes.

#### Análise de risco de crédito

Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao cliente ou ao grupo em que o cliente se integra, nos termos da legislação aplicável em cada momento. Actualmente, tendo em consideração o disposto no Aviso n.º 8/2007 do Banco Nacional de Angola:

- Para um só cliente, são consideradas todas as suas responsabilidades perante o Banco, em vigor ou potenciais, já contratadas ou comprometidas, por financiamentos e garantias (exposição total do Banco ao cliente);
- Para um grupo de Clientes, é considerada a soma das responsabilidades perante o Banco de cada cliente que constitui o grupo (exposição total do Banco ao grupo); e
- A existência de garantias com risco Estado ou de liquidez imediata tem impacto no cálculo do valor da Exposição Global.

### Classificação de Risco

De acordo com o definido pelo BNA, quando da concessão, as operações de crédito devem ser classificadas em níveis de risco. Estão actualmente definidos pelo Banco os seguintes critérios de classificação em níveis de risco:

- Créditos são classificados no nível de Risco A sempre que garantidos por títulos do Banco Central e/ou aplicações financeiras cativas na instituição e iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Créditos são classificados no nível de Risco B sempre que garantidos por colateral igual ou superior a 75% da responsabilidade;
- Os restantes créditos são classificados no nível de Risco C; e
- Excepcionalmente, atendendo às características dos mutuários e à natureza das operações podem ser classificados outros créditos nos níveis de risco A e B. Estas situações dependem de aprovação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C.

No crédito a particulares classificado nos níveis de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos.

No âmbito da revisão regular das operações de crédito, incluindo operações com crédito vencido, o BFA efectua reclassificações de operações de crédito vencido para vincendo, com base numa análise das perspectivas económicas de cobrabilidade, atendendo nomeadamente à existência de garantias, ao património dos mutuários ou avalistas e à existência de operações cujo risco o BFA equipara a risco Estado.

### Associação de Garantias

Na concessão de crédito a particulares ou pequenas empresas com prazo superior a 36 meses, na ausência de aplicações financeiras, regra geral o BFA obriga à apresentação de garantia real de bem imóvel.

As operações de crédito têm associadas garantias consideradas adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, as quais são devidamente fundamentadas em termos de suficiência e liquidez.

As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito. Excepções a esta regra (com decisões condicionadas a uma avaliação posterior) implicam que o desembolso só ocorrerá depois do Banco obter a avaliação da garantia.

### Exclusões por Incidentes

O Banco não concede crédito a Clientes que registem incidentes materiais nos últimos 12 meses que sejam do conhecimento do BFA, nem a outras empresas que façam parte de um grupo com Clientes que estejam nessa situação. São considerados incidentes materiais:

- Atraso na realização de pagamentos de capital ou juros devidos a uma instituição financeira por período superior a 45 dias;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade; e
- Pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade que tenham potenciais efeitos adversos na respectiva situação económica ou financeira.

Excepções a estas regras só podem ser aprovadas ao nível da Comissão Executiva do Conselho de Administração ou ao nível do Conselho de Administração do BFA.

### Reestruturações

Por princípio, o BFA só formaliza operações de reestruturação de créditos em curso caso se observe um dos seguintes critérios:

- São apresentadas novas garantias (mais líquidas e/ ou mais valiosas) para a nova operação;
- É efectuada a prévia liquidação de Juros Remuneratórios e de Mora (no caso de operação em incumprimento); e
- Ocorre liquidação parcial significativa do capital em dívida (regular e/ou irregular).

Excepcionalmente e caso não se verifique nenhum dos pressupostos descritos, o BFA admite formalizar a reestruturação formal de dívidas de particulares, caso se verifique que nos últimos 6 meses ocorreram depósitos de valor mínimo igual ao montante da prestação prevista para a operação reestruturada.

As operações de crédito reestruturadas por dificuldades financeiras do cliente estão tipificadas em regulamento geral de crédito e obedecem aos normativos específicos do regulador quanto a esta matéria.

As operações de reestruturação são marcadas, para efeitos de agravamento de risco, e acompanhadas de forma periódica quanto ao cumprimento do plano estabelecido e apenas são desmarcadas quando cumpridas determinadas condições de regularidade no cumprimento do plano.

#### Acompanhamento de crédito irregular

O crédito considerado irregular é acompanhado por uma equipa especializada, que tem por missão colaborar nas acções de recuperação de crédito, podendo assumir as negociações e propostas de reestruturação, sendo responsável pelo acompanhamento de processos sob a sua gestão.

As negociações para reestruturação obedecem aos princípios anteriormente referidos.

Esta equipa é responsável pela gestão e relação com o cliente, com o objectivo de recuperação do crédito, recorrendo à execução por via judicial caso necessário.

#### Provisões

O BFA tem em consideração os seguintes critérios para o cálculo de provisões para crédito:

- Antiguidade da operação;
- Antiguidade do incumprimento;
- Garantias associadas; e
- Aviso n.º 3/2012 do Banco Nacional de Angola.

As provisões para crédito e a classificação dos Clientes nas classes de risco são objecto de revisão mensal. Na classificação dos Clientes nas classes de risco, o Banco tem em consideração: (i) a existência de garantias associadas

às operações de crédito e aos Clientes; (ii) o património dos mutuários ou avalistas; e (iii) existência de operações cujo risco o BFA equipara a risco Estado. Neste âmbito, adicionalmente é efectuada uma análise aos 50 grupos com maior incumprimento na Banca de Empresas e na Direcção de Particulares e Negócios, com atribuição de uma provisão económica sobre o risco de cada exposição.

É também feita regularmente uma análise das provisões sob a perspectiva económica a toda a carteira de crédito da Banca de Empresas.

#### Imparidades

O BFA implementou um modelo de cálculo de perdas por imparidade para a carteira de crédito, nos termos dos requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39.

A primeira aplicação e respectivos resultados deste modelo foram apurados com referência a 30 de Junho de 2013. Desde essa data de referência têm sido efectuados cálculos mensais. Os resultados semestrais são aprovados pelo Conselho de Administração do Banco.

#### Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos do BFA respeita o princípio da elevada qualidade creditícia dos seus emitentes, sendo integralmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, em Dezembro de 2015 e 2014.

O Banco gere os riscos de liquidez e de taxa de juro do seu Balanço de acordo com os princípios e limites estabelecidos no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI), o que se traduz numa selecção criteriosa dos títulos em carteira, nomeadamente quanto à maturidade, moeda e tipo de juro a receber (taxa fixa ou indexada).

O risco de taxa de juro é calculado considerando o somatório do impacto de uma variação paralela nas curvas de taxas de juro na valorização dos Activos e Passivos do Banco.

Adicionalmente, o BFA também controla o risco de taxa de juro e spread da carteira de títulos com prazo superior a um ano.

A aprovação do Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional é da competência do Conselho de Administração do Banco. É da responsabilidade da DFI submeter anualmente à apreciação e deliberação do Conselho de Administração a revisão, se necessária, do Manual.

A carteira de títulos do Banco é repartida entre títulos denominados em moeda nacional e em moeda estrangeira, tendo em atenção a estrutura global do seu Balanço, evitando incorrer por esta via, em risco cambial.

## **31. OUTROS ASSUNTOS**

### **ADOÇÃO PLENA DAS IAS/IFRS**

O Banco Nacional de Angola está a promover, desde Outubro de 2013, o processo de adopção plena das IAS/IFRS para o sector bancário nacional. Este processo implica a revisão dos actuais normativos, incluindo a revisão do

CONTIF e a emissão de Guias de Implementação Prática (“GIP”), sob a forma de instrutivo, para as matérias alvo de convergência.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





Deloitte & Touche – Auditores, Lda  
Edifício Escom  
Rua Marechal Brós Tito, 35/37 – 7º  
Luanda  
Angola  
Tel: +(244) 222 703 000  
Fax: +(244) 222 703 090  
www.deloitte.co.ao

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – AKZ)

Ao Conselho de Administração  
Do Banco de Fomento Angola, S.A.

### Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante designado por “Banco”), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 que evidencia um total de 1.229.579.197 mAKZ e fundos próprios de 126.455.476 mAKZ, incluindo um resultado líquido do exercício de 37.866.257 mAKZ, as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

“Deloitte” refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e as suas firmas membro consulte [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

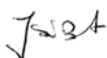
Contribuinte: 54010226701 Capital Social: KZ 1.620.000  
Matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Luanda sob nº 106-97

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

**Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Fomento Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2).

Luanda, 28 de Abril de 2016



Deloitte & Touche Auditores, Lda.

Representada por José António Mendes Garcia Barata

# Relatório e parecer do Conselho Fiscal



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do  
Banco de Fomento Angola, S.A.

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 22º, nº 1 dos Estatutos, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela Sociedade Deloitte & Touche - Auditores, Lda, o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, as Demonstrações dos resultados, de mutações dos fundos próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.

6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral:
- a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e,
  - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 28 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal



---

Amílcar Safeca  
Presidente



---

Susana Trigo Cabral  
Vogal



---

Henrique Manuel Camões Serra  
Vogal



08

## **ANEXOS**

Contactos BFA

194

# Contactos do BFA

## EDIFÍCIO SEDE



Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900

### Website:

[www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)

### Homebanking:

[www.bfanet.ao](http://www.bfanet.ao)

[www.bfanetempresas.ao](http://www.bfanetempresas.ao)

### Linha de Atendimento BFA:

(+244) 923 120 120

Siga-nos em:



Banco de Fomento Angola

## CENTROS DE INVESTIMENTO

### SEDE

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900  
Fax: (+244) 222 638 948

### SOLAR DE ALVALADE

Estrada de Catete – Polo  
Industrial KM 23, – Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 487  
Fax: (+244) 222 696 48

### BAIXA

Rua Sequeira Lukoki  
Ingombota – Luanda  
Telefone: (+244) 222 336 285  
Fax: (+244) 222 332 242

### TALATONA

Rua Centro de Convenções  
Talatona, Casa dos Frescos  
Telefone: (+244) 926 920 352  
Fax: (+244) 222 696 442

### MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo  
98/103 Ingombota – Luanda  
Telefone: (+244) 222 394 456  
Fax: (+244) 222 393 145

### LOBITO CAPONTE

Av. Salvador Correia,  
Zona Industrial da Caponte,  
Benguela  
Telefone: (+244) 272 226 242  
Fax: (+244) 272 226 756

### SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto n.º 233,  
R/C Ingombota – Luanda  
Telefone: (+244) 222 392 094  
Fax: (+244) 222 393 195

### BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange  
Benguela  
Telefone: (+244) 272 230 190  
Fax: (+244) 272 230 196

### LUBANGO

Rua Pinheiro Chagas, n.º 117  
Lubango – Huíla  
Telefone: (+244) 261 225 689  
Fax: (+244) 261 224 973

## CENTROS DE EMPRESAS

### SEDE

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900  
Fax: (+244) 222 638 948

### VIANA POLO INDUSTRIAL

Estrada de Catete – Polo  
Industrial KM 23, Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 487  
Fax: (+244) 222 696 488

### CACUACO

Estrada Directa de Cacuoaco,  
Largo da Igreja, Cacuoaco  
Telefone: (+244) 934 275 511  
Fax: (+244) 222 511 413

### LUBANGO

Av. 4 de Fevereiro - Laureanos,  
n.º 150  
Lubango – Huíla  
Telefone: (+244) 261 225 689  
Fax: (+244) 261 224 973

### VIANA ESTALAGEM

Estalagem do Leão  
Estrada Principal de Viana  
Luanda  
Telefone: (+244) 931 964 715  
Fax: (+244) 222 291 083

### CENTRO DAS GRANDES EMPRESAS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 900

### LOBITO CAPONTE

Av. Salvador Correia,  
Zona Industrial da Canata, 1º Andar  
Benguela  
Telefone: (+244) 272 226 240  
Fax: (+244) 272 226 238

### MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo,  
N.º 93 / 103  
Ingombota – Luanda  
Telefone (s): (+244) 222 394 022  
Fax: (+244) 222 393 839

### CABINDA – DEOLINDA RODRIGUES

Rua Comendador Henriques Serrano,  
Bairro Deolinda Rodrigues  
Cabinda  
Telefone: (+244) 231 220 309  
Fax: (+244) 231 220 382

### SANTA BÁRBARA

Av.ª Marginal 2,  
Ingombota – Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 419  
Fax: (+244) 222 696 420

### TALATONA

Rua do SIAC, Bairro Talatona  
Talatona – Luanda  
Telefone: (+244) 926 920 351  
Fax: (+244) 222 447 041

### BENGUELA CASSANGE

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 986  
Fax: (+244) 222 638 970

### MORRO BENTO

Rua 21 de Janeiro, Morro Bento  
Luanda  
Telefone: (+244) 935 545 499  
Fax: (+244) 222 696 493

### OIL & GAS VENDORS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 696 430  
Fax: (+244) 222 638 970

### OIL & GAS OPERATORS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58  
Maianga – Luanda  
Telefone: (+244) 222 638 986  
Fax: (+244) 222 638 97

### RAINHA GINGA

Rua Rainha Ginga, n.º 34  
1ª andar – Luanda  
Telefone: (+244) 222 392 952  
Fax: (+244) 222 392 734



